

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL – PPDSR

CARLOS WELLINGTON SOARES MARTINS

Nossa
comunidade
tem
biblioteca!

**PLANTANDO BIBLIOTECAS PARA COLHER DESENVOLVIMENTO:
análise do Programa de de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” no
município de Codó – MA**

São Luís
2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL – PPDSR

CARLOS WELLINGTON SOARES MARTINS

PLANTANDO BIBLIOTECAS PARA COLHER DESENVOLVIMENTO: análise do
Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” no município de Codó – MA

São Luís

2013

CARLOS WELLINGTON SOARES MARTINS

PLANTANDO BIBLIOTECAS PARA COLHER DESENVOLVIMENTO: análise do Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” no município de Codó – MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Iris Maria Ribeiro Porto.

Área de concentração: Desenvolvimento e Diversidade Regional.

Linha de pesquisa: Região, territorialidades e movimentos sociais.

São Luís

2013

Martins, Carlos Wellington Soares

Plantando bibliotecas para colher desenvolvimento: análise do Programa de Implantação de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” no município de Codó – MA / Carlos Wellington Soares Martins._ São Luís, 2013.

228f.

Impresso por computador (fotocópia)

Orientador: Iris Maria Ribeiro Porto

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, 2012.

1. Leitura - Bibliotecas. 2. Comunidades rurais 3. Política social. I. Título.

CDU 028: 32

CARLOS WELLINGTON SOARES MARTINS

PLANTANDO BIBLIOTECAS PARA COLHER DESENVOLVIMENTO: análise do Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” no município de Codó – MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Iris Maria Ribeiro Porto (Orientadora)
Doutora em Ciências Sociais - UFPA
Universidade Estadual do Maranhão

Prof^a Carla Regina Assunção Pereira
Doutora em Sociologia - UFRJ
Universidade Estadual do Maranhão

Prof^o Cesar Augusto Castro
Doutor em Educação - USP
Universidade Federal do Maranhão

Figura – A leitura (Aldo Bonadei – 1950)



Fonte: <http://peregriancultural.wordpress.com/2010/10/14/imagem-de-leitura-aldo-bonadei/>

Dedico este trabalho a todos
trabalhadores e trabalhadoras, em
especial aos que residem em áreas rurais.

AGRADECIMENTOS

Lembrar de todos e todas que de alguma forma, direta ou indiretamente contribuíram para a execução desse trabalho só reforça a necessidade que temos em não nos isolarmos e percebermos que não conseguimos fazer nada sozinhos. Em primeiro lugar, a Deus, a grande força que me impulsiona a seguir adiante e que tento seguir um de seus maiores ensinamentos que é amar ao próximo

Elencar também toda a minha família que sempre acompanha minhas angustias e alegrias ao atuar no meio acadêmico: Ana Célia (minha mãe), Benedito (meu pai), meus irmãos: Francisco, Adélia e Roberto e todos os meus sobrinhos: Filipe, Ananda, Ana Elisa e Artur. Fico muito feliz e agradecido por essa família maravilhosa

Indiscutivelmente, um agradecimento especial a Marcelo Rocha Ferreira, que foi parte fundamental para a realização desse trabalho, não só pelo suporte logístico, apoio nas visitas, mas também por acreditar em mim e estar ao meu lado em momentos importantes da minha vida.

Turma boa que nunca vou esquecer, que me apresentou novos olhares e novos profissionais: Vivian, Adriana, Helio, Yata, Regina, Josenilde, Karenina, Edilson, Tiago, Antero, Rose que vivemos momentos de alegria e angustia mas extremamente compensador e *in memoriam* ao grande amigo e inesquecível Hildeci que infelizmente teve sua vida ceifada e não pode concluir o mestrado

V

rge, também, um agradecimento muito especial para a minha orientadora Iris Porto, figura imprescindível para a realização deste trabalho, participando efetivamente de todas as etapas da pesquisa além de contribuir com seu olhar crítico e sensível além de ser uma pessoa excelente e uma profissional exemplar. Cabe também um agradecimento ao Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e a todo o corpo docente, bem como de toda equipe como Gracimila e Elizete.

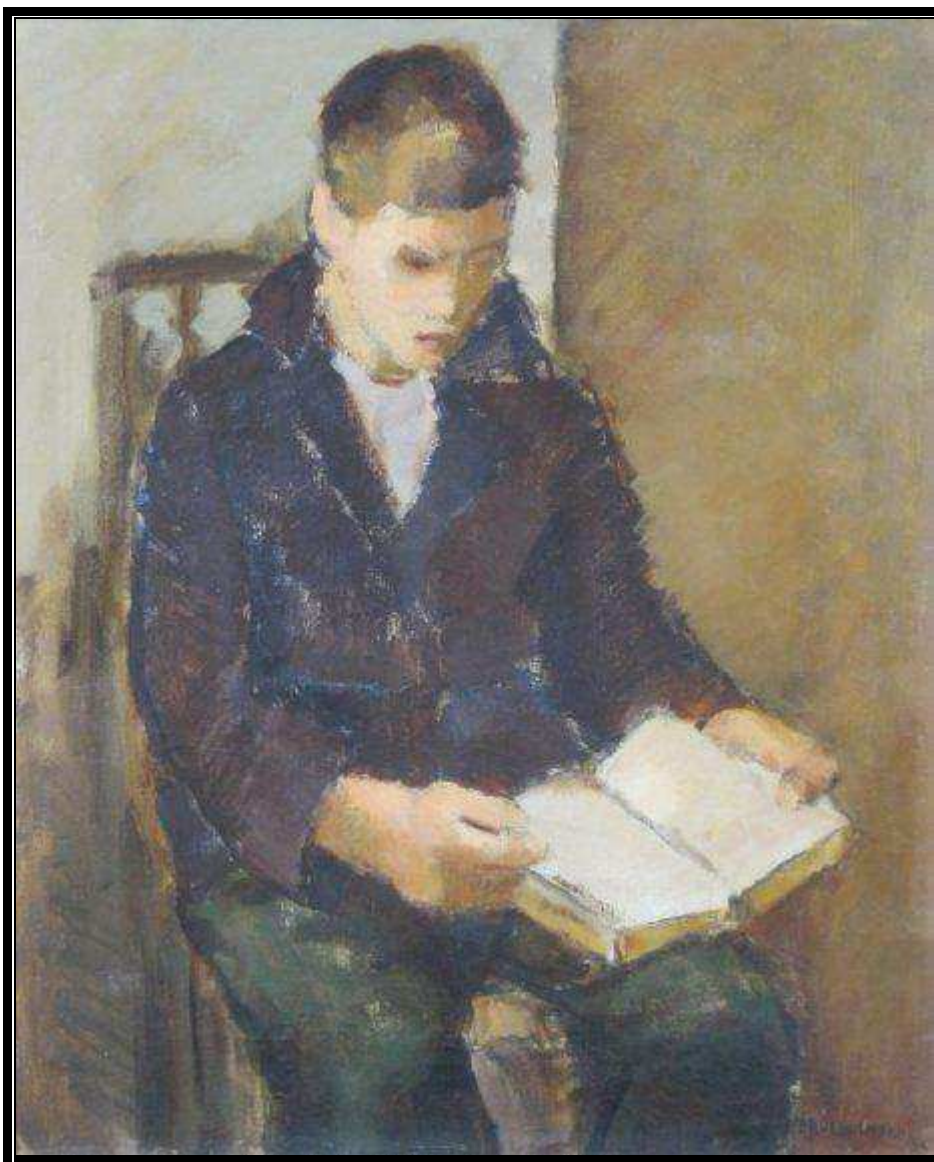
R

atifico também o orgulho de ter feito um mestrado numa universidade pública, a UEMA, e de ter podido realizar uma pesquisa em que acredito e que tenho uma luta em particular. Agradeço também, a Cleide Soares, idealizadora do programa que teve a integridade e disponibilidade de contribuir em tudo para a pesquisa no fornecimento de dados, materiais e pela entrevista concedida, assim como Mariana Aguiar e Antonia.

A

gradeço imensamente a todos e todas os moradores das comunidades rurais, agentes de leitura e povo codoense que foram extremamente receptivos e foram de vital importância para a conclusão da pesquisa, serei imensamente grato. À FAPEMA um agradecimento especial por viabilizar aquisição de material bibliográfico e ajudar nas viagens para a realização das entrevistas.

Figura – Menino lendo (Alice Brueggemann – 1954)



Fonte: <http://peregriancultural.wordpress.com/2012/03/12/>

“Um público comprometido com a leitura é crítico, rebelde, inquieto, pouco manipulável e não crê em lemas que alguns fazem passar por ideias”.

Vargas Llosa

RESUMO

Objetiva delimitar à luz da literatura sobre desenvolvimento regional um quadro da situação política, social e cultural do Estado do Maranhão e suas contradições no que diz respeito à políticas sociais no meio rural, mas especificamente as referentes a letramento e acesso a bens culturais. Realiza uma análise das políticas sociais efetivadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com ênfase naquelas atendidas pelo “Territórios da Cidadania”. Analisa de que forma a dimensão espacial ou a abordagem territorial do desenvolvimento rural tem sido incorporada às políticas públicas direcionadas ao campo brasileiro no período recente. Realiza uma breve análise das políticas públicas de incentivo a leitura, com foco no “Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras” que tem como público-alvo as comunidades rurais do Estado do Maranhão e quais as implicações no redimensionamento das práticas sociais decorrentes da implantação do programa. Tem como campo de pesquisa o município de Codó - MA. Para alcançar o objetivo, fundamenta-se em autores que verticalizam a temática e em documentos oficiais e dados disponíveis nos sites do MDA, especificamente o Portal da Cidadania, Secretaria de Reordenamento Agrário e Comunidade Arca das Letras. Aferi dados do Censo Agropecuário de 2006 e o Censo 2010 e da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. Compara relatórios divulgados contrastando com a realidade apresentada. Apresenta como resultado a constatação da necessidade de ouvir sujeitos sociais envolvidos no processo para que na identificação de possíveis distorções do projeto, estratégias sejam redefinidas com vistas a garantir que o recurso seja bem utilizado pelos municípios. E para que a política pública de incentivo a leitura atinja seu objetivo principal de fornecer para os diversos segmentos da sociedade informações e conhecimentos que fortalecerão sua cidadania. Conclui que a democratização do acesso à informação se configura como um importante fator para que o individuo se sinta parte da construção de uma sociedade através das relações sociais propiciando o desenvolvimento local e que o Programa Arca das Letras é um dos caminhos possíveis para esse alcance.

Palavras-chave: Leitura. Política cultural. Biblioteca. Comunidades rurais.

ABSTRACT

Objectively define the light of the literature on regional development framework of the political, social and cultural state of Maranhão and its contradictions with regard to social policies in rural areas, but specifically those relating to literacy and access to cultural goods. This work aims to conduct an analysis of the social policies implemented by the Ministry of Agrarian Development (MDA) with an emphasis on those served by the "Territories of Citizenship." Intends to examine how the spatial dimension, or more precisely the territorial approach to rural development has been incorporated into public policies directed at the Brazilian countryside in recent years. Performs a brief analysis of public policies to encourage reading, but specifically the "Rural Libraries Program Arca das Letras" whose audience rural communities of Maranhão and what the implications on scaling social practices arising from the implementation of program. The research is the search field municipality Codó - MA. To achieve this goal, in addition to readings made, have consulted official documents and information available on the websites of MDA, specifically Portal Citizenship, Department of Agricultural and Community Renewal Arca das Letras, and assess data from the 2006 Census of Agriculture and the 2010 Census and survey Portraits of Reading in Brazil. Performs comparisons between reports released contrast with the reality presented. In the proposed analysis is intended to hear social subjects involved in the process to identify possible distortions of the project, strategies must be redefined in order to ensure that the resource is well used by municipalities and the public policy of encouraging the reading reaches its goal main supply to the various segments of society information and knowledge that will strengthen their citizenship. Notes that the democratization of access to information is configured as an important factor for the individual to feel part of building a society of social relations through providing local development.

Keywords: Reading. Social policy. Library. Rural communities

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Moça lendo em Itu (José Ferraz de Almeida Júnior)	16
Figura 2 - Penetração de leitura no país	22
Figura 3 - Percepção sobre bibliotecas	23
Figura 4 - Móvel Arca das Letras	25
Figura 5 - Número de bibliotecas rurais implantadas no Brasil	26
Figura 6 - Mapa do município de Codó	29
Figura 7 - Biblioteca Pública Municipal de Codó – MA	37
Figura 8 - Farol da Educação do Município de Codó – MA	38
Figura 9 - Centro de Cultura do município de Codó – MA	39
Figura 10 – Mulher com livro (Adalberto Lutkmeyer – 1983)	46
Figura 11 – Leitura (Alfredo Rocco – 1981)	73
Figura 12 – Municípios atendidos pelo Programa Livro Aberto	87
Figura 13 – Leitura (Di Cavalcanti)	90
Figura 14 - Número de famílias atendidas pelo programa	98
Figura 15 - Número de municípios atendidos	99
Figura 16 - Número de livros distribuídos	99
Figura 17 - Projeto da caixa estante	107
Figura 18 – Móvel Arca	108
Figura 19 – Arca na casa de agente de leitura em Codó	109
Figura 20 – Classificação do acervo	110
Figura 21 – Arca das Letras na casa de morador de área rural de Codó	113
Figura 22 – Acervo do Arca das Letras em casa de agente de leitura	113
Figura 23 – Agente de leitura com arca e acervo ampliado	117
Figura 24 – Arca em uma escola na zona rural de Codó	118
Figura 25 – Meninas lendo	120
Figura 26 – Escola na zona rural de Codó	131
Figura 27 – Fachada de escola na zona rural de Codó	132
Figura 28 – Menina lendo (Anita Malfati - 1930)	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Políticas de informação desenvolvidas no Brasil (1890 – 2006)	54
Quadro 2 - Fundação de Bibliotecas Públicas no Brasil	57
Quadro 3 - Funções da Biblioteca Pública	61
Quadro 4 - Eixos e Linhas de ação do PNLL	67
Quadro 5 - Síntese da estrutura da proposta para o PPA da área cultural	69
Quadro 6 - Pontos de Leitura implantados no Estado do Maranhão	85
Quadro 7 - Territórios da Cidadania no estado do Maranhão	93
Quadro 8- Municípios no Maranhão atendidos pelo Programa Arca das Letras ..	100
Quadro 9- Comunidades rurais de Codó – MA atendidas pelo Arca das Letras .	105
Quadro 10- Municípios brasileiros com mais de 10.000 analfabetos	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Variação no número de leitores (população com cinco anos ou mais)	21
Gráfico 2- Variação no número de leitores (gênero e faixa etária)	21
Gráfico 3 - Grau de instrução dos proprietários rurais	24
Gráfico 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).....	33
Gráfico 5 - Potencial de consumo família	33
Gráfico 6 - Acesso a bens	34
Gráfico 7- Evolução da taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais – Brasil e grandes regiões	122
Gráfico 8 - Quanto maior a escolaridade menor o nível de analfabetismo	126
Gráfico 9 - 8% dos que concluíram o ensino médio ainda são considerados analfabetos funcionais	127
Gráfico 10 - Evolução do número total de escolas no meio rural (2002 – 2010)..	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Dados do município de Codó – MA.....	31
Tabela 2 –	População urbana e rural de Codó	31
Tabela 3 –	Número de escolas por etapa de ensino.....	35
Tabela 4 –	Mapa do PBA do SBA em Codó	36
Tabela 5 –	Acervos e valores distribuídos pelo PNBE no período de 1998 a 2006	64
Tabela 6 –	Distribuição de materiais e livros didáticos para o ensino fundamental educação básica.....	66
Tabela 7 –	Total de analfabetos e taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais por situação de domicílio – Brasil e grandes regiões.....	121
Tabela 8 –	Evolução do Índice Nacional de Alfabetismo Nacional.....	124
Tabela 9 –	Evolução da educação do campo (2008 – 2010).....	129
Tabela 10 –	Escolas públicas do campo sem infraestruturas e equipamentos didático-pedagógicos	130
Tabela 11 –	Número de escolas rurais em áreas específicas em Codó	131

LISTA DE SIGLAS

APBEM	-	Associação de Profissionais Bibliotecários do Maranhão
BPBL	-	Biblioteca Pública Benedito Leite
BN	-	Biblioteca Nacional
CETECMA	-	Centro de Capacitação Tecnológica do Maranhão
CCBB	-	Centro Cultural Banco do Brasil
CNPC	-	Conselho Nacional de Política Cultural
CSLLL	-	Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura
EFA	-	Escola Família Agrícola
FNDE	-	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INCRA	-	Instituto
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFMA	-	Instituto Federal e Tecnológico do Maranhão
INAF	-	Índice Nacional de Alfabetismo Nacional
INL	-	Instituto Nacional do Livro
MDA	-	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MinC	-	Ministério da Cultura
MEC	-	Ministério da Educação
MME	-	Ministério das Minas e Energias
MJ	-	Ministério da Justiça
ONGs	-	Organizações Não-Governamentais
PISA	-	Projeto Internacional de Avaliação de Estudantes
PNBE	-	Plano Nacional de Biblioteca na Escola
PNLL	-	Plano Nacional do Livro e Leitura
PT	-	Partido dos Trabalhadores
PROLER	-	Programa Nacional de Incentivo a Leitura
SEBP	-	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
SECMA	-	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão
SIM	-	Serviço de Informação e Municipalização
SNBP	-	Sistema Nacional de Biblioteca Pública

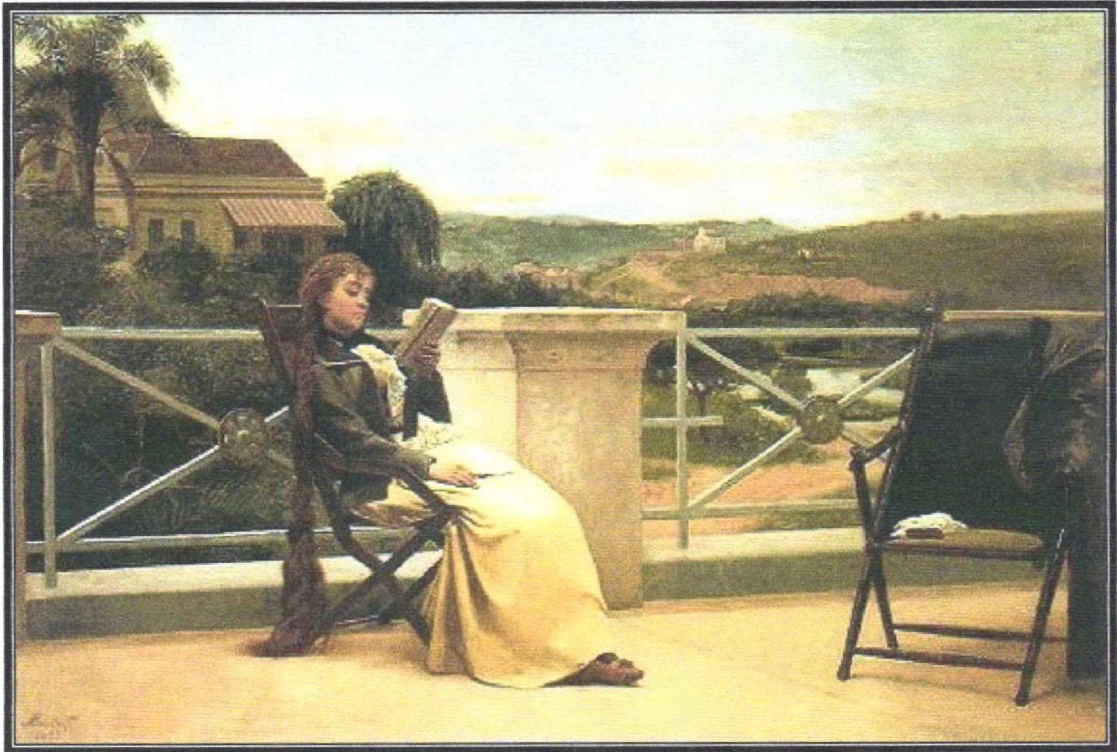
SRA	-	Secretaria de Reordenamento Agrário
SNC	-	Sistema Nacional de Cultura
SocINFO	-	Sociedade da Informação
UEMA	-	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	-	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Codó, referência do campo de pesquisa	28
1.2	Dos procedimentos metodológicos	39
1.3	Da sistematização dos capítulos	43
2	ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS DE LEITURA E ACESSO A INFORMAÇÃO	46
2.1	As bibliotecas públicas e práticas sociais	55
2.2	O Plano Nacional do Livro e Leitura	62
3	PRÁTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE LEITURA NO MARANHÃO	73
4	PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS RURAIS “ARCA DAS LETRAS”	90
4.1	A composição da “Arca das Letras”	103
4.1.1	Acervo, infra-estrutura e ações	110
4.2	O agente de leitura	114
5	O ESPAÇO RURAL: um lugar de leitores?	120
5.2	O acesso à informação e desenvolvimento regional	135
5.1	Práticas sociais, articulação e processos participativos	142
5.4	A sociabilidade da leitura	150
6	CONCLUSÃO	159
	REFERÊNCIAS	167
	APÊNDICES	183
	ANEXOS	193

1 INTRODUÇÃO

Figura 1 – Moça lendo em Itu (José Ferraz de Almeida Júnior)



Fonte: <http://peregrinacultural.wordpress.com/2008/10/03/onde-esta-o-leitor-ou-a-leitora-nas-artes-plasticas-brasileiras/>

"As pessoas precisam de informações até para serem capazes de formar concepções do que querem e participar como iguais no processo de governar a si mesmas"

John Stuart Mill

O interesse pela pesquisa e análise do objeto, políticas públicas de incentivo à leitura, deu-se por vários motivos, entre eles o mais importante o fato de se acreditar no papel transformador oportunizado pela leitura. Dessa forma, faz-se necessário o olhar crítico sobre as políticas públicas que têm as práticas leitoras como norte de suas ações. Um olhar investigativo para perceber se as mesmas não incorrem em assistencialismo sem que alcancem realmente os seus objetivos.

O contato com bibliotecas nos foi permitido desde a época de estudante do Ensino Fundamental e Médio, quando o mundo da leitura era vivenciado no prédio imponente da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). Ali então foram apresentados autores como Machado de Assis, Hilda Hist, José de Alencar, Monteiro Lobato, Cecília Meireles, Clarice Lispector dentre outros, em especial grandes nomes de autores maranhenses como Josué Montello, Graça Aranha, Ferreira Gullar.

O contato com os livros, a rotina da biblioteca e o convívio com os profissionais bibliotecários acabaram por estimular o anseio por cursar Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o que não só propiciou conhecimentos específicos da área como também possibilitou uma formação de cunho humanística, já aguçando o desejo pela análise de políticas de leitura.

A prática do profissional bibliotecário, sua atuação e a questão da ação cultural em bibliotecas públicas foi escolhido como tema a ser discutido em trabalho monográfico de conclusão de Curso de Graduação, tendo como campo de pesquisa uma unidade presente no Bairro de Fátima, um bairro periférico de São Luís com vários contrastes sociais existentes na capital do estado do Maranhão.

Durante o processo, vivenciaram-se momentos que só reafirmavam a necessidade de um maior investimento por parte do Estado na questão cultural e nas políticas sociais de leitura, pois constatou-se a carência e a vontade que a comunidade apresentava em poder utilizar esses bens culturais.

Logo após o período acadêmico, já como profissional, teve-se uma aproximação maior com a zona rural, através de um período de prestação de serviço em biblioteca universitária, no município de Codó no estado do Maranhão. Essa vivência permitiu evidenciar ainda mais a necessidade da instalação de espaços que propiciem o estímulo à leitura, e da articulação entre as três esferas de poder como

forma de incluir na agenda governamental uma política cultural que contemple os anseios da sociedade.

Como essa conjuntura se dá através de articulações políticas, optou-se pela filiação de órgão representativo da categoria profissional de bibliotecária(o)s do estado, mais especificamente a Associação de Profissionais Bibliotecários do Estado do Maranhão (APBEM) com vistas à manutenção de um diálogo com o poder estatal local e acompanhamento por parte deste na elaboração, execução e avaliação de políticas sociais de leitura.

Várias ações foram desenvolvidas pela Associação, como a manifestação contrária ao fechamento da BPBL para um longo período de reformas sem uma explanação sobre a demora desta reforma e a delimitação de uma data de reabertura oficial; o debate com autoridades nos mais diversos níveis sobre a lei federal que trata da obrigatoriedade de bibliotecas em todas as unidades de ensino e um diagnóstico sobre as políticas de leitura desenvolvidas no Estado.

Nesse sentido, o estado do Maranhão configura-se como um cenário de contrastes sociais, onde a política partidária sobrepuja os anseios da população, a ponto de tornar-se um ambiente propício para análise de políticas públicas. Recorrentemente, programas e projetos são concebidos tendo como discurso o desenvolvimento, no entanto vários são os indicadores que atestam a ineficácia dessas ações.

As comunidades rurais, distante dos grandes centros urbanos, acabam por ser marginalizadas e excluídas desse processo, pois a maioria dos grandes projetos encontra-se localizados na área urbana, e as políticas sociais não alcançam essa população. Quando se trata de leitura, a questão torna-se mais desoladora no meio rural.

Partindo dessa inquietação, optou-se por um contato maior com essas comunidades e especificamente com a questão das bibliotecas rurais e as práticas de leitura evidenciadas nesses espaços, tentando realizar uma análise do discurso governamental de desenvolvimento e as realidades vivenciadas por esses sujeitos durante a implantação e execução de programa de incentivo à leitura no meio rural.

As contradições no campo social, político, econômico e cultural são vivenciadas diariamente num país com dimensões continentais como o Brasil, demonstrando fragilidade quanto aos direitos sociais e à participação efetiva da

sociedade civil nas políticas que são articuladas, tendo o desenvolvimento como principal objetivo.

No entanto, percebe-se que o discurso defendido pelos dirigentes contrasta diretamente com a realidade, quando, por trás de uma preleção de desenvolvimento, escondem-se intenções reais. Um exemplo é a extinção de fronteiras econômicas através da criação de amplos mercados. Isso faz aumentar a exclusão social, reforçando dessa forma, a desigualdade social entre os indivíduos, como também compromete a identidade cultural.

Um dos fortes indutores para o empobrecimento dos países está relacionado à exclusão do cidadão do mercado de trabalho, à inexistência ou ineficácia de políticas direcionadas à democratização ao acesso à informação e principalmente à falta de preparo da mão-de-obra e de investimentos em educação. Falta, portanto, a formação integral e integradora do indivíduo numa concepção de acesso a direitos sociais e dele com o ambiente, tendo como pilar de sustentação as demandas sociais das profissões, o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Hoje, o grande insumo que move o mundo é a informação, considerada fator estratégico e determinante para o desenvolvimento de uma nação. Portanto, quem não pode ter acesso a ela, distancia-se cada vez mais do mercado de trabalho e das discussões políticas, ficando à margem das relações sociais.

As comunidades periféricas, que se encontram longe dos centros urbanos apresentam dificuldades oriundas dessa necessidade informacional. Nelas, os direitos sociais lhe são negados pelo fato do próprio indivíduo desconhecer, ou mesmo não se reconhecer como membro de uma sociedade que o subjuga e relega a ele papéis secundários nas relações sociais, sempre de forma marginalizada.

Tratando-se de um país com dimensões continentais, que apresenta uma diversidade cultural em ampla escala, o Brasil configura-se ainda como uma nação de níveis de desenvolvimento discrepantes em relação aos estados que compõem a Federação. Esse fato é evidenciado pelos indicadores aferidos que atestam as divergências, quando levantados os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Nordeste em comparação com outras regiões.

Trazendo a discussão para o estado do Maranhão, o cenário é ainda mais desolador, pois ele sempre figura como um dos piores em IDH, devido à falta de saneamento básico. Reforça a contradição de um estado com muito potencial, continuar numa situação degradante quanto a questões básicas da sobrevivência

humana. Como pensar então, num modelo de desenvolvimento que lhe permita uma transição social e minimize a segregação social?

Em questões comparativas, com relação a investimentos, melhoria na educação, saúde, infraestrutura ou mesmo otimização em relação às políticas públicas, o Maranhão, como já referenciado, figura como um dos estados mais pobres do Brasil. Está muito atrás dos demais estados da Região Nordeste, no que tange ao desenvolvimento e à efetivação de políticas públicas.

A questão é ainda mais alarmante quando se faz uma análise entre o espaço rural e o urbano, revelando uma situação ainda pior em relação aos direitos humanos. O homem do campo vive numa situação de extremo abandono, posto que as políticas públicas inexistem ou são ineficientes.

Segundo dados do Censo 2010, o Maranhão é o estado brasileiro que possui o maior número de habitantes na zona rural num percentual de 36,9% dos 6,5 milhões de habitantes, representando um total de 2.427.640 pessoas (IBGE, 2010).

Outro dado preocupante aponta, ainda, que o Maranhão obteve o quarto pior resultado do país, com 19,1% de pessoas acima de 15 anos não sabem ler nem escrever. Segundo o IBGE, 31,7% de pessoas com mais de 15 anos são analfabetas funcionais. É o quarto pior índice do país. Os três estados com mais analfabetos funcionais são: Piauí (37,5%), Alagoas (36,5) e Paraíba (33,4%) (IBGE, 2010).

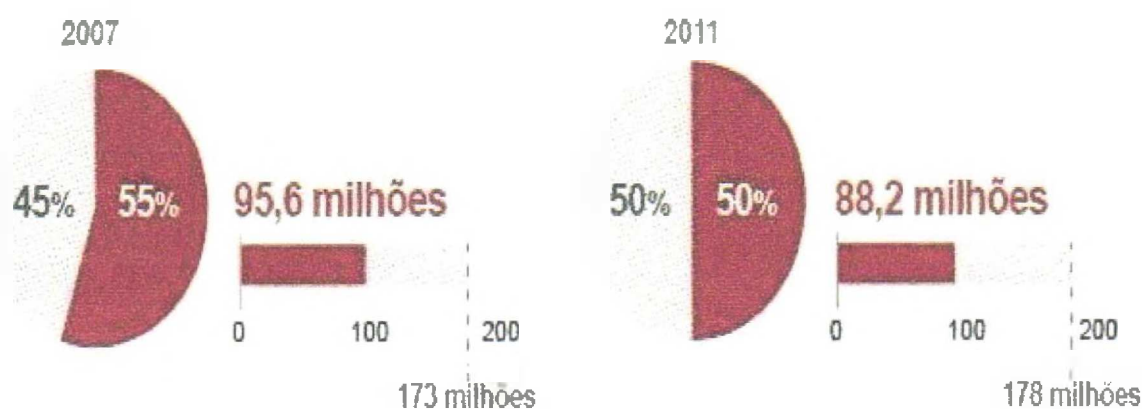
Essa realidade é fruto de processos históricos arraigados e perpetuados por práticas patrimonialistas e colonialistas, como atesta Marx (ANO E ÁGINA) quando afirma que: "Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado".

O principal estudo, a nível nacional, sobre o comportamento leitor é a pesquisa "Retratos da Leitura" realizada pelo Instituto Pró Livro e Ibope Inteligência. Quando são analisados os dados desse estudo, deparamo-nos com informações vitais que possibilitam a formulação de hipóteses e possíveis conclusões sobre a realidade cultural do país (PAIM, 2011; WOLF, 2011).

Nessa direção, segundo a pesquisa, a zona rural concentra 66% do total de não leitores no país e as capitais, 22%. No gráfico abaixo fica evidenciada a variação no número de leitores em 2007, em que 173 milhões de pessoas são

consideradas leitoras. No ano de 2011, é evidenciado um total de 178 milhões (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012).

Gráfico 1 - Variação no número de leitores (população com cinco anos ou mais)



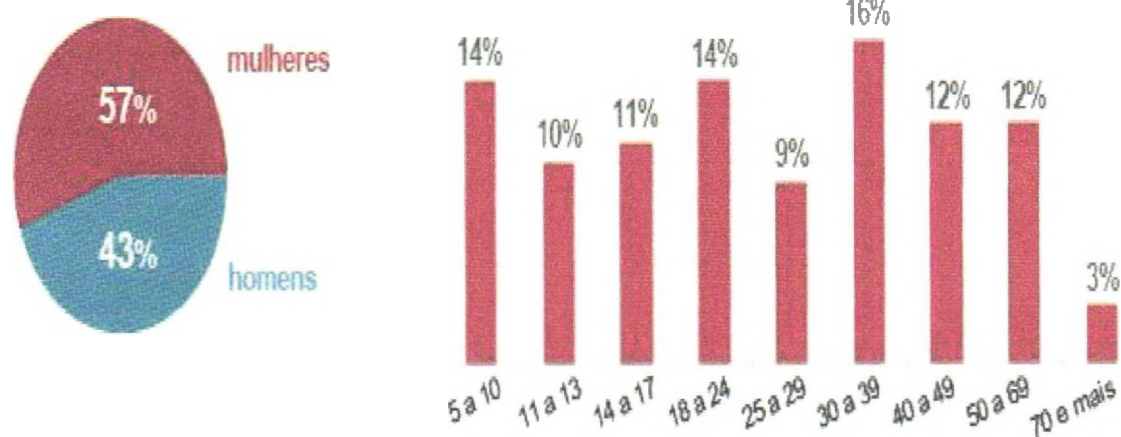
Fonte: Instituto Pró-Livro (2012)

O maior percentual de leitores na população está entre os jovens. A renda familiar, o lugar onde vive e a escolaridade também são fatores apontados pela pesquisa com forte influência no gosto pela leitura. A variação no número de leitores é de 57% de mulheres e 43% homens (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Variação no número de leitores (gênero e faixa etária)

Variação no número de leitores

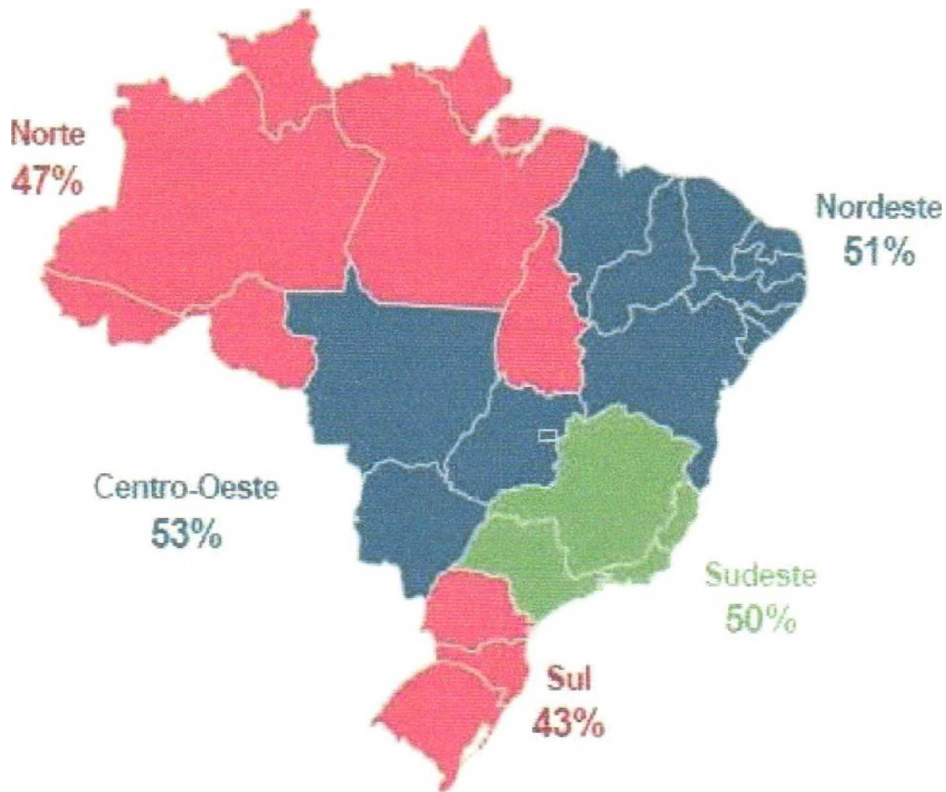
Quantos anos têm



Fonte: Instituto Pró-Livro (2012)

O estudo identificou que 50% da população pode ser considerada leitora. No entanto tal dado pode ser questionado, visto que o critério adotado pela pesquisa para que alguém seja considerado leitor é ter lido um livro ou parte deles pelo intervalo de um ano.

Figura 2 - Penetração de leitura no país



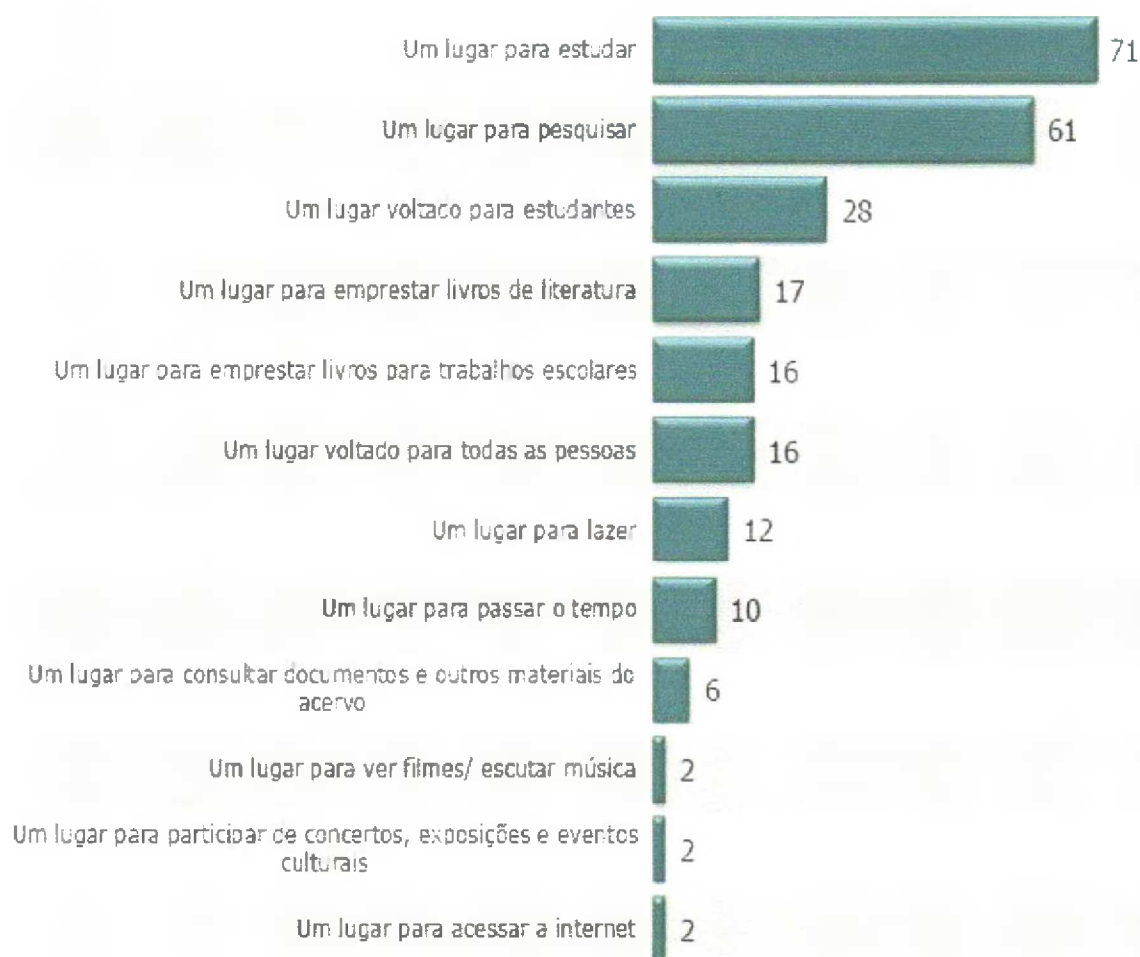
Fonte: Instituto Pró-Livro (2012)

A pesquisa mostrou que 75% da população não frequenta uma biblioteca pública. Quanto aos que frequentam a maioria (55%) é do sexo masculino. Apenas 8% dos brasileiros frequentam uma biblioteca enquanto 17% o fazem esporadicamente. Além disso, o uso frequente desse espaço caiu de 11% para 7% entre 2007 e 2011.

A pesquisa também apresentou uma percepção acerca da biblioteca e de sua representação para os respondentes da pesquisa. Dentre os que frequentam, a maioria (71%) considera o espaço um lugar para estudar; para 61% é um lugar para pesquisa; em seguida, aparece como um ambiente voltado para estudantes com

total de 28% dos entrevistados; e, em quarto, com 17%, a biblioteca é apontada como um local para emprestar livros de literatura, como demonstrado na Figura 3.

Figura 3 - Percepção sobre bibliotecas



Fonte: Instituto Pró-Livro (2012)

Esses dados confirmam que a grande maioria da população não se enxerga como usuário de bibliotecas públicas, visto que a pesquisa mostra que as pessoas percebem a biblioteca apenas como um lugar para estudar, pesquisar e destinado aos estudantes.

É como se o trabalhador, as crianças, a dona de casa, os idosos não pudessem frequentar a unidade e suas atribuições enquanto centro cultural, de lazer e memória, portanto, um lugar relegado a segundo plano ou mesmo inexistente.

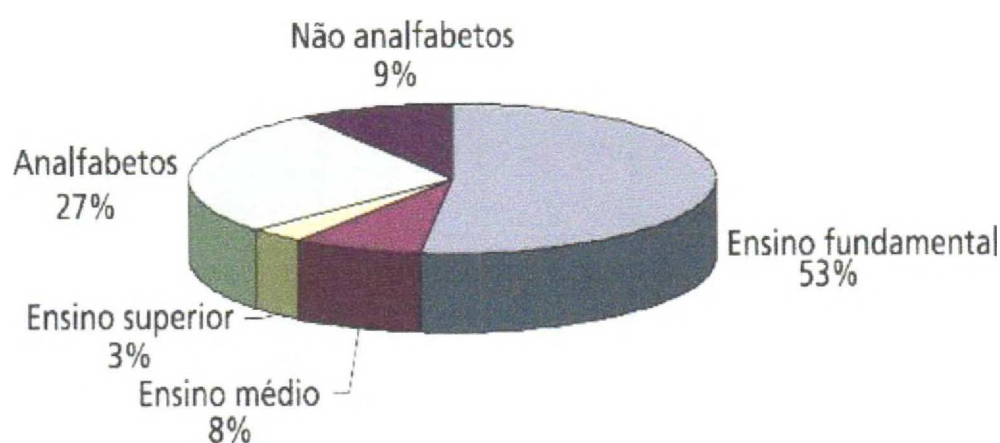
No campo político, as razões para o incentivo à leitura recorrem frequentemente a dados, sobretudo de origem econômica: a necessidade de mão de obra qualificada, ou a relação entre indicadores de desenvolvimento social e a taxa

de escolarização da população. Seja qual for o argumento, a valorização da leitura requer a participação da sociedade.

Conforme dados do Censo Agropecuário de 2006, último dado oficial, que utilizou na pesquisa um universo de 3,9 milhões de proprietários, constatou-se que o grau de instrução dos produtores é um fator preponderante na limitação da capacidade de absorção de conhecimento (Gráfico 3). Esse fato acaba por desestimular o crescimento da produtividade, bem como é fator responsável pelo desemprego no meio rural.

Conforme o gráfico cerca de 53% dos proprietários possuem o Ensino Fundamental enquanto 9% apresentam-se como não analfabetos e 27% como analfabetos (VIEIRA FILHO, 2010).

Gráfico 3 - Grau de instrução dos proprietários rurais



Fonte: Vieira Filho (2010)

O censo agropecuário revela ainda a existência de analfabetismo elevado entre os ocupados com algum grau de parentesco. Varia de quase 48% no Nordeste e 16% no Sul. Para o Brasil como um todo, pouco mais de 35% dos ocupados com laço não sabiam ler e escrever. Este quadro é drasticamente agravado quando considerado o analfabetismo funcional que não pode ser avaliado devido à ausência de informação (BUANAIAN, 2010).

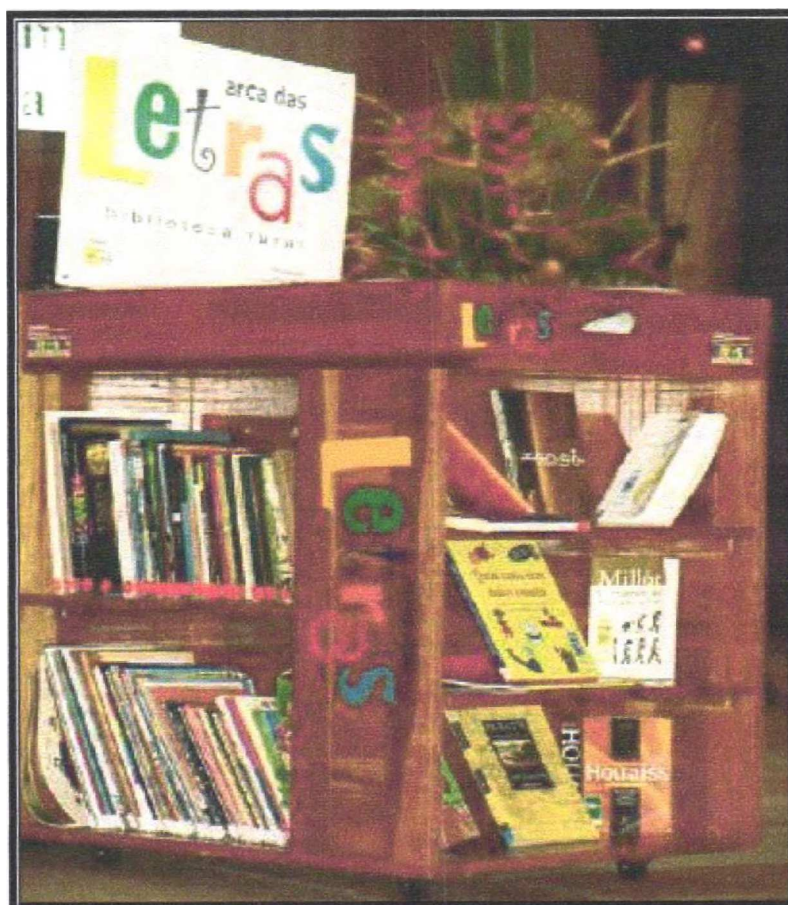
No cenário cultural, as políticas públicas foram utilizadas como instrumento de gestão há menos tempo, a exemplo as de incentivo à leitura e

democratização do acesso à informação, que apenas recentemente tem gerado estudos.

Partindo dessa realidade, buscou-se analisar como se efetivam os processos de implementação e execução de políticas públicas em comunidades rurais, mas especificamente no Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras”, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Esse programa foi elaborado pelo MDA em 2003 com o objetivo de facilitar o acesso ao livro e incentivar à leitura no meio rural brasileiro, através da instalação de bibliotecas (Figura 4) e da formação de agentes de leitura.

Figura 4 - Móvel Arca das Letras

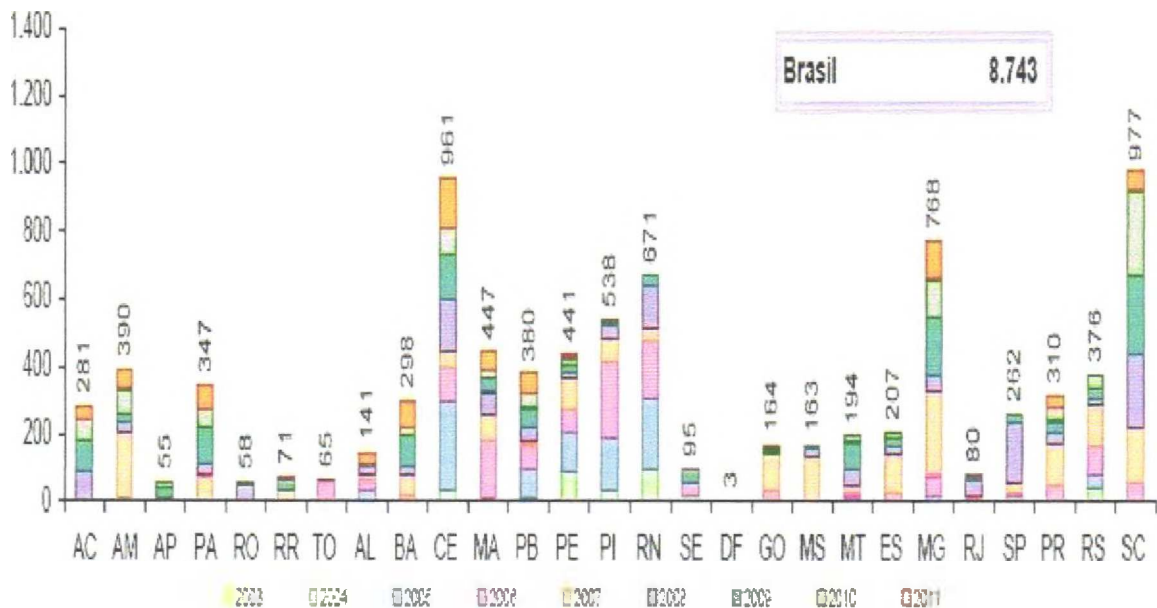


Fonte: Portal Arca das Letras (2011)

O MDA reforça a necessidade da participação das comunidades nas etapas de planejamento, desenvolvimento e gestão das arcas das letras. Contabilizam-se, nesse programa, mais de 8.743 arcas em todo o Brasil (Figura 5) e a formação de 15 mil agentes de leitura, além da circulação de mais de 2 milhões de

livros nas casas de 800 mil famílias de comunidades rurais (SOUSA; CARNEIRO, 2010).

Figura 5 - Número de bibliotecas rurais “Arca das Letras” implantadas no Brasil



Fonte: MDA (2011)

Grande parte dessas tipologias de comunidade encontra-se no município de Codó tendo o quantitativo de 35 comunidades e mais de 1747 famílias atendidas pelo programa.

A análise do programa, dessa forma, é relevante considerando sua dimensão em nível nacional e a grande quantidade de Arca das Letras implantadas, e o número de famílias de comunidades rurais que são contempladas com o programa.

Investiga-se também o retorno que tal ação traz para a região onde o programa foi implantado.

O Programa das Arcas de Letras configura-se como uma política pública, portanto, deve passar por uma avaliação durante sua implementação “[...] a fim de identificar possíveis distorções do projeto e ao mesmo tempo apontar estratégias que possam contribuir para a redefinição da política [...]” (FERREIRA, 2000).

Diante dessas reflexões foram delineados os seguintes objetivos para a pesquisa:

Objetivo geral:

- Analisar o impacto nas formas de sociabilidade nas comunidades rurais de Codó – MA a partir da implantação do Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras”.

Objetivos específicos:

- Estabelecer a relação entre Estado, políticas públicas de incentivo à leitura e as práticas sociais decorrentes dessa implantação;
- Reconhecer as práticas sociais e políticas de leitura efetivadas no Maranhão e o panorama da realidade leitora no estado;
- Identificar as práticas sociais e culturais decorrentes da implantação do Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras”;
- Avaliar o espaço rural maranhense enquanto lócus de contrastes no universo da leitura e do acesso à informação.

A partir do delineamento dos objetivos e da leitura extensiva de referencial teórico da temática, montou-se um cenário permitindo comparações entre os relatórios divulgados e os contrastes com a realidade constatada.

Na proposta de análise, foi importante ouvir sujeitos sociais envolvidos no processo para evitar, na identificação, possíveis distorções e melhor conhecimento do projeto, para que estratégias sejam redefinidas ,com vistas a garantir que o recurso seja bem utilizado pelos municípios, e que a política pública de incentivo à leitura atinja seu objetivo principal de fornecer para os diversos segmentos da sociedade informações e conhecimentos que fortalecerão sua cidadania.

Constata-se que a democratização do acesso à informação se configura como principal meio para que o indivíduo se sinta parte da construção de uma sociedade através das relações sociais propiciando o desenvolvimento local.

Diante dessas assertivas, algumas questões nortearam a pesquisa: a implantação do projeto acarreta de alguma forma, benefícios para a região contemplada? Existem novas formas de sociabilidade decorrentes pela implantação do programa? Existe um acompanhamento pelos órgãos mantenedores da ação em conjunto com a comunidade sobre a execução e avaliação da política?

Durante a pesquisa os seguintes pressupostos nortearam o trabalho:

- a) As políticas públicas de incentivo à leitura no país são consideradas ineficientes, pois ainda são muito grandes os

- contrastes nas regiões evidenciados em pesquisas, que atestam sua ineficácia ao tentar diminuir o número de analfabetos no país e na democratização aos bens culturais;
- b) A falta de articulação entre governo federal, estados, municípios e com a sociedade civil dificulta a elaboração e execução de políticas públicas de incentivo à leitura, por questões ideológicas, partidárias ou ineficiência no planejamento de ações;
 - c) As comunidades rurais são excluídas da maioria das políticas públicas desenvolvidas no país, porque os sujeitos sociais não são percebidos. As ações não levam em consideração suas dinâmicas, estruturas produtivas e cultura, submetendo-os a uma política que não respeita as características de cada região, acabando por tornarem políticas ineficazes no alcance de seus objetivos.

Esses pressupostos permitiram delimitar o caminho traçado para a pesquisa enquanto verificação entre a teoria e a empiria proposta nesse estudo.

1.1 Codó, referência do campo de pesquisa

Os aspectos econômicos, políticos e ideológicos são apontados por Gottidiener (1997) como fatores imprescindíveis para uma análise consistente das relações sociais perpetuadas em um determinado espaço.

Nesse aspecto, Codó foi escolhida como campo de pesquisa por apresentar contradições nos mais diversos aspectos, que enriqueceriam a proposta de estudo, permitir a viabilidade da pesquisa em decorrência de vivências anteriores e pelo fato do programa atender comunidades rurais.

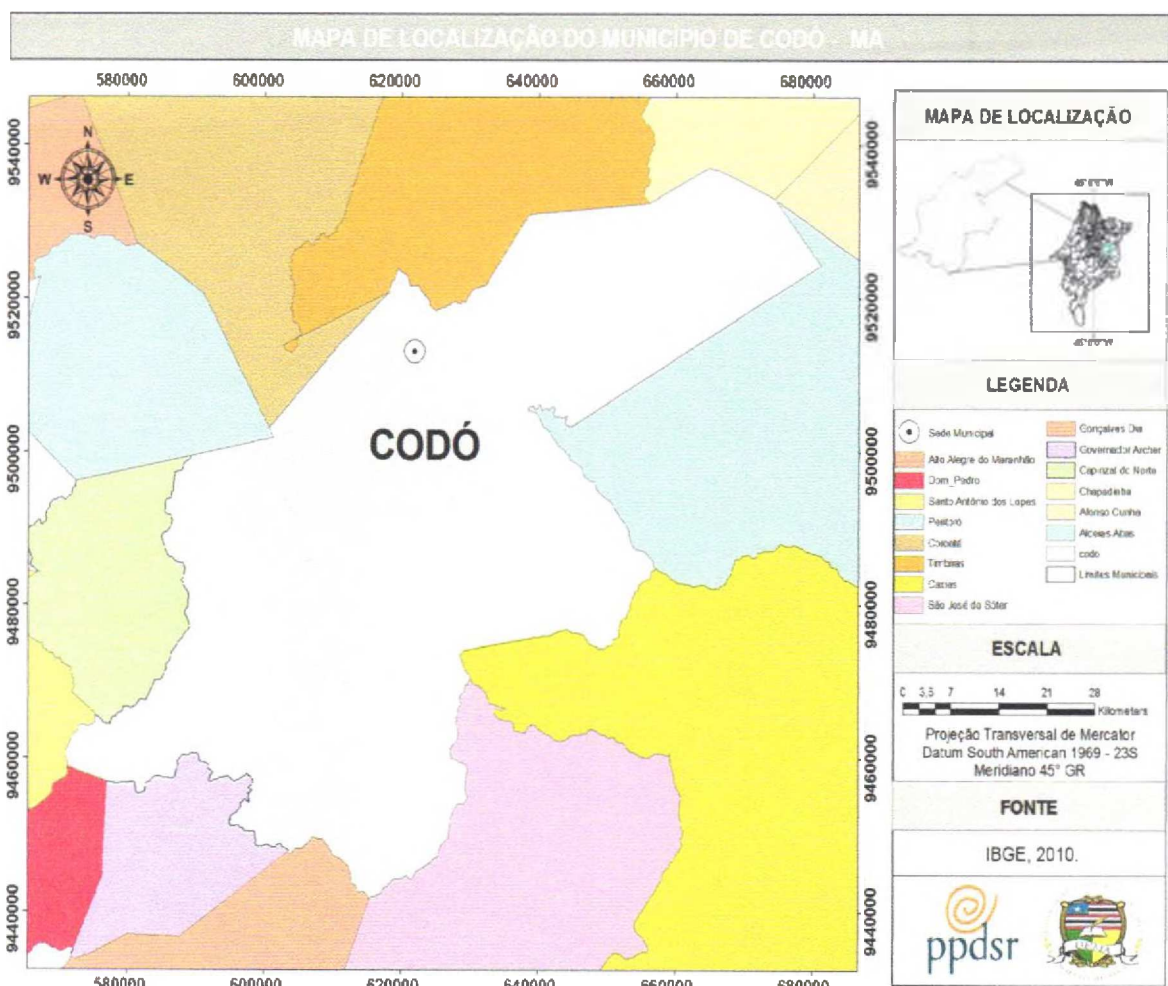
Segundo o pensamento de Vincent (2010) as dinâmicas oriundas das práticas sociais surgem a partir de uma observação intensiva de uma determinada localidade, por um período relativamente curto.

A análise das diferentes ações nos permite desvendar as contradições existentes no interior da sociedade, no sentido que toda sociedade é geradora de formas estéticas, éticas, políticas e culturais, que envolvem contradições entre os diferentes interesses sociais e políticos existentes. Estes interesses refletem diferentes 'visões sociais de mundo', que se evidenciam através de disputas políticas e culturais (locais ou não) em relação a mudanças e/ou permanências valóricas. A racionalização destas disputas está assentada no ideário da modernização cultural, cujo projeto originou-se no processo de ocidentalização do mundo (Latouche, 1997), principalmente a partir do século XVI (JARDIM, 2005, p.3).

De acordo com Ferretti (2001), o município de Codó encontra-se na região do cerrado maranhense compreendendo a bacia do Rio Itapecuru, posição esta que facilitou o seu povoamento e o escoamento de sua produção agrícola. Encontra-se a uma distância de 305 quilômetros da capital do Maranhão, São Luís.

O município foi criado através da Lei nº 13 de 16 abril de 1896. Tem como limite os municípios de Aldeias Altas, Capinzal do Norte, Caxias, Coroatá, Gonçalves Dias, Governador Archer, Peritoró e Timbiras.

Figura 6 - Mapa do município de Codó



Fonte: IMESC (2012)

Três elementos distintos imprimiram os seus caracteres étnicos na formação da sociedade codoense: a negra, a indígena e a branca, que tem sua representação no colonizador português e nos sírios. O período de forte imigração africana em Codó ocorreu no período de 1780 a 1790 com o trabalho na agricultura (MACHADO, 1999). Os primeiros habitantes do município foram os índios das tribos

Barbados e Guarani, que travaram conflitos com os colonos adventícios (IPEI, 1975).

Sua posição privilegiada atraiu vários migrantes nordestinos, que encontravam trabalho na lavoura de algodão, fomentado pela tecelagem implantada no final do século XIX, mas precisamente no ano de 1891, tendo 99% da área cultivada. Com a falência da indústria têxtil, Codó entrou em decadência econômica, fato amenizado apenas com a abertura da empresa de cimento NASSAU.

O início do povoamento de Codó data do ano de 1780, sendo um dos seus primeiros exploradores o agricultor Luís José Rodrigues. O antigo armazém de mercadorias, situado às margens do Rio Itapecuru é fator importante para o seu desenvolvimento. As atividades agrícolas foram mantidas pelos ricos senhores da aristocracia rural maranhense e por agricultores portugueses instalados na Colônia Petrópolis, numa iniciativa de Francisco Marques Rodrigues. Decisiva também para o seu crescimento foi a imigração de sírios e libaneses, a partir de 1887.

O povoado de Codó foi elevado à categoria de vila por meio de Resolução Régia, assinada no dia 19 de abril de 1833. Através da Lei Estadual nº 13 sancionada pelo Governador Alfredo da Cunha Martins, no dia 16 de abril de 1896, passou a condição de cidade (CODÓ – MARANHÃO, 2012).

Em 1982, construía-se a primeira indústria de Codó – Companhia Manufatureira e Agrícola, de propriedade de Emilio Lisboa. Um dos diretores da fábrica, genro do seu proprietário era o Sr. João Ribeiro, que em 1908 levava para Codó o Sr. Sebastião Archer da Silva que fora trabalhar como escriturário e anos mais tarde se tornaria o proprietário da fábrica e um dos principais políticos do estado do Maranhão.

A cidade também é conhecida por sua religiosidade, a maioria da população sendo católica, porém é grande a participação em cultos de religiões afro-brasileira (FERRETTI, 2001).

Codó, cidade do interior do Maranhão, é conhecida tanto no passado como na atualidade pela realização de 'trabalhos de magia', o que lhe rendeu a fama de 'Terra do Feitiço'. Afirma-se que essa associação da Encantaria de Barba Soeira (religião afro-brasileira tradicional de Codó) à magia negra deve-se à introdução de elementos da Umbanda, da Quimbanda e do Candomblé (que se encontra em grande expansão no município) [...] (BARROS, 2000, p.39).

A origem do nome da cidade "Codó" é controversa. Várias histórias são contadas como a de que o nome do município é decorrente da abundância de aves como codorna ou codorniz que havia em número grande na região.

Outros afirmam, incluindo alguns pesquisadores, que a origem do nome remete ao Sudão Setentrional Africano, onde localiza-se a cidade de Kodok, de onde vieram alguns negros escravizados. E, por fim, a versão de que a palavra "Codó" significa "lugar de charco" ou "brejo" pelo fato de ocorrer algumas alagações decorrentes da cheia do Rio Itapecuru e seus afluentes (SOUSA, 2006).

Codó tem uma população de 118.072 habitantes, segundo dados aferidos no Censo 2010 (Tabela 1). Sua população masculina no total de 57.432, corresponde a 48,64% e a feminina 60.640 com uma porcentagem de 51,35%, como é comum no país a representação feminina ser maior do que a masculina.

Tabela 1 - Dados do município de Codó – MA

Referências do Município de Codó-MA	Números
População em 2010	118072
Domicílios 2010	28931
Taxa de crescimento Populacional 2000-2010	6
Dens. Demográfica (hab/km ²)	27
Domicílio tipo casa	30218
Domicílio tipo apartamento	3
Média de moradores por domicílio	4
Renda Média do Chefe em salários mínimos	1
Renda Média familiar em salários mínimos	1

Fonte: IBGE (2010)

Sua zona urbana conta com 81.043 habitantes e 37.029 habitam na zona rural.

Tabela 2 – População urbana e rural de Codó

População	Números absolutos
Urbana	81.043
Rural	37.029

Fonte: IBGE, 2010

Atualmente o município, no setor industrial conta, além da fábrica de cimento, com a FC Oliveira, empresa de produtos de higiene e limpeza, também com a fábrica de gesso GESSOMAR e o Grupo Figueiredo, líder em fabricação de produtos feitos em plástico, que são uns dos maiores empregadores da região no que diz respeito à operacionalidade dos serviços e produtos.

Apesar do número relevante de indústrias, questões como trabalho escravo e infantil ainda são presentes no cotidiano do município, pois a grande parte dos filhos de trabalhadores rurais ajuda os pais na roça, contribuindo em casa, cuidando de irmãos mais novos, trabalhando em feiras e no comércio local (MOURA, 2009). Grande parte da população ainda sobrevive da agricultura de subsistência como indica Freitas (1990, p.46):

As empresas instaladas na zona rural tiram do homem do campo não só a oportunidade de ter acesso aos bens materiais adquiridos através do cultivo da terra, mas também dos bens culturais. Em consequência da expropriação da terra, ao filho do camponês é negado o direito de poder freqüentar uma escola pelo deslocamento do trabalhador do campo, de uma região para outra, à procura de terras devolutas para plantar e morar.

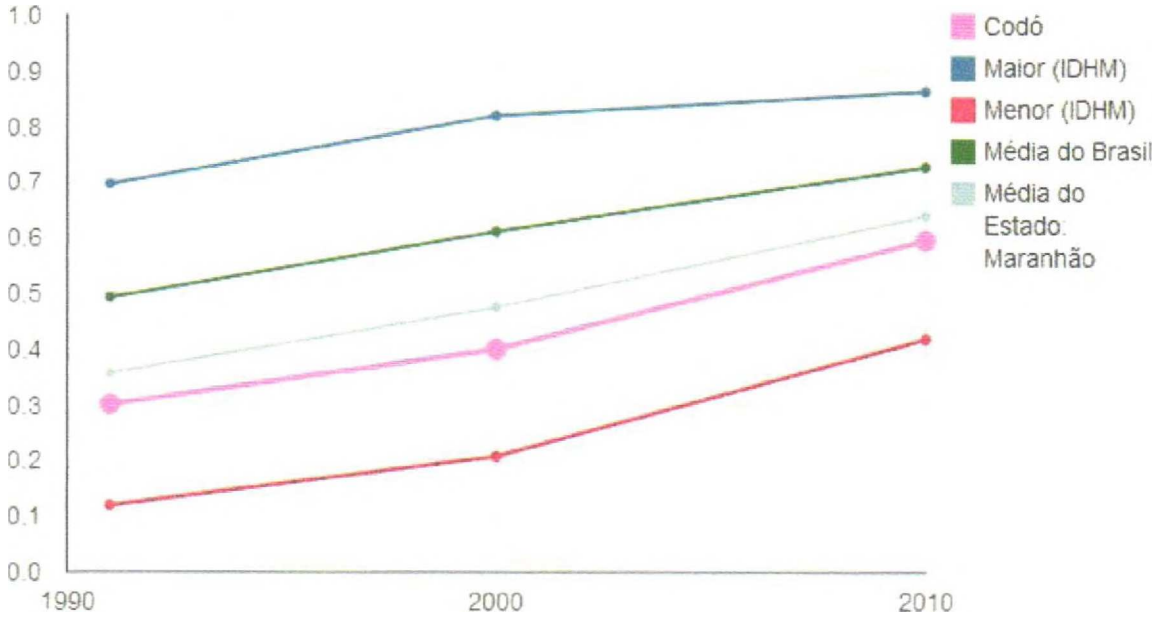
Os principais meio de subsistência do município, segundo Sousa (2006), são fruto de suas características rurais, tendo agravado o problema de geração de renda com o crescimento da população urbana, principalmente para aquelas que residem nas áreas periféricas do município, pois não possuem qualificação profissional nem alternativas urbanas de geração de renda.

De acordo com dados que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) divulgado no Atlas do Desenvolvimento Humano, Codó possui um IDHM de 0,595, situando-se na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010 algumas dimensões apresentaram melhorias como Educação (crescimento de 0,273), Longevidade e Renda (PNUD, 2013).

O Atlas do Desenvolvimento Humano é uma plataforma que, em cima de dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, disponibiliza informações acerca de indicadores como população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade dos 5.565 municípios brasileiros.

O município encontra-se, segundo o IDHM, na 4.255ª posição em relação aos 5.565 municípios do Brasil, destes 4254 (76,44%) estão em situação melhor em relação a Codó e 1311 (23,58%) encontram-se em situação igual ou pior (Gráfico 4).

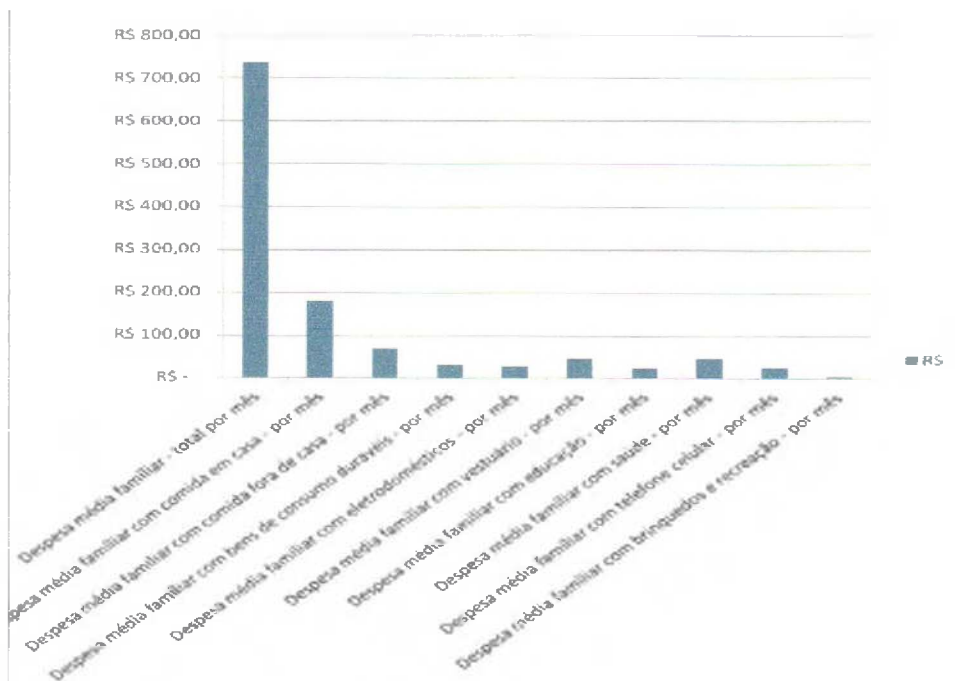
Gráfico 4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)



Fonte: PNUD (2013)

No tocante ao potencial de consumo familiar, observa-se no gráfico abaixo, a predominância dos gastos mensais com alimentação dentro e fora de casa, seguido por vestuários e gastos com saúde e o último, que atesta a situação alarmante, o gasto com educação.

Gráfico 5 - Potencial de consumo família

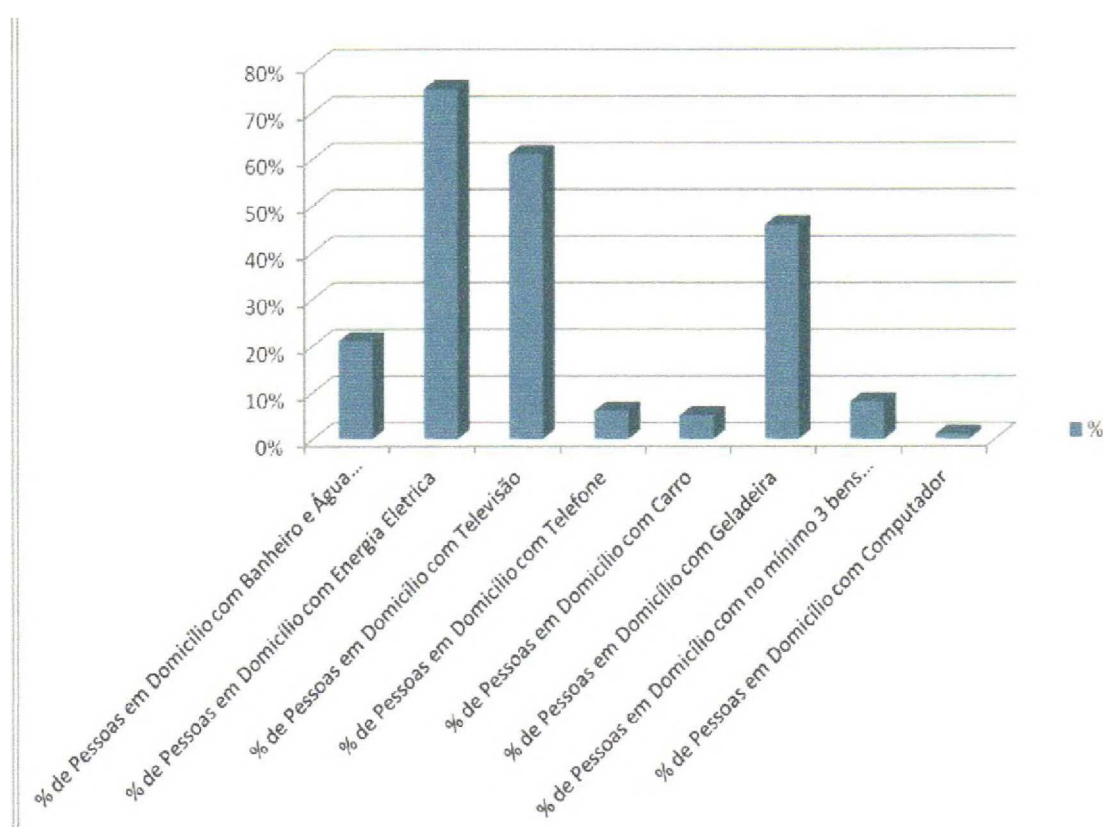


Fonte: IBGE (2010)

Dessa forma, o modo de produção capitalista, de acordo com Lipietz (1988) se caracteriza pela separação dos produtores de seus meios de produção e pelo caráter privado. Este desenvolvimento desigual se traduz por desigualdades cumulativas do lucro e da acumulação, conforme ocorre em Codó.

O gráfico abaixo evidencia o acesso a bens com predominância para energia elétrica, televisão, água e geladeira em detrimento ao acesso a bens como carro, telefone e computador.

Gráfico 6 - Acesso a bens 2010



Fonte: IBGE (2010)

Apesar dessas contradições, o município possui uma arrecadação de aproximadamente R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais). O município encontra-se na sexta posição entre os dez municípios com maior participação no PIB do estado com 1,22%. Em 2010, apresentou mudança de 8º para 7º no ranking. Sua distribuição setorial corresponde a 11,3% na agropecuária, 24,5% na indústria e 64,2% em serviços (IMESC, 2012).

Essa realidade constata uma alocação de recursos públicos equivocada, por se tratar de um polo industrial e não atender aos anseios da população quanto a

questões básicas de subsistência (educação, saúde, segurança e saneamento básico).

O relatório de atividades da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) referentes à gestão 2009-2012 de Codó aponta ganhos importantes na área da educação tanto na área urbana quanto na rural como aumento de alunos que concluíram o ensino fundamental (Tabela 3).

Tabela 3 - Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal em Codó

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2009	21	120	141	36	184	220
2010	20	133	153	37	178	215
2011	22			40	184	224

Fonte: SEMED, Codó, 2011.

Pode-se constatar que a maioria das ações desenvolvidas pela secretaria são programas federais (Programa Darcy Ribeiro, Universidade Aberta do Brasil, Desenvolvimento da Educação, Mais Educação, Brasil Alfabetizado). Faltam iniciativas, projetos e programas próprios da secretaria na área de educação (PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ, 2012).

A maioria das escolas das comunidades pesquisadas encontram-se numa situação de abandono com problemas iguais às demais escolas em áreas rurais no Maranhão como: falta de professores, infraestrutura precarizada, falta de transporte, falta de material escolar e bibliotecas dentre outros fatores que contribuem para evasão.

No relatório de atividades da SEMED, não consta nenhum projeto ou programa voltado a bibliotecas, há sim, uma grande ênfase na construção e dinamização de laboratórios de informática. O que se torna contraditório no momento em que um programa nacional que visa à questão da leitura e do letramento, como é o Brasil Alfabetizado tem uma abrangência grande no município com números expressivos conforme é mostrado na tabela abaixo.

Tabela 4 – Mapa do PBA do SBA em Codó

ANO	Alfabetizando (alunos)	Turmas	Alfabetizador (professor)	Localidades contempladas	Coordenador de turmas	Alfabetizados	%	Não Alfabetizados	%	Idade contempladas
2010	2.224	157	157	47	16	1.249	56%	975	43%	18 à 72 anos
2011	2.321	160	160	38	21	1.586	68%	735	32%	18 à 82 anos
Total	4.545	317	317	85	37	2.835	62%	1.710	38%	

Fonte: SEMED, Codó (2011)

Em termos de academia de ensino superior, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) tem um Campus na cidade, oferecendo os cursos de Licenciatura em Ciências Humanas e Naturais. A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) com os cursos de Administração e especialização em Jovens, Adultos e Idosos. Também conta com um centro de atuação no município e os cursos técnicos da rede e-Tec do Brasil (cursos técnicos de serviços públicos, informática, planejamento e gestão em Tecnologia da Informação, segurança do trabalho e controle ambiental).

A cidade é assistida pelo Centro de Capacitação Tecnológica do Maranhão (CETECMA) com os cursos de qualificação técnica em contabilidade, segurança do trabalho, inglês e espanhol, auxiliar administrativo, informática intermediária e conta ainda com a escola agrotécnica que foi incorporada ao Instituto Federal e Tecnológico do Maranhão (IFMA), além de várias instituições de ensino superior particulares e escolas nos níveis federal, estadual e municipal.

Porém a situação educacional da população codoense não difere muito da maior parte dos municípios maranhenses, agravando-se exponencialmente devido a sua estrutura socioeconômica predominantemente agropecuária com grande parcela da população residente no meio rural em pobreza generalizada, reforçando a necessidade de políticas integradoras que supram os anseios desses grupos sociais.

O município tem uma biblioteca pública municipal (Figura 7), localizada no centro da cidade, porém passa pelas mesmas dificuldades de outras unidades como falta de recursos humanos capacitados, dotação orçamentária para atualização do acervo e uma maior divulgação de suas atividades, pois a falta dessas acaba por afastar os usuários e dificulta no reconhecimento da instituição como um bem cultural a serviço da população.

Figura 7 - Biblioteca Pública Municipal de Codó – MA



Fonte: Martins, Carlos Wellington Soares (2012)

Pela mesma dificuldade, encontra-se o Farol da Educação do município, localizado no bairro da Trizidela (Figura 8), essa biblioteca tem característica escolar com objetivo de atender às necessidades informacionais dos alunos e alunas das escolas do município, tanto que geralmente, os faróis são construídos ao lado de uma escola.

Trata-se de um projeto do estado, confundido pelas pessoas como biblioteca pública, apesar de sua concepção ser diferente em relação a produtos e serviços, pois a biblioteca pública tem objetivos mais amplos não se restringindo, apenas, à função educativa, enquanto aos faróis, foram pensados como apoio educacional, haja vista as unidades estarem, em sua maioria, ao lado de uma escola nos municípios.. No entanto os faróis da educação passam pelo mesmo problema

das bibliotecas públicas no tocante a melhorias e investimentos tanto de seus prédios quanto de recursos humanos e acervo.

Figura 8 - Farol da Educação do Município de Codó – MA



Fonte: Martins, Carlos Wellington Soares (2012)

Esse panorama só reafirma a necessidade da elaboração de uma política cultural e educacional que venha a cumprir o seu papel ao favorecer o acesso aos direitos sociais comuns a todas as pessoas.

A inexistência de bens culturais como arquivos, museus e teatros e a ineficácia de ações realizadas pela biblioteca municipal só atestam o descaso do poder público para com a cultura e a educação.

O Centro de Cultura da cidade (Figura 9) apenas funciona para alocar bares, lan houses sem contar com algum projeto ou iniciativa para otimização do local no que tange a práticas culturais.

As elaborações de um programa de governo alinhado com as necessidades educacionais e culturais contribuiriam de forma incisiva para a emancipação do município no que concerne aos direitos sociais.

Figura 9 - Centro de Cultura do município de Codó – MA



Fonte: Martins, Carlos Wellington Soares (2012)

Em relação ao programa analisado pela pesquisa, evidencia-se um número expressivo de famílias atendidas pela ação no município, mas dentre o que consta nos relatórios até o que a realidade realmente apresenta encontra-se um largo caminho reforçando a necessidade de um olhar sociológico acerca dessas práticas e suas reais intervenções no meio rural.

A partir da delimitação da área de estudo, de suas variáveis e da caracterização do município, tem-se aportes importantes para o direcionamento e caminho a ser percorrido durante o processo de investigação que será especificado na metodologia empregada na análise do objeto em estudo.

1.2 Dos procedimentos metodológicos

Com a delimitação da historicização, recortes epistemológicos, objetivos e pressupostos é necessário a utilização de um método que permitiu um direcionamento para o alcance dos objetivos da pesquisa. Para tanto, foram realizadas leituras acerca das categorias de análise definidas para o estudo: Estado e políticas sociais, leitura, direitos sociais e acesso à informação. De posse do referencial teórico e área de estudo definida estabeleceu-se uma sequência para os procedimentos operativos.

Entendeu-se que o método para Marx não pode ser considerado um conjunto de regras formais aplicadas a um determinado objeto que fora recortado para uma determinada análise, nem tampouco um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe segundo sua vontade. Para ele implica, na verdade, em uma determinada posição ou perspectiva do sujeito que pesquisa, situação esta que favorecerá ao pesquisador extrair, em sua relação com o objeto, suas múltiplas determinações (NETTO, 2011).

A construção do conhecimento é resultado de um esforço consciente do homem, enquanto sujeito histórico, para desvendar a essência dos fenômenos que constituem a realidade do mundo em que está inserido. Nesse sentido, a definição do método de abordagem de toda realidade demanda, em primeiro lugar, a explicitação de uma concepção de realidade que orientará as opções que serão feitas (RODRIGUES, 2008, p.22).

A busca pela essência dos fenômenos pressupõe situá-los na realidade social com enfoque na totalidade. O fenômeno social pode ser compreendido como um fato histórico, no entanto, não se tem a intenção de conhecer todos os aspectos da realidade, pois os fatos expressam um conhecimento da realidade na infinidade dos seus aspectos e propriedades. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

O método materialismo histórico-dialético considera a historicidade dos processos sociais, condições socioeconômicas e as contradições sociais como teoria sociológica vital para a compreensão da realidade. Esse método trabalha com as contradições intrínsecas as ações e realizações humanas considerando também, a relação entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos.

Malagodi (1988) alerta que o materialismo histórico-dialético apresenta-se como uma percepção realista, mas não de forma conformista. O método é necessariamente realista na medida em que se investiga as relações na sociedade, o que existe de fato não o que gostaria que existisse, com vistas a buscar o conhecimento estrito da realidade. Não se trata de fazer puras constatações, mas sim, entender que o processo social tem na existência concreta do indivíduo a matriz de seu pensamento, pois a realidade transforma-se por força das próprias contradições. A partir desse pensamento, considerou-se adequado o materialismo histórico-dialético como método a nortear a pesquisa.

Como processo operativo optou-se em iniciar com uma pesquisa documental, com consultas ao site do MDA, da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) e do Portal Arca das Letras, onde de posse de documentos como

relatórios, indicadores, manuais, guias pode-se realizar comparações entre o que consta nos documentos com a realidade apresentada, seguido por uma pesquisa bibliográfica, através de consultas e análises críticas da literatura referente ao objeto pesquisado.

Após a consulta e estudo do arcabouço teórico, partiu-se a campo para realizar a coleta de dados nas comunidades que tiveram o programa implantado. Desde o início da pesquisa foi mantido contato informal com as comunidades o que contribuiu de forma vital para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados. Para o acesso ,as comunidades e contato com líderes comunitários contou-se com o apoio da Organização Não-Governamental (ONG) Plan que tem como foco de sua atuação a defesa dos direitos da infância e conta com uma unidade em Codó.

As visitas foram realizadas por um período de quatro meses. As comunidades visitadas foram Boqueirão (Projeto de Assentamento INCRA); Buriti Corrente (Agricultura familiar); Canto do Cocho (Agricultura familiar); EFA Codó (Escola Família Agrícola); Eira II (Agricultura familiar); Irmã Rita Loren (Projeto de Assentamento INCRA); Montevideo I (Agricultura familiar) e Rumo (Agricultura familiar), totalizando 489 famílias e 182 entrevistas com os moradores das comunidades e oito agentes de leitura que atuam nessas comunidades.

Como o objetivo do programa "Arca das Letras" é o acesso à leitura a comunidades distantes de grandes centros urbanos, considerou-se importante que não fossem delimitadas faixa etária e gênero, uma vez que essa ação é direcionada a todos os moradores de comunidades rurais não justificaria delimitar categorias.

Como instrumento de coleta de dados, optou-se por entrevista semi-estruturada que segundo Triviños (2010, p.145-146, grifo do autor) é um importante meio de coleta de dados

[...] é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a Coleta de Dados [...] porque esta, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária enriquecendo a investigação. [...] Podemos entender por entrevista *semi-estruturada*, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a medida que se recebem as respostas do informante.

Dessa forma, os sujeitos foram submetidos a várias entrevistas, com a intenção não só de obter o máximo de informações, mas para que se possa variações nas respostas em diferentes momentos. Utilizou-se, para isso, um

gravador, câmera digital e caderno de notas nas entrevistas como registro para utilização no material final de análise do estudo.

Foram realizadas entrevistas (Apêndices E e F) com os secretários de cultura e de educação do município de Codó-MA com o intuito de perceber a articulação entre os gestores e o programa e seu retorno social para o município. A Coordenadora de Ação Cultural do MDA, a gestora do programa e a representante estadual do MDA participaram da pesquisa através de questionários (Apêndices A, B e C) enviados por e-mail visto a distância e a agenda das mesmas não oportunizarem um encontro para uma entrevista.

De posse do material coletado, deu-se o tratamento necessário, iniciado pela transcrição das entrevistas, seguida pela análise dos dados em consonância com os objetivos delimitados para a pesquisa como forma de permitir uma análise entre o que estava nos pressupostos estabelecidos, com o resultado apresentado.

Como processo metodológico do ponto de vista da forma de abordagem do problema, adotou-se a pesquisa qualitativa pelo fato de se acreditar que responde a questões particulares, de níveis de realidade que não podem ser quantificados. Por trabalhar com o universo dos significados, valores, crenças e por comporem a realidade social, a pesquisa qualitativa é a mais indicada por propiciar uma compreensão sobre a ação do homem enquanto ser reflexivo e com capacidade de interferir em sua realidade (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2010).

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva que é compreendida por Gil (1991) como tendo como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno e também as relações entre variáveis, pretendendo em alguns casos determinar a natureza entre essa relação.

Quanto aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como um levantamento, que segundo Gil (2004) constitui-se como uma interrogação direta dos sujeitos da pesquisa.

Essa forma de procedimento não necessita que sejam pesquisados todos os integrantes da população estudada, através de uma análise de um grupo significativo de pessoas que estejam ligadas ao objeto de estudo. Suas respostas permite mensuração para que se consigam conclusões correspondentes aos dados coletados.

Marx (1968) coloca o sujeito no papel de protagonista na pesquisa, com a tarefa de não apreender a aparência, mas sim a essência, sua estrutura e sua

dinâmica, o sujeito tem que se apoderar da matéria em todos os seus pormenores, possibilitando a análise das mais diversas formas de desenvolvimento e com capacidade de perceber as conexões existentes entre elas.

Findado esse trabalho é que se pode descrever o movimento real, conseguindo-se isto ficará evidenciada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada.

A relevância do estudo apresenta-se nos mais diferentes âmbitos, no sentido em que o programa irá completar dez anos de atuação e de contar praticamente com todos os estados da federação contemplados com a ação, o que reforça o caráter da necessidade de uma análise. Importante também, salientar que a temática de incentivo à leitura e bibliotecas assumiu papel de destaque nos discursos governamentais reforçando uma questão ideológica passível de investigação.

Como contribuição para o debate acadêmico, as categorias de análise presentes nesse estudo representam a preocupação científica em investigar processos sociais que influenciam diretamente nas dinâmicas e formas de sociabilidade como a relação entre Estado e políticas públicas de leitura e acesso à informação e à relação entre direitos sociais e comunidades rurais. Visto que a relação entre as práticas de desenvolvimento que privilegiam a regulação econômica e industrialização em detrimento dos direitos sociais encontra ressonância e assume papel de destaque no meio acadêmico.

1.3 Da sistematização dos capítulos

Os capítulos estão organizados da seguinte forma.

No primeiro capítulo, Estado e políticas públicas de leitura e acesso à informação apresenta-se uma análise sobre a relação entre Estado com as políticas públicas culturais, dando ênfase nas relacionadas a incentivo à leitura e ao acesso à informação. Também aborda as bibliotecas e suas práticas sociais e culturais. Discorre sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura, apresentando seus eixos de ação e seus objetivos, identificando, dessa forma, a relevância do objeto de estudo relacionando o programa com o município a servir como campo de avaliação. A ideia central do capítulo é responder a questão: O processo evolutivo das políticas informacionais está intrinsecamente direcionado à relação entre a leitura e ao viés político?

O capítulo subsequente, práticas sociais e políticas de leitura no Maranhão, apresenta um panorama da realidade leitora no estado, levando em consideração o processo histórico e as políticas articuladas no modelo poliárquico, bem como tece considerações sobre programas que possuem algum tipo de intervenção relacionada à leitura e suas articulações com os governos estaduais e municipais. Portanto, pretende trazer à luz a questão de que práticas colonialistas e patrimonialistas contribuem para que o estado permaneça em descompasso com outras unidades federativas da União no que tange a políticas informacionais e acesso a bens culturais.

O capítulo seguinte apresenta o Programa de Implantação de Bibliotecas Rurais "Arca das Letras", desde sua orientação direcionada pelo PNLL, sua administração realizada pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) analisando os seus objetivos, a estratégia de ação, sujeitos sociais envolvidos, composição da arca e do acervo e distribuição.

A ênfase será dada para a escolha do agente da leitura e de sua atuação na comunidade rural. O capítulo terá foco em questões que nortearam a pesquisa como: a composição da Arca das Letras atende as necessidades da comunidade? Sua estratégia de ação proporciona uma gestão participativa eficiente com resultados favoráveis para a comunidade e região? A escolha do agente de leitura é decorrente de um fator político? Como é realizada a definição de quem atua como agente? É feita uma abordagem sob o que foi proposto pelo programa Arca das Letras como o que foi encontrado na pesquisa de campo? O programa cumpre com seus objetivos e qual a relevância do mesmo para o desenvolvimento da região pesquisada?

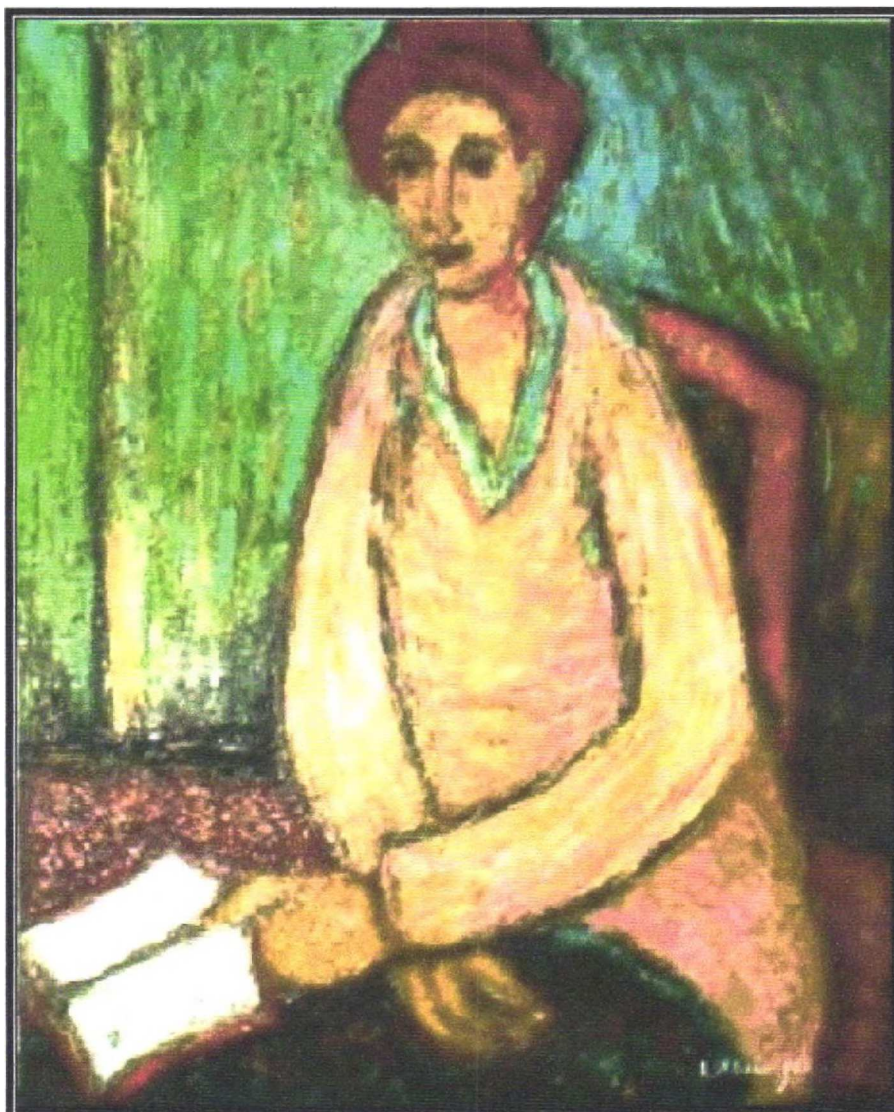
O capítulo subsequente, o espaço rural maranhense, um lugar de leitores? apresenta uma discussão sobre as possibilidades de práticas leitoras no espaço rural através da utilização de políticas públicas de incentivo à leitura. Caracteriza as comunidades rurais e suas particularidades analisando o acesso à informação e as implicações para o desenvolvimento regional. Analisa quais as possibilidades do espaço rural se tornar um espaço de vivências leitoras consolidado por uma prática social e que gere um processo participativo favorecendo ao desenvolvimento da região. Discute letramento como prática cultural através da utilização da leitura e investiga as novas formas de sociabilidade

decorrentes de uma prática de letramento, mas especificamente no meio rural. Neste capítulo responde-se a questões como: práticas de leitura favorecem ao letramento? A leitura possibilita uma prática cultural? O programa Arca das Letras contribui para favorecer um novo tipo de sociabilidade na comunidade?

Na conclusão identifica-se, baseado na empiria, os possíveis contrastes da política e sua implantação, a fim de averiguar a consistência do programa e se o mesmo atende às questões de letramento, servir como um novo espaço de práticas sociais e sua funcionalidade enquanto política social. Em cima dos pressupostos levantados para delimitação do objeto de estudo, apresentam-se as conclusões a que a pesquisa captou na compatibilidade da teoria com a empiria e já propõe novos questionamentos que surgiram para pesquisas posteriores.

2 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Figura 10 – Mulher com livro (Adalberto Lutkmeyer – 1983)



Fonte: <http://peregrinacultural.wordpress.com/2008/10/03/onde-esta-o-leitor-ou-a-leitora-nas-artes-plasticas-brasileiras/>

“Quantos homens já não iniciaram uma nova era em suas vidas ao ler um livro?”

Henry David Thoreau

Apresenta uma análise da relação entre Estado com as políticas públicas, dando ênfase nas relacionadas ao incentivo à leitura e ao acesso a informação. Aborda as bibliotecas e suas práticas sociais e culturais. Discorre sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura, apresentando seus eixos de ação e seus objetivos. Identifica, dessa forma, a relevância do objeto de estudo relacionando o programa com o município que serviu como campo de avaliação.

As políticas públicas têm gerado vários estudos e no mundo acadêmico, têm ganhado relevância como foco de pesquisas. Porém, como evidencia Schmidt (2008), temas que têm uma ampla utilização acabam gerando vários enfoques e ponto de vistas diferentes.

Segundo o referido autor a importância do estudo das políticas públicas compreende dois ângulos: o prático e o acadêmico. Sendo o prático referente aos agentes políticos, grupos de interesse e dos cidadãos, enquanto o ponto de vista acadêmico tem enfoque nos resultados de ações governamentais.

Conceituar política pública, diante de sua complexidade, torna-se um processo de inquietações, no entanto alguns autores convergem em suas definições como elenca Schmidt (2008, p. 2311)

- Linn: uma política é um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.

- Peters: política pública é a soma das atividades dos governos que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

- Lasswell: decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Ainda segundo o autor em referência a literatura sobre políticas públicas apresenta tipologias diversas, dentre estas uma bastante conhecida é a de Theodor Lowi proposta ainda na década de 60 que encontra ressonância em muitos autores contemporâneos como Frey (2000) que identifica quatro tipos de políticas:

- a) distributivas: consistem em distribuição de recursos da sociedade a segmentos sociais e regiões específicas, como exemplo encontram-se as de desenvolvimento de regiões específicas, pavimentação e iluminação de ruas, auxílio a deficientes físicos;
- b) redistributivas: consistem na redistribuição de renda, com deslocamento de recursos de camadas sociais mais ricas para as mais pobres, como exemplo tem-se os programas habitacionais, regularização fundiária e de renda mínima (bolsa família);
- c) regulatórias: com função de regular, ordenar mediante ordens, proibições, decretos, portarias o funcionamento de serviços e a instalação de equipamentos públicos. Exemplos dessa política são as de plano diretor urbano, circulação, uso do solo;
- d) constitutivas ou estruturadoras: são as que definem procedimentos gerais da política. Dentre essas políticas estão as de definição do

sistema de governo, sistema eleitoral, reformas políticas e administrativas.

Schmidt (2008) afirma que grande parte dos estudiosos identificam cinco fases presentes no ciclo de políticas públicas, no entanto, essa abordagem de análise também é criticada visto que muitos autores consideram a análise de políticas públicas muito complexas e não pode ser uniformizada através de estágios ou fases apontadas pelo ciclo. As fases das políticas públicas compreendem as seguintes ações: percepção e definição de problemas; inserção na agenda política; formulação; implementação e avaliação.

As políticas públicas, no contexto atual, também podem ser compreendidas como propostas de intervenção

[...] como um conjunto de propostas de intervenção estatal, consubstanciadas em medidas institucionais, relativas a setores específicos da sociedade que, em primeiro lugar, implicam de forma mais visível e concreta, um quadro legislativo, possuindo igualmente – como bases de sustentação – um quadro teórico, político e ético, a encarnar interesses do capital e das forças de resistência, de contestação e de pressão política, no interior dos processos de democratização (CARVALHO et al, 2010, p. 242).

Em se tratando de políticas públicas e instituições governamentais Dye (2009) considera que ambas possuem uma relação íntima, em que uma política não se transforma em política pública antes que seja adotada e implementada por algum órgão governamental. Ainda segundo o autor, essas instituições oportunizam três características distintas às políticas públicas: legitimidade, universalidade e coerção.

Legitimidade no sentido dessas políticas serem consideradas obrigações legais que cobram lealdade dos cidadãos, considerando-as importante e mesmo obrigatórias. A característica de *universalidade* porque dizem respeito a todas as pessoas da sociedade e a *coerção* através do poder de represália que o governo possui no não cumprimento e aos violadores das políticas (DYE, 2009).

A política da avaliação das políticas públicas está longe de se restringir a questões e disputas relativas à definição dos interesses prioritários e do escopo do Estado, posto que a avaliação pode também, por exemplo, ser elemento central na disputa eleitoral, no controle das interações intergovernamentais e na busca de acomodação de forças e de interesses no âmbito intraburocrático. O caráter eminentemente político do projeto de “modernização” do Estado vinculado a uma “revolução” gerencialista que se deseja implantar, tendo o monitoramento e a avaliação de políticas assumindo lugar de destaque (FARIA 2005).

No entanto, as políticas públicas, não se eximem de serem construídas em cima de interesses e com objetivos transversais incutidos em suas estratégias de ação, como pontua Yazbek (2010, p. 62)

[...] a Política Pública entendida aqui, como intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos, responde a interesses diversos, ou seja expressa relações, conflitos e contradições que resultam na desigualdade estrutural da sociedade capitalista. Interesses que não são neutros ou igualitários e reproduzem desigual e contraditoriamente relações na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade.

Em se tratando de políticas públicas de cultura ou políticas culturais a sua análise torna-se ainda mais complexa devido à variedade de interpretações sobre a definição de cultura. As dificuldades de se conceituar cultura, inclusive entre aqueles que pertencem à categoria dos intelectuais, condicionam a definição do seu centro.

Hall (2003, p.135) discute sobre a concepção de cultura e afirma que não consiste no que há de melhor de forma isolada:

Não consiste na soma de o melhor que foi pensado e dito, considerado como ápice de uma civilização plenamente realizada. [...] Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. [...] A análise da cultura é, portanto, a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos.

Também há duas formas de se receber a cultura: de forma cumulativa e estática. Na primeira o indivíduo recebe toda a carga de informação sem tentar modificá-la. A outra forma seria a acumulativa, porém dinâmica, podendo reelaborar tudo o que se recebe a partir de uma reorganização de acordo com um entendimento próprio, “[...] cada realidade cultural tem sua lógica interna, qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam” (SANTOS, 1985, p.8).

Em sentido amplo, a cultura incluiria também as várias entidades e instituições criadas para colocar o precedente em prática. O estudo de sistemas de informação e comunicação impõe que se admitam hipóteses de natureza cultural devido aos seguintes motivos:

- a) a cultura é criada por seres humanos;
- b) a cultura fornece a matriz das regras pelas quais utilizamos a linguagem, signos e símbolos não-verbais;
- c) a cultura pode ser categorizada no sentido não-material como possuidora de sistemas éticos, morais ou artísticos que lhe são próprias;

d) a cultura pode ser categorizada nos sentido material de modo a incluir qualquer coisa feita pelo ser humano para qualquer fim (MCGARRY, 1999).

As práticas sociais consideram como lócus de atuação a dimensão espacial, considerada como condição necessária para que elas existam e, simultaneamente, o quadro que as delimita e lhes dá sentido (GOMES, 2002).

A forma como a população visualizaria um espaço dedicado às atividades culturais e como isso está delineado em seu imaginário é especificada por Milanesi (1989, p.71):

Nada é recebido como quem assiste passivamente a um programa de televisão: o conteúdo de manutenção e conservação culturais e o processo de mão única (emissor e receptor) como se conhece. O centro de cultura não é, pois, um local onde os indivíduos se ajustam a determinadas formas e se apaziguam, se conformam, evadindo-se do mundo, acomodando a personalidade e as emoções.

Sob essa perspectiva, embasado numa visão lefebvriana, o espaço não se restringe a se constituir em expressão de suas formas e estrutura material, mas sim caracterizado por seus usos e funções dependendo da ação da vida cotidiana para o estabelecimento de relações sociais novas ou antigas (COLOMBIANO 2007).

O acesso à cultura – cultura pensada não só como memória ou ato criativo espontâneo ou artístico, mas como conhecimento – ou a necessidade de apropriar-se continuamente de suas variáveis e disponibilizar esse acervo à comunidade, é um ato consciente que exige inserção coletiva e política de todos os cidadãos. Assim, exige um ambiente comunitário e político favorável a inserção cultural do indivíduo e grupos [...]. A cultura, tal qual ela é pensada no século XXI, é a experiência que marca a vida humana em busca do conhecimento, do alto aprimoramento, do sentido de pertencimento e da capacidade de trocar simbolicamente (PORTO, 2007, p.169).

Conforme elenca Chauí (1995) a relação entre Estado e cultura tem sido regida por quatro modalidades:

- a) Liberal: cultura ligada às belas artes como privilégio de elites escolarizadas;
- b) Estado autoritário: Estado como produtor da cultura e censor da produção cultural;
- c) Populista: manipulação através da cultura popular entendida como produção cultural do povo;
- d) Neoliberal: identifica evento de massa e cultura privatizando as instituições públicas culturais.

Em oposição a essas modalidades, a referida autora, tece uma teoria mais abrangente sobre cultura e contra os modelos vigentes em que o conceito de cultura vai além das belas artes, tomando o seu sentido antropológico gerado através das relações entre os indivíduos (CHAUÍ, 1995; BOTELHO, 2001; BELING, 2005) que iria contra a visão liberal. No tocante a visão autoritária faz-se necessária a diferenciação entre o estadismo cultural e a dimensão pública da cultura. A populista reduz a discussão sobre cultura na polaridade entre o popular e o de elite sendo que a discussão vai muito além desse tipo de classificação. Contra a visão neoliberal deve-se enfatizar a ação cultural no lugar dos padrões fixados e definir o papel do poder público em relação aos serviços culturais (bibliotecas entre outros) e no financiamento das produções culturais (CHAUÍ, 1995).

Quando se fala no tocante a produção e incentivo por parte do Estado no quanto à cultura, esbarra-se no direito do cidadão em participar nas decisões da política cultural e de poder intervir nas diretrizes culturais da questão orçamentária com o intuito de garantir o acesso à produção cultural como explica Chauí (2006, p.238):

Trata-se, pois, de uma política cultural definida pela idéia de cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia) mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural.

Entende-se a política cultural, habitualmente, como um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o intuito de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Esse conjunto de iniciativas articuladas por esses agentes visa promover a produção, distribuição e uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e ordenamento do aparelho burocrático por ela responsável (TEIXEIRA COELHO, 1997).

Canclini (1995, p.114) apresenta sua concepção sobre políticas culturais:

As políticas culturais mais democráticas e mais populares não são necessariamente as que oferecem espetáculos e mensagens que cheguem à maioria, mas as que levam em conta a variedade de necessidades e demandas da população.

E ainda, o referido autor conceitua política cultural como sendo um conjunto de intervenções a cargo do Estado, pelas instituições civis e por grupos organizados tendo como objetivo orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e assim obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social (CANCLINI, 2005)

A política cultural tem que ser pensada, conforme enfatiza Chauí (1995), como direito social, com ênfase nos seguintes termos:

- a) Direitos de acesso e de fruição de bens culturais através de serviços públicos (dentre eles as bibliotecas) com foco no direito à informação;
- b) Direito à criação cultural como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades que oportunizem aos sujeitos sociais envolvidos se reconhecerem como sujeitos de sua história;
- c) Direito a reconhecer-se como sujeito cultural através da criação de espaços que viabilizem a sociabilidade na geração de produtos culturais;
- d) Direito à participação nas decisões políticas sobre cultura através dos meios legais de acompanhamento e deliberação sobre a política cultural nacional.

A questão dos direitos sociais perpassa pela integração de indivíduos, vivendo em comunidade, que estruturados por um conjunto de instituições, exercem seus direitos civis, políticos e sociais. Entre esses direitos, contam-se os direitos culturais, que segundo Constituição Brasileira no seu Art. 15 “[...] o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. (BRASIL, 1988, p.91).

O direito à informação se tornou um direito inquestionável estando consagrado em vários documentos de alto valor jurídico como o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo 19 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o artigo 13 da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos, o artigo 9 da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos e o artigo 10 da Convenção Européia sobre Direitos Humanos.

Com a estimulação da cultura dada pela Semana da Arte Moderna, em 1922, foi questionada a cópia do modelo europeu nos currículos de Biblioteconomia,

tendo uma preocupação maior com as raízes nacionais, em 1926 foi inaugurada a Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, marco importante para a cultura brasileira, tendo uma preocupação que a unidade de informação fosse espelho da comunidade e fomentadora da cultura local, adotando também, o serviço cooperativo privilegiando o intercâmbio com outras instituições.

Em 5 de novembro de 1987, por meio da Lei nº 7.624, o Instituto Nacional do Livro (INL) e a Biblioteca Nacional (BN) passaram a integrar a Fundação Nacional Pró-Leitura e em 12 de abril de 1990 o INL foi extinto, sendo substituído pela Lei nº 8.029, tendo suas atribuições transferidas para a Fundação Biblioteca Nacional. Após a extinção, do INL é “[...] quase inexistente o número de intervenções do Estado nas questões sobre políticas de biblioteca pública”. (BORGES, 2008, p.31).

Outras políticas, associadas às políticas de bibliotecas públicas foram surgindo no Brasil após década de 80, como a Lei de Direito Autoral (nº 9.610/1998), que segundo (GARCIA; ODDONE, 2006, p.188) “[...] ampliou os suportes possíveis para difusão da informação, englobando as novas tecnologias”.

Na área da leitura e de bibliotecas, as discussões foram mais produtivas e novas políticas começaram a ser desenhadas. Em outubro de 2003, o presidente da República sancionou a Lei 10.753 – a chamada Lei do Livro elaborada pelo Senador José Sarney, que instituiu a Política Nacional do Livro tendo como objetivos e valores: (OLIVEIRA, 2011).

- I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;
- II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;
- III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
- IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros tanto de obras científicas como culturais;
- V - promover e incentivar o hábito da leitura;
- VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;
- VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;
- VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;
- IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e para promover a justa distribuição do saber e da renda;
- X - instalar e ampliar no país livrarias, bibliotecas e pontos de venda do livro;
- XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;

XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura (BRASIL, 2003).

Segundo Garcia e Oddone (2006, p.188) essa Lei “[...] trata de questões pontuais relacionadas ao livro, desde a política nacional de difusão e a leitura, até a editoração, distribuição e comercialização”.

No quadro abaixo pode-se visualizar um panorama de algumas políticas informacionais seu ano e o marco legal

Quadro 1 - Políticas de informação desenvolvidas no Brasil (1890 – 2006)

ANO	MARCO LEGAL
1890	Biblioteca Nacional - Decreto nº 856 denominada em 1810, Real Biblioteca Imperial e Pública da Corte
1907	Biblioteca Nacional - Decreto nº 1.825, institui o depósito legal
1937	Decreto nº 92 INL – Instituto Nacional do Livro
1968	Lei nº 5.422– Serviço Nacional de Biblioteca Municipais
1969	Decreto- Lei nº 824 de 5 de setembro de 1969– Dispõe sobre a remessa de obras impressas ao Instituto Nacional do Livro
1979	Através da lei 6.757– Fundação Pró-Memória
1980	Decreto nº 84.631 de 09/04/1980 Institui a Semana Nacional do Livro e o Dia do Bibliotecário
1981	Portaria do MEC nº 585 incorpora o Museu Imperial, Biblioteca Nacional, Museu Histórico e Museu da República, Museu Nacional de Belas Artes, Museu Vilas Boas, Instituto Nacional do Livro (INL)
1981	Biblioteca Nacional - Incorporada a Fundação Pró-Memória, pela portaria MEC nº 585
1981	INL – Instituto Nacional do Livro - Incorporado à Fundação Pró-Memória pela Portaria nº 595
1987	Biblioteca Nacional - Lei nº 7624 vinculada a BN à Fundação Nacional Pró-Leitura
1987	INL – Instituto Nacional do Livro - Lei nº 7.624 incorporada à Fundação Pró-Memória
1987	Fundação Nacional Pró-Leitura - Lei nº 7.624 (incorpora o INL e BN)
1990	Biblioteca Nacional - Lei nº 8.209 extingue a Fundação Pró-leitura e cria a Fundação Biblioteca Nacional com acervo e dotação da Fundação Pró-Leitura
1990	Biblioteca Nacional - Decreto nº 99.942 vinculada a Fundação Biblioteca Nacional à Secretaria de Cultura da Presidência da República (SEC/PR)
1990	Biblioteca Nacional - Lei nº 8.113 dispõe sobre a natureza fundacional de Biblioteca Nacional
1990	Lei nº 8.209 extingue Fundação Pró-Memória e cria o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) com acervo e dotação do SPHAN e Pró-Memória
1990	Fundação Nacional Pró-Leitura - Lei nº 8.209 (extingue a Fundação Nacional Pró-Leitura)
1992	Biblioteca Nacional - Decreto nº 519 institui o Programa Nacional do Incentivo à Leitura (PROLER)
1992	Biblioteca Nacional - Decreto nº 520 institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

1992	Decreto nº 520 de 13 de maio; Coordenadoria da Biblioteca Nacional– Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências
1998	Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro– Implantação da lei de direitos autorais
2003	Lei nº 10.753 dec30/10/2003– Implantação da Lei do Livro
2004	Programa Fome de Livro: dotar toda cidade brasileira com uma biblioteca pública Desoneração fiscal do Livro: lei federal 11.030 de 21/12/2004 combinada à lei federal 10.865 de 30/04/2003 Articulações nacionais envolvendo toda a cadeia criativa, produtiva e distributiva do livro para organização do Ano Ibero-Americano da Leitura Criação da Câmara Setorial do Livro e da Leitura – CSLLL Decretada a desoneração do PIS / CONFINS: o livro no Brasil torna-se totalmente isento de taxas e impostos
2005	Ano Vivaleitura: nome dado ao Ano Ibero-Americano da Leitura aqui no Brasil
2005	União entre os Ministérios da Cultura (MinC) e da Educação (MEC) para um trabalho integrado pelo livro e leitura com objetivo de se criar o PNLL
2006	Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) Lançado em 13 de maio de 2006 com institucionalização e nomeação de dirigentes em agosto de 2006 pelas Portarias Interministeriais 1.442 e 1537

Fonte: Silva (2007)

Pelo fato do Programa de Implantação de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” ter em sua concepção uma estratégia de ação parecida com as das bibliotecas públicas (a gestão compartilhada com foco na comunidade dá a ela também características de biblioteca comunitária), considera-se importante um enfoque sobre as práticas culturais realizadas nesses espaços. Para entender a importância de políticas culturais voltadas às bibliotecas, primeiramente, faz-se necessário saber qual a função social dessas instituições, assim como entender que o Estado deve garantir sua existência, pois é a partir dessas que os indivíduos garantem sua cidadania.

2.1 Bibliotecas públicas e práticas sociais

Com relação às bibliotecas públicas, por serem instituições culturais que historicamente contribuem para formação de leitores, sendo espaços abertos para que os sujeitos apropriem-se de informações e tornem-se sujeitos críticos e livres, também são instituições que o Estado deve garantir sua existência, haja vista seus objetivos e princípios, entre os quais se destaca: o de garantir o direito e acesso a informação.

O acesso à informação no Brasil teve como característica a detenção do conhecimento pelas classes mais abastadas, definida pelo poder aquisitivo. Desde os tempos dos jesuítas, através da catequese, mas foram esforços isolados, pois tanto a educação quanto a cultura não eram prioridades do Estado. A democratização do acesso à informação também não teve por parte da chegada da Biblioteca e da Imprensa Real um grande impulso para que a informação chegasse às classes menos favorecidas.

Autores como Suaiden (2002) e Araújo (2002) informam que as bibliotecas chegaram ao Brasil ainda no período colonial, com os padres jesuítas com suas missões de catequização dos indígenas.

Posteriormente, estes autores citam a vinda da Biblioteca da Corte Portuguesa para o Brasil, porém, questionam que nenhuma dessas ações foram políticas culturais de bibliotecas, pois não tinham por finalidade servir a população em geral, visto que, a Real Biblioteca foi aberta ao público de forma limitada somente para alguns estudiosos e pesquisadores que obtiveram consentimento por parte da corte (SCHWARZ, 2006).

Essas ações atendiam aos interesses informacionais de seus proprietários, já que até aquele momento, não era de interesse da Corte Portuguesa o desenvolvimento cultural e educacional da população da colônia, mas apenas explorar os recursos materiais aqui existentes. É importante ressaltar que nessa época a sociedade possuía ranços machistas, patrimonialistas e racistas, ou seja, cidadãos de direitos eram os homens, brancos e abastados financeiramente.

A chegada dessas instituições foi de crucial importância para o início do que mais adiante seriam políticas estatais de bibliotecas, apesar de que Araújo (2002, p.18), diz que "[...] a biblioteca pública, durante o período colonial e imperial pode ser considerada como uma instituição cultural elitista e alheia às necessidades culturais, educacionais e informacionais da maior parte da população".

A primeira biblioteca pública brasileira foi registrada no dia de 4 de agosto de 1811, criada em Salvador-Bahia, sendo que em 5 de fevereiro de 1811, Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco encaminhou um projeto de criação ao governador da Bahia solicitando a aprovação do plano para a fundação dessa biblioteca. (SUAIDEN, 2000).

Através de um projeto de Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco encaminhando ao então Governador da Capitania da Bahia, pedindo a

fundação de uma biblioteca, configurando-se no primeiro projeto na história do Brasil com o intuito de facilitar o acesso ao livro. O projeto foi aprovado e a biblioteca inaugurada no Colégio dos Jesuítas em 4 de agosto de 1811, sendo o marco para que no futuro todas as providências em relação a implantação de bibliotecas fossem tomadas pelo Estado (SUAIDEN, 2000, p.52).

Percebe-se que esta biblioteca nasceu de uma "sensibilidade" de Pedro Ferrão que via a necessidade da população baiana de ter acesso a livros e conhecer melhor as artes e as ciências desenvolvidas na Europa. Porém, não chegou a atender as necessidades da população que naquele momento, era composta a sua maioria, de escravos e pobres/brancos analfabetos, até mesmo a burguesia da época não era por toda letrada.

Logo em sequência, na data de 29 de setembro de 1829, é fundada a segunda biblioteca pública do Brasil, no Estado do Maranhão, cuja abertura ao público deu-se em 3 de maio de 1831. Tanto a Biblioteca da Bahia como a da província do Maranhão não conseguiram atender às necessidades informacionais da população da época, pois a maioria era de analfabetos, porém impulsionaram para que novas bibliotecas fossem criadas, a saber (Quadro 2):

Quadro 2 - Fundação de Bibliotecas Públicas no Brasil

BIBLIOTECA	ANO DA FUNDAÇÃO
Biblioteca Pública do Estado de Sergipe	1848
Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	1852
Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina	1855
Biblioteca Pública do Espírito Santo	1855
Biblioteca Pública do Estado da Paraíba	1857
Biblioteca Pública do Paraná	1857
Biblioteca Pública do Estado de Alagoas	1865
Biblioteca Pública do Estado do Ceará	1867
Biblioteca Pública do Estado do Amazonas	1870
Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul	1871
Biblioteca Pública do Pará	1871
Biblioteca Pública do Rio de Janeiro	1873
Biblioteca Pública do Piauí	1883
Biblioteca pública do Estado do Mato Grosso	1912
Biblioteca Municipal de São Paulo	1926
Biblioteca Pública do Estado do Amapá	1945
Biblioteca Pública do Estado do Acre	1948
Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais	1954
Biblioteca Pública do Rio Grande do Norte	1963
Biblioteca Pública Estadual de Goiás	1967
Biblioteca Pública de Rondônia	1969

Fonte: Suaiden (1995)

Como é possível ver no quadro acima, num período de mais ou menos 100 anos, foram criadas no Brasil algumas bibliotecas públicas, porém, poucas tiveram condições de atingir seus objetivos, na época. Um dos motivos é que faltavam governantes e administradores com noções de uma infra-estrutura necessária para que elas atendessem a população, assim como, esta, não entendia a função dessa instituição, o que na verdade, até os dias atuais, as bibliotecas ainda enfrentam esses mesmos problemas. Ademais, sempre houve interesses políticos e ideológicos que não hesitavam em fechar as suas portas nas primeiras dificuldades econômicas existentes.

No entanto, a falta de um planejamento na implantação das bibliotecas acabava por instalá-las em lugares inadequados, uma inexistência de políticas de formação de coleção resultava num acervo deficitário não atendendo às necessidades informacionais da comunidade, causando um ranço por parte dos usuários, iniciando a criação de estereótipos sobre a figura da biblioteca e dos bibliotecários.

As atribuições de uma biblioteca pública vão para além do espaço físico em que exerce gestão da informação e dos seus serviços, mas inclui também o envolvimento na elaboração e implementação de políticas públicas de informação, que poderá vir a assegurar condições de oferta de produtos e serviços de qualidade e de exercer um papel político na formação e desenvolvimento da cidadania.

A Biblioteca Pública, tem por definição e caracterização de ter seus serviços e acervo disponibilizado para a comunidade em geral sem restrições alguma, o que a diferencia dos outros tipos de bibliotecas como as especializadas, universitárias, infantis, etc, portanto seu acervo deve incluir dias de interesse geral, incluindo além de textos de literatura, legislação, saúde pública, administração, etc, as Bibliotecas Públicas podem ser, segundo o âmbito de coletividade em que estão implantadas, federais, estaduais e municipais (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000, p.16).

As bibliotecas públicas não podem permanecer isoladas, devendo ser administradas com o intuito de atender as necessidades informacionais de sua comunidade sendo de vital importância à participação da sociedade civil indicando sua demanda nas atividades, planejamento e desenvolvimento de ações.

Chauí (apud SEPÚLVEDA, 1997) compreende as bibliotecas públicas como espaços para a socialização do conhecimento e também para a convivência entre os leitores cidadãos.

Cada biblioteca possui características que a tornam única, seja pelas particularidades de gestão, ou pela própria cultura organizacional que vai sendo desenvolvida na unidade de informação, sem perder de vista o caráter de satisfação do usuário. A biblioteca pública se configura como um centro local de informação disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento, “os serviços fornecidos por ela baseiam-se na igualdade de acesso a todos, independentemente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000, p.21).

Apesar de serem de vital importância no apoio à educação e cultura permanente da comunidade, adjacências e outras localidades, a inexistência de políticas públicas para a área de cultura no município resulta em ausência de destinação de recursos orçamentários para manutenção e ampliação dos serviços das bibliotecas, quadro de recursos humanos insuficiente e falta de efetiva interação com a comunidade para prestar um serviço de maior relevância. Inclusão social, dessa forma, pressupõe uma série de medidas que minimizem as desigualdades sociais (VANDA; SANTOS, 2007).

Machado (2010) evidencia que grande parte da sociedade relaciona as bibliotecas públicas com a área de educação, mas institucionalmente elas inserem-se na área de cultura integrando ações efetivadas por uma política cultural. Obviamente que o segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas possuem ações interministeriais com predominância de ações pelo Minc e pelo MEC como também parcerias com outros ministérios, haja vista o programa analisado nesse trabalho ser uma ação pensada e efetivada pelo MDA.

As bibliotecas públicas brasileiras estão integradas ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), apoiado pela Biblioteca Nacional (BN) que possui um órgão coordenador em cada estado que apoia os municípios na implantação de bibliotecas públicas e tem o objetivo de fortalecer as bibliotecas públicas por meio de ações específicas como a criação em cada estado de um Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP). O SNBP tem entre suas atribuições o acompanhamento do Programa Livro Aberto, cadastro de bibliotecas públicas, capacitação de pessoal de bibliotecas e assessoria técnica para as unidades que compõem o sistema (MACHADO, 2008; 2010).

Modelos de administração de bibliotecas, como o da UNESCO, acabam por parecer fazer parte de um contexto não condizente com os das bibliotecas públicas brasileiras com sua infraestrutura deficiente.

A ideologia que motiva as nossas bibliotecas é tipicamente de classe média [...] e a cultura que elas pretendem divulgar está mais para os valores universais e perenes do que para o reconhecimento de nossa própria cultura emergente do nosso folclore e artes populares. A biblioteca parece querer, muitas vezes, impor um modelo de cultura estranho ao próprio habitat (portanto alinadamente) em vez de hastear-se na dinâmica mesma dos valores culturais em germinação na comunidade. Talvez por esta razão a biblioteca ainda tem pouco peso e importância na vida cultural de nossos municípios (MIRANDA, 1978)

A UNESCO enfatiza algumas atribuições da biblioteca pública como:

- a) a promoção do idioma nacional;
- b) fornecer publicações oficiais, livros e outros materiais para o estudante e neoalfabetizados;
- c) apoiar campanhas de alfabetização;
- d) ser depositária do acervo da inteligência e da história local, principalmente as que representam a cultura e a história da comunidade, funcionando como depósito legal e receptáculo da memória de uma comunidade (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000).

A literatura referente aos serviços e a filosofia das bibliotecas públicas revelam-na como uma instituição primordial no apoio ao desenvolvimento científico, ao exercício da cidadania e cultura de modo geral, revelando dessa forma o papel social das unidades de informação “[...] a literatura informa que numa época recente, a partir da era industrial, a política e a economia, atribuíram missões para a biblioteca pública e essas missões levaram a constituição de seu público” (SOUZA, 2000).

A Biblioteca Pública é o principal meio de proporcionar a todos o livre acesso aos registros do conhecimento e das idéias do homem e às expressões de sua imaginação criadora. É ela que oferece a oportunidade da democratização da vida cultural, seja através do acesso da população aos bens culturais, seja através da formação indispensável dos conhecimentos, instrumentos e meios postos, em uso pela prática cultural, seja pela participação ativa de cada um, na medida de suas possibilidades no desenvolvimento cultural (SPONHOLZ, 1984, p.4).

A palavra “pública” deriva seu significado essencial da base latina, *publicus*, que significa do povo e, em seus sentidos correlatos: geral, comum ou universal. Assim, cultura incluiria crenças, habilidades, artes, moral e costumes e

qualquer aptidão física ou intelectual adquirida por seres humanos como membros da sociedade.

A respeito de cultura Flusser (1983) diz haver dois entendimentos, podendo consistir em coisas feitas pelo homem, ou na própria visão do mundo feita através das práticas sociais individuais.

Dentre as funções da Biblioteca Pública (Quadro 3) destaca-se a cultural tendo na biblioteca um “espaço destinado à produção intelectual representa um instrumento vigoroso capaz de favorecer, ressaltar, silenciar ou ocultar a preservação e/ou difusão de informações que podem influir ou transformar [...] as inter-relações sociais” (VERRI, 1996, p.12).

Quadro 3 - Funções da Biblioteca Pública

Funções da Biblioteca Pública	Atividades culturais
Promoção de leitura	Concursos de leitura de conto e histórias, críticas de livros, clube de leitura, curso de criatividade literária, dramatização de leitura (teatro), feira de livros, hora do conto, jogos literários, gincanas, lançamentos de livros, mural de poesias, visita de escritores
Centro de Aprendizado	Cursos de curta duração (literatura, artesanato), teleaulas de alfabetização de adultos, palestras e discussões.
Centro de Informação	Painel com informações sobre as atividades das associações e organizações da comunidade e outras atividades culturais.
Centro Cultural	Conferências, debates, exposições (locais, itinerantes de outras entidades retratando a herança cultural da comunidade), feiras culturais, mesas redondas, varal cultural.
Centro de Lazer	Apresentações musicais, clube do idoso, exibição de filmes audiovisuais ou multimídia, teatro, teatro de fantoche e de sombras.

Fonte: Adaptado de Biblioteca Pública: princípios e diretrizes (2000)

Uma biblioteca democrática teria que ter como característica a sintonia com as necessidades e interesses de seus usuários com o intuito de proporcionar todo tipo de informação nos níveis de sua utilidade efetiva, lançando mão de todos

os recursos disseminadores de informação, utilizando de serviços cooperativos (FEITOSA, 1998).

Os entrevistados para a pesquisa, que residem nas comunidades rurais consideram a biblioteca importante, no entanto, em grande parte das falas é associada à função da biblioteca apenas a questão educacional, vista como reforço nas pesquisas escolares, além de *“mais conhecimento para crianças”*, porque *“não tem dinheiro para comprar livros”*, *“não precisa ir até a cidade para ler”* e pelo fato da *“escola não ter livros”*.

Mudar a biblioteca pública é, antes de tudo, adequá-la às mais diferentes demandas e não atender aos anseios de uma minoria letrada, mas sim libertá-la dos jugos simbólicos a que sua imagem está arraigada. Nesse sentido Flusser (1983, p.153) diz que uma cultura libertadora se engajaria em primeiro lugar, num “[...] processo que visaria dar a cada homem a possibilidade de descobrir suas verdadeiras necessidades – decorrentes de sua cultura contexto – para, num segundo tempo lhe dar possibilidades de satisfazê-las”.

2.2 O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)

Em primeiro de janeiro de 2003, com um discurso marcado por uma ideologia desenvolvimentista, também voltado à questão social, considerando aspectos de inclusão, melhor distribuição de renda e erradicação da fome, Luís Inácio Lula da Silva iniciou seu governo para passar quatro anos na administração do país.

Considerando que, segundo a teoria discursiva, a linguagem materializa o lugar social a partir do qual o sujeito enuncia, partimos do ponto de que o dizer de um presidente inscreve-se como um saber legitimado pelo poder, no caso, o de maior mandatário do país. Ou seja, estamos diante de uma posição de poder privilegiada e que não está disponível a qualquer um, já que a distribuição social do sentido não é homogênea, mas marcada pela autoridade do lugar social do sujeito (ALMEIDA; BASTOS; ROMÃO, 2008).

Esse novo governo gerou, por parte dos segmentos ligados a cultura, uma grande expectativa em relação aos planos e ações a serem desenvolvidos pelo Ministério da Cultura (OLIVIERI, 2004).

Sua permanência foi garantida por um processo de reeleição, prorrogando por mais um quadriênio sua estada à frente da presidência da república. Constava na epígrafe do documento do seu Programa de Governo (2007-

2010): "o nome do meu mandato será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade" (LIMA, 2011).

O Ministério da Cultura (MinC) sob a responsabilidade de Gilberto Gil começou um grande debate para promover mudanças na forma de atuação do MinC. A Lei 8.313 de 1991, conhecida como Lei Rouanet (ainda sob vigência), foi o principal ponto de discussão. Embora tenha sido instituída em 1991 teve sua regulamentação em 1995 com a publicação do Decreto nº 1.494, em 17 de maio de 1995 (OLIVIERI, 2004).

A lei define normas para o financiamento federal à cultura brasileira através da renúncia fiscal do Imposto de Renda. A Lei Rouanet passou a ser vista por alguns setores como um fator de mercantilização da ação cultural do governo, uma vez que a renúncia fiscal representava a maior parte do orçamento do Ministério da Cultura.

O investimento via Lei Rouanet ao longo do tempo foi se concentrando nas regiões sul e sudeste, que em 2007 responderam por 80% dos valores captados, e em grandes espetáculos com entradas caras – apenas 3% dos proponentes eram responsáveis por 50% da captação total de 2003 a 2007. Em ritmo inverso, o orçamento para investimento direto do MinC em seus programas e instituições vinculadas foi se tornando cada vez menos representativo – em 2008 chegou a apenas 20% do orçamento total do Ministério (OLIVEIRA, 2011).

Várias outras iniciativas foram desenvolvidas para o fortalecimento do segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas:

- a) Em agosto de 2003, através do Decreto 4.819 foi aprovado o Estatuto da FBN, que continua a coordenar tanto o Proler quanto o SNBP e também tem, em suas atribuições, subsidiar a formulação de políticas e diretrizes voltadas para a produção e ao amplo acesso ao livro. Nesse ano, inicia-se a mobilização para a implantação de uma **Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura** (CSLLL), espaço de concentração do Estado e da sociedade (governo federal, estadual, municipal, universidade, professores, bibliotecários, escritores, ONGs e empresas privadas), envolvendo toda a cadeia produtiva do livro e da leitura, que viria a ser estabelecida definitivamente em 2004 (PAIVA, 2008; MACHADO, 2010).

- b) O **Vivaleitura** foi lançado em 2006, o programa não tem sido expresso em legislação, mas em programa governamental. Tem nome fantasia alusivo ao Ano ibero-americano da leitura celebrado em 2005 por países da região. Trata-se de uma mobilização iniciada em 2005, capitaneada pelo MEC e MinC com vistas à formação de um país cada vez mais leitor. O Programa convoca governantes, professores, escolas, professores, bibliotecários, escritores, editores, livreiros, Organizações não Governamentais (ONG's), meios de comunicação, empresas privadas e todos aqueles envolvidos com a causa da leitura para incorporarem o movimento nacional em prol dessa prática (LIMA, 2011).
- c) Em continuidade ao processo de articulação de políticas culturais pelo governo federal foi lançado em 2007 o **Programa Mais Cultura** com previsão de investimentos de R\$ 4,7 bilhões até 2010 (MACHADO, 2010). Visa à criação de espaços, medidas e iniciativas que propiciem o acesso e a interação livre dos cidadãos à diversidade cultural. Atua sob as dimensões: *cultura e cidades*, voltadas para a criação de infraestrutura nos diversos territórios; *cultura e economia*, como foco no emprego, renda e financiamento; e *cultura e cidadania*, contemplando a identidade, diversidade e protagonismo culturais.
- d) Na área da educação foram enfatizadas ações de distribuição de livros como o **Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)** do Ministério da Educação que, desde 1997, distribui acervos de literatura para escolas públicas em todo o país. Esse programa movimenta recursos vultosos e atende a mais de 400 mil escolas em todo o Brasil (PAIVA; BERENBLUM, 2009).

A tabela a seguir apresenta os acervos distribuídos e os valores investidos pelo PNBE de 1998 a 2006 (OLIVEIRA, 2011).

Tabela 5 - Acervos e valores distribuídos pelo PNBE no período de 1999 a 2006

PROGRAMA/ANO	DISTRIBUIÇÃO	QUANTIDADE (ACERVO, OBRAS E COLEÇÕES)	VALORES
PNBE/98 (Acervos)	1999	20.000	17.447.760,00

PNBE/99 (Acervos)	2000	36.000	23.422.678,99
PNBE/2000 (Obras)	2001	577.400	15.179.101,00
PNBE / 2001 (Coleções)	2002	12.184.787	50.302.864,88
PNBE / 2002 (Coleções)	2003	4.216.576	19.523.388,68
PNBE / 2003 (Coleções)	2003	8.169.082	36.208.019,30
PNBE / 2003 (Acervos – Casa de Leitura)	2004	41.608	6.246.212,00
PNBE / 2003 (Acervos – Biblioteca escolar)	2004	22.219	44.619.529,00
PNBE / 2003 (Obras para professores)	2004	1.448.475	13.769.873,00
PNBE /2005 (Acervos)	2005 / 2006	306.078	47.273.736,61
PNBE / 2006 (Acervos)	2007	96.440 acervos / 7.233.075 livros	46.300.000,00
TOTAL DO PERÍODO			319.993.163,46

Fonte: FNDE (PAIVA, 2008, p.8)

Uma pesquisa avaliativa sobre o PNBE e seus projetos realizada pela Secretaria de Educação Básica do MEC, órgão responsável pelo programa gerou um diagnóstico que apontou para um programa bem organizado logisticamente, mas com uma série de dificuldades de apropriação dos acervos pelas escolas:

[...] a partir do trabalho de campo da *Avaliação Diagnóstica do PNBE* necessariamente impõem reflexões sobre essas competências de leitura, porque, como se pôde constatar, o trabalho escolar baseia-se principalmente em livros didáticos, e é pouco frequente o desenvolvimento de atividades com outros tipos de texto. A simples distribuição de livros nas escolas não mudará, portanto, as práticas pedagógicas em relação ao uso de livros de literatura nem a apropriação e a construção de novos sentidos a partir da leitura [...]. A disponibilidade de textos literários e de obras de

referência na cultura escolar não é suficiente para transformar as práticas pedagógicas privadas e autoritárias instaladas nas escolas visitadas (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 182, grifo no original).

A pesquisa também chama a atenção para a necessidade da distribuição de livros serem acompanhada com a formação dos professores, pois estes são “[...] os principais atores no incentivo e na dinamização da leitura de crianças e de jovens no espaço escolar” (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 184).

Apesar de todas as críticas e necessidades de melhoria do PNBE apontadas, a pesquisa reconhece que seu impacto final na formação de leitores é positivo.

Tabela 6 - Distribuição de materiais e livros didáticos para o ensino fundamental e educação básica (2009 – 2010)

Ação	2009	2010	Variação(%)
Distribuição de materiais e livros didáticos para o ensino fundamental	621.209.496	857.710.922	38,1
Distribuição de materiais e livros didáticos para o ensino médio	144.495.312	124.735.212	13,7
Distribuição de acervos bibliográficos para a educação básica	60.778.701	116.666.199	92,0

Fonte: IPEA (2012)

No ano de 2006, foi elaborado um plano bastante significativo para o acesso e democratização da leitura, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), em parceria do Ministério da Cultura e Educação, tendo por finalidade estabelecer políticas públicas de leitura e livros, mediante articulação de diversos atores sociais, tais como:

[...] Estado, universidade, setor privado e demais organizações da sociedade civil que formam o chamado terceiro setor. Tem como objetivo central melhorar a realidade da leitura no país e, por isso é construído e se desenvolve por meio de um processo que transcende a imediatez. (BRASIL, 2006, p.5).

O PNLL, política implementada no Governo Lula, apresenta diretrizes para uma política pública de livro e leitura no Brasil, principalmente no que se refere às bibliotecas públicas e à formação de mediadores de leitura. Acredita-se que esses são elementos essenciais para um desenvolvimento social e para que os indivíduos exerçam seus direitos sociais.

O PNLL nasceu da soma de esforços dos ministérios da Cultura e da Educação, para equacionar o baixo índice da prática leitora e o seu consequente entrave ao desenvolvimento no País, posto o entendimento de que, na contemporaneidade, a principal ferramenta para a transformação sociocultural é a informação (MORAES JUNIOR, 2010, p. 188).

Assim, para que esse Plano adquira a dimensão pensada, é importante que Governo Federal, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, assim como organizações da sociedade civil, unam forças, direitos e deveres para assim não seja mais uma política assistemática, fragmentada e pulverizada que acontece neste país, desde o início do Século XIX (BRASIL, 2007).

Para tanto, a organização articuladora do PNLL está dividida em 4 (quatro) eixos norteadores e 20 linhas de ação, como informa a cartilha criada pelo Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, a saber, o eixo norteador para a área de biblioteca públicas e outros espaços de leitura:

Quadro 4 - Eixos e Linhas de ação do PNLL

EIXO	LINHA DE AÇÃO
Eixo 1 – Democratização do acesso	1.1 Implantação de novas bibliotecas
	1.2 Fortalecimento da rede atual de bibliotecas
	1.3 Conquista de novos espaços de leitura
	1.4 Distribuição de livro gratuitos
	1.5 Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão de leitura
	1.6 Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação
Eixo 2 – Fomento à leitura e formação de mediadores	2.1 Formação de mediadores de leitura
	2.2 Projetos sociais de leitura
	2.3 Estudos e fomento a pesquisa nas área do livro e da leitura
	2.4 Sistemas de informação na área de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial
	2.5 Prêmios e reconhecimentos às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura
	3.1 Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura

Eixo 3 – Valorização da leitura e comunicação	3.2 Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política do Estado
	3.3 Publicações impressas e outras mídias dedicadas a valorização do livro e da leitura
Eixo 4 – Desenvolvimento da economia do livro	4.1 Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro
	4.2 Fomento a distribuição, circulação e consumo de bens de leitura
	4.3 Apoio a cadeia produtiva do livro
	4.4 Maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada

Fonte: Oliveira (2011)

No eixo 1 - Democratização do acesso tem como subitem a implantação de novas bibliotecas – Implantação de novas bibliotecas municipais e escolares (com acervos que atendam, pelo menos, aos mínimos recomendados pela Unesco, incluindo livros em braile, livros digitais, audiolivros etc, computadores conectados à Internet, jornais, revistas e outras publicações periódicas) e funcionando como centros de ampla produção e irradiação cultural. Apoio à abertura de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas, morros, hospitais, creches, igrejas, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs etc.).

Fortalecimento da rede atual de bibliotecas - Fortalecimento e consolidação do sistema nacional de bibliotecas públicas, tornando-o realmente um sistema integrado, com níveis hierárquicos de bibliotecas e meios de circulação de acervos, informatização de catálogos, capacitação permanente de gestores e bibliotecários como promotores da leitura e atualização de acervos.

Instituição e/ou fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas, com funções de gerenciamento entre União, Estados e Municípios. Criação do sistema de estatísticas das bibliotecas. Conversão das bibliotecas em centros geradores de cultura. Programas permanentes de aquisição e atualização de acervos. Transformação das bibliotecas em unidades orçamentárias. Bibliotecas públicas com quadro de pessoal adequado às necessidades e especializado.

Conquista de novos espaços de leitura através da criação e apoio a salas de leitura, bibliotecas circulantes e “pontos de leitura” (ônibus, vans, peruas, trens, barcos etc.). Atividades de leitura em parques, centros comerciais, aeroportos, estações de metrô, trem e ônibus. Leitura em hospitais, asilos, penitenciárias, praças e consultórios pediátricos. Leitura com crianças de rua. Espaços de leitura nos locais de trabalho. (BRASIL, 2007, p.40).

Algumas das ações efetivadas pelo plano, como o PNBE, Livro Aberto, Pontos de Leitura e o “Arca das Letras” possuem semelhanças em suas estratégias de ação, basicamente tem caráter distributivo voltado a distribuição de livros para compor um acervo, capacitação de pessoal e gestão compartilhada entre sociedade civil e representantes do poder público.

Uma das propostas do plano e defendidas no discurso do então presidente, Luís Inácio Lula da Silva em seu segundo mandato, era a de “zerar” o número de município sem bibliotecas (ALMEIDA; BASTOS; ROMÃO, 2008). No Plano Plurianual de Ações (PPA) da área cultural com vigência de 2012 a 2015 o PNLL se enquadra no programa de Cultura, preservação, promoção e acesso (Quadro 5).

Quadro 5 - Síntese da estrutura da proposta para o PPA da área cultural (2012-2015)

OBJETIVOS	NOME DO PROGRAMA
Formular e desenvolver política pública de cultura com participação social e articulação intersetorial e federativa	Cultura, preservação, promoção e acesso
Promover a cidadania e a diversidade das expressões culturais e o acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição	Cultura, preservação, promoção e acesso. Promoção e proteção aos direitos dos povos indígenas. Promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Juventude, Igualdade de gênero. Licenciamento e qualidade ambiental
Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável	Cultura, preservação, promoção e acesso
Promover o acesso ao livro e a leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do Programa Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e do fomento a criação de planos correlatos nos estados e municípios	Cultura, preservação, promoção e acesso
Preservar, identificar e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para a sua sustentabilidade	Cultura: preservação, promoção e acesso
Promover o direito a memória dos cidadãos brasileiros, difundindo e preservando os patrimônios museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão das redes, unidades, acervos e serviços museológicos	Cultura: preservação, promoção e acesso

Promover e fomentar a produção, difusão, circulação e inovação de obras e atividades audiovisuais ampliando o acesso. Regular, fiscalizar e fortalecer a indústria audiovisual brasileira	Cultura: preservação, promoção e acesso
Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural	Cultura: preservação, promoção e acesso
Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras	Cultura: preservação, promoção e acesso
Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras	Cultura: preservação, promoção e acesso
Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação	Cultura: preservação, promoção e acesso

Fonte: IPEA (2012)

Como ações integradoras do Plano encontram-se os programas Livro Aberto, Pontos de Leitura e a ação objeto desta pesquisa o “Arca das Letras”. Todos esses programas são efetivados no estado do Maranhão enquanto políticas públicas de incentivo à leitura.

Segundo a coordenadora de Ação Cultural do MDA, o programa integra ações articuladas entre o Plano Nacional de Reforma Agrária, o Plano Nacional de Livro, Leitura e Literatura, o Plano de Erradicação do Trabalho Escravo e o Plano de Erradicação do Trabalho Infantil, no entanto, não recebe recurso de nenhum outro órgão.

O orçamento anual do Programa Arca das Letras, segundo a entrevistada, é de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) que é aplicado na compra de material de produção técnica dos acervos, material técnico e, muito raramente, na compra de algum título de livro pedido pelas comunidades.

O programa atua, basicamente, com articulações no âmbito institucional. Contou de 2004 a 2010 com o apoio do FNDE no repasse de livros que sobravam da distribuição para as escolas. O volume foi considerado grande pela idealizadora do programa, e foi suficiente para garantir 60% do acervo, correspondente à literatura para crianças, jovens e adultos e algumas obras paradidáticas.

Outras articulações são feitas para garantir os móveis-bibliotecas (arcas), como parceria com empresas como Eletrobrás, Furnas, Eletrosul, Banco do Brasil,

Banco da Amazônia, prefeituras e outros que apresentem interesse pela ação e favoreçam doação de livros, que também são arrecadados através de campanhas junto a ministérios, bancos, postos de gasolina, feiras de livros e de agricultura familiar.

Quando questionada sobre o apoio governamental em todos os níveis de gestão para execução da ação, a idealizadora do programa afirma que varia muito em cada estado. *“Em alguns estados e municípios, contamos com apoio e outros não. Esta independência é importante para garantir a autonomia das comunidades. No campo o tempo de funcionamento dos programas é bem diferente dos demais e a interferência governamental pode prejudicar a autonomia das comunidades”*.

No ano de 2013 o “Arca das Letras” completa 10 anos de atuação e conta, segundo sua idealizadora com aproximadamente mais de 10 mil bibliotecas instaladas. O desempenho de cada comunidade muda conforme seu nível de organização, haja vista a presença dos piores índices de desenvolvimento: educacional, humano, econômico, de saúde, trabalho e as piores taxas de analfabetismo, de mortalidade infantil, de fornecimento de mão de obra para o trabalho escravo, incidência de trabalho infantil, além de faltar escolas, postos de saúde, renda etc.

Segundo a entrevistada *ainda é difícil esperar grandes resultados imediatos com muitas dessas bibliotecas, mas eles virão com certeza. O tempo de execução e resultados no campo são muito lentos, mas o campo é onde está o maior nível de organização social do país. No campo, tudo é feito com participação comunitária. Se alguém finge que consultou a comunidade para a chegada de alguma política pública, logo descobrimos isso, pois quando a comunidade não participa, o projeto vai dar errado. Quando a comunidade participa das decisões, ela garante o bom funcionamento e vai responder rápido.*

A coordenadora ainda elenca três grandes desafios que o programa precisa enfrentar no momento:

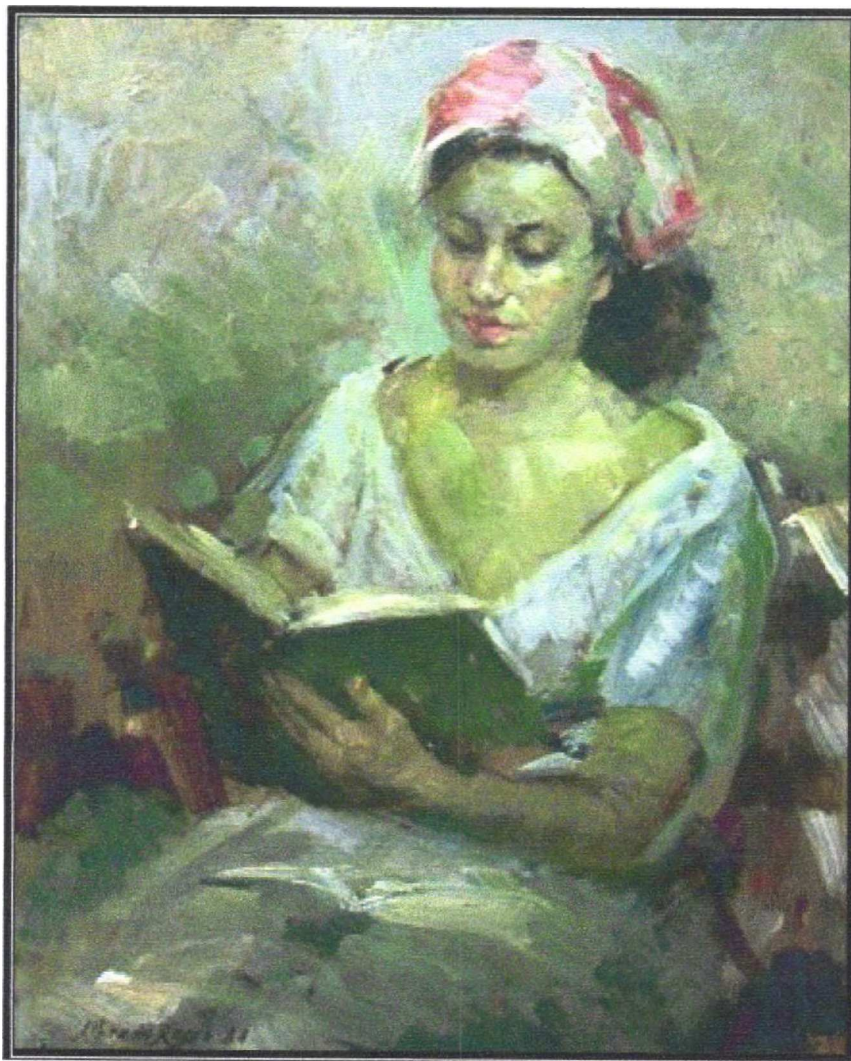
- a) colocar em prática, de forma abrangente, a estratégia de acompanhamento, que precisa alcançar todas as bibliotecas. Atualmente, não conseguimos acompanhar todas as bibliotecas e muitas delas precisam de revisão e correção de caminhos;
- b) ampliar a formação para aprimorar o papel dos agentes de leitura;

- c) atender às demandas de novas bibliotecas e, ao mesmo tempo, dar assistência às bibliotecas já implantadas.

Percebe-se que as ações governamentais que têm no segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas o eixo de suas intervenções, ainda trabalham no sentido de distribuição em detrimento de uma política que leve em consideração a diversidade cultural existente no país, haja vista que números são inexpressivos para a obtenção de resultados positivos na questão de acesso à informação, letramento, leitura caso essas ações não estiverem alicerçadas sobre uma sólida política cultural.

3 PRÁTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE LEITURA NO MARANHÃO

Figura 11 – Leitura (Alfredo Rocco – 1981)



Fonte: <http://peregrinacultural.wordpress.com/2012/01/29/imagem-de-leitura-alfredo-rocco/>

“A leitura faz do homem um ser completo; a conversa faz dele um ser preparado, e a escrita o torna preciso.”

Francis Bacon

Apresenta um panorama da realidade leitora no estado, levando em consideração o processo histórico e as políticas articuladas no modelo poliárquico, bem como tece considerações sobre programas que possuem algum tipo de intervenção relacionada à leitura e suas articulações com os governos estaduais e municipais. O capítulo traz à luz a questão de que práticas colonialistas e patrimonialistas contribuem para que o estado permaneça em descompasso com outras unidades federativas da União quanto à políticas informacionais e acesso a bens culturais.

Dentre os primeiros leitores podemos antever os homo sapiens em sua leitura das imagens pictóricas através da decodificação mnemônica (auxiliada pela memória) conhecida também como arte rupestre. As sociedades primitivas utilizavam-se das mais diferentes e diversas formas para se comunicar, tais como símbolos, sinais de fumaça ou reflexos em metais polidos. Todas essas formas possuíam um código predeterminado que transmitia um significado conhecido por seus pares.

Outros tipos de materiais também eram utilizados no processo comunicacional como moedas e placas de argila. Na antiga Suméria, os escribas passaram a padronizar os pictogramas utilizados para atribuição de significado o que contribuiu para difusão da escrita como significado e posteriormente sua disseminação.

Com uma determinada semelhança com a escrita pictográfica dos sumérios, os egípcios por meio de seus hieróglifos firmavam um método de escrita que com o passar dos tempos modificou-se para favorecer um melhor entendimento na comunicação. A Mesopotâmia, dessa forma, teve seu sistema de escrita caracterizado como cuneiforme com grande proeminência da utilização de argila. O ato de ler (it, id, ed) em sumério tinha o significado de contar, calcular, ponderar, memorizar, declamar, ler em voz alta, o que só reforça a pluralidade de sentidos sobre a leitura, mesmo em civilizações remotas (FISCHER, 2006).

Esse processo de escrita e leitura não era disponível a todos, geralmente ficando sob encargo de reis, membros da nobreza e principalmente sacerdotes, que em muitos casos tinham a responsabilidade do armazenamento e guarda desse conhecimento, reforçando o caráter ideológico presente na leitura.

Muitas civilizações antigas priorizavam ainda a oralidade em detrimento da escrita, mas com o passar dos tempos, gregos e romanos, por exemplo, passaram a ler em voz alta rolos de papiro, pelo fato do fácil manuseio e de acrescentar certa pomposidade no ato da leitura.

A leitura então passou a ser utilizada como manobra política e recurso estratégico, pois o conhecimento foi fator determinante para grandes conquistadores, como por exemplo, Alexandre, o Grande, quando mudou a concepção de biblioteca não apenas como um depósito de papiros, mas como um local para o acervo de informações, como diz Fischer (2006. p.55)

[...] um centro de informações sistematizadas, uma vez que o acesso passou a ser reconhecido como algo de importância equivalente aos dados propriamente ditos [...] Assim, a Biblioteca de Alexandria tornou-se o principal centro de aprendizado do Mediterrâneo fundamentado na palavra escrita. Todas as bibliotecas que a sucederam passaram a seguir o modelo alexandrino.

As práticas leitoras acabavam por se tornar habituais, os judeus viam a leitura, ou seu aprendizado como um complemento de sua fé, a leitura e o debate foram entendidos como uma ponte para compreender o divino. Em Roma, ao contrário de outras pólis que apenas uma minoria tinha acesso à leitura e participação na vida pública, essa postura era estimulada pelos romanos através de “círculos de leitura” onde a nobreza juntamente com o povo participavam de leituras públicas.

As tábuas de argila e o papiro atendiam às necessidades dos leitores durante muito tempo, até o surgimento do pergaminho. O Rei Ptolomeu II do Egito durante seu reinado (283 aC – 246 aC) proibiu uma grande exportação de papiro feita por Eumenes II, de Pérgamo, na Grécia, com o objetivo de que a Biblioteca de Alexandria continuasse o seu papel de repositório mundial do conhecimento. Eumenes II exigiu de seus especialistas outra alternativa de material para a escrita, com isso os gregos utilizaram-se da secagem de pele de ovelhas e cabritos deixando-a finas para possibilitar a escrita. Dessa forma surgiu o pergaminho.

Os gregos e romanos antigos possibilitaram que a leitura fosse uma popular ferramenta oral para o acesso à informação ,enquanto nos últimos séculos da Antiguidade a cultura judaica e latina inspiraram a cultura cristã, que na Idade Média caracterizar-se-ia como uma leitura mais introspectiva e silenciosa carregada de valores e ideologia com foco na guarda e acumulação em detrimento ao acesso.

Com a invenção dos tipos móveis creditada ao tipógrafo alemão Johann Gutenberg, era dado uma nova configuração para a leitura, pois possibilitou a redução nos custos e rapidez na elaboração de material impresso. Com o passar do tempo grandes obras foram difundidas ultrapassando barreiras geográficas e culturais.

O Brasil, no entanto não acompanhava esse processo, diferentemente de outros países que autorizavam a abertura de estabelecimentos gráficos, a metrópole portuguesa proibia qualquer tipo de reprodução impressa em todo o território nacional com receio da propagação de ideias políticas progressivas e revolucionárias.

Com a chegada da família real em 1808, foi fundada a Imprensa Régia com o objetivo de divulgar documentos oficiais do serviço real, originando a censura de todo material impresso, fiscalizado por funcionários do rei. A vinda da Real Biblioteca de Portugal era mais ligada à questão de associar um grande e rico acervo com o poder do monarca e o grau de conhecimento deste do que uma tentativa de socializar o conhecimento.

Além do grande terremoto que vitimou Lisboa em 1755, que ocasionou grandes perdas para o acervo da biblioteca, ela sofreria outro revés ao ser transportada para o Brasil, tendo uma perda considerável no seu acervo. Com o retorno de D. João VI a Portugal, ele deixou a biblioteca que mais tarde iria receber a denominação de Biblioteca Nacional.

Com o passar dos tempos e por iniciativas de livreiros ocorreram tentativas de barateamento nos preços dos livros como forma de garantir um mercado, conforme Far (2006):

Na década de 1870, o livro barato no Brasil, de capa brochada e pequeno tamanho, começava a ser vendido nas livrarias e pelos mercadores ambulantes, que costumavam perambular pelas freguesias mais afastadas do centro da cidade do Rio de Janeiro. Essas edições populares, voltadas não para um público específico, mas sim 'para todos os bolsos e gostos', trouxeram à luz, primeiramente, títulos e autores aclamados pela crítica literária daquele tempo.

Por reunir uma população com poder aquisitivo maior do que outras regiões e devido à efervescência de autores o mercado editorial acabou por concentrar-se no eixo Rio-São Paulo, fato evidenciado até o dia de hoje.

Esse breve histórico da leitura apresenta situações que podem ser reconhecidas atualmente como a questão ideológica da leitura, a censura, o mercado editorial na busca por leitores e a inexistência ou ineficácia de políticas de incentivo à leitura. Esse quadro acaba por se configurar como uma problemática historicamente construída e engessada necessitando uma reavaliação dessas práticas para o fomento e a democratização do acesso à informação através da leitura.

O dualismo partidário entre conservadores e liberais nos governos do Maranhão no I e II Reinado são caracterizados pela não continuidade ou má administração acarretando no não cumprimento de reformas no âmbito educacional e cultural. Muitas vezes apenas por vaidade não terminavam obras iniciadas em

governos anteriores como forma de apagar a sombra do governo anterior (MEIRELLES, 2001).

Essa postura evidenciou-se nos momentos seguintes no estado do Maranhão passando por momentos de auge e decadência, de efusão cultural e de obscuridade em práticas culturais. No Maranhão colonial com a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e do Maranhão trouxe um grande período de progresso econômico o que resvalaria no cenário cultural com a profusão de jornais, sessões de teatro e aquisição de livros (MEIRELLES, 1994).

O honroso epíteto de «Atenas Brasileira» emprestado à cidade nesses tempos deveu-se ao grande número de escritores maranhenses ilustres – a exemplo de Odorico Mendes (1799-1864), Gonçalves Dias (1823-1864), João Lisboa (1812-1863) e Sotero do Reis (1800-1871) – que desempenharam importante papel na vida literária nacional. Note-se que para a reputação intelectual do Maranhão oitocentista contribuíram também homens da ciência. Um bom exemplo é o de Joaquim Gomes de Sousa (1829-1863), considerado o primeiro grande matemático do Brasil. As letras, porém, é que vem definir o lugar privilegiado de memória da «Atenas Brasileira» (CARVALHO, 2011, p.23)

A tradição intelectual do Maranhão, segundo o autor supracitado, é lembrada sempre pela sua era áurea das letras com uma grande efusão de literatos e escritores chegando a editar livros em número igual ao da capital do Reino, Rio de Janeiro.

Como não poderia deixar de ser diferente do resto do Brasil, o Maranhão teve forte influência religiosa em suas práticas leitoras. Como mostra Castro (apud CASTELLANOS, 2007), o surgimento do livro no estado se iniciou com os franceses em 1612 principalmente no que diz respeito à catequização na utilização das escrituras sagradas na conversão. A posteriori nos seminários seriam permitidas leituras clássicas como Ovídio, Descartes, Platão entre outros.

A censura agia de forma proeminente e o mercado editorial maranhense sofria com as proibições. Viveiros (1954) aponta que um dos fatores para escassez de livros era a censura prévia de alguns títulos decorrentes da influência da metrópole portuguesa no governo local.

Como destaque de algumas práticas importantes para o cenário leitor maranhense destaca-se:

- a) A primeira casa de venda de livros, Repartição dos Correios, no século XVIII em São Luís;

- b) Surgimento do primeiro periódico maranhense “O Conciliador” em 1836;
- c) Surgimento de algumas tipografias como Typographia Rollandiana e a Nacional Maranhense;
- d) A veiculação de impressos como: o Jornal da Sociedade Philarmonica, o Vulcão, o Jardim dos Maranhenses, o Semanário Maranhense, o Publicador Maranhense, o Diário do Maranhão, o País, a Pacotilha, o Globo, a República, o Operário, o Imparcial, o Federalista, o Jornal da Manhã, a Flecha e a Cruzada;
- e) Surgimento de algumas editoras e livrarias com destaque para a “Universal”;
- f) A grande variedade de poetas, cronistas, novelistas e cronistas que em tempos áureos possibilitaram a capital do Maranhão, receber a alcunha de “Atenas Brasileira” (VIVEIROS, 1954; HALLEWELL, 2005; CASTRO apud CASTELLANOS, 2007).

Esses altos e baixos vividos no Maranhão no tocante às práticas leitoras só reafirmam que a falta de uma política cultural sólida foi engessada por gerações. Os estudos acerca de análises de políticas públicas de incentivo à leitura no Maranhão ainda são escassos, mesmo diante de tantas ações e programas que são efetivados no estado.

Como expoente em pesquisas referentes às políticas de informação destacam-se os estudos de Ferreira (2006; 2007; 2008; 2010; 2011) onde se apresenta uma visão orgânica sobre a relação entre Estado e políticas públicas de incentivo à leitura com reflexões decorrentes da pesquisa: “Informação e desigualdade social: desafios para pensar o Estado democrático a partir das bibliotecas públicas e da ação dos bibliotecários maranhenses”. A pesquisa também subsidiou trabalhos monográficos como os de Borges (2008) e de Pinto (2009)

Nas últimas décadas, percebe-se no Maranhão arremedos de políticas culturais, desarticuladas, em sua grande maioria, de políticas globais que têm relação similar, como por exemplo, as de educação. Os investimentos feitos pelo Estado na cultura são ínfimos revelando a pouca atenção dado a área cultural. Os recursos em geral não ultrapassam 1% do orçamento geral do Estado onde as bibliotecas são negligenciadas pela maioria dos governos, que quando muito limita-se a investir em reformas e ampliação dos prédios (FERREIRA, 2006).

Entretanto, uma atuação eficaz por parte de uma biblioteca depende, dentre outros fatores, do acervo, de atividades que podem ser desenvolvidas através de técnicas, métodos, processos, previsões orçamentárias, porém, nada surte efeito se não vier balizada numa sólida política (FREIRE, 1989).

As primeiras políticas de bibliotecas públicas do Estado do Maranhão nasceram à criação da Biblioteca Pública “Benedito Leite” (BPBL). Considerada a segunda biblioteca pública do Brasil, a Biblioteca Pública “Benedito Leite” teve sua fundação no dia 29 de setembro de 1829, dezoito anos depois do surgimento da primeira biblioteca pública brasileira na cidade de Salvador/Bahia, mas, sua abertura oficial à população, deu-se no dia 3 de maio de 1831, dois anos após sua abertura. Sua criação deu-se a partir da vontade de um homem influente chamado Barão de Pindaré, Antônio Pedro da Costa Ferreira, de instalar no Estado uma biblioteca.

Segundo Silva e Castro (2012, p. 87), a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão foi criada como instrumento provedor de um determinado status social do que com o objetivo de democratizar a cultura, leitura e lazer à população. Assim como outras bibliotecas públicas criadas no período imperial, a BPBL, mesmo tendo decretos e leis públicas que a tornava uma política estatal, a biblioteca teve que enfrentar a falta de apoio financeiro na maior parte de sua trajetória.

Decorrente de fatores políticos, econômicos e sociais que perpassava o período imperial, as ações da BPBL eram condicionadas a pequenas atividades triviais, pois a mesma não se apresentava como prioridade de governo. Além dos vários problemas financeiros, a falta de um prédio próprio também afetava a qualidade dos serviços da Biblioteca.

Ferreira (2006) afirma que somente após cento e vinte dois anos depois de sua fundação, 1951, na administração do Governador Sebastião Acher é que a BPBL adquiriu instalações próprias e adequadas para o desenvolvimento de seus serviços.

Ainda sob a reflexão de Ferreira (2011) ela compreende que uma política de informação e de leitura subtende estabelecer prioridades:

[...] o estabelecimento de prioridades e condições que garantam uma infraestrutura tecnológica com equipamentos acessíveis em diferentes pontos de circulação intensiva do/a cidadãos/aos (sindicatos, união de moradores, centros comunitários, bibliotecas públicas, escolas, tribunais de justiça, clubes de mães, entre outras) com profissionais que atendam, respeitando a diversidade cultural, de gênero, de geração e educacional.

Ao refletir a ação dos governos maranhenses que pensaram políticas culturais nos últimos 30 anos é evidente que durante a gestão de João Castelo (1978), Luiz Rocha, (1982) Cafeteira (1986), João Alberto (1989) Edson Lobão (1993) Roseana Sarney (1994-2002) e José Reinaldo (2002-2006) foram desenvolvidas políticas com foco na cultura e para as bibliotecas, porém é evidente que a descontinuidade dessas políticas se reflete na gestão dos órgãos fomentadores de cultura (FERREIRA, 2011).

A estatização da cultura acaba gerando produtos e serviços controversos, muito aquém de seus objetivos, pois o vínculo entre cultura e desenvolvimento nacional acaba por subordinar os planos culturais a um modelo de desenvolvimento capitalista, disfarçando interesses econômicos em discursos de progresso e desenvolvimento gerando intervenção estatal e industrialização direta sobre a produção cultural e o controle ideológico da população para o consumo de bens culturais, com vistas a legitimar um discurso (CHAUÍ et al, 1985).

Compreende-se política cultural como integrando um conjunto de intervenções realizadas pelo estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transição social.

Rubim (2011) enumera os passos que delimitam as fronteiras das políticas culturais:

- a) Definição e determinação da noção de política acionada, como momento sempre presente em toda e qualquer política cultural sendo desnecessário assinalar que diferentes modalidades de políticas podem ser incorporadas as políticas culturais;
- b) Definição de cultura intrínseca a qualquer política cultural empreendida, a qual tem profunda incidência sobre a amplitude desta política, toda política cultural traz embutida uma concepção a ser privilegiada de cultura;
- c) Toda política cultural é composta por um conjunto de formulações e de ações desenvolvidas ou a serem implantadas, sendo necessária a investigação das formulações, ações pensadas e realizadas para se compreender as políticas culturais;

- d) Objetivos e metas são componentes fundamentais das políticas culturais e através de seu estudo pode ser explicitada as concepções de mundo que orientam as políticas culturais e as repercussões da intervenção político-cultural na sociedade;
- e) A delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais é outra faceta essencial para o estudo das políticas culturais

Em se tratando de bens culturais, a situação torna-se mais complicada, pois o acesso é praticamente inexistente para quem está distante dos grandes centros urbanos, onde novamente fica evidente a discrepância em ações entre o espaço urbano e o rural.

Após o final da década de setenta e as pressões da sociedade civil reorganizada, esta já lutava pela aplicação de políticas públicas para o regaste da cidadania perdida durante os anos de opressão da ditadura. Passou a exigir do Estado maiores ações no que se refere ao acesso à cultura, leitura e ao livro (FERREIRA, 2006).

Ao contrário da década de 80 em que o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP) pode realizar muitas ações em todo o Maranhão, a década de 90 foi marcada por descontinuidade das políticas até então implementadas.

Com a extinção do Instituto Nacional do Livro, na gestão do presidente Fernando Collor de Melo, o Sistema passou por uma profunda crise, o que acarretou o fechamento de várias bibliotecas implantadas nos municípios, já que a maioria deles não conseguiu manter as estruturas, principalmente por não ter uma arrecadação considerável.

Logo, dependiam dos recursos advindos do Sistema, o que na época era o equivalente a 10 salários mínimos, que eram repassados para as unidades de informação, sendo possível com este recurso atualizar seus acervos e fazer com que as bibliotecas se mantivessem vivas, assim como, segundo Ferreira (2006, p.121):

Com sua extinção [INL], as bibliotecas perdem uma das suas referências, haja vista que as reformas que se processavam dentro do Instituto representavam os anseios daqueles que pensavam as bibliotecas públicas a partir do princípio de que devem garantir o acesso à informação a todas as camadas sociais.

Mais uma vez, a desconstrução das políticas de bibliotecas no Maranhão foi a evidência de que os interesses políticos são um dos principais entraves para que o Estado desenvolva-se no campo das políticas culturais. Ao invés de resolver os problemas ocasionados com a extinção do INL (1990), o Governo da época, resolveu implantar novas bibliotecas, projeto denominado Farol da Educação (nos moldes do Farol do Saber, desenvolvido no Estado do Paraná como bibliotecas de bairro).

Embora esse Projeto seja interessante para o campo das bibliotecas escolares, não consegue suprir as necessidades informacionais da população, assim como também, tem seus serviços limitados, pois só consegue atender as demandas da comunidade escolar com maior ênfase em obras didáticas.

Em muitos municípios maranhenses, o aparecimento da Biblioteca Farol da Educação, suprimiu a biblioteca pública municipal, que teve suas atividades reduzidas, quando não fechadas. Em algumas situações, gestores públicos alegam que não há recursos disponíveis para manter as bibliotecas públicas, logo, fica mais fácil manter o Farol da Educação, pois os recursos são repassados pelo Governo do Estado.

Este panorama de instabilidade política no campo das bibliotecas reflete o estado de desenvolvimento do Maranhão. Mediante isso, questionamos: Poderá a escassez de recursos e a falta de visão política de muitos administradores públicos, relativamente à dimensão política das bibliotecas públicas, comprometerem o seu futuro como espaço público?

Ao percebermos a biblioteca pública como, "[...] porta de acesso e local de conhecimento [que] fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais", (UNESCO BRASIL, [1995], p.8), entendemos o papel insubstituível destas organizações na sociedade. O enunciado do que deve ser uma biblioteca pública realça precisamente as características que lhe conferem a dimensão de espaço público: a acessibilidade, a universalidade e a neutralidade.

A biblioteca pública, pelas suas características técnicas, emerge como um espaço de cidadania, na medida em que configura seu espaço profundamente democrático de fruição de cultura aberta a todos, independentemente da condição social e do grupo etário. Quanto mais próximo estiver da comunidade que serve,

mais probabilidade terá de cativar todos seus membros, desde tenra idade e ao longo da vida, sem impor uma ruptura com contexto familiar. Ao mesmo tempo a biblioteca pública propicia desempenhar um papel importante no desenvolvimento das competências indispensáveis a plena participação de todos os cidadãos na sociedade.

Como outra estratégia de política voltada à leitura, encontra-se o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) foi instituído em 13 de maio de 1992, sob o Decreto Presidencial nº 519 e está vinculado a Fundação Biblioteca Nacional (RODRIGUES, 2008) criado com o intuito de incentivar a leitura numa perspectiva social e política. No estado do Maranhão foi criado o PROLER Regional em 1997 e tem algumas ações desenvolvidas, entre elas: Caixa Estante, Livro na Praça, Projeto Ciranda de Arte, Quinzena do Livro e Carro Biblioteca.

O PROLER foi instituído com o compromisso de promover ações de valorização social da leitura. Esse propósito envolve políticas de difusão de livros e bens de leitura destinada a torná-los disponíveis ao maior número possível de pessoas, mas exige, principalmente, a constituição de uma política voltada à formação de leitores e de agentes de leitura" (PROLER, 2009, p. 11).

Seus principais objetivos são: promover o interesse nacional pela leitura e pela escrita, considerando a sua importância para o fortalecimento da cidadania; promover políticas públicas que garantam o acesso ao livro e à leitura, contribuindo para a formulação de uma Política Nacional de Leitura; articular ações de incentivo à Leitura entre diversos setores da sociedade; viabilizar a realização de pesquisas sobre livro, leitura e escrita; e incrementar o Centro de Referência sobre leitura (PROLER, 2009).

Constituem linhas de ação do programa:

- a) implantação de bibliotecas públicas;
- b) fortalecimento da rede atual de bibliotecas públicas;
- c) conquista de novos espaços para leitura;
- d) distribuição de livros gratuitos;
- e) projetos de estímulo à leitura;
- f) capacitação para leitura;
- g) apoio à pesquisa científica;
- h) prêmios de reconhecimento às melhores práticas; e ações de apoio ao setor privado, dentre outras (LIMA, 2011).

O funcionamento do PROLER se dá por meio da formação voluntária de Comitês que representam instituições de um ou mais municípios. Os Comitês são representados principalmente por Prefeituras e Universidades, mas também por instituições culturais e organizações não governamentais, formando uma rede nacional de cooperação. É essa rede que dá materialidade às ações do programa (PROLER, 2009).

Após a formação de um Comitê, a localidade passou a ter assessoria técnica da coordenação nacional do PROLER para a formação de recursos humanos na área da leitura e para a implantação de projetos. A cada ano, são realizados ao menos um encontro regional e um encontro nacional com representantes de todos os Comitês para troca de experiências.

A estratégia de ação do PROLER dá-se através de oficinas, cursos, seminários, mas apesar de sua atuação completar dez anos, ainda não possui um método de mensuração e avaliação que permita uma rediscussão de seu eixo de ação para que possibilite delimitação de estratégias mais contundentes para mudança no panorama leitor nacional, visto que sua metodologia ainda é muito restritiva, não alcançando a todos e todas, e com um caráter muito sazonal em suas atividades o que acaba por fragilizar suas ações.

Dentre as ações que estão sendo efetivadas no estado, constata-se que a maioria é de nível federal, quando muito exigindo dos governos estadual e municipal apenas a viabilidade para que os programas sejam implantados nas localidades.

Dos programas que integram o PNLL que estão sendo efetivados no estado do Maranhão destacam-se o: Pontos de Leitura, Livro Aberto e o programa analisado nessa pesquisa o “Arca das Letras” haja vista o número de municípios atendidos por esses programas.

Os pontos de leitura situam-se no eixo de democratização do acesso no PNLL, mas especificamente na conquista de novos espaços de leitura. Podem se inscrever para o edital dos pontos pessoas física, jurídica privada, sem fins lucrativos, representantes de iniciativas com atuação no estado com uma proposta voltada para o acesso à leitura através de um determinado valor que deve ser utilizado para aquisição de acervo, equipamento e mobiliário e no auxílio ao desenvolvimento das atividades.

Alguns requisitos são exigidos na composição do acervo, como a quantidade de livros deverá corresponder até 70% do acervo adquirido, contemplar

a produção literária regional e/ou estadual e o acervo deve possuir pelo menos 5% de material em formato acessível a pessoas com deficiência. As iniciativas para serem contempladas devem estar inseridas em uma das áreas de atendimento às prioridades da territorialização do Programa Mais Cultura:

- a) Semi-Árido;
- b) Territórios da Cidadania;
- c) Territórios de vulnerabilidade social (Pronasci);
- d) Territórios de indígenas, quilombolas, ribeirinhas ou de comunidades artesanais;
- e) Bacia Hidrográfica do São Francisco e BR 163;
- f) Cidades Históricas – IPHAN ;
- g) Periferias de grandes centros urbanos.

O proponente contemplado compromete-se a encaminhar regularmente num período de 12 (doze) meses um relatório contemplando a análise de resultados e impactos socioculturais abordando o número de beneficiários diretos e indiretos, mensuração da satisfação da comunidade e do entorno da ação e a informação da geração de novas oportunidades para as ações e atividades da proposta além de relato da articulação com a comunidade.

O acompanhamento fica sob a responsabilidade das secretarias de Estado da Cultura e pelo Ministério da Cultura através de visitas técnicas, reuniões e avaliações. No quadro abaixo é elencada a ação e o seu respectivo proponente.

Quadro 6 - Pontos de Leitura implantados no Estado do Maranhão

AÇÃO	PROPONENTE
Nós da Comunidade - CUFA	Escola Comunitária José Marques Lima
Sala de Leitura "Visão de Mundo"	Instituto Bem Comum
Biblioteca Dinâmica Mario Meirelles	Sociedade Artística e Cultural Beto Bittencourt
Biblioteca Comunitária Cantinho do Saber	Formação – Centro de apoio a educação básica
Biblioteca na quebrada: livro e leitura para o povo	Associação dos Oradores do Novo Angelim
Projeto Vivenciando Leituras	Hospital da Criança Dr. Odorico Amaral de Mattos
AMBASS – Organizações Associativas ligadas a cultura e a arte	Associação dos Moradores do Bairro de São Sebastião – TIMBIRAS
Biblioteca Comunitária Raio de Sol	Diocese de Balsas
Ponto de Leitura ABC do Zé	José Fernandes de Souza

Projeto Ler pra Valer – leitores em rede	União dos Moradores da Vila dos Frades
Baú da Imaginação: um convite a Leitura	Lígia de Jesus Carvalho
Ponto de Leitura Espaço do Saber	Sociedade de Amigos das Bibliotecas do Maranhão – SAB/MA
Criança Leitora Liberdade	ONG Saci-Pererê
O Prazer da Leitura é um direito de todos	Auriléia Alves Matos
Nasce uma criança Leitora	Joseane Maia Santos Silva
Cantinho de Leitura “Saci-Pererê”	Alci Maria Lima
Projeto de Leitura “Eu canto, tu contas”	Heridan de Jesus G.P. Ferreira
Brincando com a Arca	Tatiane da Silva Cruz
Projeto Leitura “Didi Barroso e Tia Juca”	Instituto Simplício Oliveira (ISO)
Biblioteca Comunitária Professora Maria de Jesus	Maria Lilia Silva Diniz

Fonte: Adaptado pelo autor

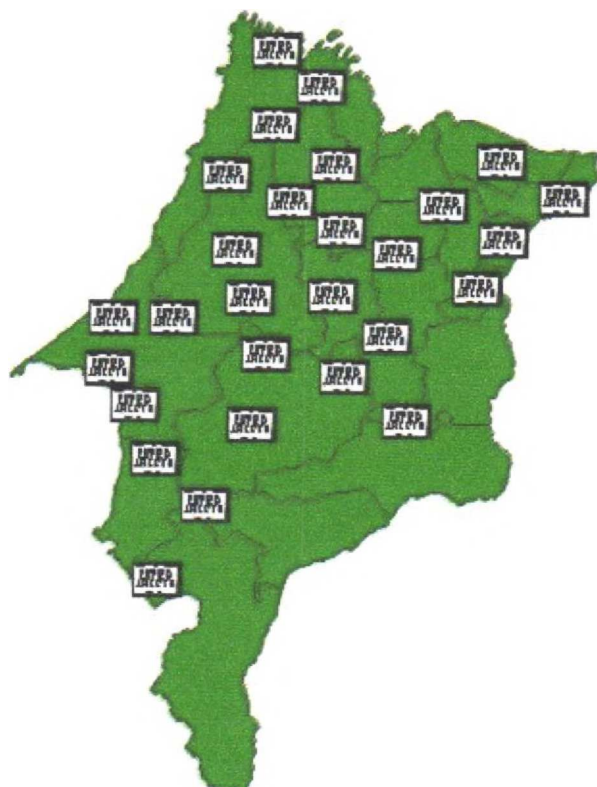
A ação dos pontos de leitura no Maranhão, ainda são em número reduzido, concentrando-se em sua maioria na capital do estado, São Luís. É provável que isso ocorra pelo desconhecimento da maioria das pessoas da iniciativa, o que encontra responsabilidade na divulgação incipiente por parte do Ministério da Cultura e da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA). A sociedade ainda não encontra ressonância nas atividades desenvolvidas por esses espaços devido à ausência de diagnósticos e a divulgação dos mesmos.

O Programa prevê a aplicação de recursos federais para a instalação e ampliação do acervo público de livros, estabelecendo parceria com as prefeituras (responsáveis por ceder o espaço e manter a biblioteca) e com os estados que, através de seus Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (onde existe), serão os interlocutores junto ao Ministério da Cultura. Assim serão os responsáveis para que municípios recebam consultoria especializada (bibliotecários) para implantar a biblioteca, capacitação de profissionais para auxiliar no atendimento da biblioteca e supervisionar a aplicação do recurso (se o município obedeceu e obedece aos critérios do Programa). (BRASIL, 2008).

O Programa “Livro Aberto” tem por objetivos e linhas de atuação estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário. O processo de implementação do Programa “Livro Aberto” no Estado do Maranhão está sendo coordenado pela Biblioteca Pública “Benedito Leite” - BPBL, órgão da Secretaria de Estado da Cultura – SECMA, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - SEBP, através da Direção Geral e do Serviço de Informação e Municipalização-SIM.

De acordo com levantamento feito por Pinto (2009) apesar de criado em 2002, o Programa “Livro Aberto” só iniciou seu processo de implementação no Maranhão a partir de 2005, sendo 25 bibliotecas implantadas e uma modernizada neste mesmo ano, faltando 40 unidades serem instaladas.

Figura 12 – Municípios atendidos pelo Programa Livro Aberto



Fonte: Pinto (2009)

Os municípios contemplados com o Programa Livro Aberto foram: Aldeias Altas, Bacuri, Barrerinhas, Belágua, Bequimão, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Bom Lugar, Brejo de Areia, Buriti, Buriticupu, Central do Maranhão, Conceição do Lago Açu, Davinópolis, Grajaú, Imperatriz, Novas Colinas, Olho D'Água das Cunhãs, Olinda Nova do Maranhão, Lajeado, Novo Luís Domingues, Magalhães de Almeida, Pedro do Rosário, Presidente Médice, São Raimundo da Doca Bezerra, São Roberto da Doca Bezerra, São Roberto, Satubinha, Serrano do Maranhão, Governador Newton Belo, Jatobá, Tufilândia, Tuntum (PINTO, 2009).

Existe uma grande distância entre o que é determinado na política oficial (Plano do MinC), para o acesso à biblioteca pública e a realidade de implementação do Programa “Livro Aberto”, representado por um conjunto de deficiências em termos de espaço físico não organizado baseado nas recomendações do Ministério

da Cultura. Este recomenda criar a biblioteca em espaços alternativos, com múltiplos espaços, com acessibilidade para pessoas com necessidades especiais.

As bibliotecas públicas não somente no Maranhão, mas como em todo o Brasil, sofrem com vários problemas que vão desde preconceitos quanto à sua função, problemas culturais como a falta do hábito social da leitura, econômicos pela falta de orçamento, políticos porque o executivo não as vêem como uma necessidade para o desenvolvimento social e mudanças nas gestões municipais, tecnológicos por falta de computadores e conexão à internet e, administrativos, pois a gestão, na maioria dos casos, é feita por pessoal sem preparo e nenhum conhecimento técnico (SILVEIRA, 2010, p, 10)

Aponta-se também, de acordo com Pinto (2009), a deficiência do recursos humanos que trabalha nas bibliotecas, em termos da qualificação profissional geral e, mais particularmente, de uma qualificação específica que é o profissional bibliotecário, não encontrado em nenhuma biblioteca pública. Outro ponto a considerar são as limitações na manutenção financeira das bibliotecas municipais, pois a maioria não dispõem legalmente de verbas para atualizar seus acervos, contratar pessoal e manter as atividades de rotina.

Outra constatação que merece destaque é a predominância da concepção que ainda orienta o trabalho desenvolvido por uma biblioteca pois a maioria se limita apenas a orientar a pesquisa escolar. Sabe-se que a biblioteca pública é um centro cultural por excelência e gestores municipais, de biblioteca e população precisam incorporar essa ideia para que assim essas possam atingir seus objetivos previstos no objetivo original devido ao estado degradante de pobreza em que se encontra a maioria da população usuária desses serviços.

Esta não se sente pertencente ao contexto do Programa e logo não participa ativamente da elaboração de planejamento e atividades a serem incorporadas na biblioteca. Isso, por que nenhuma delas têm desempenhado essas ações até o momento. Com relação aos administradores públicos municipais, um certo comodismo parece justificar as situações até aqui descritas. Talvez por não exigir muito esforço no seu desempenho, expressando a visão assistencialista que ainda permeia estas práticas e, como tal, não impõe a necessidade da busca da eficiência, eficácia e efetividade do Programa "Livro Aberto".

O Estado do Maranhão, na opinião da idealizadora do programa "Arca das Letras" *é riquíssimo em cultura e isso é o mais importante para as comunidades rurais se manterem vivas, especialmente para as tradicionais. O Maranhão ainda tem muitos indígenas isolados, mas em constante ameaça. Nossa política de*

informação e bibliotecas tem a obrigação de respeitar a cultura do campo e não avançar os sinais que não nos forem autorizados.

Várias situações são apontadas pela entrevistada como entraves para a execução do programa como o respeito à diversidade e a não imposição da ação, pois segundo ela uma implantação equivocada pode não só desrespeitar uma determinada cultura e costumes de vida como também gerar um mal estar na própria comunidade, como no caso narrado por ela quando da indicação para instalação de bibliotecas em comunidades indígenas isoladas. *Não instalei nenhuma ,pois jamais eu poderia invadir uma comunidade indígena que está preservada em sua cultura e colocar uma biblioteca toda equivocada na aldeia, que poderia atrapalhar o jeito deles. Ainda não temos livros nas diversas línguas existentes no Brasil. Aqueles indígenas nem sabem ler e nem sabem que precisam disso.*

Pode-se constatar que as realidades dos programas e políticas efetivados no estado passam pelos mesmos problemas de ordem conjuntural, desde a sua elaboração no que diz respeito ao fator operacional, e implantação dos programas.

Democratizar o acesso à leitura e ao livro não é somente uma questão de criação de projetos e programas; é antes de qualquer coisa, uma atitude política. Atitude que se traduz em políticas públicas de acesso ao livro, a leitura, ao livro e a criação, ampliação e modernização de bibliotecas públicas e escolares. Trata-se de uma atitude política que deve compreender também distintos aspectos constitutivos de ações integrais para o desenvolvimento da leitura, que incluem desde iniciativas de reafirmação de seu valor como instrumento fundamental para o desenvolvimento social e econômico até as diversas propostas com um repertório amplo de ações concretas que gerem bons resultados possível de serem postos em prática (RODRIGUES, 2008, p. 17).

O desafio que se faz presente para as políticas sociais de leitura é associar tais estratégias à inclusão dos segmentos sociais marginalizados e ao respeito à diversidade cultural, que podem ser adquiridos por meio de uma política bem planejada e executada tendo nos usuários os principais parceiros nessa construção de uma nova realidade social.

4 PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS RURAIS "ARCA DAS LETRAS"

Figura 13 – Leitura (Di Cavalcanti)



Fonte: <http://www.jornaljovem.com.br/educacao8/exposicao19.php>

“O livro é um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive.”

Antônio Vieira

O capítulo apresenta o Programa de Implantação de Bibliotecas Rurais "Arca das Letras", desde sua orientação direcionada pelo PNLL, sua administração realizada pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Analisa os seus objetivos, estratégia de ação, sujeitos sociais envolvidos, composição da arca e do acervo e distribuição. A ênfase é dada para a escolha do agente da leitura e de sua atuação na comunidade rural. O capítulo tem como foco as questões que nortearam a pesquisa

A implantação de políticas no meio rural configura-se como um processo bastante complexo, devido a conflitos de interesses e esquemas de ação mal elaborados, onde, geralmente, tais iniciativas acabam por estar deslocadas para o lugar comum do voluntarismo. Negligencia, assim, as questões estruturais do país e as marcantes especificidades de suas regiões (BRANDÃO, 2007) e origina a necessidade de avaliação para apontar possíveis melhorias durante o processo e que as reais metas sejam alcançadas.

A questão da territorialidade e do espaço brasileiro é desconsiderada na pauta das discussões políticas brasileiras e nas formulações de políticas públicas, relegando a relevância que o tema tem na formação sócio espacial, como produto de relações sociais no país (SOUZA, 1996).

Como proposta da reforma e de desenvolvimento rural que enfrente a questão agrária atual, faz-se necessário o desmonte das condições essenciais que garantem a estratégia do agronegócio, que precisam ser revistas como as evidenciadas por Delgado (2005): a frouxidão da política fundiária; restrição à expansão da demanda interna do conjunto da economia e restrição à incorporação da massa de trabalhadores do setor de subsistência ao projeto de desenvolvimento rural.

Essas condições impedem que os recursos ociosos da sociedade participem do projeto de expansão agrícola devido à exclusão a educação e bens culturais.

Devido a pressões de ordem econômica, atendendo em sua grande maioria interesses do capitalismo agrário, essas políticas acabam por legitimar uma ordem opressora no sentido de não trazer melhorias de vida no campo dificultando uma política de desenvolvimento nacional.

Por conseguinte, trabalha-se com uma política de "ajustamento constrangido", não obstante todas as consequências promotoras de forte iniquidade social, estagnação produtiva e degradação ambiental. Delgado (2005) ainda identifica essa falta de coesão e defesa de interesses particulares reconhecendo que até mesmo entre os movimentos sociais e sindicais dos agricultores familiares há alianças e aliados desse modelo.

A divisão também se percebe entre os formuladores da política agrícola e agrária do primeiro ano do governo Lula, no qual o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Rural e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome repercutem e competem por demandas variadas

do agronegócio e da agricultura familiar. Nos arranjos, articulados pelo crédito rural, somente cabem a elite tecnicada e "viável" da agricultura familiar e alguns assentamentos modelo de reforma agrária (DELGADO, 2005, p.82).

Nesse sentido, como forma de minimizar essas mazelas o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realizou um direcionamento de políticas públicas com foco no meio rural brasileiro, tendo a categoria território com destaque em sua atuação e ponto principal na delimitação de ações, com a criação do Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008.

É uma realização da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) que atua na implantação de políticas através de ações complementares à reforma agrária como crédito fundiário e coordenações de planejamento, monitoramento e avaliação; programa de cadastro de terras e regularização fundiária e coordenação geral de Ação Cultural.

O "Territórios da Cidadania" tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

[...] o "**Territórios da Cidadania**" é um programa de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. A idéia é a de que em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações (CORREA; MUNIZ, 2009, p.8, grifo do autor).

A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. De acordo com Hespanhol (2010, p.17, grifo da autora) para que se alcance o objetivo a que se propõe o programa pretende desenvolver ações relacionadas a três eixos listados a seguir:

- a) **acesso aos direitos sociais:** as ações se concentram em educação, saúde, cultura e documentação pessoal;
- b) **infraestrutura:** com investimentos em saneamento e acesso à água, construção de moradias em assentamentos e estradas, eletrificação rural, licenciamento ambiental etc.;
- c) **apoio às atividades produtivas agrícolas e pecuárias:** com ações que visam à assistência técnica, crédito rural, comercialização da produção (por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos ou de iniciativas ligadas ao cooperativismo e às agroindústrias), regularização fundiária etc.

O Programa “Territórios da Cidadania” reúne aproximadamente 135 ações de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais. Para o início das ações foram delimitados 60 territórios, sendo cada um deles montado considerando um conjunto de municípios, que apresentassem baixos índices de IDH (em comparação com a média dos municípios do país) e baixo dinamismo econômico.

Como forma de uniformização em cada um dos territórios foram definidos conjuntos de municípios que tivessem características econômicas e ambientais parecidas e que tivessem identidade e coesão social, cultural e geográfica.

Quadro 7 - Territórios da Cidadania no estado do Maranhão

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA - MARANHÃO	
Alto Turi e Gurupi é composto por 18 municípios: Amapá do Maranhão, Governador Newton Bello, Araguanã, Boa Vista do Gurupi, Cândido Mendes, Carutapera, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Godofredo Viana, Governador Nunes Freire, Junco do Maranhão, Luís Domingues, Maracaçumé, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca.	Baixada Ocidental é composto por 19 municípios: Alcântara, Apicum-Açu, Bacuri, Bacurituba, Bequimão, Cajapió, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Peri Mirim, Pinheiro, Porto Rico do Maranhão, Presidente Sarney, Santa Helena, Serrano do Maranhão, Turiaçu e Turilândia.
Baixo Parnaíba é composto por 16 municípios: Mata Roma, Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araióses, Belágua, Brejo, Burity, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Tutóia e Urbano Santos.	Campos e Lagos é composto por 12 municípios: Arari, Cajari, Matinha, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim.
Cocais é composto por 17 municípios: Burity Bravo, Lagoa do Mato, São João do Soter, Afonso Cunha, Aldeias Altas, Caxias, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Duque Bacelar, Fortuna, Matões, Pamarama, Peritoró, Senador Alexandre Costa, Timbiras e Timon.	Lençóis Maranhenses – Munim é composto por 12 municípios: Axixá, Bacabeira, Barreirinhas, Cachoeira Grande, Humberto de Campos, Icatu, Morros, Paulino Neves, Presidente Juscelino, Primeira Cruz, Rosário e Santo Amaro do Maranhão.
Médio Mearim é composto por 16 municípios: Bernardo do Mearim, Capinzal do Norte, Lima Campos, Santo Antônio dos Lopes, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Joselândia, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Pedreiras, Poção de Pedras, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto e Trizidela do Vale.	Vale do Itapecuru é composto por 10 municípios: Anajatuba, Cantanhede, Itapecuru Mirim, Matões do Norte, Miranda do Norte, Nina Rodrigues, Pirapemas, Presidente Vargas, Santa Rita e Vargem Grande.

Fonte: Adaptado do Portal da Cidadania

O território é assim composto por um conjunto de municípios, que tem uma magnitude menor do que a de um estado da federação e que seria um interessante lócus de política pública (maior do que um município), pois englobaria localidades com relações entre si e visaria à criação de condições de articulação entre Governo e sociedade civil com o intuito de gerar planejamento e proposição de ações para o desenvolvimento desses espaços (CORREA; MUNIZ, 2009).

Diversas categorias socioeconômicas relacionadas à produção e a modos distintos de existência social recebem benefícios, como pontua Pessanha (2010): as localidades de residência e trabalho de agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária extrativistas, pescadores, silvicultores (definidos pela atividade produtiva mais valorizada nos termos do programa), indígenas, ribeirinhos (definidos através das relações sociais decorrentes aos ciclos de emersão e imersão das várzeas), quilombolas (especificidade na apropriação e legitimação de posse e uso da terra).

A autora em referência ainda chama a atenção para a dificuldade de direcionamento de ações devido à pluralidade e heterogeneidade apresentada nas relações sociais desses grupos, não há facilidade de uma compreensão das trajetórias diversas que pressupõe universos sociais e intervenções também distintas (PESSANHA, 2010).

A questão rural configura-se complexa, com muitas lacunas a serem solucionadas. No entanto, a população residente no meio rural tem demonstrado capacidade de organizar-se em prol de um objetivo comum intensificado pelos movimentos sociais e sindicais, com vistas ao início de um diálogo para elaboração de projetos e propostas de reforma agrária, garantindo melhores condições de vida no campo, orientadas por um planejamento regional sustentável (SOARES; CARNEIRO, 2010).

O Estado do Maranhão figura como um dos estados mais carentes do Brasil, muito atrás de outros da Região Nordeste quanto ao desenvolvimento e a efetivação de políticas públicas.

Basicamente o Estado é caracterizado por dimensões rurais, onde as comunidades que vivem na região do campo não encontram soluções para os mais diversos problemas existentes em sua realidade. Essas pessoas não se percebem como sujeitos sociais. Essa postura é reforçada por práticas patrimonialistas e colonialistas historicamente engendradas como elucida Furtado (2003, p.112):

As fases de progresso, como a que conheceu o Maranhão, haviam sido de efeitos locais, sem chegar a afetar o panorama geral. A instalação de um rudimentar sistema administrativo, a criação de um banco nacional e umas poucas outras iniciativas governamentais constituíam - ao lado da preservação da unidade nacional - o resultado líquido desse longo período de dificuldades. As novas técnicas criadas pela Revolução Industrial escassamente haviam penetrado no país, e quando o fizeram foi sob a forma de bens ou serviços de consumo sem afetar a estrutura do sistema produtivo. Por último, o problema nacional básico - a expansão da força de trabalho do país - encontrava-se em verdadeiro impasse: estancara-se a tradicional fonte africana sem que se vislumbrasse uma solução alternativa.

Mesmo com a diminuição da população agrícola em determinadas regiões do País, o meio rural continua oferecendo oportunidades que fortalecem a luta contra a exclusão social, sobretudo para os jovens, sejam em atividades agrícolas ou não-agrícolas.

A valorização do espaço rural (e de certa forma das pequenas cidades e distritos), seja por meio da realidade local e regional, considerando-se as especificidades dos lugares favoreceria na valorização dos recursos locais. Assim oportuniza condições para um melhor entrosamento e intercâmbio tanto entre os vários segmentos produtivos, quanto entre o campo e a cidade (VALE, 2005).

Um dos fortes indutores para o empobrecimento dos países está relacionado à exclusão do cidadão do mercado de trabalho, à inexistência ou ineficácia de políticas direcionadas à democratização, ao acesso à informação e principalmente à falta de preparo da mão-de-obra e de investimentos em educação. Isso reflete na formação integral e integradora do indivíduo numa concepção cidadã e dele com o ambiente, tendo como pilar de sustentação as demandas sociais das profissões, o fortalecimento da cidadania e da democracia.

A maioria dessa população vive em cenário de extrema miséria, sem perspectiva alguma de vida, submetendo-se a uma subsistência sem acesso ao que existe de mais básico para uma vida digna.

O homem do campo brasileiro, em sua maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos contra as oscilações de preços externos e internos, e a ganância dos intermediários. Esse homem do campo é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhe são negados, sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais (SANTOS, 2007, p.41-43).

Esse cenário reflete um ambiente tenso, gerando desconforto e revolta por parte do trabalhador rural, ocasionando em confrontos de terra cada vez mais comuns na realidade brasileira. Ações governamentais, para manter um diálogo e favorecer mudanças de cenários, ainda são incipientes, mantendo as comunidades rurais como coadjuvantes no processo decisório e de planejamento de políticas públicas.

Historicamente as classes dominantes têm desempenhado importante papel no grande processo de exclusão evidenciado no meio rural. Neste sentido, torna-se necessário desvendar as representações simbólicas de cunho ideológico que foi se formando na consciência dos camponeses.

Nessa perspectiva a educação sempre foi apresentada como um processo desnecessário para aqueles que estavam imersos num mundo onde ler, escrever, pensar e refletir não tinha nenhuma utilidade e serventia.

Assim, trabalhar na roça, criar cultura a partir do manejo com a terra, está inteiramente ligado ao ecossistema do mundo camponês, era condição *sine qua non* para não se ter acessibilidade ao mundo do conhecimento (NASCIMENTO, 2003).

Segundo dados do MDA foram disponibilizados no Brasil o equivalente a R\$ 27.393.167.127,25 para o ano de 2010 em ações que visem direitos e desenvolvimento social, organização sustentável da produção, saúde, saneamento e acesso a água, educação e cultura, infraestrutura, apoio a gestão territorial e ações fundiárias (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011).

Convém estabelecer uma meta para que, segundo Favareto (2010), algo em torno de vinte ou trinta anos seja possível alcançar a garantia às regiões rurais o acesso à educação, bens culturais em qualidade similar àquela encontrada na média das regiões urbanas.

Inclui-se aí o acesso à saúde básica e com grau intermediário de complexidade, a oportunidades de trabalho e renda, a conectividade física e virtual. E, orientado por esse pacto, orientar a alocação de recursos para, progressivamente, atingir metas nesse sentido.

Durante o Governo Lula, em seu segundo mandato, os Ministérios da Cultura e da Educação elaboraram o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), como política de incentivo à leitura, tendo como principal objetivo zerar o número de municípios sem bibliotecas e otimizar as que funcionavam de forma precária.

Dentre os objetivos do PNLL, destacam-se: permitir o acesso e democratização da informação para os não-leitores e para aqueles que estão excluídos da possibilidade do acesso ao livro, independente de barreiras geográficas (BRASIL, 2007).

Partindo desse objetivo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaborou um Programa de Criação de Bibliotecas Rurais conhecido como “Arca das Letras” que visa à democratização e facilitação ao acesso à leitura por parte das comunidades rurais, com a entrega de arcas com acervo variado e escolha de agentes de leitura para atuarem como mediadores na socialização desse acervo.

As primeiras bibliotecas Arca das Letras foram implantadas como projetos pilotos em cinco comunidades rurais do semi-árido de Pernambuco e da Paraíba e no estado do Rio Grande do Sul, entre maio e julho de 2003. Naquelas localidades, foi desenvolvida, avaliada e aprimorada a metodologia de implantação de bibliotecas do MDA para o meio rural brasileiro (DANTAS, 2011).

Arca das Letras foi premiado, com menção honrosa, pelo Prêmio Vivaleitura no ano 2009, pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, como experiência abrangente e relevante para o país, e já cruzou as fronteiras.

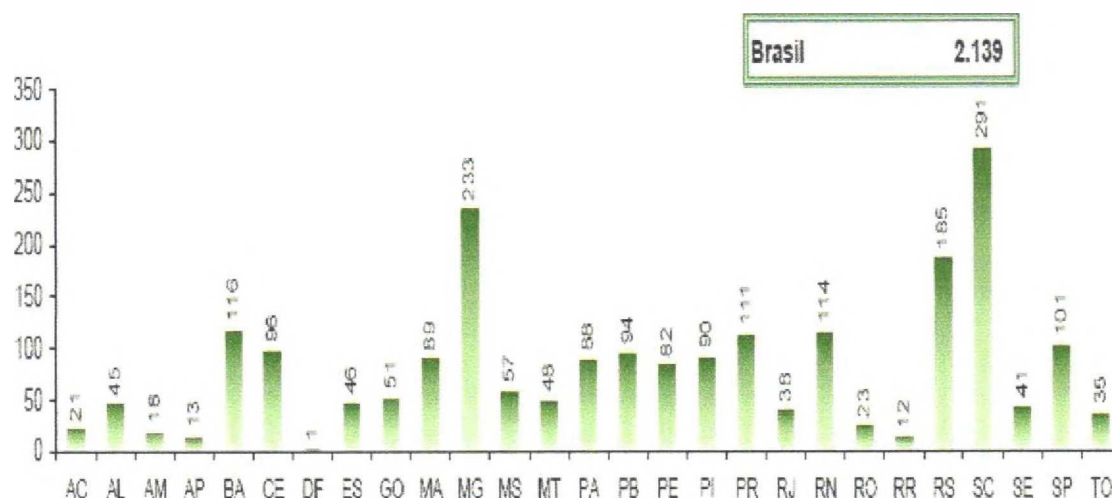
Algumas experiências internacionais de cooperação técnica solidária de doação de bibliotecas e de compartilhamento de metodologia foram desenvolvidas em Timor-Leste, Cuba, Moçambique e na Colômbia.

A implantação de um programa como o “Arca das Letras”, que tem como objetivo já referenciado de facilitar o acesso ao livro e incentivar a leitura no meio rural brasileiro através da instalação de bibliotecas e da formação de agentes de leitura, carecem de um olhar sociológico que investigue a real intervenção que tal programa efetivará nas comunidades rurais que serão atendidas.

A análise do programa torna-se relevante considerando sua configuração de política pública, a dimensão do projeto em nível nacional, a grande quantidade de Arca das Letras implantadas e o número de famílias de comunidades rurais (Figura) que são contempladas com o programa.

Em todo o Brasil, mais de 2.139 municípios (Figura 15) foram atendidos pela política.

Figura 15 - Número de municípios atendidos no Brasil



Fonte: MDA (2011)

O Programa já distribuiu aproximadamente um total de 1.759.601 livros (Figura 16) em todo o território nacional.

Figura 16 - Número de livros distribuídos pelo programa Arca das Letras



Fonte: MDA (2011)

Para o programa foi disponibilizado no ano de 2010 o valor de R\$ 175.840,00. A meta física prevista, para o exercício de 2010, era a implantação de 603 bibliotecas, tendo a realização física superado tal meta com a implantação de 893 bibliotecas (148%). Conforme apurado, tal desempenho está diretamente associado à rede de parcerias consolidada pelo Programa.

Isso se dá porque ele tem propiciado a ampliação das metas estabelecidas a cada ano, tendo o Programa atuado, até o momento, em 337 municípios, com a capacitação de 1.483 agentes de leitura, e promoção do acesso de mais de 109 mil famílias aos 187 mil livros distribuídos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011).

O Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” já implantou no estado do Maranhão em aproximadamente 447 comunidades (Quadro 1) nos territórios da Baixada Ocidental, Cocais, Vale do Itapecuru, Baixo Parnaíba, Campos e Lagos, Lençóis Maranhenses, Médio Mearim, Alto Turu e Gurupi.

As arcas atendem 38.713 famílias com características diversas compreendidas em Agricultura familiar, Projeto de Assentamento (INCRA), remanescente de quilombos, indígenas, Escola Família Agrícola (EFA), assentamento estadual, colônia de pescadores, Projeto de Crédito Fundiário e Casa Família Rural.

Quadro 8 - Municípios no Maranhão atendidos pelo Programa Arca das Letras

MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS E NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS					
Açailândia	878	Coroatá	180	Paulino Neves	71
Alcântara	237	Cururupu	149	Paulo Ramos	680
Aldeias Altas	320	Duque Bacelar	103	Pedreiras	551
Alto Alegre do Maranhão	235	Esperantinópolis	80	Porto Rico do Maranhão	50
Alto Alegre do Pindaré	524	Estreito	647	Presidente Juscelino	65
Alto Parnaíba	26	Fortuna	608	Presidente Vargas	37
Amarante do Maranhão	2980	Governador Nunes Freire	692	Primeira Cruz	48
Anajatuba	628	Guimarães	178	Santa Luzia	7434
Anapurus	169	Humberto de Campos	500	Santana do Maranhão	855
Apicum-Açú	100	Igarapé do Meio	1769	Santa Rita	270

Araioses	1579	Igarapé Grande	350	Santo Antonio dos Lopes	28
Arari	84	Imperatriz	159	São Benedito do Rio Preto	553
Axixa	150	Itapecuru Mirim	1747	São Bernardo	74
Bacabal	2511	Junco do Maranhão	696	São João do Sóter	120
Bacuri	40	Lagoa do Mato	280	São Luiz Gonzaga do Maranhão	140
Balsas	50	Lago da Pedra	50	São Mateus do Maranhão	144
Barreirinhas	726	Lago do Junco	212	São Pedro da Água Branca	400
Belágua	32	Lagoa dos Rodrigues	163	Senador LaRoque	285
Bela Vista do Maranhão	50	Lima Campos	463	Serrano do Maranhão	306
Bequimão	140	Mata Roma	131	Timbiras	75
Brejo	188	Matões	501	Timon	2064
Buriti	192	Matões do Norte	298	Tuntum	1248
Buriti Bravo	1129	Milagres do Maranhão	200	Turilândia	50
Buritirana	60	Mirinzal	129	Tutóia	1561
Cantanhede	321	Montes Altos	20	Vargem Grande	30
Capinzal do Norte	511	Morros	50	Vitorino Freire	353
Cedral	42	Nina Rodrigues	851	Zé Doca	600
Central do Maranhão	80	Pamarama	400		
Chapadinha	294	Peritoró	1027		
Codó	1677	Pinheiro	253		
Coelho Neto	32	Pio XII	680		
Colinas	225	Pirapemas	760		
Total de municípios: 91					
Total de famílias: 48422					

Fonte: Adaptado do MDA

O cuidado a ser tomado é em relação a estrutura de ações, para que elas não se restrinjam apenas a distribuição de livros, mas também a oportunizar uma ação cultural eficaz. Pode-se pensar em uma ação cultural dialógica e libertadora em que o usuário pode interagir com a atividade, refletindo sobre o tema apresentado.

A partir da discussão é que o indivíduo toma conhecimento da realidade e uma análise crítica do letramento, da alfabetização que envolve uma compreensão crítica da leitura e, por conseguinte, da biblioteca (FREIRE, 1989). A ação cultural,

nesse contexto, deve levar o tema à exaustão, para que os sujeitos sociais envolvidos possam, a partir daí, dialogar e poder tirar suas próprias conclusões.

Essa ação dialógica encontra, na proposta de Freire (1982), ressonância com o intuito de fazer dos indivíduos membros partícipes de sua realidade, não podendo, esse processo ser imposto pela cultura das classes opressoras. A conscientização alcança o seu mais alto nível quando se dá a prática da transformação libertadora, havendo a comunhão com as classes populares (FREIRE, 1982).

Além da grande diversidade de fatores sociais, econômicos e culturais a população que reside no meio rural possui dinâmicas diferentes de acordo com ideologias e modos de vida que devem ser levados em consideração durante a execução do programa.

O Censo 2010 demonstra que a taxa de mortalidade infantil no Maranhão (número de crianças mortas no primeiro ano de vida, em mil nascidas vivas), por exemplo, ficou em 36,5% em 2009. É a segunda taxa mais alta do país, embora tenha havido uma queda em relação a 2008, quando era de 37,9% e aponta que o Maranhão obteve o quarto pior resultado do país, com 19,1% de pessoas acima de 15 anos que não sabem ler nem escrever.

Um dos fortes indutores para o empobrecimento dos países está relacionado à exclusão do cidadão do mercado de trabalho, à inexistência ou ineficácia de políticas direcionadas à democratização, ao acesso à informação e principalmente à falta de preparo da mão-de-obra e de investimentos em educação. Pensado com o fim de objetivar a formação integral e integradora do indivíduo numa concepção cidadã e dele com o ambiente, tendo como pilar de sustentação as demandas sociais das profissões, o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Mesmo com a quantidade de arcas entregues e a variedade de famílias atendidas pelo programa, sua ação encontra-se ainda de forma incipiente não encontrando ressonância na comunidade, quanto ao letramento e alfabetização.

Ressalta-se que muitos dos municípios desconhecem totalmente a existência da ação, o que dificulta na construção de novas parcerias para o fomento do programa, além dos inúmeros problemas referentes aos agentes de leitura, ao dificultarem o acesso da comunidade às arcas, devido questões políticas.

A falta de organização da sociedade civil no estado agrava ainda mais a situação, pois sem as organizações, não há pressão para que governos cumpram

com suas responsabilidades no campo social e cultural. Apesar de ter uma fundamentação contundente de ação, as políticas de incentivo à leitura ainda encontram-se incipientes no alcance de seus objetivos, a falta de otimização dos espaços criados em favorecer o acesso e democratização do livro e leitura reafirmam a falta de diálogo entre órgãos mantenedores e sujeitos sociais envolvidos no processo.

4.1 A composição da “Arca das Letras”

Grande parte das informações sobre o Programa “Arca das Letras” foram encontradas no Manual para agentes de leitura e multiplicadores do Programa Arca das Letras (SOARES, 2012) e em conversas com a Coordenadora de Ação Cultural do MDA. O programa Arca das Letras é de responsabilidade do MDA através da SRA que conforme a Portaria nº 19, de 3 de abril de 2009 (Anexo A) cabe a Coordenação-Geral de Ação Cultural as seguintes ações: apoiar e promover a difusão do livro e a criação de bibliotecas no meio rural efetivando parcerias com instituições ligadas à área. Vale ressaltar que entre as competências descritas na portaria há uma ênfase com a preocupação na criação de alternativas para oportunizar o acesso à leitura e sua disseminação.

Segundo a coordenadora de Ação Cultural do MDA

a implantação do programa é bem simples, mas tem elementos muito complexos de compreensão. A chegada da biblioteca envolve a mobilização comunitária e a identificação de pessoas que podem tornar-se lideranças culturais em suas comunidades. Identificamos parceiros nos municípios, territórios e estados para fazerem as articulações locais. Nem sempre esses parceiros respeitam a metodologia do programa, a mais importante, que é a participação comunitária no planejamento das bibliotecas. Quando isso não acontece, fatalmente a biblioteca não vai funcionar. Em qualquer lugar do Brasil onde se realiza a consulta comunitária com respeito à participação dos moradores, o Arca das Letras vai dar certo. Isso é fato e é fundamental.

Para a coordenadora para que o Arca das Letras ocorra,

basta que algum parceiro em qualquer nível, faça essa parte e os demais aspectos são resolvidos facilmente: doação da arca, envio dos acervos e a formação dos agentes de leitura. A coordenação do programa garante a articulação para doação da arca (muitas vezes, no próprio município a doação é resolvida, como no caso de Codó, onde a igreja católica doou arcas. Os livros, os itens gráficos e a formação são da parte do MDA. Os principais sujeitos são os agentes de leitura e os respectivos mobilizadores locais (as pessoas que vão orientar ou fazer a reunião comunitária).

O Programa em referência é desenvolvido com a participação dos moradores das comunidades em todas as suas fases. Para receber a biblioteca, a comunidade rural deve organizar uma reunião para discutir como quer sua biblioteca; sua função social, educacional e cultural; a responsabilidade dos moradores de cuidar, administrar e ampliar os acervos; e o compromisso dos Agentes de Leitura em controlar os empréstimos dos livros e organizar atividades de valorização da biblioteca e de incentivo à leitura (RODRIGUES, 2010).

Conforme relatado pela coordenadora à metodologia de ação segue a seguinte ordem:

- a) Consulta comunitária. Os moradores devem realizar uma reunião para preencher coletivamente um formulário que contém informações sobre níveis de escolaridade presentes na comunidade; tipos de produção agrícola e produção cultural, preferências e necessidades de informação.
- b) Moradores devem indicar as pessoas que serão formadas como Agentes de Leitura. Devem ser indicados de 2 a 3 pessoas para atuarem em revezamento e em parceria na comunidade;
- c) Acervo deve ser formado conforme indicações da comunidade.
- d) Biblioteca deve ser instalada em espaço comunitário (exceto em escola) ou na casa de algum morador que disponha de algum tempo livre para atender a comunidade.
- e) Gestão coletiva e autônoma das bibliotecas: as comunidades devem manter as reuniões para discutir o acervo e o funcionamento da biblioteca, buscando no MDA/Coordenação Arca das Letras as orientações e apoio necessários para resolver os problemas que surgirem.

Durante a reunião de consulta, um dos moradores torna-se responsável pelo preenchimento do Formulário de Consulta Comunitária (Anexo G) descreve as características da comunidade e os aspectos definidos para o planejamento da biblioteca, tais como:

- a) o local onde a biblioteca será instalada na comunidade;
- b) as áreas temáticas de interesse para formação do acervo;
- c) os dados dos voluntários que serão capacitados como Agentes de Leitura;

d) se alguém pode fabricar o móvel arca no município, agilizando a chegada da biblioteca (SOARES, 2011).

A metodologia adotada pelo programa necessita da participação das comunidades em todo o processo de implantação do programa, desde a indicação do local para a instalação do móvel arca, os assuntos de interesse para que se possa pensar na formação do acervo, bem como na indicação dos voluntários que atuarão como agentes de leitura.

Em seguida, a comunidade envia o Formulário de Consulta Comunitária (Anexo G) à Coordenação Nacional do Programa Arca das Letras no MDA ou à instância executora no município ou no estado.

Para implantação da biblioteca, as lideranças locais organizam um pequeno mutirão para apresentá-la à comunidade. É neste momento que os moradores conhecem o acervo e as regras de funcionamento. A biblioteca torna-se patrimônio da comunidade, que deve se esforçar para que a leitura se torne hábito cotidiano e prazeroso.

Em Codó, as comunidades rurais possuem as mais diferentes tipologias como: Projeto de Crédito Fundiário, Quilombolas, Agricultura Familiar, Projeto de Assentamento INCRA, Escola Família Agrícola e Assentamento Estadual, dessas algumas se encontram em situação de conflito na questão de posse de terras.

A maioria dessas comunidades encontram-se distante da área urbana da cidade de Codó, algumas localizando-se em regiões fronteiriças de outros municípios como Caxias, Peritoró e Timbiras.

Quadro 9 - Comunidades rurais de Codó – MA atendidas pelo Arca das Letras

COMUNIDADE	TIPO DE COMUNIDADE	FAMÍLIAS
Alto Bela Vista	Projeto de Crédito Fundiário	46
Amorim	Remanescente de Quilombo	26
Angico	Agricultura Familiar	17
Boa Vista	Agricultura Familiar	40
Boi Não Berra	Agricultura Familiar	40
Boqueirão	Projeto de Assentamento INCRA	88
Buriti Corrente	Agricultura Familiar	46
Cacimba do Franco	Agricultura Familiar	20
Cajazeiras	Agricultura Familiar	180
Canto do Cocho	Agricultura Familiar	110
Cocal	Agricultura Familiar	80
EFA Codó	Escola Família Agrícola	50

Eira II	Agricultura Familiar	25
Felicidade	Agricultura Familiar	20
Irmã Rita Loren	Projeto de Assentamento INCRA	60
Lagoa dos Pereiras	Agricultura Familiar	15
Livramento	Agricultura Familiar	73
Mangabeira	Agricultura Familiar	35
Massalino	Agricultura Familiar	24
Monte Cristo	Projeto de Assentamento INCRA	189
Montevideó I	Projeto de Assentamento INCRA	98
Nossa Senhora de Fátima	Agricultura Familiar	30
Nova Rita- Monte Cristo	Projeto de Assentamento INCRA	29
Piranjá	Agricultura Familiar	32
Porcos	Agricultura Familiar	35
Quebra Coco	Projeto de Crédito Fundiário	25
Recurso	Assentamento Estadual	45
Riacho do Fio	Agricultura Familiar	20
Rumo	Agricultura Familiar	52
Santa Maria	Agricultura Familiar	20
Santo Antônio dos Pretos	Remanescente de Quilombo	65
São Lourenço	Agricultura Familiar	20
Três Irmãos	Agricultura Familiar	14
Vertentes	Assentamento Estadual	8

Fonte: Adaptado do MDA

Em relação ao programa no município, toda a ação teve como colaborador importante a Pastoral da Criança que foi a responsável pela comunicação com as comunidades, explicação sobre o programa, articulação para a construção dos móveis arca e a distribuição dos mesmos para representantes das comunidades.

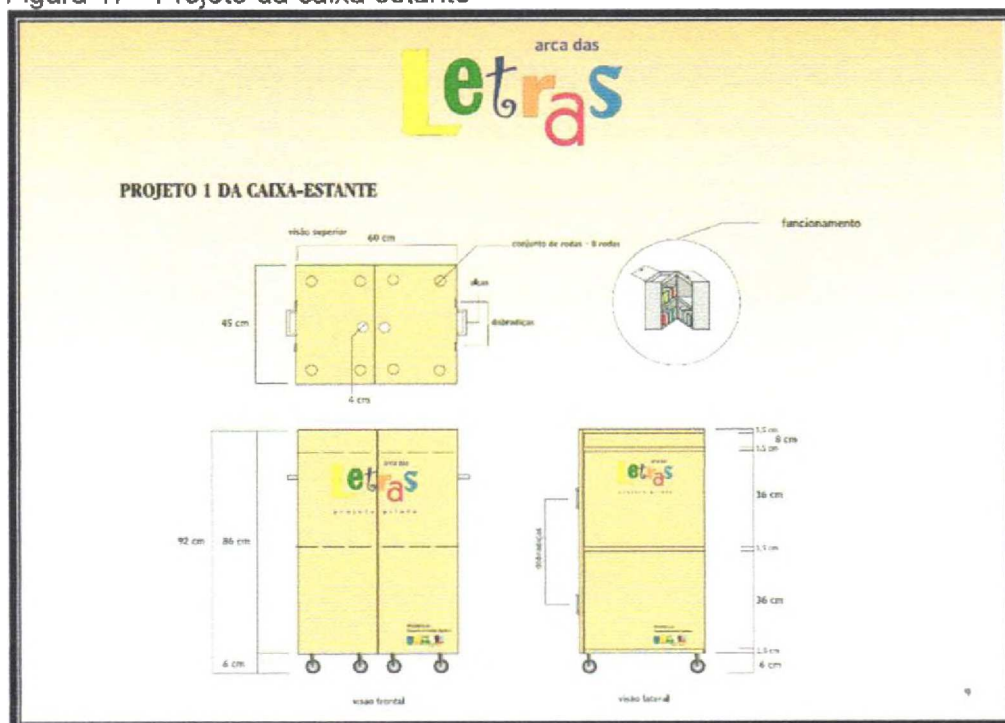
Vale reforçar a ligação da representante da Pastoral da Criança com o Partido dos Trabalhadores (PT), haja vista o programa ter sido concebido logo no início do mandato do presidente Lula, e ter uma necessidade de que a ação fosse implantada em todo o país.

Para o encontro, onde seriam distribuídas as arcas e os agentes de leitura seriam capacitados, contou com a participação de representantes do MDA, bem como da Pastoral da Criança.

A maioria dos entrevistados que residem nas comunidades rurais escolhidas para a pesquisa afirmam que não participaram da consulta para a implantação do programa, e, também não foram consultados sobre a escolha do agente de leitura. Todos os entrevistados foram unânimes em relatar que a escolha do agente de leitura foi por indicação da representante da Pastoral da Criança, cabendo ao próprio agente a responsabilidade da divulgação da ação e de sua efetivação.

Originalmente no projeto piloto (Figura 17) os móveis eram construídos por apenas numa ação em parceria com o Ministério da Defesa e o Departamento Penitenciário Nacional, onde os trabalhadores responsáveis pela fabricação das arcas recebiam uma bolsa e concessão de redução da pena pelo trabalho.

Figura 17 - Projeto da caixa estante



Fonte: Portal Arca das Letras (2012)

As arcas são móveis produzidos especificamente para as comunidades rurais, com desenho e tamanho padrão para facilitar a sua reprodução. Os municípios podem fabricar suas arcas em marcenarias da região para estimular o trabalho local.

A escolha do formato e o nome “arca”, segundo a gestora do programa, foi uma forma de aproximação do vocabulário regional, onde todos os moradores de áreas rurais sabem o que é uma arca, além do formato possibilitar a remoção do material para qualquer lugar por possuir rodas e não ser um móvel muito grande, assim não ocupando muito espaço no local onde estiver instalada (Figura 18).

Figura 18 – Móvel Arca



Fonte: Martins, Carlos Wellington Soares (2012)

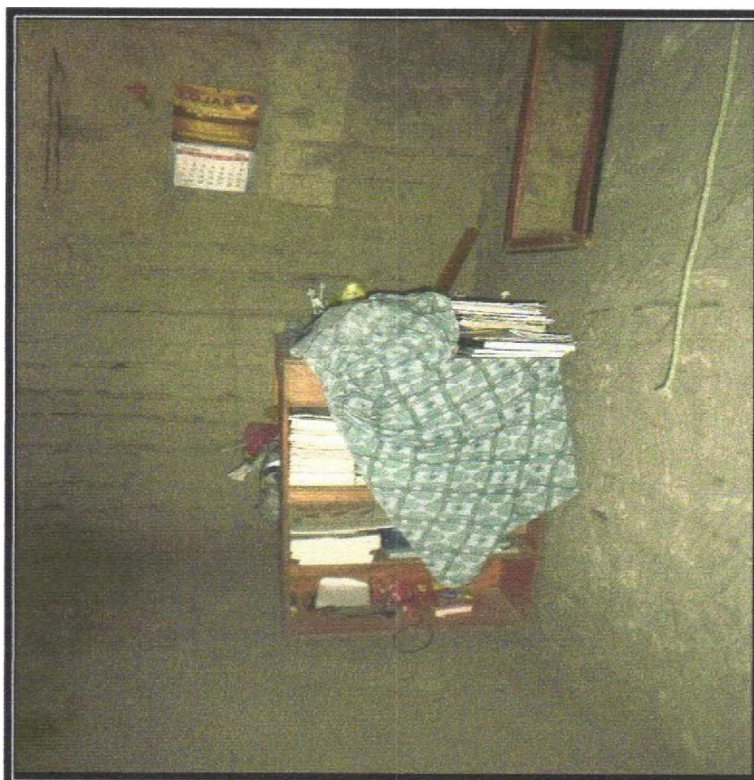
Na comunidade, a arca deve estar sempre limpa e com os exemplares organizados conforme as indicações abaixo:

- a) lado esquerdo/prateleira de cima: livros com etiquetas na cor verde;
- b) lado esquerdo/prateleira de baixo: livros com etiquetas na cor azul;

- c) lado direito/prateleira de cima: livros com etiquetas na cor laranja;
- d) lado direito/prateleira de baixo: livros com etiquetas na cor branca;
- e) frente: para exposição de livros interessantes, CDs, DVDs e fitas de vídeo;
- f) parte superior larga: revistas, folder, cartazes e pasta com fichas de empréstimo;
- g) parte superior estreita: cola, carimbo, marcadores, canetas (SOARES, 2011).

Em Codó, foi montada uma parceria com uma marcenaria local para a construção dos móveis arca, pois a montagem é considerada fácil e mais econômica do que fosse necessário o transporte dos móveis de Brasília para os demais estados da federação. Em algumas comunidades não pode-se localizar o móvel arca pelo fato da pessoa responsável não residir mais na comunidade e também por ser desconhecido o paradeiro do móvel.

Figura 19 – Arca na casa de agente de leitura em Codó



Fonte: Martins, Carlos Wellington Soares (2012)

Em uma das falas que é importante frisar, tanto pelo contexto de forma quanto pelo simbólico, quando um dos moradores referiu-se ao móvel como “o

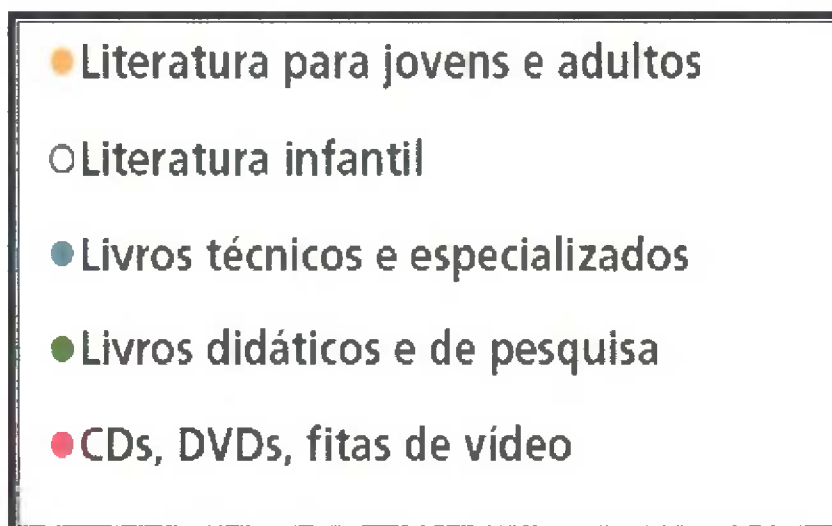
caixãozinho". Em grande parte das casas onde estava alojado o móvel arca, a sua utilidade não era o de repositório de livros, mas já servindo para abrigar outras coisas como: roupas, brinquedos e até mesmo televisão (Figura 19).

4.1.1 Acervo, infraestrutura e ações

A efetivação das ações é oportunizada por uma grande rede de parceiros do programa, como: o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério das Minas e Energia (MME) / Programa Luz para Todos, Eletrosul Central Elétricas S.A, Ministério da Justiça (MJ) / Departamento Penitenciário Nacional, Banco do Brasil / Projeto BB Fome Zero, Centros Culturais Banco do Brasil (CCBBs), organizações não governamentais, movimentos sociais ligados à questão campesina, entre outros.

A biblioteca Arca das Letras começa com um acervo contendo cerca de 200 livros e coleções de histórias em quadrinhos, os gibis. Os títulos estão distribuídos em literatura brasileira e estrangeira para crianças, jovens e adultos, livros didáticos para pesquisa escolar e livros técnicos e especializados nas áreas de interesse da comunidade para desenvolver seus projetos produtivos, educacionais, culturais e de apoio ao exercício da cidadania. Os livros são organizados em acervos, com tratamento técnico adequado, antes de chegarem às comunidades. Em seguida, são selecionados, agrupados por áreas do conhecimento e classificados por cores, com etiquetas nas lombadas dos livros, conforme figura abaixo:

Figura 20 - Classificação do acervo



Os livros são classificados em *literatura brasileira e estrangeira* para as crianças, jovens e adultos e *livros didáticos* para que sirvam como auxílio e no suporte as tarefas educacionais, além de contar com exemplares que tratam de assuntos técnicos e especializados, geralmente voltados à agricultura e outros temas que tratam da vida no campo. Os livros são identificados com o carimbo do Arca das Letras na folha de rosto e a ficha de devolução é afixada na última folha do livro.

Essa organização facilita o trabalho de controle e de pesquisa dos livros pelos Agentes de Leitura e pelos leitores. Quando a biblioteca recebe doações, os Agentes de Leitura organizam os novos títulos para inclusão no acervo, através dos seguintes procedimentos:

- a) limpar o livro com pano úmido (quase seco);
- b) carimbar a folha de rosto do livro;
- c) colar a ficha de devolução no final do livro;
- d) colocar a etiqueta colorida na lombada do livro, de acordo com a área, na mesma posição que os demais, e colar com fita adesiva para fixá-la (SOARES, 2011).

Os livros guardam a memória cultural dos povos e são patrimônio da comunidade, devendo ser preservados para serem usados por várias gerações. Os Agentes de Leitura e os leitores devem ter os seguintes cuidados para proteger os acervos:

- a) manusear os livros com as mãos limpas;
- b) não deixar alimentos e bebidas perto dos livros;
- c) não rabiscar, não recortar e não dobrar os livros;
- d) devolver o livro na data anotada na ficha de devolução (SOARES, 2011).

Segundo a responsável pela Delegacia Federal do MDA no estado do Maranhão o acompanhamento é realizado *por um servidor onde no acompanhamento de outras ações do ministério para qualquer cidade, tentamos observar se naquela cidade o programa foi implantado e como está seu andamento e se, procede o desenvolvimento dos empréstimos dos livros.*

A entrevistada também comenta sobre alguns entraves para a execução do programa, *um deles a falta de recurso para a construção da biblioteca, o*

Ministério entra com a doação dos Acervos e tentamos obter parceria com algumas prefeituras para a doação da construção do móvel.

Em relação a avaliação da repercussão do programa no estado, a responsável pela delegacia estadual do MDA considera satisfatória, *pois no nosso Estado já foram implantadas, mas de 400 Bibliotecas Rurais e para esse ano (refere-se a 2012) já está previsto entrega de mas de 400.*

Ainda segundo a percepção da entrevistada a ação tem uma importância para o estado no momento em que propicia a leitura para as áreas que são esquecidas por alguns órgãos públicos, através da implantação de bibliotecas nas zonas Rurais.

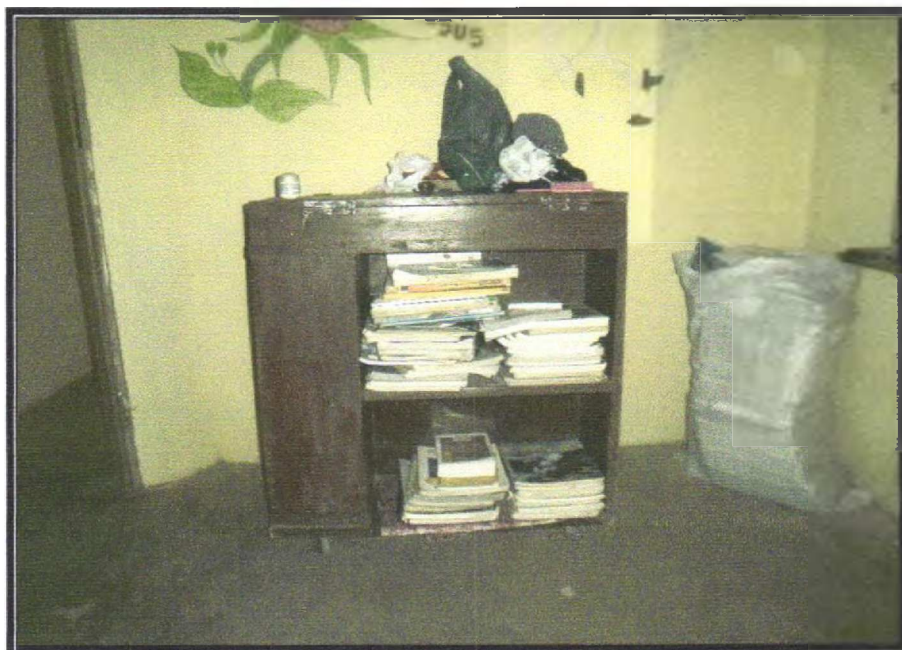
Sobre a divulgação do Programa, a Coordenadora de Ação Cultural do MDA reforça que a mais importante é a que é feita junto às comunidades, utilizando programas de rádio, eventos ligados à agricultura familiar e à reforma agrária. A operacionalização é realizada de forma simples: basta que a comunidade indique as pessoas para que tenham a formação como agentes de leitura para que sejam adquiridos os móveis (através da doação da arca), organiza-se o acervo e então é marcado a formação e entrega do kit da biblioteca.

Ainda segundo a entrevistada a execução é um processo que acontece de forma diferente em cada lugar; muda muito de comunidade para comunidade, de município para município, de estado para estado. Tem lugares que a biblioteca funciona em consonância com os objetivos e em outros não funciona a contento.

O acompanhamento é constante, mesmo à distância, reforça a idealizadora, de vez em quando entramos em contato com os agentes de leitura, fazemos encontros territoriais, estaduais e nacionais para trocarmos impressões sobre o que está acontecendo em cada localidade. Ao identificarmos os problemas, marcamos as visitas locais para discutir a forma de se resolver problemas (geralmente, quando a biblioteca não funciona, basta uma reunião para resolver isso e realizar a troca de lugar de instalação).

O acompanhamento também é feito por telefone, por visitas comunitárias por sorteio ou por aproveitamento de agendas do programa em locais próximos, nos encontros territoriais, em alguns locais (como Bacabal, onde são feitos encontros municipais mais frequentes), encontros estaduais e nacionais.

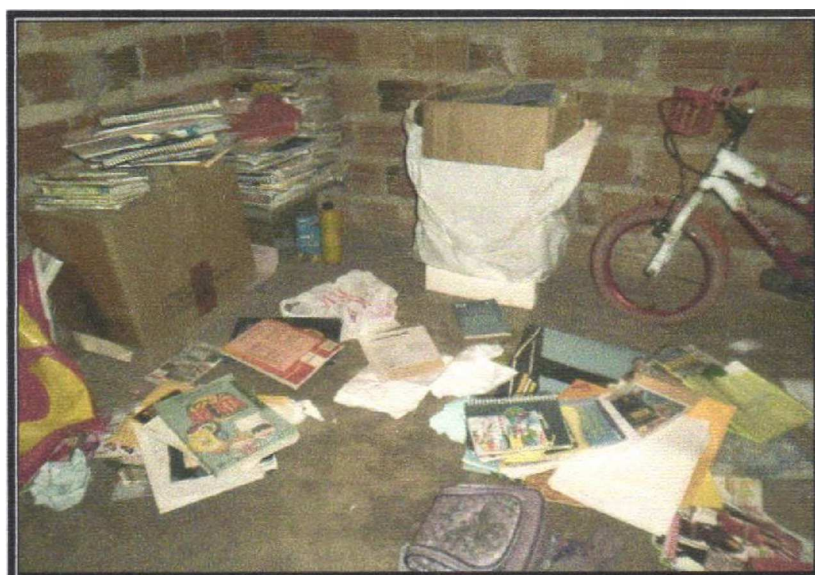
Figura 21 – Arca das Letras na casa de morador de área rural de Codó



Fonte: Martins, Carlos Wellington Soares (2012)

Em cada nível de abrangência de encontro se reduz a participação local por causa dos custos de cada um, mas sempre deve haver representantes de comunidades (nível municipal), de municípios (territorial e estadual) e de estado (encontro nacional). As visitas de avaliação têm um formulário que é discutido com agentes de leitura. Esse formulário (Anexo F) dá informações para que se promova melhoria na biblioteca.

Figura 22 – Acervo do Arca das Letras em casa de agente de leitura



Fonte: Martins, Carlos Wellington Soares (2012)

As estratégias para melhorar as ações costumam ser: troca da biblioteca de lugar dentro da comunidade; envio de novos livros para atualização do acervo; realização de nova capacitação de agentes de leitura. No município, no entanto, como percebido nas visitas e nas falas dos entrevistados, esse retorno dado pelo MDA não ocorre há muito tempo o que segundo os entrevistados fragiliza muito a ação, pois os livros não são renovados e não ocorre capacitações para possíveis novos agentes de leitura.

4.2 O agente de leitura

Dentre os princípios norteadores que direcionam todo o processo de implantação das bibliotecas rurais, alguns são destacados pela coordenação como responsáveis pelo sucesso ou fracasso da política, são eles:

- a) Participação comunitária no planejamento, execução e gestão das bibliotecas;
- b) Gestão autônoma e coletiva das bibliotecas pelas comunidades;
- c) Implantação de esforços, ações e recursos governamentais;
- d) Formação de agentes comunitários de leitura;
- e) Acervos constituídos de acordo com as necessidades e demandas das comunidades.

Durante a década de 90 e até hoje a participação popular nas suas mais diferentes dimensões vem sendo institucionalizada e amparada em toda América Latina dentro dos marcos das democracias representativas. A participação popular, dessa forma, se transforma no referencial de ampliação das possibilidades de acesso dos setores populares em uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos.

Também configura-se como garantia da execução eficiente de programas de compensação social no contexto das políticas de ajuste estrutural e de liberalização da economia e de privatização do patrimônio do Estado. No entanto, o que se observa é que, no geral, as propostas participativas ainda permanecem mais no plano da retórica do que na prática (JACOBI, 2002, p.444).

Os agentes de leitura, do programa Arca das Letras são membros da comunidade, voluntários que, por meio de consulta comunitária, são selecionados para atuarem como mediadores no processo de instalação e execução do programa.

Todos os agentes de leitura entrevistados para a pesquisa afirmaram serem lavradores e grande parte não concluiu o ensino fundamental.

Basicamente, ele é responsável por dinamizar as ações e fazer com que a biblioteca seja utilizada pela comunidade, na maioria das vezes, a arca, contendo o acervo, fica na própria casa do agente de leitura, conforme já referenciado. A coordenação do programa considera que se a mesma estivesse em uma escola ou associação ficaria restrita a um público específico o que não condiz com o objetivo do programa, que visa alcançar o maior número de moradores da comunidade, oportunizando ao acesso ao livro, à leitura e na geração de um novo espaço de sociabilidade da comunidade.

Os Agentes de Leitura podem criar práticas de incentivo à leitura e, ainda, organizar eventos, tais como:

- a) promover a leitura coletiva e contar histórias;
- b) chamar escritores ou poetas para falar sobre suas obras e o processo de criação literária;
- c) convidar professores do município para realizar oficinas de leitura;
- d) ajudar os moradores a encontrar informações importantes nos livros;
- e) ajudar os estudantes em suas pesquisas;
- f) organizar os leitores para escreverem a história da comunidade: a origem do nome, como surgiu, quais foram os primeiros moradores, a data de aniversário da comunidade, as festas tradicionais, entre outros aspectos;
- g) pesquisar quem são os artistas, poetas e contadores de histórias da comunidade;
- h) organizar uma pasta com informações úteis para a comunidade: onde e como emitir documentos, contatos de hospitais, postos de saúde, de polícia, do INSS e outros.

Segundo Santos (1993) práticas poliárquicas são comumente verificadas em programas de ação comunitária, dos quais dependem do envolvimento voluntário de associações locais, moradores e grupos sociais que tenham a mesma dinâmica de convivência.

São criados grupos de trabalho e comissões com a participação de representantes locais dos diferentes interesses em disputa, tendo eles a

corresponsabilidade na formulação de políticas que expressem um mínimo divisor comum, isto é, um curso de ação que maximize os ganhos de cada grupo no limite do consentimento dos demais. A expectativa é de que alcance o seu objetivo, e o problema político consiste em obter uma decisão que seja a expressão do conflito negociado, garantindo-se a sua implementação e eficácia.

A efetivação dos direitos sociais caracteriza-se pela participação nos negócios públicos podendo existir então, a dicotomia do interesse próprio e o altruísmo, desde que o interesse próprio seja corretamente entendido, definido no contexto das necessidades públicas gerais.

Na comunidade cívica, conforme o pensamento de Putnam (2000) a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Tal comunidade será tanto cívica quanto mais a política se aproximar do ideal de igualdade política entre cidadãos que seguem as regras de reciprocidade e participam do governo.

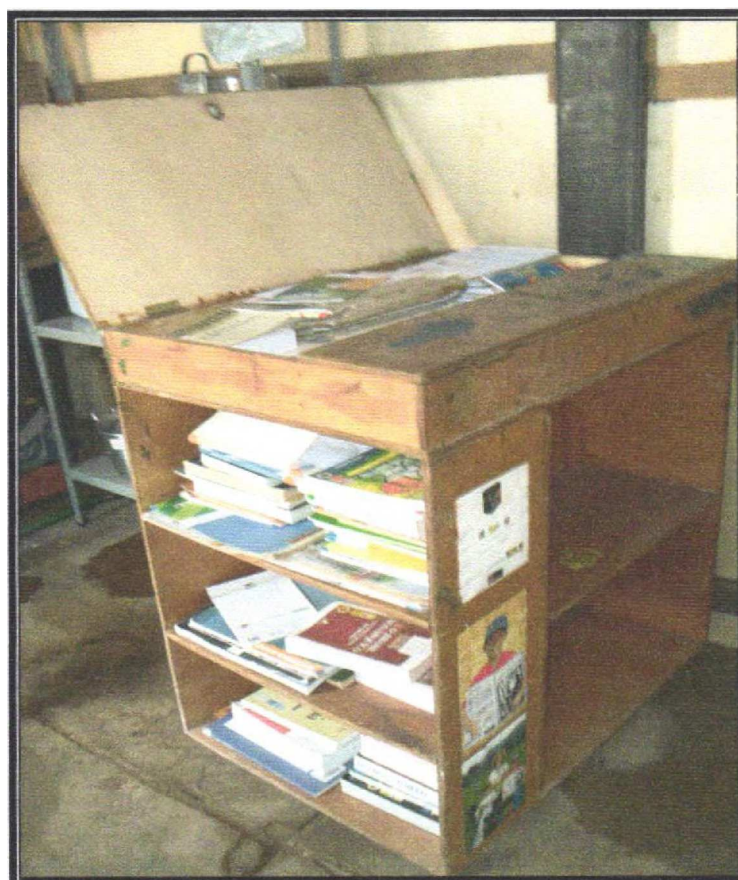
Para atuarem com agentes de leitura, os membros escolhidos pela comunidade recebem uma capacitação técnica do Programa, certificada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde aprendem a rotina básica de empréstimo de uma biblioteca e noções para realização de campanhas para ampliação do acervo, na organização de eventos culturais e no estímulo da leitura como prática social e cultural.

O MDA reforça que o pedido da instalação da biblioteca seja decorrente de reivindicação da comunidade, sendo intermediada pelo poder público local ou não. A maioria das comunidades rurais do município de Codó tiveram intervenção do poder público local.

A maioria dos agentes de leitura entrevistados afirma que a divulgação dos serviços oferecidos pela biblioteca na comunidade foi verbal entre os próprios membros da comunidade, considerada a melhor forma de divulgação pelos agentes, visto as comunidades serem pequenas. Os agentes de leitura também são enfáticos na importância da instalação da biblioteca rural Arca das Letras nas comunidades. Como a maioria das pessoas que vivem em áreas rurais não dispõe desse tipo de bem cultural, o programa trouxe uma nova oportunidade para as famílias moradoras do campo.

Dentre os serviços oferecidos estão: empréstimo domiciliar, o empréstimo local, auxílio às pesquisas escolares e algumas atividades de incentivo à leitura. Os agentes de leitura têm o mesmo entendimento em relação a facilidade de acesso aos usuários. Porém verificou-se no município que a grande maioria das comunidades não seguiu um dos critérios do princípio de gestão proposto pelo MDA, não realizando campanhas de doação de livros e a quase não existência de práticas de estímulo à leitura e ao letramento o que acaba por favorecer que o móvel fique esquecido (Figura 23).

Figura 23 – Arca em uma escola na zona rural de Codó



Fonte: Martins, Carlos Wellington Soares (2012)

Fica evidente que a ausência de um programa nacional planejado de descentralização dos programas *educacionais* tem implicado os mesmos resultados, conforme Arretche (2008): tendências na transferência de parcelas das atividades envolvidas na prestação de serviços, sem uma efetiva redistribuição de competências e acompanhamento para avaliação.

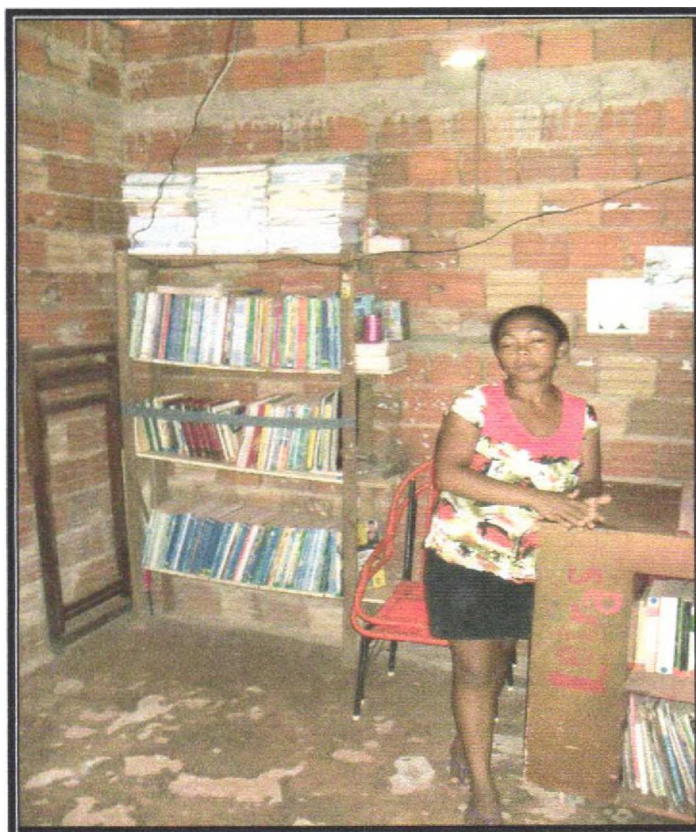
O processo efetivo de transferência de competências fica, dessa forma, subordinado a fatores de ordem conjuntural e regional. À ausência de um

acompanhamento e avaliação se soma ao caráter heterogêneo e difuso dos interesses envolvidos, o que dificulta enormemente a formação de uma coalizão pró-descentralização, com consequências evidentes sobre o caráter errático do processo.

O governo municipal local desconhece totalmente a ação, tanto a secretaria de cultura quanto a de educação, no momento em que os representantes de cada pasta foram entrevistados, alegaram que a ação foi efetivada durante a gestão anterior e que ambos desconheciam o programa não havendo interesse na utilização da ação em seus planos de governo.

É importante frisar que algumas iniciativas pontuais são positivas: uma agente multiplicou a quantidade de livros, sendo necessário até a aquisição de uma estante ao lado do móvel arca para as novas aquisições (Figura 24) e outra agente juntamente com o marido são responsáveis por momentos de contação de histórias constantes na comunidade onde residem, bem como o empréstimo de livros ocorre numa frequência considerada razoável pela agente.

Figura 24 – Agente de leitura com arca e acervo ampliado

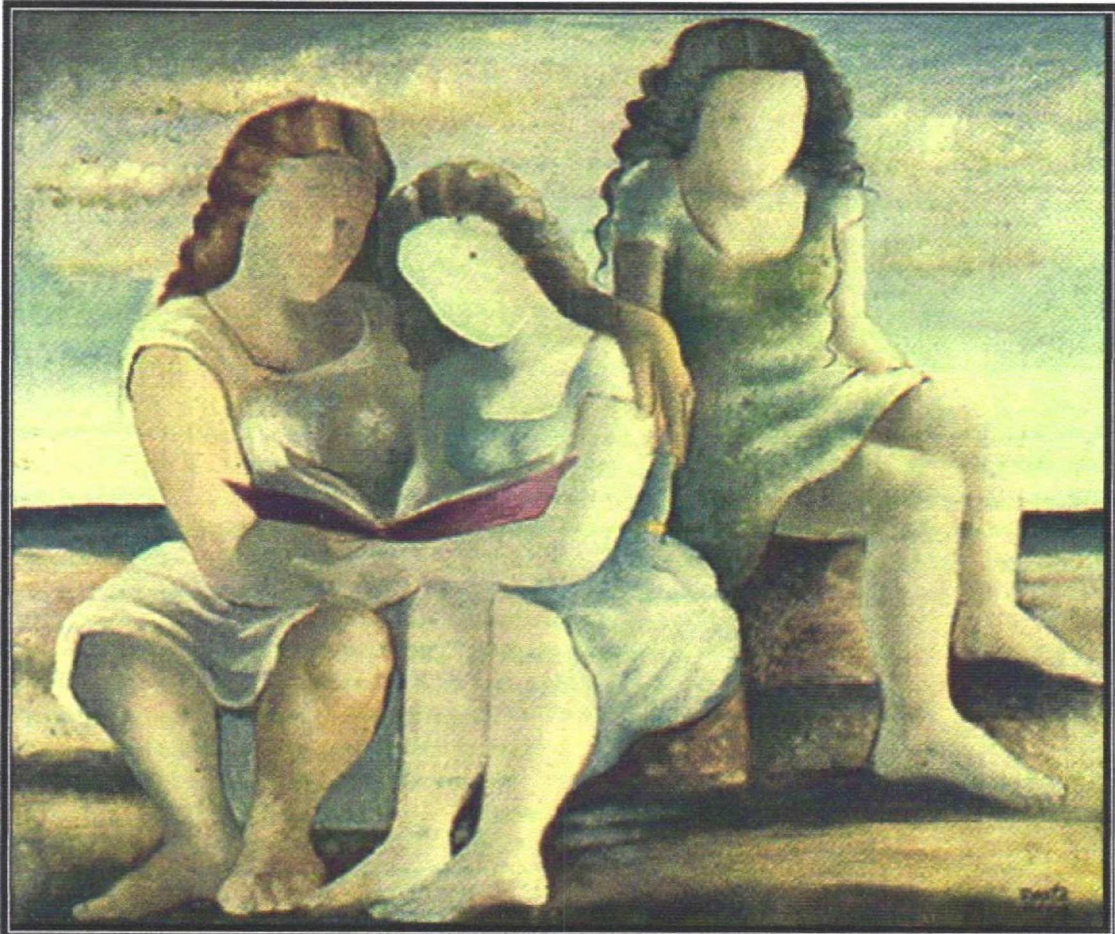


Fonte: Martins, Carlos Wellington Soares (2012)

Grande parte dos agentes de leitura entrevistada aponta a dificuldade de conciliar seus afazeres com a função de agente de leitura, e atribui a falta de capacitação constante como outro entrave para a execução do Programa. Além de não contarem com o apoio do governo municipal.

5 O ESPAÇO RURAL: um lugar de leitores?

Figura 25 – Meninas lendo (Tomás Santa Rosa)



Fonte: <http://peregrinacultural.wordpress.com/2011/09/18/>

Uma pessoa pode não ter livros, e apesar disso, gostar de ler. E se não tem livros, vai buscar os livros onde eles estão.

José Saramago

O capítulo apresenta uma discussão sobre as possibilidades de práticas leitoras no espaço rural através da utilização de políticas públicas de incentivo à leitura. Caracteriza as comunidades rurais e suas particularidades analisando o acesso à informação e as implicações para o desenvolvimento regional. Mostra as possibilidades do espaço rural se tornar um espaço de vivências leitoras consolidado por uma prática social, que gera um processo participativo favorecendo ao desenvolvimento da região. Discute letramento como prática cultural através da utilização da leitura e investiga as novas formas de sociabilidade decorrentes de uma prática de letramento, especificamente no meio rural.

O Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” tem como uma de suas metas oportunizar a criação de um novo espaço de sociabilidade para as comunidades rurais atendidas pela ação, além de favorecer o acesso à informação e à leitura. O que investigou-se neste trabalho foi a relação existente entre leitura e o meio rural, como se configura a questão do acesso à informação a comunidades distantes dos grandes centros urbanos e como são as formas de participação das comunidades em ações como essa, que visam estimular o hábito da leitura.

A informação, o conhecimento e a inovação tecnológica passaram a ser considerados o motor do crescimento econômico. O mundo de hoje tem como característica o tempo real, pelo fato da informação ser veiculada instantaneamente, conferindo, como afirma Santos (2011), maior eficácia, produtividade e rentabilidade aos propósitos de quem as controla. Esse modo dominante de organização do trabalho imprime ao território novos usos e novas dinâmicas.

Na análise dessa contemporaneidade informacional, o Brasil é o quinto país mais populoso do mundo com uma população composta de 15, 5 milhões de analfabetos com 15 anos de idade ou mais, o que corresponde a 12,9 da população sendo que metade deste total está no Nordeste, como demonstrado pela tabela abaixo. Esses dados comprovam que algumas ações como o Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos necessitam de um novo redimensionamento de suas ações para que contribua efetivamente na eliminação do analfabetismo.

Tabela 7 – Total de analfabetos e taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais por situação de domicílio – Brasil e grandes regiões (2010)

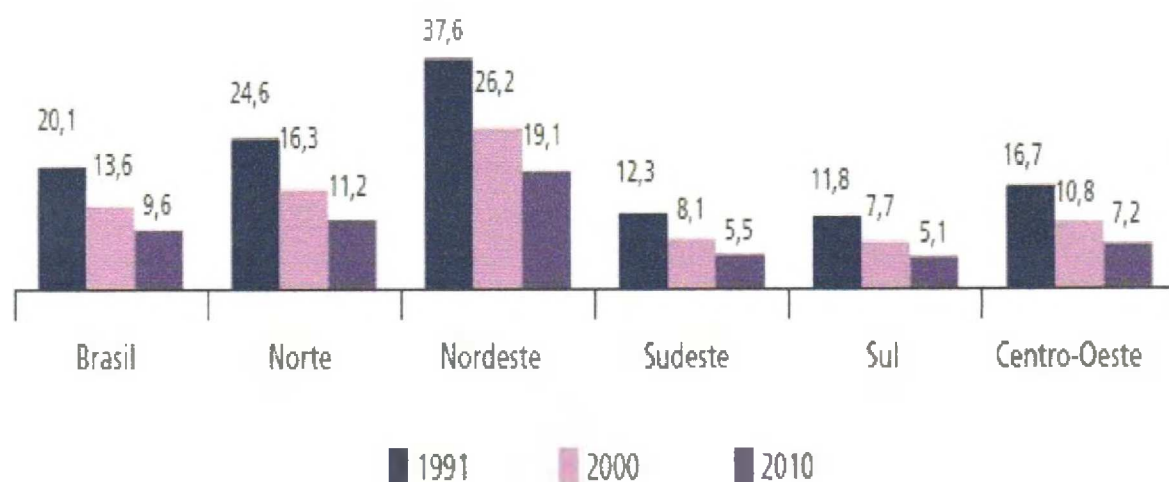
Grandes Regiões	Total de analfabetos			Taxa de analfabetismo(%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	13.940.729	9.004.026	4.936.703	9,63	7,29	23,19
Norte	1.221.106	650.940	570.166	11,19	7,91	21,27
Nordeste	7.431.414	4.154.361	3.277.053	19,07	14,32	32,86
Sudeste	3.432.113	2.799.763	632.350	5,46	4,78	14,76
Sul	1.092.126	803.664	288.462	5,10	4,41	9,01

Centro-Oeste	763.970	595.298	168.672	7,20	6,29	14,65
---------------------	----------------	---------	---------	-------------	------	-------

Fonte: IPEA (2012)

Em comparação com as outras regiões da federação, sobre os índices que apontam desenvolvimento humano, o Nordeste, sempre se encontra com índices inferiores, com crescentes oscilações. Isso é evidente nas evoluções das taxas de analfabetismo, como visto no gráfico referente à evolução da taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais no intervalo de 2000 a 2010. Entre pessoas com 25 anos ou mais que constitui 85,4 milhões da população, apenas 5,8 milhões concluíram um curso superior, ou seja 6,8%. A meta para o fim do PPA 2008-2011 foi de 12,28%, um índice ainda bastante alto. Entretanto, o verificado no Censo 2010, 19,07%, está longe desse alcance.

Gráfico 7 – Evolução da taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais – Brasil e grandes regiões (1991, 2000 e 2010)



Fonte: IBGE (2012)

A taxa de escolarização da população de 10 a 14 anos cresceu exponencialmente em relação à década anterior e chegou a 96,5% em 2001, mas em compensação em 2003 havia mais de 10 milhões de alunos atrasados na comparação idade-série, principalmente entre a população com 15 anos ou mais, e cerca de 32 milhões de analfabetos funcionais, ou seja, esse total da população tem menos de quatro anos escolares concluído.

Dos 5.507 municípios brasileiros, apenas 19 tem condição de assegurar a sua população escolarização média relativa ao Ensino Fundamental completo. Em 2011 o Brasil participou de uma pesquisa desenvolvida pela UNESCO com 41 países no âmbito do Projeto Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

Esse índice procura mensurar a capacidade que os jovens de 15 anos tem de usarem os conhecimentos que possuem como forma de enfrentarem os desafios da vida cotidiana, as disciplinas avaliadas são: leitura, matemática e ciências (IPEA, 2012).

A pesquisa concluiu que o país ocupa o 37º lugar numa escala sobre níveis de compreensão de leitura, em que cerca de 50% dos alunos brasileiros na faixa de 15 anos estão no nível 1 de alfabetização. Ou seja, segundo o critério de avaliação aplicado na pesquisa, esses alunos conseguem lidar apenas com tarefas muito básicas de leitura.

Por outro lado, o IBGE informa que apenas 12% dos brasileiros têm acesso doméstico ao computador, e que, destes só 9% estão conectados à internet. Em 2000 o país ficou na 73ª posição no ranking do IDH, medido pelas Nações Unidas, e no nono lugar entre os dez piores países em desigualdade social e, na lista completa que começa pelo melhor, está no 167º lugar, no índice de exclusão social encontra-se na 109ª posição.

Outro indicador referente a níveis de leitura, de aplicação nacional, é o Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional (INAF) que caracteriza os tipos de analfabetismo como *funcional rudimentar*, *básico* e *pleno*. Segundo o índice 27% da população são analfabetos funcionais nos mais diferentes níveis, o que corresponde a um contingente de mais de 35 milhões de pessoas (INAF, 2011).

Tiepolo (2009, p.125-126, grifo da autora) explica cada especificação utilizada pelo indicador

- *Analfabetismo*: corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares [...]

- *Alfabetismo nível rudimentar*: corresponde a capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como um anúncio ou uma pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica [...]

- *Alfabetismo nível básico*: pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já lêem e compreendem textos de média extensão, localizam informações (mesmo que seja necessário realizar pequenas referências) lêem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de

operações e têm noção de proporcionalidade. No entanto mostram limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações [...]

- *Alfabetismo nível pleno*: [...] Suas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar elementos usuais da sociedade letrada: lêem textos mais longos, relacionando suas partes, comparam e interpretam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto a matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada mapas e gráficos.

Houve um pequeno avanço (Tabela 8) em relação aos índices anteriores, no entanto só com políticas educacionais mais agressivas podem favorecer um maior número de pessoas alfabetizadas.

Tabela 8 – Evolução do Índice Nacional de Alfabetismo Nacional (2001 – 2012)

INAF – Evolução do Indicador							
	2001 /2002	2002 / 2003	2003 / 2004	2004 / 2005	2007	2009	2011- 2012
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%
Básico	34%	36%	37%	38%	38%	46%	47%
Pleno	26%	25%	25%	26%	28%	27%	26%
Analfabetos funcionais	39%	39%	38%	37%	34%	27%	27%
Alfabetizados funcionalmente	61%	61%	62%	63%	66%	73%	73%

Fonte INAF (2011)

O município escolhido para análise do Programa, Codó, não encontra uma situação diferente em relação ao restante dos municípios do Maranhão, muito menos do país. O Censo 2010 ao listar os municípios brasileiros com mais de 10.000 analfabetos, Codó aparece em 35º lugar (Quadro 10)

Quadro 10 – Municípios brasileiros com mais de 10.000 analfabetos

Municípios brasileiros com mais de 10.000 analfabetos	
São Paulo – SP	300767
Rio de Janeiro – RJ	156947
Fortaleza – CE	139672

Recife – PE	91132
Salvador – BA	90806
Maceió – AL	89026
Brasília – DF	70995
Teresina – PI	58718
Belo Horizonte – MG	57499
Natal – RN	55908
Manaus – AM	55640
João Pessoa – PB	47447
Jaboatão dos Guararapes – PE	47156
Feira de Santana – BA	40718
Guarulhos – SP	40419
Belém – PA	39492
São Luís – MA	38932
Caruaru – PE	38436
Arapiraca – AL	36486
Goiânia – GO	35585
Campina Grande – PB	35584
Duque de Caxias – RJ	34477
Caucaia – CE	32468
Vitória da Conquista – BA	32078
Curitiba – PR	31088
Juazeiro do Norte – CE	30996
Aracaju – SE	30956
Nova Iguaçu – RJ	30315
Campinas – SP	29778
São Gonçalo – RJ	29710
Caxias – MA	29689
Mossoró – RN	28562
Porto Alegre – RS	27723
Petrolina – PE	26714
Codó – MA	26117

Fonte: IBGE, 2010

A educação, segundo Malassis (1979), configura-se como uma categoria histórica ligada intrinsecamente a etapas de desenvolvimento, exercendo uma função histórica permanente socializando a cultura. O autor compreende a educação como um processo pelo qual um determinado grupo transmite todo o seu patrimônio cultural a seus membros de forma a contribuir com a continuidade econômica e cultural.

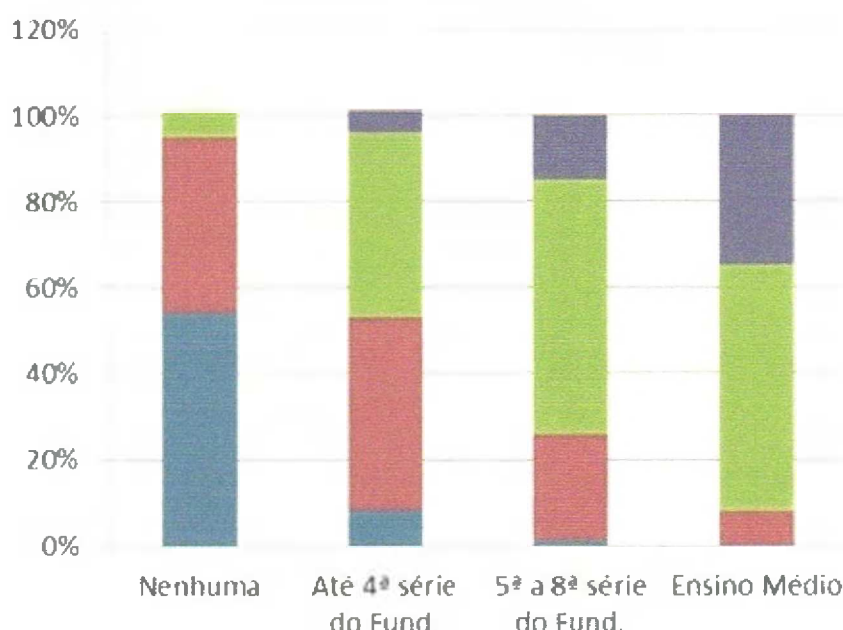
Essa assertiva leva a inferir que a educação sendo considerada uma categoria histórica, tendo no campo o seu lócus de atuação, só pode ser significativa se estiver ligada ao processo de desenvolvimento e ao sistema global de educação.

[...] a educação não é somente um investimento; ela é cada vez mais reconhecida como um direito fundamental da pessoa humana, um meio de escapar da desigualdade social e das múltiplas formas de dominação [...] A educação que suscita e difunde a inovação não produz somente 'coisas'; ela produz também homens [...] seu objetivo fundamental é o de contribuir para a criação de uma sociedade progressiva, cujos membros se tomem capazes de reinventar sem cessar novas formas socioeconômicas do desenvolvimento (MALASSIS, 1979, p. 83).

Quanto aos direitos sociais à política educacional é, segundo Coutinho (2012), expressa como uma ação do Estado, que tem o objetivo de atender as necessidades sociais e é composta por três eixos básicos: o conjunto da legislação correlata, planejamento e financiamento, este último central para execução dos anteriores.

As políticas educacionais seriam um ótima ferramenta para favorecer uma expansão maior sobre a leitura, haja vista que o grau de escolaridade (Gráfico 7) é fator importante para que o número de analfabetos seja reduzido.

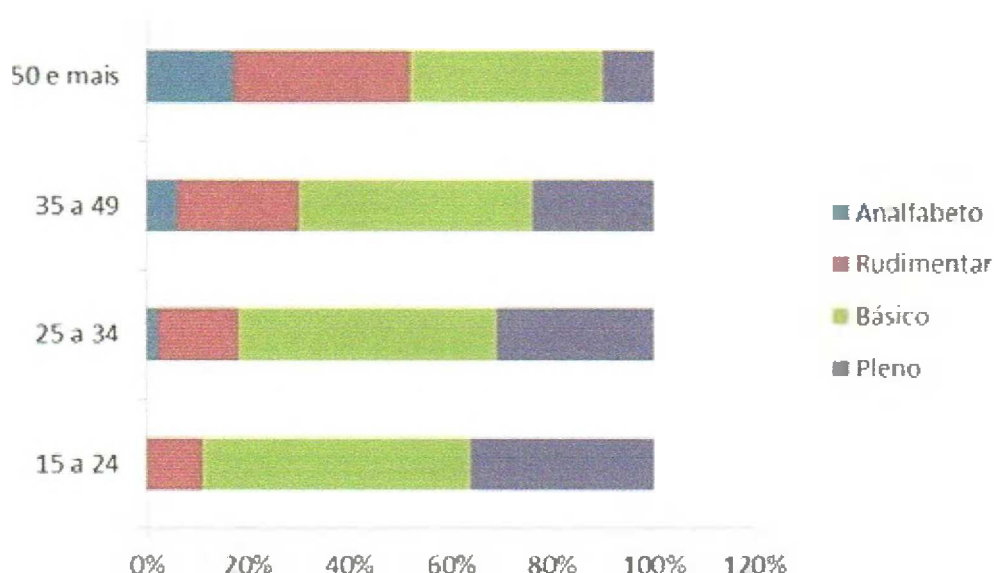
Gráfico 8 – Quanto maior a escolaridade menor o nível de analfabetismo



Fonte: IPEA (2012)

No entanto, se considerar as especificações de analfabetismo funcional, dados atestam que aproximadamente 8% das pessoas que concluem o Ensino Médio são analfabetos funcionais (Gráfico 9).

Gráfico 9 – 8% dos que concluíram o ensino médio ainda são considerados analfabetos funcionais



Fonte: IPEA (2012)

Esse panorama só reflete uma realidade cada vez mais alarmante, daí surgir a necessidade da criação de espaços que viabilizem uma prática social pautada na inclusão/integração do indivíduo na chamada sociedade da informação (PRADO, 2010). E isso é urgente no campo.

Conforme Vendramini (2009) o campo se configura como expressão de diversas formas de ocupação do espaço, lugar de trabalho, vida, construção de relações sociais. A luta por uma educação do campo, segundo a autora citada, tendência a ficar atrelada ao âmbito do estado e das políticas públicas relegando a dimensão da educação para referendar a ordem vigente e não como estratégia de interiorização de valores contrapostos a lógica apresentada: consumista, liberal, individualista.

Essa postura só reforça as contradições apresentadas no campo, entre outras, através dos movimentos sociais, como o Movimento Sem Terra (MST) quando rompe com a legalidade institucionalizada através de ocupação de terras e lutar pela incorporação desses espaços (as escolas) de uma instituição de controle estatal (VENDRAMINI, 2009) sem se prestar aqui nenhum juízo de valor se é correto ou não.

No entanto, a autora ainda reforça que as escolas não são capazes de promover mudanças, a base da educação e da escola está na possibilidade

concreta das pessoas produzirem seus meios de vida, de terem acesso, aos instrumentos de trabalho, tecnologia, acesso à informação, entre outras formas que possibilitam uma vida digna.

Segundo Coutinho (2009) a necessidade de uma educação no campo configura-se como uma questão histórico-social no momento em que vida no meio rural é resquício de uma cultura de colonização. Parece ser vista apenas como vinculada ao latifúndio e à escravidão negra e indígena. Com esse olhar não tem posição de destaque na agenda governamental a educação do camponês. Para a autora é necessário a criação de um currículo construído em conjunto com as reais necessidades e configurações de vida existentes no campo expressas abaixo:

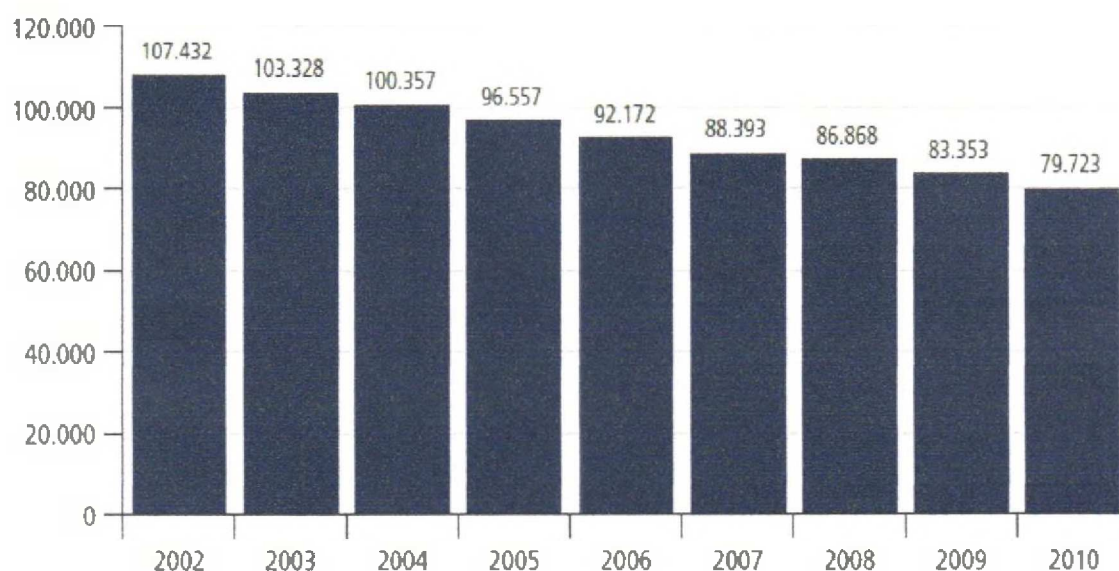
- Relação campo-cidade, sem que o campo seja apenas um reflexo dessa última, subordinando sua cultura ao urbano, mas como afirmação da cultura camponesa e respeito para com as demais cultura;
- Educação para intervenção da realidade camponesa em correspondência com a defesa da reforma agrária e com o modelo de desenvolvimento sustentável defendido pelos movimentos sociais do campo;
- Educação para valorização e resgate histórico da cultura camponesa indígena, sem-terra, ribeirinhos, quilombolas, etc. [...]
- Currículo como mediação de luta por uma escola de qualidade no campo (prédio escolar, infraestrutura material necessária, docentes qualificados e bem remunerados, etc. [...]
- Defesa da escola pública, gratuita e com qualidade social – da educação infantil ao ensino superior – eliminando o analfabetismo no campo, sem destituição da responsabilidade do Estado pelos processos de financiamento;
- Unidade entre educação, trabalho e tecnologia, concebendo que o homem é o sujeito desses processos;
- Educação para a liberdade, democracia, justiça e solidariedade entre os povos camponeses [...];
- Educação para ampliação de lutas por outros direitos sociais; saúde, lazer, moradia, previdência social, etc [...];
- O Estado é responsável pela garantia da obrigatoriedade e financiamento da educação pública porque é um direito subjetivo, mas é também um direito coletivo, uma vez que o Estado arrecada receitas que são frutos, também, do trabalho do homem e da mulher camponeses,
- Compromisso com a construção de um novo projeto de sociedade em que o capital e suas relações não sejam o regulador do movimento da sociedade (COUTINHO, 2009, p. 115-116).

Apesar de ser evidente a necessidade de uma política educacional integrada com uma estratégia de ação mais contundente, é notável a falta de aplicação de recursos na área da educação, desde que a remuneração de professores até a infraestrutura em escolas.

Levada a discussão para o meio rural esse investimento sofre um decréscimo ainda mais visível. No gráfico abaixo, por exemplo, verifica-se a redução

de escolas no meio rural, o que vai contra a proposta de acesso ao conhecimento e à geração de oportunidades de desenvolvimento social no campo.

Gráfico 10 – Evolução do número total de escolas no meio rural (2002-2010)



Fonte: IPEA, 2012

O total de escolas do campo fechadas no período de 2002 a 2010 é de 27.709 escolas. Em 2002 as escolas do campo representavam 50,2% das escolas de ensino básico brasileiras tendo um decréscimo de 39,7% em 2010. Destaca-se também a forte predominância de fechamento de escolas no campo no Nordeste nesse período, o que é preocupante visto que a região concentra a maior população residente na área rural e com menos acesso a educação e a informação.

Nesse intervalo de tempo de 2002 a 2010 houve um decréscimo de aproximadamente 6% da população rural brasileira, no entanto isso não justifica o quantitativo expressivo de escolas no campo fechadas (IPEA, 2012).

As mais diversas demandas sociais apresentam-se na sociedade moderna e historicamente em diversas faces nos mais diferentes momentos na história humana, muitas dessas mudanças ocorridas por transformações sociais, tecnológicas e culturais (SILVA, 2011).

Tabela 9 – Evolução da educação do campo (2008-2010)

	2008	2009	2010	Variação(%)
--	------	------	------	-------------

Total de escolas do campo	86.869	83.353	79.723	-8,23
Matrículas em escolas de campo	6.450.541	6.315.074	6.091.790	-5,56
Alunos residentes no meio rural	8.968.800	8.944.731	8.768.775	-2,23

Fonte: IPEA (2012)

A educação do campo apresenta muitas fragilidades, seja pela falta de professores qualificados ou pela falta de recursos pedagógicos entre outros. Quando analisado os números relativos à existência de infraestrutura e equipamentos que guardam estreita ligação com o processo ensino-aprendizagem, percebe-se que raras são as escolas do campo que têm algum dos itens.

A tabela abaixo mostra que a imensa maioria não tem praticamente nenhum item de infraestrutura, tecnologia ou equipamentos didático-pedagógicos, que são importantes para imprimir qualidade à educação.

Tabela 10 – Escolas públicas do campo sem infraestruturas e equipamentos didático-pedagógicos (2010)

Infraestruturas e equipamentos didático-pedagógicos	Estabelecimentos		Matrículas	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Laboratório de informática	69.038	87,3	4.274.576	65,3
Laboratório de ciências	78.311	99,0	6.290.831	96,1
Quadra de esportes	73.053	92,4	5.183.660	79,2
Biblioteca	70.636	89,3	4.728.508	72,3
TV	48.601	61,6	1.962.091	30,0
DVD	52.020	65,9	2.267.891	34,7
Copiadora	72.159	91,4	5.076.289	77,6
Retroprojektor	72.742	92,2	4.882.867	74,6
Acesso à internet	73.160	92,7	5.034.906	77,0
Banda larga	75.610	95,8	5.612.558	85,8

Fonte: IPEA (2010)

No município de Codó, segundo dados do Censo 2010, 11,3% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o Ensino Fundamental e apresenta uma taxa de conclusão desse nível de ensino entre jovens de 15 a 17 anos em torno de 38,5%, conforme a tabela com o número de escolas no campo em Codó.

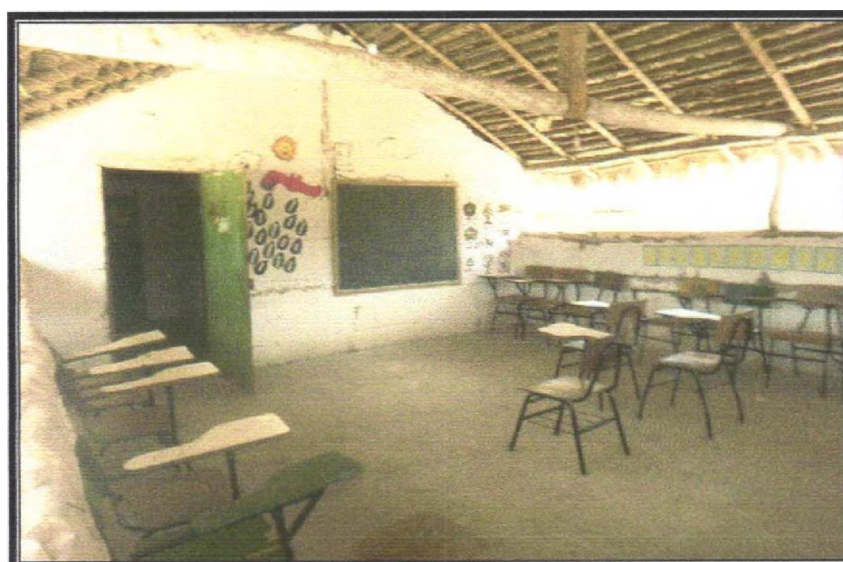
Tabela 11 - Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Municipal em Codó

ÁREAS	ANO	NÚMERO DE ESCOLAS
Escola do Campo	2009	186
	2010	185
	2011	184
Escola em Área de Assentamento	2009	09
	2010	06
	2011	17
Escola em Área Remanescente de Quilombola	2009	09
	2010	05
	2011	04

Fonte: IPEA (2012)

Na maioria das comunidades visitadas para a pesquisa, com exceção das mais próximas da área urbana, as escolas encontram-se em situações precárias com sérios problemas humanos e pedagógicos como falta de professores, de energia elétrica, material didático, muita delas apresentando problemas como infiltrações, fios expostos, tetos destelhados (Figura 26).

Figura 26 – Escola na zona rural de Codó



Fonte: Martins, Carlos Wellington Soares (2012)

Outra observação importante diz respeito ao material de apoio didático a professores e alunos, como o livro didático e paradidático. Quando questionados se os livros disponibilizados pelo programa Arca das Letras serviam como suporte nas atividades escolares, muito dos entrevistados das comunidades e alguns agentes de leitura informavam que muito do material se perdeu com o tempo restando poucos títulos e que não recordavam se algum professor chegou a utilizar os livros ou recomendou a leitura de algum específico. E algumas das escolas, mesmo reformadas encontravam suas portas fechadas em pleno horário de aula quando da visita do pesquisador (Figura 27)

Figura 27 – Fachada de escola na zona rural de Codó



Fonte: Martins, Carlos Wellington Soares (2012)

O destrato com a Educação do Campo, vai na contramão da história, quando se pensa o Maranhão. Segundo Velho (1979) teve durante toda a sua formação econômica constantes fluxos ligados diretamente a ciclos econômicos, o que o caracterizou durante muitas décadas como o estado mais rural da federação, tornando o seu crescimento demográfico significativo visto então, como padrão no Brasil como um todo com o crescimento das cidades à custa das áreas rurais.

Segundo Barbosa (2008, p.2)

[...] o Maranhão se constituiu em um dos estados do Brasil com maior índice de conflitos envolvendo trabalhadores rurais. De 1964 até 1990 foram assassinadas 1630 pessoas ligadas a movimentos rurais, entre índios,

lavradores, sindicalistas, religiosos e advogados. Essas mortes eram geralmente executadas por pistoleiros a mando de proprietários de terra e grileiros.

O espaço rural é compreendido por Abramovay (2009), como palco de relações intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento contemporâneo, haja vista a sua relação com a natureza, com as cidades, e a relação dos habitantes entre si. Nesse sentido oferece perspectivas promissoras ao processo de desenvolvimento, respeita o meio rural enquanto espaço de atividades diversas, com uma multiplicidade de sujeitos sociais.

O referido autor apresenta sua concepção sobre desenvolvimento rural, não só decorrente unicamente do crescimento agrícola, mas entre um conjunto de fatores com predominância da ação dos sujeitos sociais envolvidos no processo:

Mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores (ABRAMOVAY, 2009, p. 85).

Sobre comunidades rurais, camponeses e campesinato, Queiroz (1976) apresenta duas concepções comumente utilizadas em estudos tendo o campo como locus de atuação. A primeira, histórica, em que a definição tem lugar a partir da gênese da formação do homem no campo. A segunda tem na antropologia sua explicação, onde a definição surge do contexto social e econômico relacionado aos diferentes tipos sociais.

Ele afirma que as características do campesinato não tiveram modificações profundas com o passar dos tempos. A família continua o centro da unidade camponesa referente à unidade social de trabalho, da exploração da propriedade, com os produtos assegurando apenas a subsistência.

Castells (1999) atribui as mudanças estruturais da sociedade contemporânea à revolução da tecnologia da informação, pode causar impacto em toda atividade socioeconômica e dar condições para a fixação da economia global. As desigualdades sociais são mantidas e ampliadas. Na medida em que essa situação evolui as discrepâncias referentes a distribuição de renda e acesso a tecnologia se aprofundam “[...] os salários dos trabalhadores tendem a baixar e a expropriação das terras dos trabalhadores [...] no campo tende a aumentar. Pois o capital que explora os trabalhadores na indústria é o mesmo que explora os trabalhadores no campo” (CARDOSO, 2012, p.156).

Abre-se um novo hiato de informação entre produtores e usuários da tecnologia: cidadãos comuns, trabalhadores semi-especializados, países do terceiro mundo acabam por tornar-se sujeitos passivos nessa configuração, compradores e consumidores dessa tecnologia. O gigantismo das empresas nacionais ameaça o poder do Estado, que, antes era o núcleo gerador das estratégias de desenvolvimento.

[...] as distâncias sociais são tão grandes que parece não ser plausível uma medida comum que permita que a questão da justiça se coloque como problema e critério de julgamento nas relações sociais; o fosso social é imenso e parece obstruir a possibilidade mesma de uma linguagem comum e, portanto, do convívio social, interlocução e debate comum em torno de questões pertinentes à vida em sociedade. Isso é propriamente o apartheid social (TELLES, 1999, p. 145).

O acesso à informação configura-se, dessa forma, como um direito de todos, mas não só no ao acesso, mas também na produção desse conhecimento. Ao contrario do que comumente se pensa, as tecnologias de informação e comunicação, longe de serem apenas ferramentas, modelam nossas formas de pensar e de criar.

Existe um consenso que o Brasil é um país multicultural e pluriétnico, no entanto, a diversidade pouco se tem incorporado às organizações educacionais, entre elas, a biblioteca. A diversidade cultural já conquistou um espaço central no debate sobre a sociedade da informação, a diversidade cultural não se define tanto por oposição a homogeneidade, mas principalmente pela oposição a disparidade mas sim como sinônimo de diálogo e valores compartilhados.

Para entender a sociedade pluriétnica na dimensão da diversidade cultural, já expressa em documentos da UNESCO, torna-se necessário observar a natureza do acervo e caminhar fundamentando-se na ideia da especificidade de cada grupo social, cultural e étnico ao qual a biblioteca está a serviço.

Para se compreender a sociedade urbana, industrialização, o poder político existente no Brasil é necessário uma análise sobre como se configura a sociedade agrária e como se dá a articulação desta com a urbana, enfatiza Ianni (1984). Segundo o autor existe uma tradição de governos que primam pela modalidade de gestão oligárquica com ênfase no centralismo e autoritarismo. Para evitar a democratização, a rearticulação das classes subalternas, tem sido efetivada utilizando-se a manipulação dos excedentes de trabalhadores.

No que diz respeito ao campesinato, o capitalismo ao mesmo tempo que destrói ou altera formas camponesas, ele também recria formas camponesas de organização do trabalho. "No Brasil, a democracia nunca chegou ao campo, nem como ensaio; apenas como promessa. O pouco que se fez, em favor da democracia, foi e continua a ser o resultado das lutas de camponeses, operários rurais e índios" (IANNI, 1984, p.155).

5.2 O acesso à informação e desenvolvimento regional

Um programa a nível nacional, como é o caso do "Arca das Letras", que tem em seus objetivos o acesso à leitura e à informação, necessita ter em sua estratégia de ação um consenso acerca de que tipo de informação será oportunizada e com qual objetivos, visto ser o Brasil esse país multicultural e pluriétnico, onde essas características têm de ser respeitadas.

O conceito de informação evolui na medida da evolução do conceito de consciência coletiva de uma sociedade. Subsídios para uma política setorial nacional divulgada em 1986 pelo Instituto Brasileiro em Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) ressalta-se:

- a) A garantia de que as informações prestadas pelos indivíduos não sejam utilizadas para fins diversos daqueles inicialmente propostos;
- b) Toda informação de caráter público deve estar disponível para divulgação e ter acesso facilitado ao usuário final;
- c) Investimentos do governo no desenvolvimento da rede nacional de acesso público a bases de dados;
- d) Incentivo à utilização de bases de dados e/ou serviços de informação.

Pode-se atribuir o início da democratização da informação ao surgimento da escrita que possibilitou a preservação do conhecimento permitindo dessa forma a expansão cultural e científica, a invenção da imprensa e posteriormente a outras inovações tecnológicas que propiciaram maiores possibilidades de acesso integrando cada vez mais o indivíduo às fontes de informação e ao conhecimento. De acordo com Araújo o acesso é importante para isso (1999, p.155):

[...] a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso de informação, pois tanto a

conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres, ou seja, depende de ampla disseminação e circulação da informação e, ainda um processo comunicativo de discussão crítica sobre diferentes questões relativas a construção de uma sociedade mais justa e com maiores possibilidades [...] o não – acesso à informação ou ainda o acesso limitado ou acesso a informações distorcidas dificultam o exercício pleno da cidadania.

As legislações vigentes tanto a nível nacional quanto internacional asseguram a todo indivíduo o direito ao acesso à informação e ao conhecimento, para a plena participação na sociedade da qual ele faz parte. No Brasil, o acesso à informação, ao conhecimento e à comunicação são direitos fundamentais de todo ser humano, conforme mencionado na Constituição Federal, no artigo 5:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] XIV – é assegurado a todos o acesso à informação resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (BRASIL, 2004, p.5-6)

Nesse contexto há que se discutir a cidadania e o direito a ela pois é adquirido através do conhecimento, direta ou indiretamente. Isso se dá a partir de experiências e do convívio na sociedade, trocas linguísticas e reconhecimento de símbolos entre outros elementos, em um processo sistemático de formação intelectual e moral do indivíduo. Assim se processa a construção de sua dimensão enquanto cidadão.

Masuda (1982) desenha nitidamente, o perfil desta sociedade emergente tendo como pilar a produção de valores informacionais, intangíveis, em substituição aos valores tangíveis, em que prevalece a indústria do conhecimento, quaternária, expandindo-se a partir de uma economia sinérgica e da utilização compartilhada de bens.

A sociedade da informação será uma comunidade voluntária, voltada para o benefício social para os cidadãos. Etimologicamente, cidadão significa membro livre de uma determinada cidade por origem ou adoção, assumindo um conjunto de raízes culturais, políticas e sociais, movimentando-se nesse conglomerado sócio-político e econômico, dinamizando o complexo cultural, sugerindo uma ideia coletiva e pluralista dos termos cidadania e cidadão (ROCHA, 2000).

É importante que a política de informação seja formulada de modo a permitir a concepção moderna de sistemas informacionais com a preocupação de

preservar e disseminar a memória nacional, com o uso de novas tecnologias, assegurando a recuperação capaz de tornar a informação acessível a todos (TARAPANOFF, 1993).

A sociedade da informação surgiu como uma proposta de uma nova ordem para a democratização dos recursos e para o bem estar social. A maioria dos países já está investindo na implantação do projeto, alguns privilegiando a tecnologia e outros a comunicação e outros serviços.

A globalização, as tecnologias da informação (TICs) e o modelo de desenvolvimento sustentável estão inseridos na filosofia do programa, reforçando o ponto de vista social. Ao mesmo tempo em que possibilita inúmeras fontes de informação, essa nova ordem mundial também causa certo medo diante da que gera e dissemina. Nessa realidade há dificuldade de se filtrar apenas as que realmente são relevantes, embora se discuta para que e para quem essa relevância.

O objetivo do plano é a realização de uma sociedade, que leve a um estado geral de florescimento da criatividade intelectual humana, ao invés de um abundante consumo material (MASUDA, 1982).

O programa Sociedade da Informação, é resultado de um trabalho iniciado em 1996 pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia através do decreto presidencial nº 3294 de 15 de dezembro de 1999. Foi instituído, então, o Programa Sociedade da Informação no Brasil – Socinfo, que compunha um conjunto de projetos que integravam o Plano Plurianual de 2000 a 2004. Esse programa dispõe de um aporte de recursos previsto de R\$ 3,4 bilhões oriundos das fontes do tesouro, do setor privado, dos estados e municípios, além da Receita Fiscal (FIGUEIREDO; FREITAS, 2003).

O Programa Socinfo tencionava integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de modo a permitir a inserção efetiva da sociedade brasileira na sociedade da informação e, ainda, contribuir para o incremento da competitividade das empresas nacionais no mercado global.

Para que o programa obtivesse sucesso seria necessário o compartilhamento entre governo, empresa e sociedade civil. Ele teve desdobramentos em sete grandes linhas de ação:

- a) Mercado, trabalho e oportunidades;
- b) Universalização dos serviços gerais para a cidadania;

- c) Educação na sociedade da informação;
- d) Conteúdos e identidade cultural;
- e) Governo ao alcance de todos;
- f) Pesquisa e desenvolvimento;
- g) Infra estrutura avançada e novos serviços (BRASIL, 2003).

O Programa tencionava, portanto, lançar também os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação, além de suas aplicações na sociedade de forma a alavancar a pesquisa e a educação, bem como assegurar que a economia brasileira tenha condições de competir no mercado mundial.

O acesso à informação, a sua disseminação e livre circulação são elementos essenciais em todos os aspectos da vida humana e o conceito de sociedade da informação está enraizado nessa filosofia que diz respeito a aquisição, criação, assimilação e disseminação da informação e do conhecimento em todas as áreas da sociedade.

O acesso e democratização da informação encontra um forte aliado nas políticas informacionais com ênfase nas bibliotecas, vista aqui não sob o enfoque da coleção, mas sim como um espaço de sociabilização e de oportunizar o acesso à informação a ao conhecimento.

Esses espaços, quando materializados sob a forma de bibliotecas, devem atuar como territórios de memória para poder desempenhar um papel fundamental como espaço de organização social, leitura, educação, desenvolvimento sustentável, cidadania e transferência de informação. Torna-se, dessa forma, espaços abertos à participação democrática e os livros e literatura utilizados como suportes informacionais voltados à libertação da mente e emancipação social (PRADO, 2010).

Santos (2011b) apresenta uma concepção mais pessimista sobre o papel da informação na era atual atribuindo-lhe até um caráter despótico, pois entende que as novas condições técnicas existentes deveriam viabilizar a troca de informações e oportunizar a geração do conhecimento, mas não é o que acontece na prática como demonstra o autor:

Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriados por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle (SANTOS, 2011b, p.28).

É cada vez mais crescente nos diversos canais a quantidade de informações disponíveis. Apesar de todos os sistemas de gestão desenvolvidos, ainda são em número reduzido, ou então não possuem a eficácia necessária, como instrumentos com a real capacidade de filtrar a informação pertinente. Cunha (2000) destaca algumas premissas referentes a necessidades informacionais e sua relação com algumas iniciativas preconizadas no Programa Socinfo:

- a) Cidadãos necessitam de informação numa biblioteca pública são atendidas. Isto reflete-se, via de regra, na conquista de direitos sociais básicos;
- b) Pesquisadores têm suas necessidades de informação atendidas. Isto reflete-se no progresso científico do país;
- c) Alunos de escolas primárias são atendidos. Isso pode vir a despertar o gosto pela leitura, o prazer pelo estudo e a curiosidade por novas descobertas;
- d) Profissionais que lidam com a informação na definição de políticas nacionais de informação, de projetos nacionais participam e podem fazer diferença, por exemplo, nos critérios da definição de prioridades como o papel das bibliotecas nesse processo.

Santos (2011b) compreende essas denominações atuais referentes à informação como "fábulas": "aldeia global", "sociedade da informação". Segundo o autor, essa veiculação de informações é carregada de ideologia e utilizada pela mídia apenas como reforço na ordem vigente atual. Para ele "a informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pela mídia, uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos (SANTOS, 2011, p.30).

A associação da informação apenas por fluxos tecnológicos e midiáticos e dispositivos técnicos causará na concepção de Mattelart (2006) uma atopia social

que obscurece as implicações sociopolíticas de uma expressão que designa a nova ordem vigente.

O vocabulário da sociedade da informação se impôs como um logotipo da assim chamada globalização. As duas noções contêm a mesma ambiguidade. Seu conteúdo tornou-se a aposta de uma guerra semiótica. Ela coloca uns contra os outros projetos contrastados de integração mundial que remetem a valores estéticos, éticos e políticos antagônicos (MATTELART, 2006, p. 171).

É preciso tornar produtivo o gasto público com o setor de informação, mudar profundamente sua imagem, estimular de modo decisivo novas práticas para repensar os modelos existentes. É necessário rever a validade dos esquemas de gestão empregados e a orientação no sentido da inovação, desenvolver a capacidade de gerenciar a complexidade e reconstruir sistemas de informação capazes de desenvolver e transformar a capacidade humana em prol do bem estar coletivo da sociedade (AMARAL, 1995).

Os tipos de disseminação podem compreender ampla gama de informações que vão desde as políticas públicas adotadas até as que possam subsidiar os indivíduos e a sociedade civil no desenvolvimento de suas tarefas ou mesmo o acompanhamento e cobrança da própria atividade pública.

A rigor não existe o usuário de informação pública governamental, mas o de diferentes motivações, origem, nível de instrução e idade. Pode haver ao mesmo tempo, o eventual e sistemático e o que procura por informação. Em face da gama de informações fornecidas tradicionalmente, os distintos usuários escolhem determinados assuntos ou aspectos. Alguns buscam a informação utilitária, relacionada à satisfação de necessidades básicas, outros são motivados pela necessidade de conhecer para manter sua sobrevivência em determinados grupos, outros ainda procuram informação por vontade de outra realização.

Muitos são, porém, excluídos do universo de usuários por razões socioeconômicas e mesmo culturais. Existem certamente usuários cujas necessidades informacionais não são cobertas ou mesmo identificadas.

Cada instituição tem um público mais frequente que compartilha do mesmo universo cultural e simbólico, e cujas necessidades informacionais convergem aos objetos institucionais. Os usos de segmentações tradicionais que ignoram a complexidade de formação de vínculos comprometem as ações de disseminação que visam à transferência e a aplicação. A falta de políticas de

informação não é novidade, já que mesmo os discursos passados de democratização da informação em bases claras e não encontravam eco suficiente nas instituições públicas.

De acordo com Telles (1999) as organizações estatais não atendem as demandas sociais pelo fato de referências indenitárias tradicionais serem excluídas. Isso para ela ocorre devido à emergência de diferenças sociais, culturais e simbólicas que vão na contramão de mecanismos tradicionais de representação, mas o que é posto é a tarefa de tornar comensurável a heterogeneidade inscrita na vida social.

Observa-se ao mesmo tempo, que o debate sobre a disseminação é restrito, grande parte das vezes, às TICs. Sem desprezar sua importância, há uma tendência em circunscrever a disseminação ao problema de melhor escolha e combinação entre hardware e software, quando a questão é principalmente de conteúdo e de formas de instituição de elos com os públicos. Saber ler ou ter acesso à informação não significa necessariamente a possibilidade do conhecimento.

O grande problema da disseminação é a criação de condições para facilitar o fluxo de informações e propiciar o conhecimento. E reside na linguagem, ou mais especificamente, nas linguagens que requer, antes de tudo, a existência de elos de significação entre produção e recepção. Não se pode confundir, porém, os meios com as mensagens.

Ao par da crítica a circunscrição do problema da disseminação a seus aspectos tecnológicos e informáticos, também não se deve esquecer que os meios são distintos e devem ser utilizados considerando suas especificidades. Do mesmo modo, cada meio, ou suporte informacional, é caracterizado por linguagem própria. Assim como para cada tipo de usuário há uma linguagem e uma informação, cada meio é mais ou menos apropriado para diferentes tipos de informação.

Sen (2000) traz em sua teoria sobre o desenvolvimento o enfoque nas relações humanas com ênfase no seu poder de escolha, não tendo foco em indicadores econômicos ou fatores materiais, mas na capacidade de ampliação do horizonte social da vida humana, segundo o autor a base material é importante, mas deve-se considerar como um meio e não como um fim.

O desenvolvimento desigual do mundo capitalista, segundo Cardoso (2012), favorece a expansão de uma riqueza e pobreza ao mesmo tempo semelhantes em níveis de rapidez e extensão.

Essa luta pela humanização e por outras questões como: trabalho livre, processo de desalienação só é possível, conforme afirma Freire (2005) pelo fato da desumanização apesar de ser um fato concreto na história não é destino dado, mas sim resultado de uma ordem que subjuga gerando opressão.

5.1 Práticas sociais, articulação e processos participativos

Temáticas como empoderamento e participação cidadã são cada vez mais comuns na academia e em discursos políticos partidários na tentativa de antever um desenvolvimento regional e garantir a contribuição dos grupos sociais envolvidos em todo o processo. Porém, tais iniciativas esbarram em problemas de ordem teórica e de interesses pessoais. Gohn (2004, p.24, grifo da autora) compreende essa participação cidadã quando as seguintes questões forem levadas em consideração:

- a. Uma sociedade democrática só é possível via o caminho da participação dos indivíduos e grupos sociais organizados.
- b. Não se muda a sociedade **apenas** com a participação no plano local, micro, mas é a partir do plano micro que se dá o processo de mudança e transformação na sociedade.
- c. É no plano local, especialmente num dado território, que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder local daquela região; no local onde ocorrem as experiências, ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano. O local gera capital social quando gera autoconfiança nos indivíduos de uma localidade, para que superem suas dificuldades. Gera, junto com a solidariedade, coesão social, forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social.
- d. É no território local que se localizam instituições importantes no cotidiano de vida da população, como as escolas, os postos de saúde etc. Mas o poder local de uma comunidade não existe a priori, tem que ser organizado, adensado em função de objetivos que respeitem as culturas e diversidades locais, que criem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política.

A condição humana de pertencimento ao espaço pressupõe o acesso a um lugar, relacionar-se, realizar transformações e ter plena consciência disso. Expressões como: apropriação, valorização e consciência são importantes referenciais das integrações sociais (HEIDRICH, 2004).

Conforme Silva (2012, p.194)

A participação política dos indivíduos é um pressuposto para a prática democrática e para o exercício da cidadania. O que podemos encontrar como divergência entre os teóricos e governantes é quem dentre esses indivíduos deve ou tem qualificação para participar do processo decisório do

governo ou para exercer o direito de liberdade de expressão, princípio fundante da cidadania burguesa.

Segundo Castells (1983) a segregação social tem como intenção favorecer a reprodução das forças de trabalho, onde os processos possuem uma integração e são articulados com a estrutura social. Para Marcuse (2004), historicamente existe um padrão de segregação que atinge as classes sociais e pode ser dividido da seguinte forma:

- a) divisão cultural: através da língua, religião, características étnicas, arquitetura, país e nacionalidade;
- b) divisão funcional: resulta da lógica econômica, com foco na divisão entre bairros comerciais e residenciais, áreas rurais e industriais, onde a divisão do espaço ocorre pela função exercida em cada atividade;
- c) divisão por diferença no status hierárquico: reflete e reproduz as relações de poder.

Essa "segregação social" é compreendida como desigualdades estruturadas entre os mais diversos grupos sociais, com a classe social exercendo grande influência nesse contexto representando uma série de desigualdades como o acesso à educação, cultura, com o padrão de consumo e o estilo de vida ditando a posição social (SILVA, 2011).

De acordo com Machado (1984) o Estado carece de uma política cultural explícita que integre organicamente as diferentes ações articuladas pelas agências de fomento da área. O autor não antevê que essa política seja formulada continuando com características clientelísticas, pluralistas e assistencialistas.

Essa postura também é reforçada porque existe uma correlação entre acumulação, crescimento econômico e indústria cultural. Os países periféricos acompanham o processo internacionalista de modernização econômica, alterando os sistemas produtivos sob a égide de grupos de poder tradicionais sem que isso favoreça alguma mudança em termos qualitativos no que diz respeito à cultura, educação e saúde (SODRÉ, 1984).

De nada adianta ir a museus, ler livros de história ou participar de solenidades cívicas se essas situações não forem significativas, ou seja, se não tiverem valor para os usuários. Na formação para a cidadania, a ruptura que precisa ser feita além da ordem da opinião e do senso comum. Não se trata de formar

cidadãos que pensem que podem resolver seus problemas, mas pessoas que percebiam o quanto precisam caminhar juntos com outras pessoas, aprender a negociar seus conflitos, ganhar e reduzir seu companheiro para projetos que atendam a anseios coletivos.

Esta é reconhecida pelo Estado como um direito, principalmente em relação à igualdade. O conceito de cidadão como alguém que participa das discussões e decide sobre assuntos de interesse coletivo foi cunhado no século XVIII na Alemanha e na França, mas com a participação apenas daqueles que possuíam algum grau de instrução e eram alfabetizados, tendo nos setores excluídos da esfera pública burguesa uma espécie de "cidadãos virtuais" (LARA; CONTI, 2003).

A formação e o desenvolvimento da cidadania resvalam pela questão do acesso e uso da informação, pois tanto o exercício de direitos sociais, políticos e civis, dependem fundamentalmente da democratização do acesso à informação, evidenciando que o não-acesso a ela impossibilita o pleno exercício da cidadania. A informação, partindo desse pressuposto deve ser vista no sentido da coletividade, ou seja, um bem social. Ação pode ser entendida como a capacidade de agir, um modo de proceder, estando diretamente ligada ao comportamento humano, ligando-se, em seguida, à coletividade ao fato de que a vida humana é essencialmente vida em comum, não se agindo de forma isolada.

Os direitos sociais se relacionam diretamente a convivência dos sujeitos no conjunto da sociedade e este conjunto se constitui a partir das questões econômicas, políticas, culturais e sociais no contexto das sociedades letradas. O Estado intermedia tais questões pois a relação entre práticas informacionais e práticas de cidadania, estrutura-se a partir de uma ação diretamente política, no sentido de que é na esfera pública e, principalmente, do poder público, que os sujeitos sociais desenvolvem ações que objetivam efetivar os seus direitos sociais.

A informação num contexto de efetivação de direitos sociais subsidia uma ação política (ARAÚJO, 2000). O indivíduo tem que estar informado para exercer conscientemente a sua cidadania, não há, portanto, esse exercício sem informação. O acesso a informação, conhecimento, cultura é colocado como foco central e considerado fator determinante para o exercício de uma cidadania ativa, consciente e participativa.

O cidadão passou a ser visto como detentor de um status formal que reconhece o seu pertencimento à comunidade política nacional e, ao mesmo tempo, assegura o seu direito de participar da escolha dos governos e de seus representantes. O objetivo principal é proteger o indivíduo de riscos de arbitrariedade e opressão ou violação de seus direitos por parte de quem exerce o poder, seja dos outros indivíduos.

A cidadania enraíza-se e aflora pela cultura e pelos tempos afora, por meio de lutas, conquistas e derrotas. A participação de todos é primordial para que a democracia deixe de ser representativa e venha a se tornar uma democracia participativa. As transformações mais importantes são dadas no plano coletivo. As práticas reivindicatórias dos movimentos apresentam características relevantes, tais como: indicar as demandas; enfatizar a necessidade de mudanças; reorientar as políticas públicas. Cada movimento possui sua historicidade particular que se expressa na prática, na composição, nas articulações nas demandas (SILVA, 2011, p.156).

Chauí (1979) atesta que os dominados têm uma tendência de distinguir o seu adversário de classe no interior da sociedade, e também a esfera do poder, de tal forma que o espaço político surge polarizado em três direções destacadas pela autora: a classe dominante, classe dominada e a Lei. A diferença visa apenas manter a representação dos dominados em relação a separação o poder como uma garantia de que o oponente de classe não será o vencedor, e por parte do dominantes uma forma de manutenção do poder contando com a própria representação dos oprimidos, tudo condensado no que ambos, dominados e dominantes, esperam da política.

Dessa forma, o Estado capitalista assume a responsabilidade de ser defensor dos interesses gerais da sociedade. Conforme Poulantzas (1977) dominantes e dominados são constituídos como indivíduos-cidadãos, tendo igualdade na relação com leis abstratas e formais. O capitalismo torna possível conceber “[...] uma ‘democracia formal’ que combina uma certa igualdade civil coexistente com uma enorme ‘desigualdade social’ sem tocar nas relações econômicas entre a ‘elite’ a ‘multidão trabalhadora’” (COUTINHO, 2011, p.127).

O modelo de democracia preconizado pelos gregos, o governo pelo povo, é apontado por Wood (2003), como o vigente até a metade do século XVIII, essa concepção possuía um duplo significado: o cívico e o social. Os Estados Unidos que restabeleceu o sentido da democracia com a transferência de poder para representantes escolhidos pelo povo. Essa ideia de democracia liberal só pode ser

oportunizada com o surgimento das relações sociais capitalistas de propriedade (WOOD, 2003).

Esse é um ponto de vista que também é compartilhado por Manzini-Covre (1986, p.182)) quando a autora trata da relação entre cidadania e Estado:

Os cidadãos não precisam se 'preocupar', porque o Estado tem um poder que se legitima pelo saber, que está na função de atendê-lo. É nesse contexto que temos a transformação do trabalhador de produtor [...] em consumidor, em um igual a todos, diluído na categoria cidadania (esvaziada). Isso quando ele consegue estar perto ou se aproximar aos poucos dos dominados tidos como cidadãos pelo menos a nível econômico. Neste âmbito de cidadão, ele é receptor dos direitos sociais. E neste, ele entra no processo de desmobilização, de incentivo ao consumismo e de massificação. E isso também é propiciado pela tecnologia dos meios de comunicação que também visa uma certa 'homogeneização'.

Nessa perspectiva a ideologia dos direitos sociais é que valida a existência do Estado, disfarçando sua atuação através das políticas sociais apropriando-se da mais-valia produzida socialmente. E assim proclamar que é tudo em nome da justiça social. Esse monopólio gera a desmobilização, a depressão dos direitos políticos impedindo a negociação é que deve ser combatido (MANZINI-COVRE, 1986).

Uma forma de possibilitar as classes subalternas uma nova concepção de mundo organicamente vinculada aos seus interesses, é compreendida por Manfredi (1987) em consonância com a perspectiva de Gramsci adotada em suas pesquisas, através da educação popular, permitindo uma maior autonomia para os indivíduos e que não sejam apenas instrumentos ideológicos empregados pelas classes dominantes.

Incorporam simultaneamente, em um mesmo movimento constitutivo, a prioridade dos direitos individuais sobre a noção de um bem comum substantivo e a importância da ideia de inserção dos indivíduos na comunidade política em decorrência de seu interesse de associar-se para agir e participar do processo de tomada de decisões públicas (MOISÉS, 2005).

O que os cidadãos compartilham não é a presunção do consenso prévio ou uma visão homogênea quanto a solução dos conflitos em jogo, mas o compromisso derivado da decisão de reconhecer como legítima as suas diferenças e de associar-se em função de uma decisão de agir em comum para alcançar objetivos públicos.

Esse compromisso envolve a aceitação de princípios como a liberdade e a igualdade, decorrentes de transformações democráticas e, ao mesmo tempo, estabelece as relações de lealdade entre atores que, por circunstância ou por escolha estão associados entre si. Essa lealdade os une e funda as bases de noção de direitos de cidadania que se refere, não apenas as diferenças de status político ou social, mas a diversidade de identidades derivadas de relações de gênero, raça, religião ou cultura. Ao contrário do que sugerem preconceitos etnocêntricos arraigados

[...] os pequenos produtores rurais não são idiotas. Tem ampla capacidade de julgamento e avaliação crítica da própria experiência. Por isso, são capazes de perceber com total nitidez a defasagem entre o discurso político e a prática da autoridade (SOARES, 1981, p.62).

A discussão acerca da cidadania é uma questão que se impõe na contemporaneidade, visto que a universalização da cidadania no Estado moderno, assegurando a igualdade de todos perante a lei, não garantiu a possibilidade de exercício dos direitos ou capacidades legais que conferem o status de cidadão, verificando-se que, na prática grande parte da população não dispõe dos elementos necessários e lhe permita participar na comunidade de cidadãos a que pertence legalmente.

Tema recorrente nos estudos sobre educação, as discussões sobre a cidadania polarizam-se entre os que opõem a sociedade ao Estado e aqueles que enfatizam a tradição, a identidade e a continuidade de nação. Para os primeiros, o cidadão é um trabalhador, produtor e consumidor. Para os outros, o cidadão integra-se a comunidade, numa adesão aos valores ou aos princípios que permitiriam a coexistência dessa tradição ou, em alguns casos, a fusão numa cultura multiforme.

A palavra cidadão provém do termo latino *civistas* mas se observa na literatura que suas fontes intelectuais encontram-se nas religiões da Antiguidade e na civilização greco-romana, cujo legado remete às noções de liberdade, igualdade e virtudes republicanas, foi na Antiguidade grega que os conceitos de igualdade e liberdade adquiriram relevância no contexto da pólis, isto é, da cidade protegida da hostilidade de vizinhos ou estrangeiros, cujos laços de lealdade e de identidade de seus cidadãos formavam a base da comunidade voltada para o bem público.

Mais tarde, no período medieval, o burgo ocupou o lugar da polis, dando novas dimensões a ideia de liberdade, e o burguês converteu-se no protótipo do

cidadão, sendo a cidade o seu habitat natural. Na continuidade dessa tradição, nos séculos XVII e XVIII, o contratualismo de Locke e Rousseau forneceram as bases filosóficas do conceito de cidadania do liberalismo. As revoluções inglesa, americana e francesa validaram seu uso ao estabelecer um vínculo jurídico – legal entre as noções de liberdade, igualdade e fraternidade e o Estado – Nação.

Visto sob esse aspecto, a cidadania é um duplo na identidade do homem. Na esfera individual, cada um é único e inigualável; na esfera pública, é um cidadão, teoricamente igual a todos os outros assim considerados. O Estado define a formação do cidadão como um dos fins da educação, atribuindo às instituições de ensino públicas e privadas, o dever de dotar os jovens de condições básicas para o exercício consciente da cidadania, ou seja, deixa a cargo dessas instituições a tarefa de transmitir conhecimentos aos jovens e desenvolver neles hábitos e atitudes, de forma a viabilizar a meta da cidadania.

No espaço das possibilidades objetivas é que o homem pode tentar realizar seus objetivos: é neste aspecto que ele é livre, a sua liberdade está ligada ao conhecimento de suas necessidades e às condições de satisfazê-las. As pessoas precisam do conhecimento sistemático para chegar a ser "cidadãos", mas a posse desse conhecimento sistemático não garante a "conversão" para a cidadania.

Segundo Manzini-Covre (2005) ser cidadão significa ter direitos e deveres, tendo na humanidade a ideia de igualdade entre todos perante a lei, sem discriminação alguma, direito de todos poderem se expressar livremente, lutar pelos seus direitos e ter responsabilidades em conjunto pela coletividade, cumprindo as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente.

A cidadania é compreendida por Marshall (1963) como um status concedido àqueles que são membros integrais de uma determinada comunidade composta por três elementos: social, político e civil. No social o direito ao bem estar econômico e segurança; o político favorecendo a participação popular nas decisões comuns a todos e o civil constituído pelos direitos referentes a liberdade individual, de se expressar e o direito a propriedade.

A cidadania aparece como o resultado da comunicação intersubjetiva, através da qual indivíduos livres concorda em construir e viver numa sociedade melhor. A dificuldade de se conceituar cidadania vem do fato de que as representações que fazemos dela nem sempre correspondem a postulações rigorosas, ora tratadas como nacionalidade, ora trazendo em si juízos de valor,

aparecendo associada ao aspecto positivo da vida social do homem, em contraste com a negatividade da não-cidadania, a marginalidade.

Alinham-se nesta perspectiva o ideário da integração e da participação do indivíduo na sociedade e da ideia de civilidade, em oposição a de rudeza. A cidadania se origina, portanto nas sociedades de classes. Conferida a um indivíduo, serve para identificá-lo na esfera pública.

- a) Todo processo de identificação pressupõe a existência da igualdade e da diferença, do mesmo e do outro;
- b) Todo processo de identificação é uma relação de poder, já que neles estão presentes a condição de existência de um, o identificado e a ação do outro, o identificador (FERREIRA, 1993).

Demo (1990) tem expressado certa suspeita ao tema da cidadania. Considera conservada, transpirando sempre algumas expectativas privilegiadas para alguns, refletindo uma visão dos iguais em detrimento dos desiguais. Saviani (1986) também possui um pensamento pessimista em relação ao “fetichismo das palavras” como cidadania e democracia:

[...] a palavra *democracia* traduz a ideia de liberdade e igualdade política. Cumpre, pois, considerar que, se a democracia é o horizonte natural da burguesia, ela não pode ser o horizonte da classe trabalhadora. Com efeito, para essa classe a libertação política pode não passar de um mecanismo de legitimação da dominação econômica, social e cultural a que está submetida. Portanto, não basta a democracia, isto é, a libertação política [...] meta é a libertação humana total, que abrange, além do aspecto político, os aspectos econômicos, social e cultural em seu conjunto. Só assim será possível atingir a libertação política real, isto é a democracia real e não apenas formal (SAVIANI, 1986, p. 83).

A partir do contexto social, portanto, os homens se organizam e criam instituições de modo a responder aos seus interesses e aspirações. A depender do grau de complexidade das relações sociais, essas instituições se impõem como necessárias à organização e preservação do tecido social.

É nessa articulação entre movimentos sociais e práticas associativas, direitos e espaços públicos democráticos que se pode ver os registros de uma sociedade civil em formação, entendendo por isso não simplesmente uma sociedade que se estrutura nas regras de organização de interesses privados. Mas uma sociedade na qual as relações sociais são mediadas pelo reconhecimento de direitos e representação de interesses de tal forma que se torne factível a construção de espaços públicos que confirmam a legitimidade aos conflitos e no quais a medida de equidade e a regra de justiça venham a ser alvo do debate e de uma permanente interlocução (TELLES, 1999, p. 161-162).

O ato de educar contém em si processos de escolha e, como tal, requer uma postura ética de compromisso com os sujeitos envolvidos no processo e, com a construção de uma sociedade democrática (SANTOS, 2003).

5.4 A sociabilidade da leitura

A informação não é um objetivo em si mesmo. Ela é um instrumento que pode auxiliar o sujeito social em suas questões. É um meio e como tal só poderá atingir seu potencial transformador de estruturas (mentais e sociais) mediante processos de reapropriação ou de agregação de valor.

A socialização da informação tem por base a construção de um contexto comunicativo no qual estão presentes de forma ativa e igualitária, tanto nos produtores como nos usuários da informação. Assim a relação entre informação e cidadania não é algo gerado a partir do simples acesso/uso de informação. Tal relação exige reflexão e análise crítica por parte do usuário da informação (ARAÚJO, 1999).

A necessidade de se recordar, de possuir algo que legitime ou advogue por uma determinada causa ou mesmo represente determinados valores, podem ser compreendidos como fatores que confirmem a necessidade de se ter registros que venham a confirmar fatos que outrora ocorreram e residiam apenas na memória social de uma determinada população, originando dessa forma a necessidade da escrita, transformando a palavra humana em registro.

Essa particularidade da escrita exige formas cada vez mais complexas de registro, todas com finalidade da leitura. No entanto a leitura sempre foi diferente da escrita. A escrita privilegia o som no sentido em que a palavra falada transforma-se em sinais cuja representação e entendimento são determinados por regras previamente estabelecidas. A leitura prioriza o significado, em que a aptidão para ler não tem uma obrigatoriedade com a habilidade de escrever, ou como pensa Freire (1994, p.20) “[...] a leitura de mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”.

E quanto a uma definição sobre o que é leitura? Esse questionamento não encontra um discurso pronto, firmado. A Academia, por exemplo, encontra discordância quanto à variedade de sentidos e de ideologia presentes no ato de ler. Na Comunicação o fluxo informacional ocorre sob cinco fases: produção, transmissão, recepção, armazenagem e repetição. Em se tratando da leitura, existe

a corrente que defende ser um processo exclusivamente linguístico, e uma segunda que a vê como um processo semântico-visual (FISCHER, 2006).

Martins (2006, p. 30, grifo da autora) compreende a leitura como um processo amplo que envolve o falar, a escrita, a história numa interação entre autor e leitor:

Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido.

A leitura dessa forma transcende a escrita e o texto em si, e inicia-se antes do contato com o texto. Questões como relações sociais, perfil socioeconômico e cultural acabam por influir consideravelmente no desempenho do leitor e na compreensão do texto, pois o ato de dar sentido a ele está diretamente relacionado no contexto social em que o leitor está inserido.

Martins (2006) estabelece três níveis básicos de leitura, sendo eles os sensoriais, emocionais e racionais. Cada um desses níveis possui uma particularidade de aproximação ao objeto lido. No entanto como a leitura possui uma dinâmica própria, esses níveis acabam por se relacionar, ocorrendo muitas vezes de forma simultânea com destaque nas características de um dependendo do interesse do leitor e do contexto geral ao qual ele se insere. Os pontos principais de cada nível, são os seguintes:

- a) Nível sensorial: os sentidos da visão, audição, olfato e paladar compõe o referencial na leitura sensorial. Não caracteriza-se como uma leitura elaborada, mas uma forma de percepção e compreensão de alguns significados como cores, imagens, sons, cheiros e gosto;
- b) Nível emocional: ligada diretamente a sentimentos, o que implica em subjetividade. O inconsciente apresenta novas variáveis na compreensão da leitura que acabam por criar um mundo a parte do que é apresentado ou de uma realidade que é construída por se apresentar como melhor opção. A empatia é comumente presente na leitura emocional como uma participação afetiva em outra realidade;

- c) Nível racional: enfatiza o intelecto, a razão em detrimento da emoção e dos sentimentos, ocorrendo em muitos dos casos uma limitação à noção da leitura ao texto escrito. Favorece uma reflexão e reordenação de um mundo objetivo atribuindo ao ato de ler significado ao texto. E ainda, questionamentos quanto à própria individualidade e o universo das relações sociais (MARTINS, 2006).

Ler, segundo o pensamento de Kleiman (1989), configura-se numa atividade muito complexa, plural necessitando o engajamento de vários fatores como a memória, atenção, percepção e conhecimentos linguísticos, ora requeridos durante o processo da leitura para atribuir significado ao texto.

Importante frisar que quando o leitor se apropria do texto, ele o faz mediante seu repertório cultural e de seus conhecimentos linguísticos. O enfoque dado à leitura nesse processo de interação entre leitor e texto é o reconhecimento da leitura como veículo importante que favorece o estabelecimento de relações interpessoais que possibilitam o crescimento do leitor e como elemento de transformação social do meio em que interage (RAULEN, 2012).

Cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria. Reencontrar esse fora-do-texto não é tarefa fácil, pois são as raras as confidências dos leitores comuns sobre suas leituras (CHARTIER, 2001, p.20).

Os estudos voltados à história do livro e práticas de leitura tiveram seu início e efervescência na Europa, com destaque para França em especial os estudos de Darnton, Chartier e Roche. Darnton (1995) enfatiza que os sistemas econômicos, social, político e cultural têm profunda relação com a história do livro e as práticas leitoras.

Percebe-se também uma forte corrente que defende a mediação da leitura por considerar o acesso apenas como uma etapa da apreensão de práticas leitoras, a ênfase é dada ao uso da apropriação da leitura e de seus significados. Para Marques Neto (2009) uma política de incentivo a leitura com foco na mediação deve levar em consideração os seguintes tópicos:

- a) Formar mediadores de leitura é prioridade;
- b) Há locais e instituições fundamentais para atuação de mediadores, mas eles devem estar em todos os lugares;

- c) Não é vergonha ou subordinação intelectual repetir práticas simples e óbvias;
- d) Em qualquer programa de formação de mediadores é importante dedicar a maior parte do tempo à leitura;
- e) Os programas de formação de mediadores do sistema público devem ser integrado às iniciativas do terceiro setor e do setor privado;
- f) Os programas de formação de mediadores de leitura são para todos.

Segundo Castrillon (2011) a leitura é um direito histórico, cultural e político. A leitura é um instrumento de poder e de exclusão social, historicamente mantido por vários instrumentos ideológicos: igreja, governos aristocráticos, poderes políticos e mais atualmente interesses econômicos.

Segundo a autora a maioria das políticas de alfabetização e incentivo à leitura desviam a atenção do verdadeiro problema: educação e possibilidades reais de acesso democrático à leitura e escrita:

As funções econômicas atribuídas manifestamente ao programa de alfabetização de massa são a modernização dos hábitos de consumo, a ampliação do mercado consumidor através da suposta elevação dos salários dos alfabetizados e o aumento do lucro das empresas através de um esperado incremento da produtividade não apropriada pelos trabalhadores. O processo da elevação dos requisitos educacionais permite que se levantem dúvidas quanto ao possível efeito de a alfabetização fazer elevar salários, se válida a hipótese da sua função econômica básica de unificar a oferta de força de trabalho, aumentando, então o volume do exercito industrial de reserva.

A definição do analfabetismo como uma 'vergonha nacional' ou uma 'mancha' tem a função ideológica de desviar para a área educacional a discussão sobre as causas do atraso e do progresso, assim como das causas da pobreza (CUNHA, 1977, p.287-288).

A atenção dada a educação e ao acesso devem registrar mudanças significativas e não valorizar dados estatísticos para encobrir a realidade ao medir índices de leitura por meio de consumo de livros por indivíduo (CASTRILLON, 2011).

A política pedagógica se confunde com uma pedagogia política e esta começa e termina com o tipo de relação que estabelece com o livro. Erigido o livro na posição de receptáculo por excelência da cultura no desenvolvimento da civilização contemporânea, torna-se acessível a todos e passa a ser o ponto de partida de uma ação cultural renovadora. Quanto ao ponto de chegada, este parte de seu empenho no sentido de discussão e crítica do livro e com o livro. É o que conduz a uma compreensão mais ampla e segura do ambiente circundante, liberando o autor do automatismo que pode obriga-lo ao consumo mecânico de textos escritos. Por

consequente, tratando-se de uma vocação democrática, na medida em que esta afirmação traduz tanto uma ampliação da oferta de bens culturais quanto uma abertura de horizontes, a leitura – e o livro que lhe serve de suporte e motivação – será efetivamente propulsora de uma mudança na sociedade se for extraída dela a inclinação política que a torne vigente (ZILBERMAN, 1999, p. 44).

A difusão da leitura, e, por conseguinte a sua sociabilidade, estimula o consumo de material impresso transmitindo valores e hábitos, muito deles convenientes aos ideais presentes em um determinado contexto político, porém ao mesmo tempo em que a burguesia teve responsabilidade nos primeiros modelos político democrático, a leitura assume papel vital nesse processo de democratização no momento em que contribui para dessacralizar tabus e estimular ir contra a ordem social imposta, contribuindo para um pensamento crítico desmistificando valores e na luta contra concepções conservadoras (ZILBERMAN, 2010).

Para estimular o processo citado, faz-se necessário espaço nas discussões e agenda governamental para discutir e criar estratégias de acesso e incentivo à leitura através da criação e otimização de redes de bibliotecas. Abreu (2003) aconselha um acervo que atenda as necessidades e respeite a diversidade cultural existente no país. Essa postura pode ser fator decisivo na democratização do acesso à leitura e à informação.

Reivindicar a leitura e a escrita fluentes, no seu sentido radical, é anseio popular dos dias atuais, resultado do aumento do nível de escolaridade da população. A preocupação em rever o conceito de alfabetização, considerado fator determinante para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, é bem recente. E isso representa uma importante conquista para o país, uma vez que possibilitará uma sociedade mais participativa, na qual os indivíduos terão condições, como leitores, de conhecer a história da humanidade, do seu povo e de si próprios, podendo se tornar agentes de transformação da realidade. Essa conquista poderá superar o quadro atual, em que a maioria está excluída não só dos bens materiais como também dos culturais (SERRA, 2003).

O surgimento de novos espaços para a leitura em países com tantas desigualdades sociais devem atuar como espaços, onde a sociedade civil se organize, demonstrando, dessa forma, que a leitura não é um simples adorno nem um capricho, mas sim que a leitura é um instrumento que favorece a transformação e capacidade de uma consciência crítica (CASTRILLON, 2011).

Embora seja certo afirmar que o indivíduo precisa de informação pontual para satisfazer necessidades particulares, também é certo que o serviço que a biblioteca pública presta à sociedade civil organizada poderia ter maior repercussão quanto a busca de soluções democráticas amplas, das quais poderia também se beneficiar a maior parte da comunidade. As

diferentes redes de cidadãos precisam e devem contar com a biblioteca como uma instituição auxiliar de seu trabalho (CASTRILLON, 2011, p. 83).

Patte (2012) entende que a biblioteca precisa encontrar o seu lugar e respeitar novas realidades e contextos, adaptando-se a novos usos e novas práticas. Considerando-a um lugar de encontros deve-se abrir as diferentes gerações e aos diferentes modos de recepção de informação. Para que alcance aqueles que se encontram a margem da sociedade a biblioteca deve ser inventiva, reservando um espaço central para a mediação. Num mundo com características cada vez mais tecnológicas a biblioteca acentua a comunicação humana e as relações interpessoais.

O desenvolvimento de bibliotecas [...] permite tornar o livro mais acessível às camadas sociais que tem pouca familiaridade com ele. No entanto a proximidade espacial não suprime a distância social e simbólica da leitura, pois esta põe em jogo aptidões e atitudes culturais ligadas Às representações simbólicas do livro e da leitura (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p.133).

Alguns pesquisadores, entre eles Petit (2008, 2009), apontam a leitura como um fator imprescindível para a formação de uma consciência crítica e reflexiva. Em seus estudos com jovens franceses residentes em áreas de fragilidade social, a referida autora realiza uma análise orgânica da relação entre a leitura e a formação de uma juventude crítica com capacidade de análise de sua situação e com aportes para contribuir na mudança de cenários, enfatizando o poder existente nas práticas leitoras e na necessidade da criação de espaços que viabilizem a sociabilidade da leitura. A leitura é entendida por Hollrellou-Lafarge e Segré (2010, p.144) como um processo dinâmico:

A leitura é uma atividade dinâmica, em constante evolução; as maneiras de ler, de compreender, de interpretar, variam segundo as aptidões e os investimentos individuais. O modo de apropriação dos textos é criação, invenção, sempre em movimento; as análises dos controles sociais que ele sofre de maneira indireta continua por fazer

No caso do Programa "Arca das Letras" que tem o foco de suas ações as comunidades rurais a questão da leitura torna-se mais complexa, pois analisar o "sentido atribuído à leitura na vida de leitores comuns, especialmente quando esses leitores estão imersos em práticas socioculturais extremamente vinculadas à oralidade" (MANKE, 2008, p. 129).

Segundo a referida autora a leitura tornar-se uma forma de lembrar e entender o passado vivenciado com as práticas de leitura assumindo significado na vida cotidiana, e em comum foi percebido também durante a pesquisa que mesmos ambientes caracterizados pela oralidade, as práticas de leitura e a sociabilidade oportunizada por elas se fazem presente e assumem significativa importância nas relações cotidianas.

Ao ter sua metodologia de ação voltada para comunidades rurais das mais diferentes características: quilombolas, indígenas, ribeirinhos, assentamentos rurais entre outros, deve incorporar elementos de identidade e que essas comunidades se sintam representadas. No caso da identidade negra, Cardoso (2011) credita o não pertencimento nessas ações decorrentes da escassez ou inexistências de narrativas, disponibilidade de materiais e ações culturais voltadas ao povo negro. Essa realidade é percebida em grande parte do acervo bibliográfico disponibilizados em bibliotecas podendo ser estendida para outros povos como os indígenas.

Segundo Machado (2008) as bibliotecas enfrentam uma situação adversa, pois podem atuar como espaço estratégico para implantação de políticas públicas informacionais que possibilitem inclusão/interação social e cultural, além de implementar o uso de tecnologias que poderiam viabilizar o uso do espaço em um ambiente público, colaborativo e de transformação social.

As bibliotecas rurais são um projeto governamental que integra uma política nacional, portanto seu caráter público deve ser preservado, no entanto exige por parte da comunidade que recebe o programa que ela seja conduzida no formato de gestão de bibliotecas comunitárias, que independente de sua terminologia, pode ser compreendida como espaços físicos abertos ao público local, “[...] de acesso à informação e às diversas formas de leitura, onde a ação cultural é fortemente implementada [...] as bibliotecas atendem as demandas de sua comunidade e são caracterizadas por elas, ou seja, pelo seu público” (MACHADO, 2008, p.58).

A autora, em pesquisa em conjunto com Prado (2008), traz ainda o conceito de território de memória para as bibliotecas atuando em conjunto com as comunidades no que tange a questões sociais e culturais. Para que a biblioteca atue como território de memória se faz necessário que preencha alguns requisitos elencados pelos autores:

- Considerar a biblioteca comunitária como território de memória (ou de cidadania) o espaço material dinâmico que se transforma mediante as ações sociais, culturais, religiosas, econômicas e tecnológicas concretas de quem dela participa;
- Ter um passado histórico de atuação que revele características socioculturais e políticas que transcendam ao seu acervo existente;
- Estar localizada em regiões periféricas seja na zona urbana ou na zona rural;
- Ter sido criada horizontalmente, pela e não apenas por uma pessoa física ou jurídica da comunidade. Em outras palavras, pela vontade e iniciativa própria da comunidade;
- Se apresentar como um espaço público, aberto à participação ampla e democrática da comunidade e ao acesso à informação, à leitura, ao livro e a quaisquer outros instrumentos informacionais nela existentes;
- Atuar como um centro cultural local com evidente valorização da ação cultural;
- Não ser uma instituição governamental e nem ter subordinação direta com a esfera pública tanto municipal, quanto estadual ou federal, a não ser de parcerias formais;
- Não deve ter vínculo, nem tampouco restrição a qualquer tendência política, ideologia e/ou religiosa, e sobretudo não ser utilizada exclusivamente para benefício próprio de um indivíduo ou do grupo que a dirige;
- Deve seguir os princípios da gestão participativa, estabelecendo articulações locais no sentido de fortalecer sistematicamente os vínculos com a comunidade.

Na ação analisada, apesar de estimular a formação do acervo juntamente com a comunidade, oferece um produto homogeneizado que acaba por não contemplar a diversidade e os interesses do leitor em contextos rurais.

Há ainda que se considerar que, muitas vezes, os livros que chegam aos leitores das comunidades do campo já passaram por vários filtros – os da escola, das bibliotecas municipais, entre outros –, que orientam as possibilidades de escolha desses sujeitos afastados dos círculos de produção editorial mais ampla e seus mecanismos de divulgação. Ao contrário da crença generalizada sobre a quantidade dos livros, referendada por meio de avaliações periódicas de especialistas que determinam aquilo que vai para as estantes das bibliotecas públicas e escolares, quando se tem em foco a leitura em contextos sem espaços de leitura e onde não circula variedade de livros (MACHADO, 2010, p. 2)

A análise dessa forma fica mais consistente não só na compreensão da leitura pelo indivíduo, mas sim as práticas sociais decorrentes desse processo. A leitura entendida como prática social favorece o exercício da cidadania “a leitura é uma experiência e pode estar submetida a diversas variáveis que devem ser verificadas ao tentar teorizá-la” (GESTEIRA, 2006, p.38).

As práticas de leitura, segundo Machado (2010), não acontecem somente com a presença física de uma biblioteca, mas da construção do universo social leitor decorrente de práticas leitoras oportunizadas pela biblioteca.

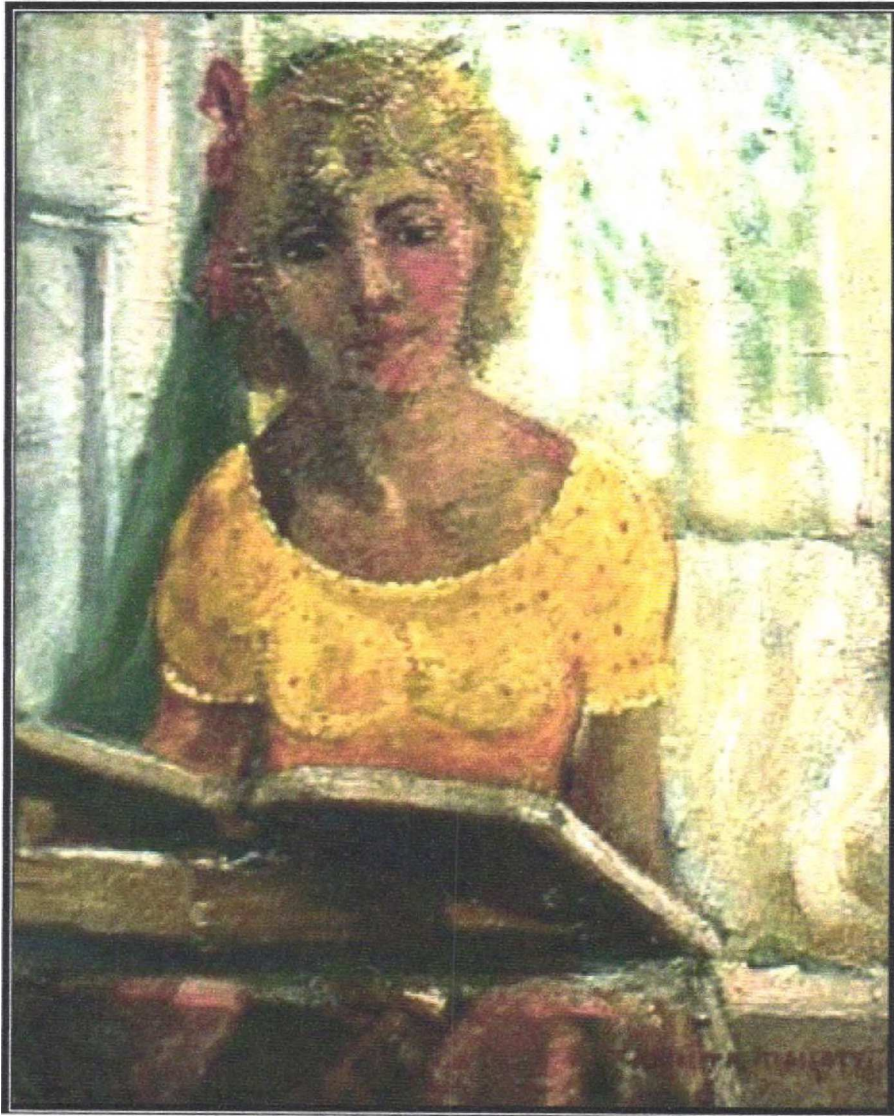
Alguns trabalhos sobre o Programa "Arca das Letras" merecem destaque pela sua abordagem como os de Machado (2010) que teve como foco as comunidades rurais do centro-oeste mineiro; Lacau e Peres (2008) com análise em uma colônia de pescadores em Pelotas no Rio Grande do Sul; Rodrigues (2010) em trabalho monográfico sobre as comunidades rurais de Santa Catarina atendidas pelo programa; Dantas (2011) em uma comunidade no Distrito Federal e Almeida (2012) com trabalho sobre as comunidades rurais do Rio Grande do Norte atendidas pelo programa.

As conclusões desses trabalhos, em seus mais diversos aspectos devido à variedade de regiões e diferenças culturais, apontam para caminhos comuns quando na análise da política, onde a escolha do agente de leitura fica evidenciada como fator chave para a estagnação da política ou a continuidade da ação bem como o alcance dos seus objetivos. O acervo também foi considerado fator importante para chamar atenção das comunidades e garantir a continuidade de empréstimos de livros, porém a coleção também é apontada como muito homogênea não levando em consideração as particularidades de cada região.

Em muitos casos é cobrado por parte das comunidades um maior canal de comunicação com o MDA, como forma de garantir mais capacitações e renovação do acervo. Pela fala de muitos entrevistados percebe-se que esse contato só ocorreu quando na entrega das arcas e durante a capacitação dos agentes de leitura. Vale ressaltar, novamente, que o programa completa dez anos de vigência no ano de 2013.

6 CONCLUSÃO

Figura 28 – Menina Lendo (Anita Malfatti – 1930)



Fonte: <http://peregrinacultural.wordpress.com/tag/anita-malfatti/>

"Meus filhos terão computadores, sim, mas antes terão livros. Sem livros, sem leitura, os nossos filhos serão incapazes de escrever - inclusive a sua própria história."

Bill Gates

Na conclusão identifica-se, baseado na empiria, os contrastes encontrados da política e sua implantação, a consistência do programa e o atendimento as questões de letramento, como um novo espaço de práticas sociais e sua funcionalidade enquanto política pública. Em cima dos pressupostos levantados para delimitação do objeto de estudo responde-se aos questionamentos elencados.

A investigação do tema permitiu perceber que a volatilidade econômica e o dinamismo nas relações sociais são fatores importantes para a compreensão da atual conjuntura política e social e para a discussão sobre região, território e movimentos sociais. Isso por que, atua de forma conjunta com demais fatores que acabam por definir e direcionar a atuação social, muitas vezes de forma alienante, alicerçada por visões imperialistas e capitalistas relegando à neutralidade, à atuação dos movimentos sociais e numa compreensão distorcida sobre desenvolvimento regional e estrutura socioespacial.

Compreendeu-se que a base para o desenvolvimento de uma nação reside na necessidade de encontrar a sua identidade como forma de pertencimento e na construção de um caráter próprio. E somente a partir da prioridade cultural – na busca de si mesma – isto se torna possível.

Nesse sentido ficou bem perceptível que o apoio ao bem cultural perpassa pela produção, distribuição, consumo e preservação, tendo nas três primeiras formas, a síntese da ação cultural que pressupõe uma política de Estado. Uma política que vise o letramento, o acesso à informação e a criação de novos espaços de sociabilidade precisa integrar-se num contexto econômico, social, cultural e político compreendendo essas variáveis, toda a cultura concentrada nessas matérias e entregues à guarda de um agente de leitura.

Os contatos com os autores e a empiria, a instituição, a comunidade, deixou claro que a sociedade tem por obrigação não só preservar, como também difundir, por vários meios, junto à comunidade, a participação dos grupos sociais e otimizar uma prática cultural e social.

Entendeu-se que o desenvolvimento de um país depende do entendimento do grau de informação de seu povo, este será alto, se a consciência for estimulada em sua população por uma ação cultural eficaz. Uma política que inclua o desenvolvimento de bibliotecas, que permita o acesso a locais onde antes tais bens não chegavam. Se for estruturada apenas na entrega, na guarda do livro e não estiver estruturada em comum com todos os sujeitos sociais através da delimitação de ações, será uma política cultural fadada ao insucesso.

Outra evidência que resultou dessa investigação apontou que o baixo índice de bibliotecas públicas no Estado está relacionado ao grau de pobreza (entre outros fatores) em que este se encontra. Fato esse, decorrente principalmente, de suas construções histórico-sociológicas, pautadas numa visão colonialista,

patrimonialista e sem políticas ajustadas à realidade econômica, social e cultural, assim como, à falta de políticas públicas articuladas com a sociedade civil, que possam prover qualidade de vida e valorização do sujeito.

Da mesma forma percebeu-se que a falta de organização da sociedade civil no Estado agrava ainda mais a situação, pois sem as organizações, não há pressão para que governos cumpram com suas responsabilidades no campo social e cultural.

Isso porque apesar de ter uma fundamentação contundente de ação, as políticas de incentivo à leitura ainda encontram-se incipientes no alcance de seus objetivos. A falta de otimização dos espaços criados para favorecer o acesso e democratização do livro e a leitura reafirmam a falta de diálogo entre órgãos mantenedores e sujeitos sociais envolvidos no processo.

Percebeu-se um total descaso para com os bens culturais, enfaticamente no Maranhão, pois a inexistência ou ineficácia numa estruturação de uma política cultural acaba por não permitir uma integração entre as ações do Estado com a sociedade civil. Nessa direção esbarra em programas assistencialistas, muitas vezes desconhecidos da grande maioria da população, que precisa passar por uma análise e uma possível intervenção para que alcance um resultado positivo para atingir os seus objetivos em prol da construção de uma visão crítica do mundo, permitindo a participação cidadã no planejamento de políticas públicas.

Outra conclusão a que se chegou foi que a relação entre Estado e políticas públicas de leitura ainda encontra-se fragilizada, haja vista os índices que apontam que o número de leitores ainda é considerado baixo, muito inferior ao de outros países desenvolvidos. O momento, então, configura-se como importante para a discussão acerca das práticas existentes e da possível redefinição de estratégias a serem adotadas para que cumpram realmente os seus objetivos e oportunizem formas de apropriação da leitura.

Constatou-se que o segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas e seus representantes: editores, bibliotecários, professores, escritores, necessitam de uma articulação mais consistente e que passem a ocupar mais espaços de decisões políticas. E isso envolve conselhos de educação, cultura, formação de grupos de trabalho para formulação de diretrizes para planos municipais, estaduais e federal de cultura e educação. O sentido é apropriar-se da discussão, levando questões e

problemáticas regionais e locais com vistas a garantir uma política integrada e que respeite a diversidade cultural existente no país.

A pesquisa permitiu asseverar que a mudança do caráter meramente distributivo das políticas públicas de leitura deve ser revisto, pois constata-se que muitas perdem a força devido ao não acompanhamento e avaliação das políticas como forma de redefinição de estratégias de atuação. As constantes mudanças partidárias e a não preocupação com a continuidade de algumas políticas acabam por relegar os programas de incentivo a leitura a segundo plano.

Assim, ao olhar para o Maranhão viu-se que as iniciativas para a mudança desse cenário ainda são tímidas não encontrando ressonância na sociedade e que há a necessidade da construção de um plano estadual voltado ao segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas pois é vital para o bom funcionamento dessas políticas. Percebeu-se que muitos estados contam com seus planos construídos ou em processo de construção como é o caso do Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro.

Obviamente que houve constatação de que apenas a consolidação de um plano não é suficiente para a garantia da efetivação de políticas públicas, no entanto, funcionam como forma de controle social, descentralização e por oportunizar a participação de representantes do segmento e da sociedade civil.

Na pesquisa ficou evidente que alguns programas apresentados, como o Livro Aberto, Pontos de leitura são focos constantes de discussões acadêmicas que apontam algumas falhas na operacionalização da ação, Fato esse que contribui para o insucesso da iniciativa, que não é o caso da extinção desses programas mas de discussão acerca de seus objetivos e da forma como está sendo conduzido. Percebeu-se nitidamente, que no processo de descentralização (quando a gestão é compartilhada entre poder local e sociedade civil) ainda é presente a indecisão acerca dos papéis a serem executados por cada sujeito social envolvido no processo.

Quando focou-se em Codó, o desconhecimento do programa "Arca das Letras" chamou a atenção pois é grande entre moradores do centro e até mesmo dos moradores da zona rural, que foram público-alvo da investigação. A preocupação agravou-se mais ainda pela constatação de que o poder público local também desconhece o programa e não tem uma noção explícita de como integrar a iniciativa no plano municipal, mesmo com as inúmeras possibilidades apresentadas.

Foi visível também que devido ao não acompanhamento do programa algumas arcas e livros se perderam, outras ganharam outra serventia totalmente diversa da proposta pela ação. Vale ressaltar que foram encontradas algumas ações que encontraram significado em suas comunidades como a ampliação de acervo mediante doação da comunidade, contação de histórias e a utilização dos materiais como suporte as aulas. Da mesma forma adultos e idosos fazem uso de alguns títulos, mas esses resultados são mais pela disponibilidade e boa vontade de determinados agentes de leitura do que precisamente por alguma orientação oriunda por parte do ministério que idealizou o programa.

Uma constatação que tem proporções grande foi verificar que mesmo com a quantidade de arcas entregues e a variedade de famílias atendidas pelo programa, sua ação encontra-se ainda de forma incipiente por não encontrar ressonância na comunidade, quanto ao letramento e alfabetização. Ressalta-se que muitos dos municípios desconhecem totalmente a existência da ação, o que dificulta na construção de novas parcerias para o fomento do programa, além dos inúmeros problemas referentes aos agentes de leitura, quanto ao acesso da comunidade às arcas, devido a questões políticas.

Viu-se que alguns pontos foram apresentados pelos agentes de leitura com deficitários para uma ação eficaz da política. Dizem que os Estados e Municípios devem contar com as bibliotecas rurais e comunitárias como aliadas para o cumprimento de suas metas educacionais e serem incluídas no planejamento.

Essa realidade deixou patente que é necessário o agendamento de reuniões com órgãos públicos municipais, estaduais e entidades locais, para que todos conheçam a biblioteca, viabilizando a informação sobre o seu horário de funcionamento. E também uma forma de solicitar novas parcerias dos órgãos públicos municipais, entidades civis e iniciativa privada para aprimoramento dos trabalhos.

Outra ação que julgou-se como importante seria convidar os professores para conhecerem o acervo para sugerir leituras e indicar a biblioteca como um dos mecanismos para auxiliar os estudantes nas pesquisas escolares. Assim como participar das discussões que ocorrem na comunidade e dos projetos locais, apresentando os livros da biblioteca que possam ajudar a resolver ou esclarecer os problemas da comunidade, a partir das informações e publicações disponíveis.

Constatou-se que torna-se necessário buscar informações sobre os cursos de formação em leitura e em atividades pedagógicas promovidas pelo município ou por parceiros na região para tentar garantir sua participação. Também recorrer aos sites de cultura do Estado e do Governo Federal para conhecer os projetos de apoio às bibliotecas e à leitura, os prêmios literários, entre outros, visando melhorar suas condições de trabalho e, também, o reconhecimento de sua atuação.

Torna-se necessário também, buscar a integração com outras bibliotecas rurais e comunitárias, com os pontos de cultura e com outras bibliotecas públicas ou de instituições visando integrar-se, buscar apoio e fortalecer o seu trabalho. Realizar reuniões em conjunto com a comunidade com a intenção de divulgar e melhorar o funcionamento das bibliotecas rurais em relação ao controle de empréstimos e dos livros, a adesão de voluntários para ampliar os horários de atendimento entre outros assuntos.

Constatou-se que a ampliação e criação de espaços que viabilizem a sociabilidade, as questões como letramento e de reafirmação identitária, são cruciais para o desenvolvimento. As políticas de incentivo à leitura e bibliotecas são consideradas fator no auxílio ao desenvolvimento quando assumem uma atribuição que até então lhe era alheia: ter como seus usuários não só os estudantes mas outros segmentos que não tinham acesso a esse tipo de bem cultural, como as comunidades rurais, negros, mulheres e os indígenas.

Conclui-se que é conhecida a dura realidade presente nas áreas rurais do Maranhão, porém uma iniciativa como essa que visa o acesso à informação e o estímulo à leitura, caso tivesse uma delimitação mais sólida de objetivos e fosse construída uma rede de parcerias, poderia ser vislumbrado um cenário que contribuísse com o letramento e com a construção e o compartilhamento do conhecimento.

Conclui-se que especificamente em Codó, a rede pública de ensino no campo, que poderia ser uma das beneficiadas pelo programa, ainda encontra várias dificuldades em oportunizar a educação aos moradores da zona rural, falta de professores, infraestrutura, problemas com conflito de terra estão entre as problemáticas existentes que contribuem para um maior número de analfabetos e de pessoas sem acesso a informação.

Assim, a biblioteca pública do município, juntamente com o Farol da Educação, poderiam contribuir com o programa no fomento de atividades, capacitação e constante atualização do acervo. Assevera-se que para que tal fato ocorra faz-se necessária a mudança de posturas e de mentalidade. Entender a biblioteca como espaço de sociabilidade, território de memória e identidade cultural. Além, é claro, de lugar de leitura, acesso a livros e a toda informação e conhecimento contido neles.

Dessa forma, os pressupostos foram confirmados na investigação e as questões norteadoras respondidas da seguinte forma:

- a) O programa, na realidade pesquisada, não oportuniza, de forma representativa, em benefícios para as comunidades que foram atendidas pela ação, haja vista o grande desconhecimento por parte dos moradores da existência do programa, bem como o fato de não estar incluído em uma política cultural e educacional do município o que contribui ainda mais para que a ação não atinja os objetivos propostos;
- b) Um dos objetivos do programa é oportunizar a criação de um novo espaço de sociabilidade para as comunidades atendidas pela ação, no entanto, passado a euforia inicial no ato do recebimento das arcas, gerando a princípio acesso e uso, o que foi constatado pela pesquisa é que muitas arcas se perderam ou tiveram um outro uso que não corresponde com o proposto pelo programa;
- c) O não acompanhamento da ação, nas três esferas de poder (federal, municipal e estadual) foram identificados como fatores que contribuíram pelo enfraquecimento do programa, revelando que esse tipo de política não pode ficar desarticulada de um plano de governo e de constantes análises para redirecionar as estratégias de ação.

Portanto evidencia-se que as políticas públicas de incentivo à leitura no país ainda são consideradas ineficientes, pois ainda são muito grandes os contrastes nas regiões evidenciadas em pesquisas que atestam sua ineficácia ao tentar diminuir o número de analfabetos no país e na democratização aos bens culturais, por meio das políticas.

Nessa direção à falta de articulação entre governo federal, estados e municípios, juntamente com a sociedade civil acabam por dificultar na elaboração e execução de políticas públicas de incentivo à leitura, seja por questões ideológicas, partidárias ou por ineficiência no planejamento de ações.

Percebeu-se que as comunidades rurais são excluídas da maioria das políticas públicas que são desenvolvidas no país. Estas não permitem que elas se percebam como sujeitos sociais, mas são agentes passivos em ações que não levam em consideração suas dinâmicas, estruturas produtivas e cultura, submetendo-os a uma política que não respeita as características de cada região e acaba por tornar-se uma política ineficaz no alcance de seus objetivos.

Conclui-se finalmente que o processo de democratização do acesso à informação torna-se dessa forma utópico se os atores envolvidos não se imbuírem desse significado. Estado e sociedade civil precisam medir esforços em conjunto para solução desses problemas, apropriando-se do conceito de cidadania e pondo-o em prática. Dessa forma, os pressupostos foram confirmados na investigação e as questões norteadoras respondidas da seguinte forma.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ABREU, Márcia. Os números da cultura. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF. São Paulo: Global, 2003.
- ALMEIDA, Edson Marques. **Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras no Rio Grande do Norte**. 56f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.
- ALMEIDA, Ludmila; BASTOS, Gustavo Grandini; ROMÃO, Lucília Maria de. "Zerar o número de municípios brasileiros sem biblioteca": análise do discurso do Presidente Lula. Encontros Bibli, Santa Catarina, **Revista Eletrônica de Biblioteconomia**, Ci. Inf., Florianópolis, n. 26, 2º sem.2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=14712794017>>. Acesso em: 12 maio 2012.
- AMARAL, Sueli Angélica do. Serviços bibliotecários e desenvolvimento social: um desafio profissional. **Ciência da Informação**, v.24, n.2, 1995.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e Estado autoritário no Brasil. João Pessoa: UFPB, 2002.
- _____. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organização não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, v.29, maio / ago. 1999.
- _____. Informação: recurso para a ação política do cidadão? **Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 29, jun. 2000.
- ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: mais democratização e eficiência nas políticas públicas? Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/grupos/gedra/textos/Texto2_2008_MITOS%20DA%20DESCENTRALIZ.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. Vivendo na desigualdade: tensões, conflitos e mobilização social no meio rural maranhense. Fórum de Pesquisas Culturas da Desigualdades. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, **Anais....**, Porto Seguro, Bahia, 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/foruns_de_pesquisa/trabalhos/FP%2011/viviane%20de%20oliveira%20barbosa_PENDENTE.pdf> Acesso em: 20 out. 2012.
- BARBOSA, Zulene Muniz. As "temporalidades" da política no Maranhão. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_zulene.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

- BARROS, Sullivan Charles. **Revista Múltipla**, Brasília, ano 5, v. 6, n.9, dez. 2000.
- BELING, Jussara Janning Xavier. Políticas culturais. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n.6-7, p. 79-96, 2004 /2005.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BORGES, Luís Cláudio. **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão frente as política públicas de cultura**. 2008. 84f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2013.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF: MINC, 2006.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Programa Sociedade da Informação**. Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 5 de outubro de 1988. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório estadual de bibliotecas Arca das Letras entregues no Maranhão**. 2010. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/maranhoma/one-community?page=5&data_id=2154224>. Acesso em: 12 maio 2011.
- BUAINAIN, Antonio Márcio; DEDECCA, Claudio Salvadore. mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010.
- CANCLINI, Nestor. **Consumidores e cidadãos: conflitos culturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- CANCLINI, Nestor. Definiciones em transición. In: MATO, D, (Org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Perspectivas latinoamericanas / CLACSO (Consejo Latinoamerican de Ciencias Sociales) 2005.
- CARDOSO, Franci Gomes. Os desafios da organização política das classes subalternas para o enfrentamento das desigualdades sociais no contexto da mundialização do capital. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, out. 2012.

- CARDOSO, Francilene do Carmo. **A biblioteca pública na (re)construção da identidade negra**. 93f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, 2011.
- CARVALHO, Roberto Sousa. **A atividade editorial em São Luís do Maranhão – memórias do passado, realidade presente**. 122f. Dissertação (Mestrado em Estudos Editoriais) – Departamento de Línguas e Culturas – Universidade de Aveiro, 2011.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de et al. Estado e políticas públicas Brasil e Portugal: novas configurações, desafios do presente. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, out. 2012.
- CASTELLANOS, Samuel Velazquez. **Práticas de leitura no Maranhão República: entre apropriações e representações**. 2007. 176f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal do Maranhão, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação. Economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.
- CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: _____. **A cultura do povo**. São Paulo: EDUC, 1979.
- CHAUÍ, Marilena et al. **Política cultural**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (Tempo de pensar; 1).
- CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. Estudos avançados, São Paulo, v.9, n.23, 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2012.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CODÓ – MARANHÃO. **História**. Disponível em: <<http://www.codo.ma.gov.br/x/codo/>>. Acesso em: 22 jan. 2012.
- CODÓ. Prefeitura Municipal de Codó. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de atividades SEMED (2009-2011)**. Codó: SEMED, 2012.
- COELHO, José Francisco Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginação**. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- COELHO, Francisco Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos).

- COLOMBIANO, Raquel Moniz. **As espacialidades das políticas culturais: a cidade do Rio de Janeiro nos anos 1990 e 2000**. 2007. 168f. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007
- CORREA, Vanessa Petrelli; MUNIZ, André Luiz Pires. Territórios da cidadania na região nordeste: uma análise preliminar dos municípios componentes. In: SOBER, SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, **Anais...**Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.
- COUTINHO, Adelaide Ferreira. Educação sob a lógica do mercado: políticas de financiamento e parcerias com o setor privado. In: COUTINHO, Joana Aparecida; LOPES, Josefa Batista (Orgs.). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012
- COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. Florianópolis: EDUFSC, 2011.
- CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.
- CUNHA, Miriam Vieira da. O papel social do bibliotecário. Enc. Bibli. Revista Eletrônica de Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Florianópolis, n.15, 1 sem., 2003.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania. In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2012.
- DANTAS, Jadiana de Paiva. **Programa de incentivo à leitura Arca das Letras: estudo de caso da Comunidade Café sem Troco – DF**. 2011. 83f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Maranhão, 2011.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**.; mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005.
- DEMO, Pedro. Cidadania e emancipação. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 100, jan./mar., 1990.
- DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília, DF: Editora UNB, 2009.

FAR, Alessandra El. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (Coleção Descobrimdo o Brasil).

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n.59, out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

FAVARETO, Arilson. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial. In: ARAÚJO, Tania Bacelar (Coord.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios**. (Série Desenvolvimento rural sustentável; 12)

FEITOSA, Luiz Tadeu. **O poço da draga: a favela e a biblioteca**. São Paulo: Annablume, 1998.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais; e as bibliotecas públicas para onde vão? **Pesquisa Brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.2, n.1, 2006.

FERREIRA, Maria Mary. **Informação e Desigualdade Social: desafios para pensar o Estado democrático a partir das bibliotecas públicas maranhenses**. 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/272/1/Informacao-Desigualdade-Ferreira.pdf>>. Acesso: 28 out. 2010.

FERREIRA, Maria Mary. Espaços de informação e de leitura: qual o papel do Estado na construção de espaços mediadores de conhecimentos. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Ciência da Informação e Biblioteconomia, n.9, **Anais...**, São Paulo: ANCIB, set./out., 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/2072.pdf>>. Acesso em 20 out. 2012.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de bibliotecas: um balanço crítico sobre a implementação do programa Livro Aberto no Maranhão. **Extraprensa**, São Paulo, v.1, n.1, p.702-720, nov. 2010. (Edição especial: 4 / III Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura na América Latina).

FERREIRA, Maria Mary. Direitos culturais e políticas públicas: elementos para pensar as bibliotecas públicas e a cidadania cultural. mimeo

FERREIRA, Nilda Tevês. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERRETTI, Mundicarmo. **Encantaria de "Barba Soeira": Codó capital da magia negra?** São Paulo: Siciliano, 2001.

FIGUEIREDO, Etienny Kelen Pinheiro; FREITAS, Georgete Lopes. O acesso e a democratização da informação na sociedade globalizada. **Infociência**, São Luís, v.3, 2003.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

EDUSP, 1997.

GRAMSCI, A. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HALLEWELL, Lawrence. **O livro no Brasil**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens** Paraná: Unioeste, 2004.

HESPANHOL, Rosângela de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Campo e Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.5, n.10, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11964/8247>> Acesso em: 23 mar. 2011.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da leitura**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IBGE. Censo 2010 / Maranhão. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_maranhao.pdf>. Acesso em: 11 jun.2011.

IMES. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: Período (2006 – 2010)**. São Luís IMESC, 2012.

INAF. **INAF Brasil 2011: Indicador de Alfabetismo Nacional: principais resultados**. São Paulo: Ação Educativa / Instituto Paulo Montenegro, 2012.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil 2012**. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=2834>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. v. 20. Brasília, DF: IPEA, 2012.

IPEI. Instituto de Pesquisas Econômico-sociais e informática. **Perfil socioeconômico do município de Codó**. São Luís, IPEI, 1975.

JACOBI, Pedro R. Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n3/13024.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

JARDIM, Antonio de Ponte. Ação e modernização da cultura: algumas reflexões analíticas. Disponível em: <<http://www.aldeiamaracu.org.br/acaomoderniza.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

KLEIMAN, Angela. **Leitura, ensino e pesquisa**. São Paulo: Pontes, 1989.

LACAU, Carla Regina; PERES, Eliane. **A implantação do programa de bibliotecas rurais “Arca das Letras” na Colônia de pescadores Z-3 de Pelotas (RS)**. 2009. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/cic/2009/cd/pdf/CH/CH_00429.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2010.

LARA, Marilda Lopez Ginez de; CONTI, Vivaldo Luiz. Disseminação da informação e usuários. **São Paulo em Perspectiva**, 2003.

LIMA, Aureste de Sousa. **Ações e políticas públicas de acesso à informação no octênio Lula: análise temática**. 2011. 58f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Estadual do Piauí, 2011.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988. (Coleção espaços).

MACHADO, Maria Zélia Versiani. **“Tem uns que têm mais leitura, outros que têm menos”**: a leitura em contextos do campo. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/app/webroot/34reuniao/images/trabalhos/GT10/GT10-291%20int.pdf>>. Acesso em: 12 fev, 2012.

MACHADO, Mario Brockmann. Notas sobre a política cultural no Brasil. In: MICELI, Sergio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 184f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, 2008.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Ciência da Informação**, Ribeirão Preto, v.1, n.1, p.94-111, 2010.

MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. Codó: FACT / UEMA, 1999.

MALAGODI, Edgard. **O que é materialismo dialético**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos ; 206).

MALASSIS, Louis. Educação e desenvolvimento rural. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

MANFREDI, Sílvia Maria. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antonio Gramsci. In: BEZERRA, Alda; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs.). **A questão política da educação popular**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- MANKE, Lisiane Sias. História de práticas de leitura: o caso de três agricultores. **Roteiro**, Joaçaba, v. 33, n.1, p.127-144, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/viewArticle/322>>. Acesso em: 22 out. 2012.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. Capital monopolista: da cidadania que não temos à invenção democrática. In: _____ (Org.). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. **Espaço e debates**, São Paulo: NERU, v,24, n.45, p.24-33, jan./jun. 2004.
- MARQUES NETO, José Castilho. Políticas públicas de leitura e a formação de mediadores. In: SANTOS, Fabiano; MARQUES NETO, José Castilho; ROSING, Tania M.K. **Mediação de leitura**: discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 74)
- MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MARX, Karl. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. 6 ed. São Paulo: Centauro, 2010.
- MASUDA, Yoneji. **A sociedade da informação como sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: Rio, 1982.
- MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.
- MEIRELLES, Mário M. **Dez estudos históricos**. São Luís: ALUMAR, 1994.
- MEIRELLES, Mário M. **História do Maranhão**. 3 ed. São Paulo: Siciliana, 2001.
- MILANESI, Luís. **Centro de cultura**: forma e função. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Relatório de execução: plano de execução 2010 – Territórios da Cidadania**. Brasília, DF: MDA, 2011. Disponível em: <

www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/portlets/territorios/execucao/relatorio_execucao?period=20102&ponto_de_controle=2010-12-31>.

Acesso em: 28 abr. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Painel de indicadores: painel de indicadores gerenciais da Secretaria de Reordenamento Agrário**. Brasília, DF: MDA, 2011.

MIRANDA, Antonio. A missão da biblioteca pública no Brasil. In: **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, jan/jun, 1978.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **De arrendatários a proprietários: formas de sociabilidade nos assentamentos rurais**. São Luís: EDUFMA, 2010. (Coleção CCSO; Teses e Dissertações).

MOISES, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova**. São Paulo, 2005.

MORAES JUNIOR, João Vanderlei de. Políticas culturais do livro e leitura no Brasil: contexto, avanços e desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Cult)

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)**. São Luís: EDUFMA, 2009.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. Pedagogia da resistência cultural: um pensar a educação a partir da realidade campestre. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 8, **Anais...**Goiás, outubro, 2003.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers de. **Políticas públicas de fomento a leitura: agenda governamental, política nacional e práticas locais**. 2011. 146f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Programa de Pós Graduação em Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, 2011.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. **Cultura neoliberal: leis de incentivo como política pública de cultura**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

PAIM, Amanda Batista. Caminhando sobre dados. In: SILVA, Ezequiel Theodoro (Coord.). **Retratos da leitura no Brasil: olhares e reflexões**. São Paulo: UNICAMP, 2011

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas: política do Estado Brasileiro de 1990 a 2006**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECID->

7HUKTJ/1/disserta__o_marilia.pdf>. Acesso em: 20 out. 2011.

PAIVA, Jane. BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 173-188, jan/abr de 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 dez. 2012.

PATTE, Geneviève Patte. **Deixem que leiam**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PESSANHA, Delma. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. 2010. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/51109383/Agricultura-Familiar>>. Acesso em: 14 maio 2012.

PETIT, Michéle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2008.

PETIT, Michéle. **A arte de ler**: ou como resistir a adversidade. São Paulo: Editora 34, 2009.

PINTO, Michelle Silva. **O Programa Livro Aberto no Estado do Maranhão**: resultado de uma avaliação. 186f. Monografia (Graduação) – Curso de Biblioteconomia – Universidade Federal do Maranhão, 2009.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/codo_ma>. Acesso em: 29 jul. 2013.

PORTAL ARCA DAS LETRAS. Disponível em: < http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/one-community?page_num=0>. Acesso em: 20 abr. 2011.

PORTO, Marta. Cultura para a política cultural. In: RUBIM, Antonio Albino Carlos Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult ; 2).

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO, Geraldo Moreira; MACHADO, Elisa Campos. Territórios de memória: fundamento para a caracterização da biblioteca comunitária. In: ENANCIB: diversidade cultural e políticas de informação, 9, São Paulo, USP, 2008. **Anais...**, 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1724.pdf>>. Disponível em: 20 out. 2012.

PRADO, Geraldo Moreira. Biblioteca comunitária: território de memória, informação e conhecimento. In: BRAGA, Gilda Maria; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Orgs.). **Desafios do impresso ao digital**: questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília, DF: IBICT: UNESCO, 2009.

PRADO, Geraldo Moreira. A biblioteca comunitária como agente de inclusão/integração do cidadão na sociedade da informação. **Informação e Sociedade**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p.143-149, jan./jun., 2010.

PROLER. **PROLER**: concepções e diretrizes. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Disponível em: <<http://www.bn.br/proler/images/PDF/cursos3.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil.. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

RAULEN, Rosângela Janea. **A arte de contar histórias como agente de leitura**. Disponível em: < http://www.utp.br/eletras/ea/eletras9/texto/Artigo9_5.doc>. Acesso em: 22 out. 2012.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v.29, n. 1, jan./abr., 2000.

RODRIGUES, Edmilson Moreira. **Fome de programas de leitura**: o PROLER e a dimensão político-ideológica da leitura. 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

RODRIGUES, Michelle de Brito. **Análise do programa Arca das Letras em comunidades rurais em Santa Catarina**. 2010. 92f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a emancipação social. 1985. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/posgraduacoes/programasposcolonialismoeminario/poscolonialismoeminario3.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 1992. (Coleção Espaços).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011. (Livro vira-vira; 1)

SANTOSb, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011. (Livro vira-vira; 2)

SANTOS, Norma Lucia Videiro Vieira. **Cidadania no discurso da modernidade**. Ilhéus: Editis, 2003.

SAVIANI, Demerval. Educação, cidadania e transição democrática. In: MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes (Org.). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, Jorge Renato dos; LEAL, Rogério Gesta (Orgs.). **Direitos sociais e políticas públicas**: desafios contemporâneos. Tomo 8. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A Real Biblioteca, o Brasil e Portugal. **Revista Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, n. 62, p.96-111, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPÚLVEDA, Maria Conceição A. Democracia cultural e bibliotecas públicas (São Paulo – 1989 – 1992): a gestão mexe com tudo. In: FARIA, Hamilton; SOUZA, Valmir de (Orgs.). **Cidadania cultural**: leituras de uma política pública. São Paulo: Pólis, 1997. (Publicações Pólis ; 28).

SERRA, Elizabeth D'angelo. Políticas de promoção da leitura. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF. São Paulo: Global, 2003.

SILVA, Frederico A. Barbosa. Evolução jurídico-institucional da área federal de cultura (1810/1998). In: Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento. **Cadernos de Políticas Culturais**, Brasília, DF: Ministério da Cultura / IPEA, v.3, p.187-190, 2007.

SILVA, Diana Rocha da; CASTRO, Cesar Augusto. **Recomeço de uma história**: percurso histórico e a recriação da Biblioteca Pública Benedito Leite na Primeira República. São Luís: EDUEMA, 2012. (Coleção São Luís 400 anos)

SILVA, Elizete Conceição. Questão social e as “novas demandas” da sociedade capitalista contemporânea. **Revista da área de humanas**, Londrina, n.61, jul./dez., 2011.

SILVA, Ilse Gomes. O estado burguês no Brasil sob suspeita: democracia e participação política no momento atual. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, out. 2012.

SILVEIRA, Marla de Ribamar Silva. As novas bibliotecas públicas do Maranhão: Diagnóstico das bibliotecas públicas municipais implantadas pelo Programa Livro Aberto/MINC. **Revista Sapiencia**, São Luís, v.1, n.1, ago. 2010.

SOARES, Cleide Cristina. **Arca das Letras**: bibliotecas públicas rurais no Brasil. Congreso Internacional La Biblioteca Pública: um continente entre los continentes. Medellín: Colombia, 2007. Disponível em: <
<http://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/programa-arca-das-letras.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2011.

SOARES, Cleide Cristina; CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. Bibliotecas rurais para inclusão social no Brasil. **Informação e sociedade**, Brasília, DF, v.3, n.2, p.15-25, jan./jun., 2010.

SOARES, Cleide Cristina. **Implantação de Bibliotecas Rurais**: manual para agentes de leitura e multiplicadores do programa Arca das Letras. Brasília, DF: MDA, 2011.

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato**: ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. (Coleção agricultura e sociedade).

SODRÉ, Muniz. O mercado de bens culturais. In: MICELI, Sergio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.

SOUSA, João de Deus Lima. **Codó**: uma cidade para todos. Codó: Prefeitura Municipal de Codó, 2006.

SOUZA, José Ribamar Furtado de; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **(R)evolução no desenvolvimento rural**: território e mediação social – a experiência com quilombolas e indígenas no Maranhão. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2004.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Biblioteca pública: discursos de discentes de graduação em Biblioteconomia. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v.15, n.2, p. 129-155, jul./dez. 2005.

SOUZA, Maria Adélia A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; VIEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPONHOLZ, Regina Maria Lamas Pegorano. **Atribuição de bibliotecários em bibliotecas públicas**. São Paulo: Pioneira, 1984.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n.2, maio/ago. 2000.

_____. El impacto social de las bibliotecas públicas. In: **Anales de documentación**. México, n. 5, p. 333-344, 2002. Disponível em <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/viewFile/1901/1891>> Acesso em 15 set. 2009.

TARAPANOFF, Kira. Políticas de planejamento de sistemas de informação para o desenvolvimento: a experiência da América Latina. **Ciência da Informação**, v.22, n.1, jan./abr., 1993.

TEIXEIRA COELHO NETO, José. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

TIEPOLO, Elisiani Vitória. Uma política de leitura para todos: leitores e neoleitores. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 22, n. 82, p.121-133, nov. 2009. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1582/1274>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 20 reimp. São Paulo: Atlas, 2011.

UNESCO BRASIL. Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. **Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas**. Disponível em: www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm. Acesso em: 30 nov. 2008.

VALE, Ana Rute do. O rural brasileiro frente à urbanização: velha ou nova ruralidade? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3 – SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2, JORNADA ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA. **Anais...**Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005

VELHO, Otavio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. **Templários da ausência em bibliotecas populares**. Recife: UFPE, 1996.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Trajetória tecnológica e aprendizado no setor agropecuário. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander. **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 2010.

VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. 2 ed. rev. amp. São Paulo: UNESP, 2010.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio no Maranhão**. São Luís: Associação Comercial, 1954.

WOLF, Rúbia Carrera. Ler é poder. In: SILVA, Ezequiel Theodoro (Coord.). **Retratos da leitura no Brasil**: olhares e reflexões. São Paulo: UNICAMP, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Mudanças atuais no capitalismo e perspectivas para as políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, out.

2012.

ZILBERMAN, Regina. Sociedade e democratização da leitura. In: BARZOTTO, Valdir Heitor (Org.). **Estado de leitura**. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. Curitiba: Ibpex, 2010. (Série Literatura em Foco).

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário aplicado à Idealizadora do Programa Arca das Letras

Prezada Sr^a Cleide Cristina Soares

Este questionário integra parte da pesquisa para elaboração de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O objetivo geral da pesquisa é realizar uma análise das políticas públicas de incentivo a leitura, mas especificamente o Programa de bibliotecas rurais “Arca das Letras” no município de Codó e o impacto ocasionado pelas práticas do projeto nas relações entre os indivíduos e os grupos sociais em que estão inseridos.

Desde já, agradeço pela sua colaboração ao responder os questionamentos

1. Como originou-se o programa e quais os fatores principais que norteiam sua metodologia de aplicação?
2. De que forma o programa está inserido no plano maior de Governo e quais as articulações realizadas para efetivação da ação?
3. Existe apoio governamental em todos os níveis de gestão para execução do programa?
4. Como se dá o processo de implantação do programa em nível federal, estadual e municipal? Como são realizadas as articulações e quais os principais sujeitos sociais envolvidos para realização da ação?
5. Quais os critérios para a escolha das localidades a serem atendidas pelo programa?
6. Quais as estratégias adotadas para divulgação, operacionalização e execução do programa?
7. Quais os meios utilizados para acompanhamento e avaliação do programa? Durante essa avaliação são criadas novas estratégias de ação?

8. O programa completa 10 anos de existência, qual o balanço realizado e resultados aferidos?

9. Em relação aos objetivos propostos pelo programa, considera a ação relevante para o desenvolvimento do país?

10. O estado do Maranhão é considerado o estado com características mais rurais da federação, sendo assim quais os impactos decorrentes da implantação de bibliotecas em comunidades tradicionais e qual a importância de uma política pública de informação?

Obrigado pela contribuição
Carlos Wellington Soares Martins

Apêndice B - Questionário aplicado à Coordenadora do Programa Arca das Letras

Prezada Sr^a Mariana

Este questionário integra parte da pesquisa para elaboração de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O objetivo geral da pesquisa é realizar uma análise das políticas públicas de incentivo a leitura, mas especificamente o Programa de bibliotecas rurais "Arca das Letras" no município de Codó e o impacto ocasionado pelas práticas do projeto nas relações entre os indivíduos e os grupos sociais em que estão inseridos.

Desde já, agradeço pela sua colaboração ao responder os questionamentos

1. Qual a metodologia de ação do programa?
2. Comente sobre o processo de articulação para implantação do programa, escolha da comunidade, agente de leitura, acervo e entrega da arca.
3. A composição do acervo leva em consideração a diversidade cultural do país? Se sim, como ocorre esse processo?
3. A escolha do agente de leitura parte pela comunidade? Como se dá essa escolha e de que forma ocorre a capacitação para atuação desse agente com a comunidade?
4. Existem dados que atestem a contribuição do programa em relação a questões de letramento, criação de um novo espaço de encontro da comunidade?
5. Pelas experiências vividas, qual o balanço realizado da articulação entre governo municipal e estadual para que o programa obtenha êxito?
6. Quais são os principais fatores que contribuem para a realização do programa e os entraves que dificultam na execução da ação?
7. Qual a avaliação da execução do programa no estado do Maranhão?

Obrigado pela contribuição
Carlos Wellington Soares Martins

Apêndice C - Questionário aplicado à responsável pela Delegacia Federal do MDA no estado do Maranhão Coordenadora do Programa Arca das Letras

Prezada Sr^a

Este questionário integra parte da pesquisa para elaboração de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O objetivo geral da pesquisa é realizar uma análise das políticas públicas de incentivo a leitura, mas especificamente o Programa de bibliotecas rurais “Arca das Letras” no município de Codó e o impacto ocasionado pelas práticas do projeto nas relações entre os indivíduos e os grupos sociais em que estão inseridos.

Desde já, agradeço pela sua colaboração ao responder os questionamentos

1. Qual a articulação entre o MDA e as comunidades atendidas pelo programa?
2. Como é feito o acompanhamento da ação no estado do Maranhão?
3. Quais as estratégias adotadas para a execução do programa no estado?
4. Qual a sua avaliação da repercussão do programa a nível estadual?
5. Considera importante o programa para o desenvolvimento do Estado? Por quê?

Obrigado pela contribuição
Carlos Wellington Soares Martins

Apêndice D - Roteiro para entrevista semi-estruturada com os agentes de leitura

Perfil

Idade:

Naturalidade:

Estado civil:

Maior grau de instrução? Se estudante, na própria comunidade ou em outro local?

Morador há quanto tempo na comunidade?

Principal atividade? Qual profissão?

Quantas pessoas moram com você?

Durante seu tempo livre, com qual atividade você se ocupa?

Você lê com frequência? Qual tipo de leitura você mais gosta?

Biblioteca

Quando a comunidade recebeu a biblioteca?

Qual o nome da comunidade?

Qual o horário de funcionamento da biblioteca?

O MDA disponibilizou material para auxiliar no tratamento técnico, empréstimo e material para divulgação do programa?

Existem mais voluntários da comunidade no auxílio a disponibilização dos serviços da biblioteca?

Quais são os serviços oferecidos pela biblioteca para a comunidade?

Atuação como agente de leitura

A escolha foi indicada pela comunidade ou você se ofereceu como voluntário?

Você recebeu treinamento pelo MDA? Qual a frequência dos encontros?

Considera que o treinamento lhe proporciona conhecimentos para atuar como agente de leitura na sua comunidade?

Como você divulga o acervo e as ações da biblioteca na comunidade?

Quais as ações promovidas por você enquanto agente de leitura?

São realizadas campanhas para aquisição de novos títulos para compor o acervo?

Comunidade

A comunidade se reuniu para deliberar sobre a implantação do programa?

A comunidade foi consultada na escolha do agente de leitura?

O MDA explicou de forma clara os objetivos do programa?

Houve evento solene para entrega da biblioteca na comunidade? Quais autoridades estavam presentes no ato?

A composição do acervo contou com a participação da comunidade?

A comunidade se reuniu ou é informada sobre a execução do programa?

Quais os resultados observados na comunidade decorrentes da implantação do programa?

Obrigado pela contribuição

Carlos Wellington Soares Martins

Apêndice E -Questionário aplicado ao(a) Secretário(a) de Cultura do município de Codó

Prezada Sr(a) Secretário(a)

Este questionário integra parte da pesquisa para elaboração de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O objetivo geral da pesquisa é realizar uma análise das políticas públicas de incentivo a leitura, mas especificamente o Programa de bibliotecas rurais "Arca das Letras" no município de Codó e o impacto ocasionado pelas práticas do projeto nas relações entre os indivíduos e os grupos sociais em que estão inseridos.

Desde já, agradeço pela sua colaboração ao responder os questionamentos

1 Na sua percepção, qual a importância para o município de Codó de um programa como o "Arca das Letras"?

2 O programa está integrado ao plano de ação de governo? Se sim, de que forma?

3 A secretaria realiza algum tipo de acompanhamento e avaliação do programa?

4 As atividades culturais realizadas nas comunidades possibilitam a integração do "Arca das Letras"?

5 De que forma, o programa pode auxiliar na política cultural realizada pela prefeitura?

Obrigado pela contribuição
Carlos Wellington Soares Martins

Apêndice F - Questionário aplicado ao(a) Secretário(a) de Educação do município de Codó

Prezada Sr(a) Secretário(a)

Este questionário integra parte da pesquisa para elaboração de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O objetivo geral da pesquisa é realizar uma análise das políticas públicas de incentivo a leitura, mas especificamente o Programa de bibliotecas rurais "Arca das Letras" no município de Codó e o impacto ocasionado pelas práticas do projeto nas relações entre os indivíduos e os grupos sociais em que estão inseridos.

Desde já, agradeço pela sua colaboração ao responder os questionamentos

- 1 Na sua percepção, qual a importância para o município de Codó de um programa como o "Arca das Letras"?
- 2 O programa está integrado ao plano de ação de governo? Se sim, de que forma?
- 3 A secretaria realiza algum tipo de acompanhamento e avaliação do programa?
- 4 As escolas das comunidades rurais utilizam de alguma forma o "Arca das Letras" em suas práticas pedagógicas?
- 5 De que forma, o programa pode auxiliar na política educacional realizada pela prefeitura?

Obrigado pela contribuição
Carlos Wellington Soares Martins

Apêndice G - Formulário para coleta de dados das comunidades rurais atendidas pelo programa "Arca das Letras"

Dados de identificação

Naturalidade:

Sexo: () masculino () feminino

Idade:

Estado civil:

() solteiro(a)

() casado(a)

() divorciado(a)

() viúvo(a)

() outros(a)

Grau de escolaridade

() sem formação

() primeiro grau completo

() primeiro grau incompleto

() segundo grau completo

() segundo grau incompleto

() nível superior

() nível superior incompleto

Atividade exercida

() trabalhador, qual atividade:

() estudante

() dona de casa

() outros, especifique:

Dados sobre o programa

Sabe da existência do programa de implantação de bibliotecas rurais "Arca das Letras" em sua comunidade?

() sim

() não

Participou da consulta para implantação do programa Arca das Letras em sua comunidade?

() sim

() não

Participou da decisão pela escolha do agente de leitura que atua em sua comunidade?

() sim

() não

Com que frequência você utiliza a biblioteca e das participa das atividades?

() diariamente

() semanalmente

() mensalmente

() raramente

() nunca frequentou

Como avalia a atuação do agente de leitura?

() ótimo

() bom

() regular

() péssimo

A(s) escola(s) da comunidade utiliza a biblioteca em suas atividades?

() sim

() não

Considera importante a comunidade dispor de uma biblioteca? Por quê?

Considera apropriado o local escolhido para instalação da biblioteca? Por quê?

Conhece a forma de gestão e participa de alguma forma na tomada de decisões sobre a biblioteca?

O espaço da biblioteca favoreceu um novo local de encontro da comunidade? Por quê?

APÊNDICE H - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (responsáveis)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (Reponsáveis)**

NOME DA PESQUISA: PLANTANDO BIBLIOTECAS PARA COLHER DESENVOLVIMENTO: análise do Programa de Bibliotecas Rurais "Arca das Letras" no município de Codó – MA

PESQUISADORA: Carlos Wellington Soares Martins

INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual do Maranhão – Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional

TELEFONE: (98) 87053505

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa PLANTANDO BIBLIOTECAS PARA COLHER DESENVOLVIMENTO: análise do Programa de Bibliotecas Rurais "Arca das Letras" no município de Codó - MA, que será realizada por pesquisador do Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento.

OBJETIVO: O objetivo geral da pesquisa é realizar uma análise das políticas públicas de incentivo a leitura, mas especificamente o Programa de bibliotecas rurais "Arca das Letras" no município de Codó e o impacto ocasionado pelas práticas do projeto nas relações entre os indivíduos e os grupos sociais em que estão inseridos.

PROCEDIMENTOS: Se você concordar em participar da pesquisa, você – responderá 1 (uma) entrevista gravada e nos autorizará a aplicar questionário e fazer entrevista com o adolescente _____ em sua residência.

RISCOS E DESCONFORTOS: De acordo com a Resolução 16/2000 de CFP esta pesquisa apresenta risco mínimo. Pois os procedimentos não sujeitam os participantes a riscos maiores do que os encontrados nas suas atividades cotidianas.

BENEFÍCIOS: Os dados coletados nesta pesquisa contribuirão para que a partir de uma análise de um universo particular possamos construir aportes teóricos que poderão nos ajudar na compreensão de um dado fenômeno social.

CUSTO/REEMBOLSO: você não arcará com qualquer gasto decorrente da sua participação (entrevista, observação). Nem você, nem sua família receberá qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação nesta pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE: Seu nome e de seus familiares não serão utilizados em momento algum da pesquisa garantindo o anonimato. Somente serão divulgados os dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Desse modo,

Eu, _____ RG nº _____

_____ e CPF nº _____, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelas pesquisadoras dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

São Luís de _____ de 20____

(Assinatura do participante)

ANEXOS

Anexo A – Portaria nº 19, de 3 abril de 2009

COMPETÊNCIAS

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 19, DE 3 DE ABRIL DE 2009

SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO

CAPÍTULO I

NATUREZA E FINALIDADE

Art. 84 À Secretaria de Reordenamento Agrário, órgão específico singular do Ministério do Desenvolvimento Agrário, compete:

- I - formular, propor e implementar políticas públicas nacionais e diretrizes de reordenamento agrário, em particular mecanismos complementares de acesso à terra, de crédito fundiário, de desenvolvimento e integração de assentamentos rurais e de regularização fundiária;
- II - promover a adequação das políticas públicas de reordenamento agrário, especialmente das políticas de crédito fundiário, consolidação e desenvolvimento de assentamentos e regularização fundiária, às necessidades do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, compatibilizando-as com outras iniciativas existentes;
- III - promover a articulação das ações governamentais de reordenamento agrário, objetivando sua execução descentralizada e integrada com Estados, Municípios e sociedade civil organizada;
- IV - coordenar esforços para a redução da pobreza no meio rural, mediante o acesso à terra, à geração de ocupação produtiva e à melhoria da renda e da qualidade de vida dos trabalhadores rurais;
- V - contribuir, por meio de projetos e programas específicos, para a elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas para a convivência com o semi-árido;
- VI - supervisionar, por intermédio de mecanismos de acompanhamento interinstitucionais, os programas de reordenamento agrário;
- VII - formular diretrizes, em conjunto com a Secretaria da Agricultura Familiar e o INCRA, para a aplicação do crédito produtivo dos assentamentos do Crédito Fundiário e da Reforma Agrária (Pronaf "A"), bem como da capacitação e assistência técnica;
- VIII - promover estudos e diagnósticos sobre as políticas de reordenamento agrário e acesso à terra e sobre os efeitos econômicos e sociais da macro política econômica e social do governo, na estrutura fundiária e na sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária, bem como avaliações de impacto das políticas de reordenamento agrário;
- IX - apoiar e participar de programas de pesquisa, assistência técnica, extensão rural, apoio à inovação tecnológica e ao acesso aos mercados, crédito, capacitação e profissionalização de assentados da reforma agrária e agricultores familiares;
- X - manter estreita articulação com os demais programas sociais e culturais do Governo, com o objetivo de integrar interesses convergentes das comunidades e dos territórios rurais e mobilizar recursos direcionados às comunidades envolvidas nos programas de reordenamento agrário;
- XI - promover programas de desenvolvimento e integração dos assentamentos rurais e das comunidades envolvidas nos programas de reordenamento agrário;
- XII - promover a adoção de práticas de gestão e proteção ambiental nas comunidades envolvidas nos programas de reordenamento agrário;
- XIII - assegurar, nos programas de reordenamento agrário, a participação da sociedade civil e mecanismos de controle social;

XIV - promover a formalização de acordos ou convênios com Estados, Distrito Federal, Municípios, organizações da sociedade civil, agentes financeiros e outros, visando a implementação das políticas de reordenamento agrário, em particular de crédito fundiário e desenvolvimento e integração de assentamentos rurais; e

XV - gerir o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 85 A Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA tem a seguinte estrutura:

1. Coordenação-Geral de Ação Cultural
2. Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
3. Coordenação-Geral de Reordenamento Agrário
4. Departamento de Crédito Fundiário
- 4.1 - Coordenação-Geral de Capacitação e Assistência Técnica
- 4.2 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Fundo de Terras.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 86 À Coordenação-Geral de Ação Cultural compete:

I - articular, coordenar e promover estudos com vistas à formulação de política cultural para o meio rural, integrando os diversos órgãos do Ministério e entidades afins;

II - articular, desenvolver e promover, em conjunto com outros órgãos e entidades, a realização de projetos artístico-culturais em áreas rurais de atuação da Secretaria;

III - propor diretrizes e identificar fontes alternativas de apoio à produção de projetos culturais;

IV - realizar estudos sobre o impacto econômico das atividades culturais no desenvolvimento sócio-econômico de populações rurais;

V - coordenar e promover estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento e difusão da produção cultural, bem como à preservação de manifestações, valores e tradições culturais de comunidades do meio rural do País;

VI - conhecer, valorizar e sugerir alternativas de desenvolvimento e difusão dos produtos culturais tradicionais no meio rural em comunidades situadas em áreas de atuação da Secretaria;

VII - coordenar e promover estudos e pesquisas destinadas à formulação de políticas de acesso ao livro e incentivo à leitura no meio rural;

VIII - identificar fontes alternativas de apoio aos projetos de fomento do livro, da leitura e da biblioteca no meio rural;

IX - apoiar e promover a difusão do livro e a criação de bibliotecas no meio rural, em parceria com outras instituições ligadas à área; e

X - coordenar, executar e acompanhar ações destinadas à execução de projetos e atividades relacionadas a biblioteca e outras atividades artístico-culturais realizadas junto ao público-alvo da Secretaria no meio rural.

Art. 87 À Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação compete:

- I - analisar em conjunto com os Departamentos e demais Coordenações-Gerais da Secretaria de Reordenamento Agrário os cenários e as tendências da ambiência, interna e externa, para identificação de oportunidades e ameaças ao direcionamento estratégico da SRA;
- II - criar condições para a atualização e a disseminação do direcionamento estratégico do Ministério no âmbito da Secretaria, promovendo a articulação institucional no contexto dos planos plurianuais do Governo Federal;
- III - auxiliar os Departamentos e Coordenações-Gerais da Secretaria na elaboração dos seus planos, programas, ações, metas e indicadores de performance, dentro da filosofia de planejamento compartilhado;
- IV - coordenar e acompanhar a definição de diretrizes estratégicas, elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações da Secretaria;
- V - disponibilizar sistemas de cobrança, monitoramento e avaliação de resultados gerenciais, garantindo alcance dos objetivos e metas da Secretaria;
- VI - elaborar e monitorar indicadores de performance em conjunto com os Departamentos e Coordenações-Gerais da Secretaria;
- VII - disponibilizar as informações gerenciais da Secretaria, mediante tratamento dos dados fornecidos pelos sistemas de informação, visando dar suporte ao processo decisório;
- VIII - elaborar os relatórios mensais e anuais das atividades e do desempenho da Secretaria;
- IX - desenvolver ações voltadas para o monitoramento e acompanhamento dos sistemas de informações gerenciais da Secretaria; e
- X - acompanhar a realização de avaliações de impacto dos projetos desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Reordenamento Agrário.

Art. 88 À Coordenação-Geral de Reordenamento Agrário compete:

- I - propor políticas e programas de ordenamento agrário, em especial, programas de desenvolvimento e integração de assentamentos rurais, de regularização fundiária e de reordenamento agrário;
- II - promover parcerias e articulações com outros órgãos federais, estaduais, municipais e com as organizações da sociedade civil que permitam a implantação de programas e ações de ordenamento agrário e gerenciamento da estrutura fundiária nacional;
- III - coordenar, orientar e supervisionar a implantação do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, a ser executado em parceria com o INCRA e governos estaduais;
- IV - propor diretrizes e normas para os programas de ordenamento agrário, de desenvolvimento e integração dos assentamentos rurais, de regularização fundiária e de reordenamento agrário;
- V - promover estudos e diagnósticos sobre o ordenamento agrário do país e sobre os assentamentos rurais;
- VI - formular e implementar programas e práticas de gestão ambiental, no âmbito das políticas e programas de ordenamento agrário; e
- VII - assegurar participação da sociedade civil organizada e mecanismo de controle social no âmbito dos programas de ordenamento agrário, desenvolvimento e integração dos assentamentos rurais e de regularização fundiária.

Art. 89 Ao Departamento de Crédito Fundiário compete:

- I - coordenar as ações de crédito fundiário no âmbito da Secretaria;
- II - representar a Secretaria nos assuntos pertinentes aos programas de crédito fundiário;
- III - propor plano anual de aplicação de recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, bem como diretrizes gerais e setoriais para a elaboração dos planos estaduais e territoriais;

IV - coordenar a liberação e aplicação de recursos do Fundo de Terras e Reforma Agrária para os programas de crédito fundiário, bem como para os programas de desenvolvimento e integração de assentamentos;

V - acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários relativos as linhas de crédito fundiário no âmbito da Secretaria;

VI - propor e negociar a assinatura de convênios com os Estados, associações de Municípios, agentes financeiros e as demais instituições envolvidas na execução de programas de crédito fundiário e do Fundo de Terras e da Reforma Agrária;

VII - subsidiar o Secretário na elaboração das diretrizes de ações a serem desenvolvidas pelos programas de crédito fundiário;

VIII - supervisionar a execução dos programas de crédito fundiário, através do acompanhamento das ações de suas Coordenações-Gerais, do acompanhamento direto das Unidades Técnicas Estaduais e das Unidades Técnicas Regionais participantes do programa, bem como da realização de avaliações de impacto;

IX - propor e elaborar normas e manuais técnicos para os programas financiados pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária, bem como alterações no Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e nos manuais de operação dos programas financiados pelo Fundo de Terras; e

X - coordenar, conjuntamente com a Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, a implantação de sistemas de informações gerenciais e de monitoramento dos projetos financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, bem como a realização de avaliações de impacto dos projetos.

Art. 90 À Coordenação-Geral de Capacitação e Assistência Técnica compete:

I - elaborar e implementar ações de capacitação para todos os agentes executores do programa, quanto aos objetivos, diretrizes, metas, resoluções, princípios normativos e procedimentos operacionais;

II - definir diretrizes e normas para as ações de capacitação e assistência técnica no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, bem como supervisionar e monitorar estas ações;

III - realizar e apoiar oficinas, seminários e ações de capacitação para intercâmbio de experiências bem sucedidas no âmbito do PNCF e da agricultura familiar;

IV - avaliar, aprovar e acompanhar de acordo com as diretrizes do programa, planos e propostas de capacitação dos Estados, assim como os contratos estabelecidos pelos Estados para estes fins com recursos do programa;

V - estimular programas e ações de formação continuada, formação à distância para beneficiários, técnicos e lideranças sociais;

VI - fomentar e apoiar a constituição de redes de agricultores experimentadores ou similar, bem como de atividades de capacitação e apoio à inovação tecnológica;

VII - assegurar interação com as políticas de capacitação, educação, assistência e assessoramento técnico implementadas pela Secretaria da Agricultura Familiar e outras instâncias do Ministério;

VIII - assegurar a interação com as políticas de juventude desenvolvidas no âmbito da SRA, visando a homogeneidade das diretrizes e normas de capacitação implementadas no âmbito do programa; e

IX - assegurar a interação com a Coordenação-Geral de Ação Cultural.

Art. 91 À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Fundo de Terras compete:

I - elaborar a programação financeira mensal e anual do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e das demais ações sob sua responsabilidade, em consonância com as diretrizes determinadas pelo Programa Anual de Aplicação de Recursos;

- II - realizar, acompanhar e controlar a execução físico-financeira e gerenciar as diversas contas do Fundo de Terras e da Reforma Agrária;
- III - administrar o retorno das operações de crédito do fundo de terras e da Reforma Agrária, inclusive as realizadas com recursos de contrapartida de acordos de empréstimo;
- IV - proceder ao registro contábil do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e manter o equilíbrio do seu fluxo financeiro;
- V - analisar e acompanhar a evolução dos ativos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e respectivos fluxos financeiros;
- VI - promover o relacionamento e capacitação das unidades técnicas sobre as questões contábeis/financeiras do Fundo de Terras e da Reforma Agrária;
- VII - propor e executar procedimentos para captação de recursos para o Fundo de Terras e da Reforma Agrária e o PNCF;
- VIII - propor e analisar termos de contrato ou outros instrumentos que assegurem a participação dos agentes financeiros no PNCF, sempre que estiverem envolvidos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária;
- IX - coordenar e supervisionar as ações dos agentes financeiros na aplicação dos recursos e monitorar os rendimentos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária;
- X - assegurar a interlocução com o gestor financeiro do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, bem como com os agentes financeiros;
- XI - definir e analisar os relatórios e demonstrativos financeiros a serem enviados pelos agentes financeiros e necessários à boa gestão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária;
- XII - propor e acompanhar a execução das normas de execução financeira do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, bem como minutas de portarias e demais dispositivos normativos do PNCF e do Fundo de Terras e da Reforma Agrária;
- XIII - contribuir para a revisão das normas e das diretrizes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do PNCF e acompanhar e avaliar os efeitos da legislação pertinente;
- XIV - subsidiar a formulação da política de financiamento e desenvolver novas propostas de financiamentos para diversos públicos;
- XV - elaborar e divulgar internamente estudos financeiros e indicativos sobre a utilização dos recursos, viabilidade dos programas e redução dos riscos inerentes às operações de crédito;
- XVI - instituir, manter e aprimorar sistemas de informações financeiras;
- XVII - acompanhar, analisar e elaborar cenários sobre disponibilidade financeira; e
- XVIII - desenvolver e acompanhar indicadores de risco.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 92 Ao Secretário de Reordenamento Agrário incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da Secretaria e exercer outras atribuições que lhe for cometida.

Art. 93 Ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Reordenamento Agrário incumbe:

- I - coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos do Gabinete;
- II - manter permanente articulação com os órgãos da Administração Direta e entidade vinculada ao Ministério;
- III - transmitir ordens e despachos do Secretário aos Departamentos e Coordenações-Gerais da Secretaria;
- IV - supervisionar as atividades das assessorias componentes do Gabinete e suas relações com os demais órgãos da Administração Direta; e
- V - organizar e acompanhar a agenda diária de compromissos do Secretário

Art. 94 Aos Diretores e Coordenadores-Gerais incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades.

Anexo B – Recibo de entrega da Arca

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO
COORDENAÇÃO GERAL DE AÇÃO CULTURAL

BIBLIOTECA RURAL ARCA DAS LETRAS

R E C I B O

Eu,.....Agente de Leitura da
Comunidade do
Município de/(UF), declaro, para fins de prestação
de contas junto à Coordenação Geral de Ação Cultural da Secretaria de Reordenamento Agrário/MDA, que
recebi o material do Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras abaixo relacionado:

- 2 caixas com livros
- Kit de trabalho de Agente de Leitura (pasta com fichas, camisetas, carimbos)
- 01 placa de sinalização

(Local e data)..... de de 2012.

Assinatura:.....

(PREENCHER TODOS OS CAMPOS COM LETRA LEGÍVEL)

Local onde a Arca vai funcionar (indicar se casa, associação, igreja, cooperativa etc.)

Tipo: () Agricultura Familiar () PA INCRA () Projeto de Crédito Fundiário () Banco da Terra

() Assentamento Estadual () Remanescente de Quilombo () Indígena

Nº de famílias: Data da entrega: / /

Agente de Leitura (1):

Escolaridade: Data de Nascimento: / /

CPF: RG:.....

Telefone para Contato: ()

Agente de Leitura (2):

Escolaridade: Data de Nascimento: / /

CPF: RG:.....

Telefone para Contato: ()

Parceiros :

Endereço completo para recebimento de livros

Ponto de referência:

CEP:

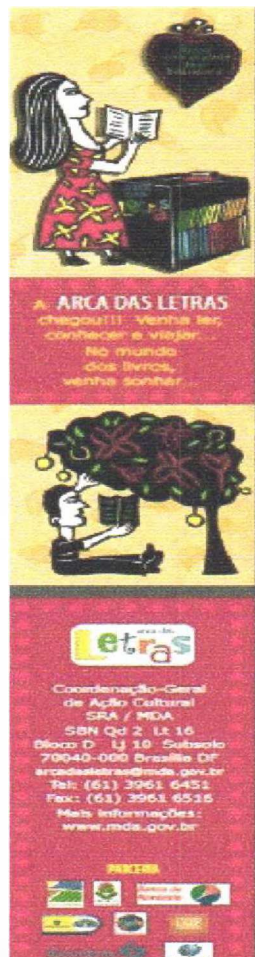
Outros telefones/contato: ()

E.mail:

Responsável pela entrega.....

Telefone do Responsável (.....).....

Anexo E – Cartaz e marcador de página



Anexo F – Formulário de avaliação das Bibliotecas Rurais Arca das Letras

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO
COORDENAÇÃO GERAL DE AÇÃO CULTURAL**

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS RURAIS ARCA DAS LETRAS

Questionário aplicado por:	Instituição:	Fone/email:	Data:

Município:	Território:	Estado:
Nome da comunidade:	Tipo de comunidade:	
	<input type="checkbox"/> assentamento <input type="checkbox"/> ribeirinha <input type="checkbox"/> comunidade quilombola <input type="checkbox"/> colônia de pescadores <input type="checkbox"/> comunidade indígena	
nº famílias:	<input type="checkbox"/> outro. Qual	

1. A Biblioteca Arca das Letras está funcionando?

sim não

2. Se **NÃO** estiver funcionando, qual é o motivo? Em seguida, informe os dados do agente de leitura, se houver, e pule para a questão **30**.

falta agente de leitura falta espaço na comunidade as pessoas não tem interesse
 a biblioteca foi instalada em local de difícil acesso ainda não foi inaugurada

=> Se **SIM** continue respondendo todas as questões

3. Houve mudança de agente de leitura?

sim não

Dados dos Agentes de Leitura atualizados:

Nome do Agente de Leitura(1):			
Endereço para correspondência:			
Município/UF:	CEP:	e-mail:	
Telefones com DDD:	Ocupação/profissão:		
Data de nascimento:	Escolaridade:		
Participou da capacitação de agente de leitura com certificado? (se sim, local/data)			

Nome do Agente de Leitura(2):			
Endereço para correspondência:			
Município/UF:	CEP:	e-mail:	
Telefones com DDD:	Ocupação/profissão:		
Data de nascimento:	Escolaridade:		
Participou da capacitação de agente de leitura com certificado? (se sim, local/data)			

4. Número de leitores cadastrados (desde a chegada da arca até hoje): _____

5. Número de livros emprestados (desde a chegada da arca até

hoje): _____

6. Número **total** de **livros** que a Arca contém: _____

DADOS SOBRE OS LEITORES

7. Qual é a faixa de idade do público que mais usa a biblioteca?

- menores de 12 anos de 12 a 18 anos de 19 a 29 anos
 de 30 a 59 anos acima de 59 anos

8. Dentre os leitores, quais das profissões abaixo mais usam sua biblioteca?

- agricultor/a. Quantos _____ estudante. Quantos _____
 assalariado/a rural Quantos _____ pescador/a. Quantos _____
 dona de casa. Quantos _____
 outros. Quais/Quantos de cada _____

9. Relate, se houver, algum caso interessante em que a biblioteca e os livros ajudaram as pessoas ou a comunidade a melhorar sua condição educacional, profissional, financeira ou outra situação.

DADOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA ARCA DAS LETRAS

10. Onde funciona atualmente a biblioteca Arca das Letras?

- casa de um dos agentes de leitura associação/sindicato/sede de movimento social
 sala de igreja ou espaço religioso escola
 posto de saúde estabelecimento comercial
 espaço próprio Telecentro ou Casa Digital Outro. Qual? _____

11. A placa da Arca das Letras está instalada:

- do lado de fora dentro do local não tem placa

OBS.: se não estiver instalada, favor instalar na parede externa do local (com visibilidade)

12. Quais os horários/períodos de funcionamento da biblioteca Arca das Letras?

- manhã tarde noite não tem horário fixo o dia todo

13. Até o momento, quantas pessoas realizaram empréstimos de livros na Arca das Letras?

- menos de 20 pessoas de 21 a 50 pessoas de 51 a 100 pessoas
 de 101 a 150 pessoas mais de 150 pessoas

14. Há quanto tempo funciona a biblioteca Arca das Letras em sua comunidade?

- menos de 1 mês de 1 a 6 meses de 7 a 12 meses
 de 1 ano a 2 anos mais de 2 anos

15. Atualmente, quantas vezes por semana a biblioteca fica aberta ao público?

- 1 vez por semana 2 ou 3 vezes por semana 4 ou 5 vezes por semana
 mais de 5 vezes por semana

16. Nos dias em que está aberta ao público, **aproximadamente** quantas pessoas frequentam a biblioteca?

- menos de 5 pessoas de 5 a 10 pessoas de 11 a 20 pessoas

() de 21 a 30 pessoas () mais de 30 pessoas

17. Qual o principal motivo que levam as pessoas da comunidade a frequentarem a sua biblioteca? () pesquisas e trabalhos escolares () leitura para o lazer/entretenimento
() leituras de apoio ao trabalho/profissão
() Outro motivo. Qual? _____

18. Quais os principais tipos de livros consultados/emprestados?
() literatura infantil () literatura jovem e adulto () livros didáticos
() livros técnicos () história em quadrinhos/gibis
() Outros. Quais? _____

19. Houve acréscimo de livros na biblioteca por meio de doações?
() sim () não

19.1 => [Somente se a resposta à questão anterior for **SIM**] Quantos livros foram acrescentados ao acervo por meio de doações:

() menos de 10 livros () de 11 a 50 livros () de 51 a 100 livros () mais de 100

20. Os agentes de leitura ou outros colaboradores realizam atividades de incentivo à leitura (contação de histórias, "teatrinhos", saraus, mural literário etc.)?
() sim () não

20.1 => [Somente se a resposta à questão anterior for **SIM**] Quais as atividades desenvolvidas?

() contação de histórias () encenações teatrais () saraus literários
() mural ou painéis () concursos de poesia/redação
() Outras atividades. Quais? _____

20.1.1 => [Se você respondeu à questão **19.1**]. Qual a frequência de realização das atividades?

() diariamente () semanalmente () quinzenalmente () mensalmente () raramente () em datas comemorativas

21. Até o momento, quantos livros estão emprestados e ainda estão dentro do prazo para devolver?

() menos de 5 livros () de 6 a 10 livros () de 11 a 25 livros
() mais de 25 livros () Nenhum

22. Geralmente, a maioria dos leitores devolve os livros:

() dentro do prazo () com atraso de até 1 semana () com atraso de até 15 dias
() com atraso de mais de 15 dias

23. Você cobra multa por atraso na devolução dos livros?

() sim () não

24. Até o momento, quantos livros foram danificados, perdidos ou que você acha que não será devolvido?

() menos de 5 livros () de 6 a 10 livros () de 11 a 25 livros
() mais de 25 livros () Nenhum

25. Houve acréscimo de material permanente em sua biblioteca?

() não () estante () mesa () cadeira () computador () outro. Qual _____

26. Na sua opinião, quais os principais problemas no funcionamento da biblioteca? (pode ser mais

de 1 resposta)

- falta divulgação da biblioteca as pessoas não se interessam
 falta novidade no acervo os livros são inadequados para o público
 o acesso à biblioteca é difícil os horários de funcionamento são ruins
 o local é inadequado para a biblioteca
 falta mais agentes de leitura Outro(s) problema(s):

27. Sua biblioteca conta com parceria ou apoio de alguma entidade?

- não prefeitura Ong associação comunitária escola
 igreja ou outra instituição religiosa sindicato outra. Qual _____

28. Faça sugestões de novos livros ou assuntos que queira ter na sua biblioteca:

- a. _____ f. _____
 b. _____ g. _____
 c. _____ h. _____
 d. _____ i. _____

29. Quais suas sugestões para melhorar a biblioteca?

30. Impressões do Avaliador

Dificuldades encontradas:	Soluções:

31. Observações gerais:

Observação para o avaliador:

- Verificar se nas fichas de empréstimo estão corretas as anotações nos campos de data de empréstimo, devolução, título do livro, se não está abreviado e se está preenchido até o limite do campo.
- Verificar se a Arca e os livros estão limpos ou danificados e se a placa foi instalada do lado de fora do local onde funciona a biblioteca.
- Verificar se a organização dos livros na Arca está correta e se estes estão catalogados e separados por cor.
- Ao identificar problemas na Arca visitada, o avaliador deve orientar o agente de leitura, propondo as medidas que devem ser adotadas para regularizar as pendências encontradas.

Enviar este formulário para:

Coordenação Geral de Ação Cultural/SRA/MDA
 SBN Q. 02 Lote 16 Loja 10 – Edifício Sarkis – S 2 – CEP: 70.040-020 – Brasília –
 DF E-mail: arcadasletras@mda.gov.br
 Fone: (61) 2020-0201 – Fax: (61) 2020-0266

Anexo G – Formulário de consulta comunitária

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PROGRAMA ARCA DAS LETRAS

FORMULÁRIO DE CONSULTA COMUNITÁRIA

1. Identificação:

Território: _____

Município: _____

Estado: _____

Comunidade rural: _____

Tipo: agricultura familiar PA INCRA assentamento estadual ribeirinha associação de Crédito Fundiário quilombola indígena outras _____

Nº de famílias: _____ Nº de habitantes: _____

8. Aspectos educacionais, culturais e econômicos

Educativo:

Nº de escolas na comunidade: _____

Nível escolar da comunidade:

 educação infantil ensino médio ensino fundamental de 1º ao 5º ano alfabetização de adultos ensino fundamental de 6º ao 9º anoHá alunos que estudam em outro local? sim nãoNíveis: ensino médio ensino superior - quais cursos? _____

2.2. Econômico:

Que tipos de produção são mais frequentes? (o que a comunidade cultiva)

2.3. Cultural:

A comunidade produz música, artesanato, dança, teatro ou outras atividades artísticas/culturais? Que tipo de atividades?

3. Sobre a biblioteca

Tipo de livros que a comunidade gostaria de ter na biblioteca (assuntos ou títulos):

Quem vai receber a biblioteca em casa e tornar-se Agente de Leitura?

Nome: _____
 ___ Data de nascimento: _____
 Profissão: _____
 _____ Endereço para recebimento de
 livros:
 Município _____
 Estado _____ CEP _____ Telefone (próprio ou p/ recado):
 DDD () _____

Outras pessoas gostariam de participar do projeto ajudando o Agente de Leitura? Em caso afirmativo, formar a Comissão de Agentes que irá apoiar o Agente no incentivo à leitura.

Nomes:

4. Outras informações que considere importantes:

Local, data.....

Responsável pelo preenchimento.....
 Instituição
 Telefone e e-mail para contato.....

Enviar o formulário para Arca das Letras: fax (61)
 2020-0266 ou para o e-mail:
arcadasletras@mda.gov.br
 fone: (61) 2020-0201

Anexo H - Relatório estadual de bibliotecas Arca das Letras entregues no Maranhão (MA)

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
1	MA	Acailandia	California		Agricultura Familiar	50
2	MA	Acailandia	Jardim Bela Vista		Agricultura Familiar	180
3	MA	Acailandia	João do Vale		Agricultura Familiar	116
4	MA	Acailandia	Nova Conquista		Projeto de Assentamento INCRA	200
5	MA	Acailandia	Novo Oriente		Agricultura Familiar	50
6	MA	Acailandia	Parque Novo Horizonte		Agricultura Familiar	130
7	MA	Acailandia	Santa Clara		Projeto de Assentamento INCRA	92
8	MA	Acailandia	São Raimundo		Agricultura Familiar	60
9	MA	Alcantara	Cajueiro dos Pretos / Agrovila	Baixada Ocidental - MA	Remanescente de Quilombo	87
10	MA	Alcantara	Tiquara	Baixada Ocidental - MA	Agricultura Familiar	150
11	MA	Aldeias Altas	Taboca Matão	Cocais - MA	Agricultura Familiar	320
12	MA	Alto Alegre do Maranhao	Centro dos Novatos		Projeto de Assentamento INCRA	26
13	MA	Alto Alegre do Maranhao	Conceição		Projeto de Assentamento INCRA	35
14	MA	Alto Alegre do Maranhao	Matinha		Projeto de Assentamento INCRA	75
15	MA	Alto Alegre do Maranhao	Morro do Angico		Projeto de Assentamento INCRA	48
16	MA	Alto Alegre do Maranhao	Tijuca		Projeto de Assentamento INCRA	51
17	MA	Alto Parnaiba	Estiva (antiga Baixa Dantas)		Agricultura Familiar	26
18	MA	Amarante do Maranhao	Abóbora		Projeto de Assentamento INCRA	70
19	MA	Amarante do Maranhao	Alvorada III		Projeto de Assentamento INCRA	30
20	MA	Amarante do Maranhao	Alvorada II/Pé de Jaca		Projeto de Assentamento INCRA	44
21	MA	Amarante do Maranhao	Alvorada II/setor Alto Bonito		Projeto de Assentamento INCRA	52
22	MA	Amarante do	Alvorada		Projeto de Assentamento INCRA	226

		Maranhao	II/setor Lagoa		
23	MA	Amarante do Maranhao	Belo Monte	Projeto de Assentamento INCRA	38
24	MA	Amarante do Maranhao	Belo Monte II	Projeto de Assentamento INCRA	46
25	MA	Amarante do Maranhao	Boa Vista I	Projeto de Assentamento INCRA	63
26	MA	Amarante do Maranhao	Brejinho da Mata	Agricultura Familiar	28
27	MA	Amarante do Maranhao	Brejinho do Sertão	Agricultura Familiar	150
28	MA	Amarante do Maranhao	Brejo Grande dos Cazuzas	Agricultura Familiar	200
29	MA	Amarante do Maranhao	Caac	Projeto de Assentamento INCRA	41
30	MA	Amarante do Maranhao	Cajueiro	Projeto de Assentamento INCRA	60
31	MA	Amarante do Maranhao	Campo Formoso	Agricultura Familiar	120
32	MA	Amarante do Maranhao	Canto Bom	Agricultura Familiar	18
33	MA	Amarante do Maranhao	Casulo	Projeto de Assentamento INCRA	75
34	MA	Amarante do Maranhao	Cocalinho	Agricultura Familiar	150
35	MA	Amarante do Maranhao	Curitiba	Projeto de Assentamento INCRA	52
36	MA	Amarante do Maranhao	Fortaleza	Agricultura Familiar	50
37	MA	Amarante do Maranhao	Gameleira	Agricultura Familiar	50
38	MA	Amarante do Maranhao	Governador - Aldeia	Indígena	30
39	MA	Amarante do Maranhao	Grotão	Agricultura Familiar	380
40	MA	Amarante do Maranhao	Jabutí	Projeto de Assentamento INCRA	25
41	MA	Amarante do Maranhao	Juçaral	Indígena	150
42	MA	Amarante do Maranhao	Lagoa Comprida - Aldeia	Indígena	60
43	MA	Amarante do Maranhao	Margarida Maria Alves	Projeto de Assentamento INCRA	53
44	MA	Amarante do Maranhao	Mato Verde	Agricultura Familiar	32

45	MA	Amarante do Maranhao	Maxixe		Projeto de Assentamento INCRA	37
46	MA	Amarante do Maranhao	Pifeiros		Agricultura Familiar	40
47	MA	Amarante do Maranhao	Pindarezinho		Agricultura Familiar	155
48	MA	Amarante do Maranhao	Piripiri dos Lucas		Agricultura Familiar	41
49	MA	Amarante do Maranhao	Riachinho - Aldeia		Indígena	23
50	MA	Amarante do Maranhao	Rubiácea - Aldeia		Indígena	36
51	MA	Amarante do Maranhao	Santa Amélia II - Setor São José		Projeto de Assentamento INCRA	30
52	MA	Amarante do Maranhao	Santa Amélia I - P.A. Santa Lúcia		Projeto de Assentamento INCRA	144
53	MA	Amarante do Maranhao	Santo Antonio/setor Jenipapo		Projeto de Assentamento INCRA	81
54	MA	Amarante do Maranhao	São Bento		Agricultura Familiar	35
55	MA	Amarante do Maranhao	Sussuarana / São Sebastião		Agricultura Familiar	65
56	MA	Anajatuba	Areal	Vale Do Itapecuru - MA	Agricultura Familiar	50
57	MA	Anajatuba	Bacabal	Vale Do Itapecuru - MA	Agricultura Familiar	58
58	MA	Anajatuba	Cangapara	Vale Do Itapecuru - MA	Agricultura Familiar	80
59	MA	Anajatuba	EFA Anajatuba	Vale Do Itapecuru - MA	Escola Família Agrícola	50
60	MA	Anajatuba	Palmares / Ribeirão	Vale Do Itapecuru - MA	Agricultura Familiar	80
61	MA	Anajatuba	Perimirim	Vale Do Itapecuru - MA	Agricultura Familiar	100
62	MA	Anajatuba	Ponta Bonita	Vale Do Itapecuru - MA	Outros	50
63	MA	Anajatuba	Quebra	Vale Do Itapecuru - MA	Agricultura Familiar	100
64	MA	Anajatuba	São João da Mata	Vale Do Itapecuru - MA	Agricultura Familiar	60
65	MA	Anapurus	Morada Nova	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	39
66	MA	Anapurus	Morros	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	50
67	MA	Anapurus	Moura	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	80
68	MA	Apicum-Acu	Itereré	Baixada Ocidental - MA	Agricultura Familiar	100
69	MA	Araioses	Caiçaras	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	57
70	MA	Araioses	Água Fria	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	111
71	MA	Araioses	Ilha das Canárias	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	299
72	MA	Araioses	Ilha do Torto	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	48

73	MA	Araioses	João Peres	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	1000
74	MA	Araioses	Morro do Meio	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	17
75	MA	Araioses	Passarinho	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	47
76	MA	Arari	Nova Trizidela	Campo e Lagos - MA	Agricultura Familiar	84
77	MA	Axixa	Burgos	Lençóis Maranhenses/Munin - MA	Agricultura Familiar	150
78	MA	Bacabal	Aldeia do Odino		Projeto de Assentamento INCRA	170
79	MA	Bacabal	Alto Alegre do Acelino		Agricultura Familiar	150
80	MA	Bacabal	Alto Bonito		Agricultura Familiar	78
81	MA	Bacabal	Bela Vista		Projeto de Assentamento INCRA	64
82	MA	Bacabal	Boa Vista da Taboa		Agricultura Familiar	150
83	MA	Bacabal	Bom Princípio		Assentamento Estadual	200
84	MA	Bacabal	Brejinho		Agricultura Familiar	500
85	MA	Bacabal	Catucá		Remanescente de Quilombo	84
86	MA	Bacabal	Centro do Cirilo		Assentamento Estadual	50
87	MA	Bacabal	Luziana		Assentamento Estadual	115
88	MA	Bacabal	Piratinga		Remanescente de Quilombo	250
89	MA	Bacabal	Prainha		Agricultura Familiar	60
90	MA	Bacabal	Seco das Mulatas		Projeto de Assentamento INCRA	148
91	MA	Bacabal	Sincorá		Projeto de Assentamento INCRA	106
92	MA	Bacabal	São Paulo Apóstolo		Agricultura Familiar	150
93	MA	Bacabal	São Sebastião dos Pretos		Remanescente de Quilombo	60
94	MA	Bacabal	Taboca		Remanescente de Quilombo	70
95	MA	Bacabal	Vila Nova		Agricultura Familiar	166
96	MA	Bacuri	Portugal (Bitiua)	Baixada Ocidental - MA	Agricultura Familiar	40
97	MA	Balsas	EFA Balsas		Escola Família Agrícola	50
98	MA	Barreirinhas	Andiroba	Lençóis Maranhenses/Munin - MA	Agricultura Familiar	60
99	MA	Barreirinhas	Atins	Lençóis Maranhenses/Munin - MA	Colônia de Pescadores	540

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
1	MA	Barreirinhas	Massangano I	Lençóis Maranhenses/Munin - MA	Projeto de Assentamento INCRA	58
2	MA	Belagua	Marayá	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	17
3	MA	Belagua	Preazinho	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	15
4	MA	Bela Vista do Maranhão	EFA Bela Vista		Escola Família Agrícola	50

5	MA	Bequimao	Ariquipá	Baixada Ocidental - MA	Remanescente de Quilombo	60
6	MA	Bequimao	Marajá	Baixada Ocidental - MA	Agricultura Familiar	30
7	MA	Bequimao	Santa Tereza	Baixada Ocidental - MA	Agricultura Familiar	50
8	MA	Brejo	Árvores Verdes	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	133
9	MA	Brejo	Santa Alice	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	55
10	MA	Buriti	Pé da Ladeira	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	70
11	MA	Buriti	Santa Cruz	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	122
12	MA	Buriti Bravo	Angical	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	90
13	MA	Buriti Bravo	Barro Vermelho	Cocais - MA	Agricultura Familiar	12
14	MA	Buriti Bravo	Bom Jesus	Cocais - MA	Agricultura Familiar	34
15	MA	Buriti Bravo	Campos Novos	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	22
16	MA	Buriti Bravo	Castanhas	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	40
17	MA	Buriti Bravo	Chapada de Santana	Cocais - MA	Assentamento Estadual	21
18	MA	Buriti Bravo	Cidon	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	42
19	MA	Buriti Bravo	Coluna	Cocais - MA	Agricultura Familiar	35
20	MA	Buriti Bravo	Coquinho	Cocais - MA	Agricultura Familiar	16
21	MA	Buriti Bravo	Espaço Criança	Cocais - MA	Outros	50
22	MA	Buriti Bravo	Fazenda Nova	Cocais - MA	Agricultura Familiar	105
23	MA	Buriti Bravo	João Leocádio	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	42
24	MA	Buriti Bravo	Jussara	Cocais - MA	Agricultura Familiar	120
25	MA	Buriti Bravo	Lagoa do Frio	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	48
26	MA	Buriti Bravo	Lagoa do Gado	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	90
27	MA	Buriti Bravo	Lagoinha	Cocais - MA	Agricultura Familiar	32
28	MA	Buriti Bravo	Marajá	Cocais - MA	Agricultura Familiar	36
29	MA	Buriti Bravo	Mendes	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	44
30	MA	Buriti Bravo	Morada Nova	Cocais - MA	Agricultura Familiar	65
31	MA	Buriti Bravo	Morcego	Cocais - MA	Agricultura Familiar	12
32	MA	Buriti Bravo	Mutirão	Cocais - MA	Agricultura Familiar	50
33	MA	Buriti Bravo	Ponta d'Água	Cocais - MA	Agricultura Familiar	45

34	MA	Buriti Bravo	Sambaíba	Cocais - MA	Agricultura Familiar	18
35	MA	Buriti Bravo	Santa Fé	Cocais - MA	Agricultura Familiar	32
36	MA	Buriti Bravo	Tres Lagoas	Cocais - MA	Agricultura Familiar	50
37	MA	Buriti Bravo	Vila Nova	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	24
38	MA	Buriti Bravo	Zé Carlos	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	56
39	MA	Buritirana	Taboleirão II		Assentamento Estadual	60
40	MA	Cantanhede	Candiba	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	45
41	MA	Cantanhede	EFA Cantanhede	Vale Do Itapecuru - MA	Escola Família Agrícola	50
42	MA	Cantanhede	Mangueirão	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	44
43	MA	Cantanhede	Morro I	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	30
44	MA	Cantanhede	São Leopoldo/Primavera	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	43
45	MA	Cantanhede	São Patrício	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	62
46	MA	Cantanhede	Trizidela	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	72
47	MA	Cantanhede	Vila Nova	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	20
48	MA	Capinzal do Norte	EFA Capinzal do Norte	Médio Mearim - MA	Escola Família Agrícola	50
49	MA	Capinzal do Norte	Espírito Santo	Médio Mearim - MA	Agricultura Familiar	70
50	MA	Capinzal do Norte	Fundamento	Médio Mearim - MA	Assentamento Estadual	51
51	MA	Capinzal do Norte	Ingarana	Médio Mearim - MA	Remanescente de Quilombo	16
52	MA	Capinzal do Norte	Matinha	Médio Mearim - MA	Assentamento Estadual	22
53	MA	Capinzal do Norte	Santa Cruz	Médio Mearim - MA	Projeto de Assentamento INCRA	128
54	MA	Capinzal do Norte	Santa Rosa	Médio Mearim - MA	Agricultura Familiar	200
55	MA	Capinzal do Norte	Saudade	Médio Mearim - MA	Remanescente de Quilombo	24
56	MA	Cedral	Canavial	Baixada Ocidental - MA	Agricultura Familiar	42
57	MA	Central do Maranhao	Monte Caserio	Baixada Ocidental - MA	Remanescente de Quilombo	15
58	MA	Central do Maranhao	São Sebastião	Baixada Ocidental - MA	Remanescente de Quilombo	65
59	MA	Chapadinha	Canto da Ferrinha	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	150
60	MA	Chapadinha	Cercadinho	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	48

61	MA	Chapadinha	Laranjara	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	47
62	MA	Chapadinha	Vila Dos Borges	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	49
63	MA	Codo	Alto Bela Vista	Cocais - MA	Projeto de Crédito Fundiário	46
64	MA	Codo	Amorim	Cocais - MA	Remanescente de Quilombo	26
65	MA	Codo	Angico	Cocais - MA	Agricultura Familiar	17
66	MA	Codo	Boa Vista	Cocais - MA	Agricultura Familiar	40
67	MA	Codo	Boi Não Berra	Cocais - MA	Agricultura Familiar	40
68	MA	Codo	Boqueirão	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	88
69	MA	Codo	Buriti Corrente	Cocais - MA	Agricultura Familiar	46
70	MA	Codo	Cacimba do Franco	Cocais - MA	Agricultura Familiar	20
71	MA	Codo	Cajazeiras	Cocais - MA	Agricultura Familiar	180
72	MA	Codo	Canto do Cocho	Cocais - MA	Agricultura Familiar	110
73	MA	Codo	Cocal	Cocais - MA	Agricultura Familiar	80
74	MA	Codo	EFA Codó	Cocais - MA	Escola Família Agrícola	50
75	MA	Codo	Eira II	Cocais - MA	Agricultura Familiar	25
76	MA	Codo	Felicidade	Cocais - MA	Agricultura Familiar	20
77	MA	Codo	Irmã Rita Loren	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	60
78	MA	Codo	Lagoa dos Pereiras	Cocais - MA	Agricultura Familiar	15
79	MA	Codo	Livramento	Cocais - MA	Agricultura Familiar	73
80	MA	Codo	Mangabeira	Cocais - MA	Agricultura Familiar	35
81	MA	Codo	Massalino	Cocais - MA	Agricultura Familiar	24
82	MA	Codo	Monte Cristo	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	189
83	MA	Codo	Montevideo I	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	98
84	MA	Codo	Nossa Senhora de Fátima	Cocais - MA	Agricultura Familiar	30
85	MA	Codo	Nova Rita- Monte Cristo	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	29
86	MA	Codo	Piranjá	Cocais - MA	Agricultura Familiar	32
87	MA	Codo	Porcos	Cocais - MA	Agricultura Familiar	35
88	MA	Codo	Quebra Coco	Cocais - MA	Projeto de Crédito Fundiário	25
89	MA	Codo	Recurso	Cocais - MA	Assentamento Estadual	45
90	MA	Codo	Riacho do Fio	Cocais - MA	Agricultura Familiar	20
91	MA	Codo	Rumo	Cocais - MA	Agricultura Familiar	52

92	MA	Codo	Santa Maria	Cocais - MA	Agricultura Familiar	20
93	MA	Codo	Santa Rita	Cocais - MA	Agricultura Familiar	70
94	MA	Codo	Santo Antônio dos Pretos	Cocais - MA	Remanescente de Quilombo	65
95	MA	Codo	São Lourenço	Cocais - MA	Agricultura Familiar	20
96	MA	Codo	Três Irmãos	Cocais - MA	Agricultura Familiar	14
97	MA	Codo	Vertentes	Cocais - MA	Assentamento Estadual	8
98	MA	Coelho Neto	Santo Inácio	Cocais - MA	Agricultura Familiar	32
99	MA	Colinas	Jaguarana		Projeto de Assentamento INCRA	175

Relatório estadual de bibliotecas Arca das Letras entregues no Maranhão (MA)

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
1	MA	Coroata	Centro do Chico	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	60
2	MA	Coroata	EFA Coroatá	Cocais - MA	Escola Família Agrícola	50
3	MA	Coroata	Nova Vida	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	70
4	MA	Cururupu	Aliança	Baixada Ocidental - MA	Remanescente de Quilombo	58
5	MA	Cururupu	Entre Rios - Rumo	Baixada Ocidental - MA	Remanescente de Quilombo	91
6	MA	Duque Bacelar	Orfão	Cocais - MA	Agricultura Familiar	103
7	MA	Estreito	Bom Jesus I		Projeto de Assentamento INCRA	103
8	MA	Estreito	Nossa Senhora Aparecida		Projeto de Assentamento INCRA	56
9	MA	Estreito	Sol Nascente		Projeto de Assentamento INCRA	113
10	MA	Estreito	Vale da Formosa		Projeto de Assentamento INCRA	75
11	MA	Fortuna	Coquinho	Cocais - MA	Agricultura Familiar	45
12	MA	Fortuna	Corredura Aparecida	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	180

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
13	MA	Fortuna	Pereira	Cocais - MA	Agricultura Familiar	40
14	MA	Fortuna	Porto das Pedras	Cocais - MA	Agricultura Familiar	120
15	MA	Fortuna	São José	Cocais - MA	Agricultura Familiar	123
16	MA	Fortuna	Varjão	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	100
17	MA	Governador Nunes Freire	Bacuri	Alto Turi e Gurupi - MA	Agricultura Familiar	40
18	MA	Governador Nunes Freire	Boa Esperança	Alto Turi e Gurupi - MA	Projeto de Assentamento INCRA	90
19	MA	Governador Nunes Freire	Faixa do Clovis	Alto Turi e Gurupi - MA	Projeto de Assentamento INCRA	72
20	MA	Governador Nunes Freire	Macaxeira II	Alto Turi e Gurupi - MA	Agricultura Familiar	40
21	MA	Governador Nunes Freire	Povoado Quadra 10	Alto Turi e Gurupi - MA	Agricultura Familiar	30
22	MA	Governador Nunes Freire	Santo Antônio	Alto Turi e Gurupi - MA	Agricultura Familiar	200
23	MA	Governador Nunes Freire	Vila Nova Três Raízes	Alto Turi e Gurupi - MA	Projeto de Assentamento INCRA	120
24	MA	Governador Nunes Freire	Vila São Sebastião	Alto Turi e Gurupi - MA	Projeto de Assentamento INCRA	100
25	MA	Guimaraes	Damáσιο	Baixada Ocidental - MA	Remanescente de Quilombo	64
26	MA	Guimaraes	Gepuba	Baixada Ocidental - MA	Agricultura Familiar	86
27	MA	Guimaraes	Macajubal	Baixada Ocidental - MA	Agricultura Familiar	28
28	MA	Humberto de Campos	Periá	Lençóis Maranhenses/Munin - MA	Agricultura Familiar	500
29	MA	Igarape do Meio	Agua Branca		Agricultura Familiar	30
30	MA	Igarape do Meio	Alto do Pequizeiro		Agricultura Familiar	40
31	MA	Igarape do Meio	Arirana		Agricultura Familiar	20
32	MA	Igarape do Meio	Bacuri dos Pretos		Projeto de Assentamento INCRA	25
33	MA	Igarape do Meio	Cajazeiras		Agricultura Familiar	24
34	MA	Igarape do Meio	Capoeira		Agricultura Familiar	24
35	MA	Igarape do Meio	Centro dos Pinacos		Agricultura Familiar	32
36	MA	Igarape do Meio	Fazenda Nova		Agricultura Familiar	35

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
37	MA	Igarape do Meio	Fazenda União		Agricultura Familiar	35
38	MA	Igarape do Meio	Goiaba		Projeto de Assentamento INCRA	45
39	MA	Igarape do Meio	Jucaralzinho		Agricultura Familiar	80
40	MA	Igarape do Meio	Laje Comprida		Agricultura Familiar	196
41	MA	Igarape do Meio	Patrício		Projeto de Assentamento INCRA	18
42	MA	Igarape do Meio	Primavera		Assentamento Estadual	19
43	MA	Igarape do Meio	Puraqueu do Floriano		Agricultura Familiar	100
44	MA	Igarape do Meio	Riachão		Projeto de Assentamento INCRA	35
45	MA	Igarape do Meio	São Benedito		Agricultura Familiar	50
46	MA	Igarape do Meio	São Vicente		Projeto de Assentamento INCRA	200
47	MA	Igarape do Meio	Tarumã		Projeto de Assentamento INCRA	176
48	MA	Igarape do Meio	Toari		Projeto de Assentamento INCRA	75
49	MA	Igarape do Meio	Vila Diamante		Agricultura Familiar	160
50	MA	Imperatriz	Água Boa		Agricultura Familiar	35
51	MA	Imperatriz	Itacira I - vila Conceição		Projeto de Assentamento INCRA	124
52	MA	Itapecuru Mirim	Água Preta	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	60
53	MA	Itapecuru Mirim	Jaibara dos Nogueiras	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	120
54	MA	Itapecuru Mirim	Leite	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	1000
55	MA	Itapecuru Mirim	Santa Joana	Vale Do Itapecuru - MA	Remanescente de Quilombo	45
56	MA	Itapecuru Mirim	Santa Maria dos Pinheiros	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	23

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
57	MA	Itapecuru Mirim	Santa Rosa dos Pretos	Vale Do Itapecuru - MA	Remanescente de Quilombo	360
58	MA	Itapecuru Mirim	São José dos Matos	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	86
59	MA	Itapecuru Mirim	Vinagre	Vale Do Itapecuru - MA	Agricultura Familiar	53
60	MA	Junco do Maranhao	Sodrelândia	Alto Turi e Gurupi - MA	Agricultura Familiar	300
61	MA	Junco do Maranhao	Vera Cruz	Alto Turi e Gurupi - MA	Agricultura Familiar	200
62	MA	Junco do Maranhao	Vila do Novo Horizonte	Alto Turi e Gurupi - MA	Agricultura Familiar	96
63	MA	Junco do Maranhao	Vilela	Alto Turi e Gurupi - MA	Agricultura Familiar	100
64	MA	Lagoa do Mato	Cedro	Cocais - MA	Agricultura Familiar	220
65	MA	Lagoa do Mato	Chapada	Cocais - MA	Agricultura Familiar	60
66	MA	Lago da Pedra	EFA Lago da Pedra	Médio Mearim - MA	Escola Família Agrícola	50
67	MA	Lago do Junco	EFA Manoel Monteiro	Médio Mearim - MA	Escola Família Agrícola	50
68	MA	Lago do Junco	Pau Santo	Médio Mearim - MA	Agricultura Familiar	55
69	MA	Lago dos Rodrigues	São João da Mata	Médio Mearim - MA	Agricultura Familiar	115
70	MA	Lago dos Rodrigues	Três Poços	Médio Mearim - MA	Agricultura Familiar	48
71	MA	Mata Roma	Mata do Brigadeiro	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Crédito Fundiário	31
72	MA	Mata Roma	São Pedro	Baixo Parnaíba - MA	Remanescente de Quilombo	100
73	MA	Matoes	Boa Esperança	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	20
74	MA	Matoes	Santa Luzia	Cocais - MA	Agricultura Familiar	400
75	MA	Matoes	Santo Antonio	Cocais - MA	Agricultura Familiar	81
76	MA	Matoes do Norte	Coívaras	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	130
77	MA	Matoes do Norte	Lago do Coco	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	57
78	MA	Matoes do Norte	Pedras	Vale Do Itapecuru - MA	Agricultura Familiar	51
79	MA	Matoes do Norte	Santo Antônio III	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento	60

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
80	MA	Milagres do Maranhao	Agência da Mata	Baixo Parnaíba - MA	INCRA Projeto de Assentamento INCRA	200
81	MA	Miranda do Norte	Coriongo II	Vale Do Itapecuru - MA	Assentamento Estadual	38
82	MA	Mirinzal	Bom Viver	Baixada Ocidental - MA	Agricultura Familiar	50
83	MA	Mirinzal	Maxixe	Baixada Ocidental - MA	Agricultura Familiar	57
84	MA	Mirinzal	Santana dos Prazeres	Baixada Ocidental - MA	Agricultura Familiar	22
85	MA	Montes Altos	Açaizal dos crentes		Outros	20
86	MA	Morros	EFA Morros	Lençóis Maranhenses/Munin - MA	Escola Família Agrícola	50
87	MA	Nina Rodrigues	Balaíada	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	75
88	MA	Nina Rodrigues	Bom Jesus - Mangueira	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	55
89	MA	Nina Rodrigues	Buriti	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	38
90	MA	Nina Rodrigues	Campinho	Vale Do Itapecuru - MA	Agricultura Familiar	40
91	MA	Nina Rodrigues	Estica	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	52
92	MA	Nina Rodrigues	Palmares	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	108
93	MA	Nina Rodrigues	Palmeiral	Vale Do Itapecuru - MA	Agricultura Familiar	250
94	MA	Nina Rodrigues	Riachão	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Crédito Fundiário	47
95	MA	Nina Rodrigues	Santa Rita	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	26
96	MA	Nina Rodrigues	São Domingos	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	65
97	MA	Nina Rodrigues	São Domingos do Chiquito	Vale Do Itapecuru - MA	Agricultura Familiar	55
98	MA	Nina Rodrigues	Vila Esperança	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	40

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
99	MA	Parnarama	Paíol do Centro	Cocais - MA	Agricultura Familiar	400
#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
1	MA	Paulino Neves	Tingidor	Lençóis Maranhenses/Munim - MA	Projeto de Assentamento INCRA	21
2	MA	Paulo Ramos	Boa Vista		Agricultura Familiar	159
3	MA	Paulo Ramos	Cardoso I		Agricultura Familiar	180
4	MA	Paulo Ramos	Centro dos Leites		Agricultura Familiar	200
5	MA	Paulo Ramos	EFA Francisco das Chagas Vieira		Escola Família Agrícola	50
6	MA	Paulo Ramos	EFA - São José dos Ricardos		Escola Família Agrícola	100
7	MA	Paulo Ramos	Jejuí		Agricultura Familiar	150
8	MA	Peritoro	Baixa do Teixeira	Cocais - MA	Agricultura Familiar	19
9	MA	Peritoro	EFA Escola Saberes da Terra de Peritoró	Cocais - MA	Escola Família Agrícola	30
10	MA	Peritoro	Fagundes	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	16
11	MA	Peritoro	Feliz Lembrança	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	32
12	MA	Peritoro	Lago Grande	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	44
13	MA	Peritoro	Levada	Cocais - MA	Agricultura Familiar	120
14	MA	Peritoro	Levada / São João das Neves	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	104
15	MA	Peritoro	Passa Bem	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	49
16	MA	Peritoro	Pindoval	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	23
17	MA	Peritoro	Piranha I - Vila Simão	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	127
18	MA	Peritoro	Pitoró dos Pretos	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	81
19	MA	Peritoro	Santa Rita	Cocais - MA	Projeto de	79

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
20	MA	Peritoro	Serraria	Cocais - MA	Assentamento INCRA Agricultura Familiar	18
21	MA	Peritoro	São João das Neves	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	150
22	MA	Peritoro	São Pedro	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	90
23	MA	Peritoro	São Pedro da Cheirosa	Cocais - MA	Agricultura Familiar	30
24	MA	Peritoro	Tesouro	Cocais - MA	Agricultura Familiar	15
25	MA	Pinheiro	Purão dos Pirrós	Baixada Ocidental - MA	Projeto de Assentamento INCRA	170
26	MA	Pinheiro	Santana dos Pretos	Baixada Ocidental - MA	Projeto de Assentamento INCRA	83
27	MA	Pio XII	EFA Pio XII		Escola Família Agrícola	50
28	MA	Pio XII	Lago do Carnáuba		Projeto de Assentamento INCRA	430
29	MA	Pio XII	União com Cristo		Agricultura Familiar	200
30	MA	Pirapemas	Bagaceira	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	30
31	MA	Pirapemas	Barriguda	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	64
32	MA	Pirapemas	Barroca dos Veados	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	21
33	MA	Pirapemas	Desaperta	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	53
34	MA	Pirapemas	Espirito Santo	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	40
35	MA	Pirapemas	Forquilha	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	108
36	MA	Pirapemas	Lagoa Seca	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	40

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
37	MA	Pirapemas	Lago Verde	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	74
38	MA	Pirapemas	Maioba	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	57
39	MA	Pirapemas	Matões	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	57
40	MA	Pirapemas	Morros	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	35
41	MA	Pirapemas	Sapucáia	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	33
42	MA	Pirapemas	Serraria	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	30
43	MA	Pirapemas	São Bartolomeu	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	80
44	MA	Pirapemas	São José da Vitória	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	38
45	MA	Porto Rico do Maranhão	Quebra Braço	Baixada Ocidental - MA	Agricultura Familiar	50
46	MA	Presidente Juscelino	Boa Vista dos Pinhos	Lençóis Maranhenses/Munin - MA	Agricultura Familiar	65
47	MA	Presidente Vargas	Lagoa Grande	Vale Do Itapecuru - MA	Remanescente de Quilombo	37
48	MA	Primeira Cruz	Matões	Lençóis Maranhenses/Munin - MA	Agricultura Familiar	48
49	MA	Santana do Maranhão	Bacuri I	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	220
50	MA	Santana do Maranhão	Cabeceira do Magu	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	32
51	MA	Santana do Maranhão	Coqueiro	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	70
52	MA	Santana do Maranhão	Nossa Senhora de Fátima	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	50
53	MA	Santana do Maranhão	Paty	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	50
54	MA	Santana do	Povoado Baixa Funda	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	100

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
		Maranhao				
55	MA	Santana do Maranhao	Povoado Palmeira	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	60
56	MA	Santana do Maranhao	Riachão	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	80
57	MA	Santana do Maranhao	Santana Velha	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	63
58	MA	Santana do Maranhao	São Gonçalo	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	40
59	MA	Santana do Maranhao	São João	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	90
60	MA	Santana do Maranhao	Vereda I	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	52
61	MA	Santa Rita	Sítio do Meio	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	270
62	MA	Santo Antonio dos Lopes	Boa Vista	Médio Mearim - MA	Agricultura Familiar	10
63	MA	Santo Antonio dos Lopes	Mocambo	Médio Mearim - MA	Remanescente de Quilombo	18
64	MA	Sao Benedito do Rio Preto	Lagoa Lúcia	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	52
65	MA	Sao Benedito do Rio Preto	Marçal	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	80
66	MA	Sao Benedito do Rio Preto	Picus	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	56
67	MA	Sao Benedito do Rio Preto	Santo Antônio	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	120
68	MA	Sao Benedito do Rio Preto	São Domingos	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	15
69	MA	Sao Benedito do Rio Preto	São José dos Costas	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	180
70	MA	Sao Benedito do Rio Preto	São Luiz do Adelmo	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	50
71	MA	Sao Bernardo	Mamorana	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	74
72	MA	Sao Joao do Soter	CFR São João do Soter	Cocais - MA	Casa Familiar Rural	60
73	MA	Sao Joao do Soter	Santo Antônio	Cocais - MA	Agricultura Familiar	60
74	MA	Sao Luis Gonzaga do	EFA São Luz Gonzaga do	Médio Mearim - MA	Escola Família Agrícola	120

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
		Maranhao	Maranhão			
75	MA	Sao Mateus do Maranhao	Timbaúba		Projeto de Assentamento INCRA	144
76	MA	Sao Pedro da Agua Branca	1º Cocal		Agricultura Familiar	400
77	MA	Senador La Rocque	Alvorada III		Projeto de Assentamento INCRA	133
78	MA	Senador La Rocque	Novo Horizonte I		Projeto de Assentamento INCRA	52
79	MA	Senador La Rocque	Taboleirão I		Projeto de Assentamento INCRA	100
80	MA	Serrano do Maranhao	Portinho	Baixada Ocidental - MA	Agricultura Familiar	306
81	MA	Timbiras	Bacaba	Cocais - MA	Agricultura Familiar	45
82	MA	Timbiras	Morro Branco	Cocais - MA	Outros	30
83	MA	Timon	Açude	Cocais - MA	Agricultura Familiar	80
84	MA	Timon	Bambu	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	80
85	MA	Timon	Buriti Cortado	Cocais - MA	Projeto de Crédito Fundiário	37
86	MA	Timon	Cabeceira da Bacaba	Cocais - MA	Agricultura Familiar	170
87	MA	Timon	Cabeceira da Inhuma	Cocais - MA	Agricultura Familiar	30
88	MA	Timon	Campo Grande	Cocais - MA	Agricultura Familiar	500
89	MA	Timon	Canhaçu	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	96
90	MA	Timon	Castelo	Cocais - MA	Agricultura Familiar	96
91	MA	Timon	CFR Tamanduá	Cocais - MA	Casa Familiar Rural	13
92	MA	Timon	COHEB II	Cocais - MA	Projeto de Assentamento INCRA	36
93	MA	Timon	Gameleira	Cocais - MA	Agricultura Familiar	86
94	MA	Timon	Monteiros	Cocais - MA	Outros	42
95	MA	Timon	Paiol	Cocais - MA	Agricultura Familiar	34
96	MA	Timon	Ponte	Cocais - MA	Agricultura Familiar	40
97	MA	Timon	Roncador	Cocais - MA	Agricultura Familiar	80
98	MA	Timon	Santa Amélia	Cocais - MA	Agricultura Familiar	120

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
99	MA	Timon	Santa Maria da Torre	Cocais - MA	Agricultura Familiar	300

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
1	MA	Timon	São José dos Perdidos	Cocais - MA	Projeto de Crédito Fundiário	150
2	MA	Timon	Vertente	Cocais - MA	Outros	42
3	MA	Tuntum	Belém		Agricultura Familiar	200
4	MA	Tuntum	Belém - Pa Presidente Lula		Projeto de Assentamento INCRA	200
5	MA	Tuntum	Bom Jesus		Projeto de Assentamento INCRA	42
6	MA	Tuntum	Caxixi		Projeto de Assentamento INCRA	54
7	MA	Tuntum	Cigana		Projeto de Crédito Fundiário	300
8	MA	Tuntum	Corrente		Projeto de Assentamento INCRA	26
9	MA	Tuntum	Mangaba		Projeto de Crédito Fundiário	41
10	MA	Tuntum	Mato Verde		Projeto de Crédito Fundiário	165
11	MA	Tuntum	Novo Maraja		Projeto de Crédito Fundiário	33
12	MA	Tuntum	São Bento do Baixo		Agricultura Familiar	120
13	MA	Tuntum	São Miguel		Projeto de Crédito Fundiário	67
14	MA	Turilandia	EFA Guarajá	Baixada Ocidental - MA	Escola Família Agrícola	50
15	MA	Tutoia	Baixão do murici	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	130
16	MA	Tutoia	Baixão do tanque	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	35
17	MA	Tutoia	Belágua	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	1183
18	MA	Tutoia	Ilha Grande dos Paulinos	Baixo Parnaíba - MA	Projeto de Assentamento INCRA	33
19	MA	Tutoia	Itaperinha	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	30
20	MA	Tutoia	Paxicá	Baixo Parnaíba - MA	Agricultura Familiar	150
21	MA	Vargem Grande	Piqui da Rampa	Vale Do Itapecuru - MA	Projeto de Assentamento INCRA	30

#	Estado	Município	Comunidade	Território	Tipo da Comunidade	Número de Famílias
22	MA	Vitorino Freire	EFA Nossa Senhora de Fátima		Escola Família Agrícola	260
23	MA	Vitorino Freire	Juçaral do Bonfim		Agricultura Familiar	40
24	MA	Vitorino Freire	Olho d'água do Jatobá		Agricultura Familiar	53
25	MA	Ze Doca	Nova Conquista	Alto Turi e Gurupi - MA	Agricultura Familiar	600